

www.versus.ufrj.br

ISSN 1984-4263



UFRJ



CCJE

AGOSTO DE 2010 • ANO II • Nº 5

versus

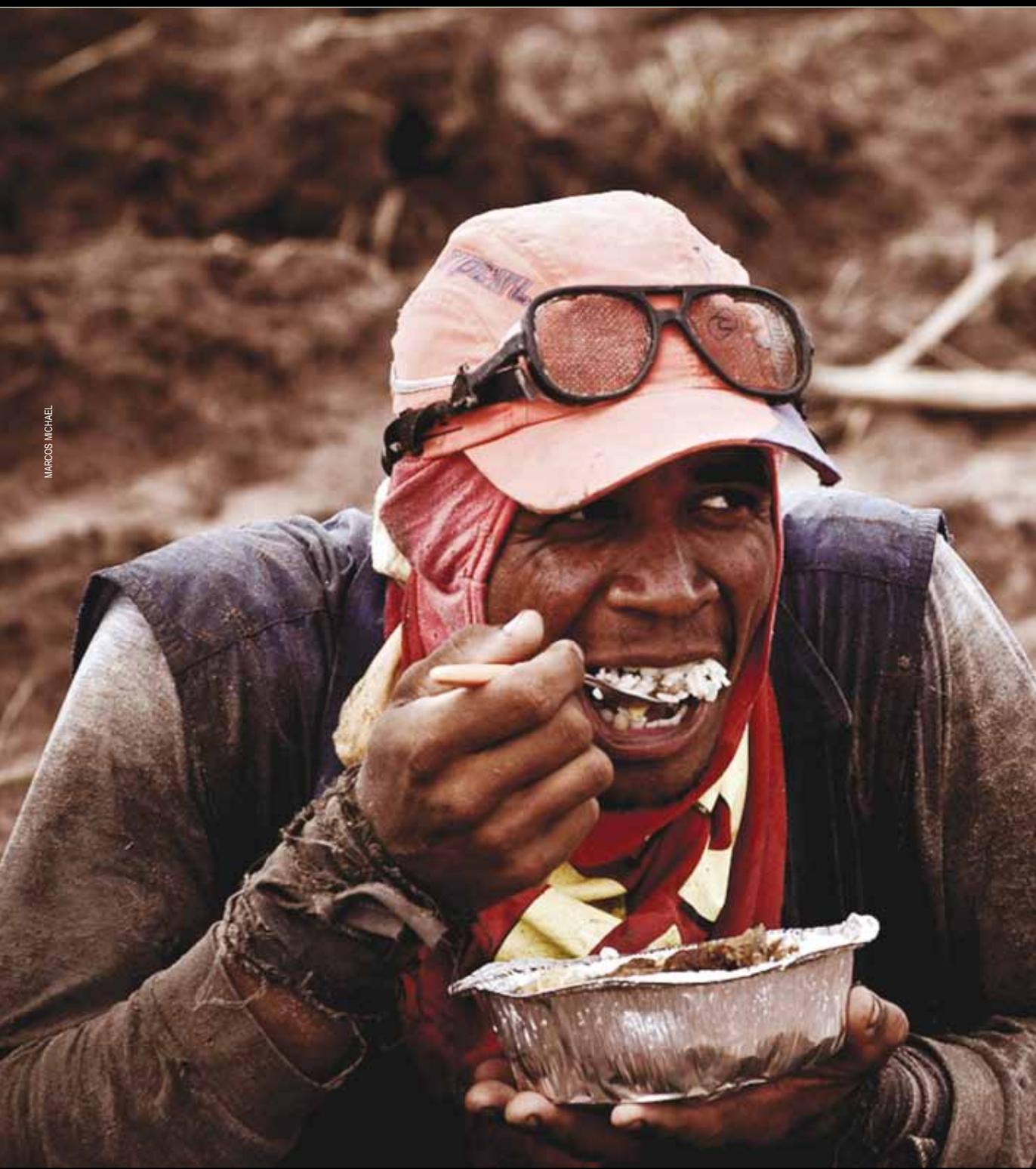
REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DO CCJE/UFRJ

EXCLUSIVO

O aliado

O diretor de *Ao sul da fronteira* diz a VERSUS, em Los Angeles, que os EUA agem contra a integração da América do sul

OLIVER STONE
Críticas a Washington



VERSUSimagem



Esta imagem resulta de uma viagem ao coração da agonia. O fotógrafo cearense **Marcos Michael** percorreu num ônibus clandestino a trilha do êxodo de cortadores de cana de cidades do interior nordestino. A migração para o inferno começa em abril, período da entressafra na região. O destino, canaviais do Centro-Oeste, território do agronegócio. O fotógrafo relata: “Muitos chegam e nada conseguem. Voltam mais endividados do que foram. Alguns não regressam porque morrem, vítimas do trabalho exaustivo ou do crime. Outros ficam por lá, constituem novas famílias”. Nas cidades de origem desses trabalhadores, conta Marcos, mães e mulheres que perderam seus filhos e maridos, amores e sustento são conhecidas como as viúvas da cana.

Luiz Carlos Maranhão
Editor Executivo

EXCLUSIVO
Oliver Stone vê “uma revolução pacífica” na América do Sul



O jogo de Oliver

VERSUS
Imagem

2

LUPA
Chico Buarque
em 1977

8

10

BANCO CENTRAL
Independência, no bom
sentido da palavra

24

SUMÁRIO

EDIÇÃO Nº 5

7

AUTORES
e colaboradores

18

MEMÓRIA
A prisão de Maria da
Conceição Tavares
na ditadura

27

ENTREVISTA
Alfredo Saad
BC sob controle da
sociedade

30

ENSAIOS
John Maynard Keynes
Perspectivas econômicas
para os nossos netos
Apresentação de Alcino
Camara

20

ESTRADA
Woodstock em Praga





TRILHA

Oswaldo Guayasamín

As feridas abertas da América Latina

AMÉRICA LATINA

Hegemonia em xeque

Atílio Borón analisa a presença dos EUA no continente

38

AMAZÔNIA
Brasil profundo
A mídia alternativa
no Pará

40

95

ANÁLISE
A reforma da
saúde nos EUA:
ecos e reflexos no
Brasil

102

51

ENTREVISTA

Pedro Páez

Banco, moeda única e fundo para AL

47

114

IDEIAS
Será o século
XXI dos direitos
humanos?

VERSUSACADÊMICA

52

Theotonio dos Santos

Tecnologia e capitalismo de estado

61

Fabián Amico

Crecimiento, tipo de cambio y política fiscal en Argentina

80

Ricardo de Figueiredo Summa e Gustavo Daou Lucas

Estimativas de produto potencial para a economia brasileira: algumas observações críticas

127

dois pontos



127

ARTES PLÁSTICAS

Fayga Ostrower

A dama da gravura brasileira

138

TELEVISÃO

Um fenômeno mexicano na tevê brasileira

142

LIVRO

Resenha de *Brasil entre o passado e o futuro*

145

ESTANTE E SALA

ESCURA

Suzana Vargas (escritora) e Anita Leandro (professora) dão dicas de livros e filme

146

CLEONICE

BERARDINELLI

A amiga brasileira de Saramago



Aloísio Teixeira
Reitor

Sylvia da Silveira de Mello Vargas
Vice-Reitora

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

Alcino Ferreira Camara Neto
Decano

Manuel Alcino Ribeiro da Fonseca
Vice-Decano

Agnaldo Fernandes
Superintendente

Helios Malebranche
Coordenação Acadêmica – Graduação

Heloísa Pires
Coordenação Acadêmica – Pós-Graduação

Manuel Alcino Ribeiro da Fonseca
Coordenação Acadêmica – Extensão

REVISTA VERSUS

Alcino Ferreira Camara Neto
Editor

Luiz Maranhão
Editor Executivo

Elisa Monteiro e Pablo Kaschner
Repórteres

Gil Castro
Editor de arte

Carolina Souza de Almeida
Assistente de arte

Márcia Rocha de Aquino
Secretaria e produção

Letícia Fraga Sias
Produtora

Carlos Nogueira
Maria de las Neves Eirin de Rapp
Felipe Teixeira Gonçalves
João Sérgio Pereira da Silva Junior
Pesquisadores

Roberto Azul
Revisor

Capa
Foto Mario Anzuoni/Reuters
Arte Gil Castro

Colaboraram nesta edição

Marcos Michael, Eduardo Graça, Matias Vernengo,
Rogério Almeida, Najla Passos, Theotônio dos Santos,
Fabián Amico, Ricardo de Figueiredo Summa e
Gustavo Daou Lucas, Lígia Bahia, Adriano Saldanha,
Maria Luísa Luz Távora, Suzana Vargas, Anita
Leandro, Cleonice Berardinelli, Everaldo Carneiro e
Marco Fernandes

Agradecimentos

Instituto Fayga Ostrower, Fundação José Saramago,
Europa Filmes, Fox Filmes, Ministério de Relações
Exteriores, Comércio e Integração do Equador

Apoio institucional

Coordenação de Comunicação da Reitoria/UFRJ



Conselho Editorial

Abílio Pereira de Lucena; Alcino Camara Neto; Aloísio
Teixeira; Ana Célia Castro; Ana Clara Torres de
Ribeiro; Carlos Aguiar de Medeiros; Carlos Esteban;
Carlos F.T.M.R. de Lessa; Carmen Feijó; Francisco
Amaral; José Antonio Ortega; José Luiz Fiori; Matias
Vernengo; Nilo Batista; Raphael Di Giorgi; Rosélia
Piquet Carneiro; Thomas Palley

Receba VERSUS

Para adquirir exemplar de VERSUS envie mensagem
para o e-mail versus@ccje.ufrj.br com nome, endereço
completo, profissão.

Revista VERSUS

Publicação trimestral do
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Av. Pasteur, 250 - fundos - Campus da Praia Vermelha
22290-240 - Urca - Rio de Janeiro/RJ

Tels.: 21 38735311 – 38735305 – 3873-5308

versus@ccje.ufrj.br

www.versus.ufrj.br

Ao leitor

Alcino Camara
Editor

A América Latina ganha atenção especial nesta edição de **VERSUS**. A revista foi a Los Angeles ouvir Oliver Stone. O diretor de *Platoon* e *JFK* lançou no primeiro semestre *Ao sul da fronteira*, documentário que procura oferecer um outro olhar sobre governos da América do Sul. De Quito, a edição traz imagens criadas pelo artista equatoriano Oswaldo Guayasamín (1919-1999). Violência, dor, tristeza e espanto saltam de figuras esqueléticas. “Pensemos antes de entrar na sua pintura porque não nos será fácil retroceder”, advertia Pablo Neruda, sobre a força da arte do pintor. Também na capital do Equador, a revista acompanhou o debate sobre a elaboração de uma nova arquitetura financeira para a América Latina. A discussão envolve propostas ousadas como o Banco do Sul e a instituição de uma moeda única, não atrelada ao dólar. Uma disputa que se dá no campo do antagonismo aos EUA. Sobre isso, o cientista político Atilio Borón, que faz do marxismo seu posto de observação, sustenta a tese segundo a qual a hegemonia dos EUA no continente latino-americano está posta em xeque.

Boa leitura

O GRITO. Obra de Guayasamín na exposição do Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba

MÁRCIA ROCHA



De Los Angeles a Mato Grosso

MARCOS MICHAEL

Fotojornalista cearense. Finalista do Prêmio Esso de Jornalismo e vencedor do XI Prêmio Embratel de Jornalismo.



..... VERSUS Imagem - Cortador de cana em Mato Grosso

2



EDUARDO GRAÇA

Jornalista residente em Nova Iorque. Escreve para várias publicações brasileiras.

..... O jogo de Oliver

10

CARLOS NOGUEIRA

da equipe de pesquisadores de VERSUS.

..... Woodstock em Praga

20

MATIAS VERNENGO

Professor da UFRJ e da Universidade de Utah.

..... Banco Central: Independência, no bom sentido da palavra

24

ALFREDO SAAD

Professor do Departamento de Estudos do Desenvolvimento da University of London.

..... BC sob controle da sociedade

27



LIGIA BAHIA

Professora da UFRJ com estudos voltados para área de Saúde Coletiva e Políticas de Saúde e Planejamento.

..... Reforma da saúde nos EUA: Ecos e reflexos no Brasil

102

ADRIANO SALDANHA

Juiz federal e professor de Direitos Humanos da Ucam do Rio de Janeiro.

..... Será o século XXI dos direitos humanos?

114

MARIA LUISA TÁVORA

Professora da UFRJ, pós-doutorada pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris.

..... Fayga Ostrower, uma vida para a arte

130



Em agosto de 1977, no ambiente de ditadura, o compositor Chico Buarque, um dos artistas mais visados pelos militares, foi entrevistado pelo jornal **Versus**.*

Veja alguns trechos da conversa entre Chico, à época com 33 anos, e o jornalista **Hélio Goldsztejn**.

1977 1978 1979 1980 1981 1982 1983 1984 1985 1986 1987 1988 1989 1990 1991 1992 1993 1994

CENSURA

“ (...) a desordem é necessária, principalmente no campo das artes. (...) Acho a censura inadmissível. A ordem é uma palavra que não rima com a arte, nem nunca vai rimar. Os artistas estão aí justamente para perturbar a ordem e nisso sempre estiveram – não adianta agora querer mudar a História. De alguma maneira, nós – os artistas – sempre vamos perturbar a ordem, e note que eu não estou falando nem da arte diretamente política, do tipo ‘canção de protesto’.

MÚSICA

“ Eu tenho medo que a música me abandone, já que estou me afastando dela. Os compositores que eu conheço depois de certo tempo param de fazer suas músicas e vão pescar, que nem Dorival Caymmi. Às vezes me pergunto: por que todos os compositores fazem suas músicas até seus trinta e tantos anos e depois começam a parar? Estou só exibindo a minha ignorância a respeito do assunto e a minha indagação. Enfim, estou me voltando para o teatro por ser a forma que encontrei, pois se eu for só pescar, eu fico aflito.

versus

Jornalismo com análise



1994 1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010

PALCO

“O que é preciso entender é que quando o sujeito está no palco ele está mentindo. É um artista que está lá, e eu não quero emprestar o papel de mentiroso às coisas em que acredito. É meio paradoxal, mas você, na hora em que está no palco, não está sentindo a emoção das coisas, dificilmente isso acontece. Se você for um bom ator dramático, poderá sentir isso melhor. Se Chico Buarque não fosse compositor, fosse um intérprete, talvez fosse mais fácil de enfrentar um palco.

LEITURA

“Lia tudo que me caía nas mãos, mas principalmente os livros que meu pai tinha. Li muitos estrangeiros (europeus etc.), depois parti para os brasileiros, e hoje não leio nada. Hoje leio jornal. Não leio com a intensidade de antes, e o que me interessa atualmente, mas quase como distração, são contistas como Sérgio Santana, Rubens Fonseca...

* Os textos foram extraídos da entrevista “Chico Brasileiro Sambista Buarque Censurado Saltimbanco de Holanda”. A íntegra pode ser encontrada no livro *Versus – Páginas da utopia*, que traz reportagens, narrativas, entrevistas e artigos antológicos publicados no jornal *Versus*, marcante experiência de resistência à ditadura militar na década de 1970. *Versus* é um dos inspiradores desta revista. O livro foi organizado pelo jornalista e cineasta Omar de Barros Filho.

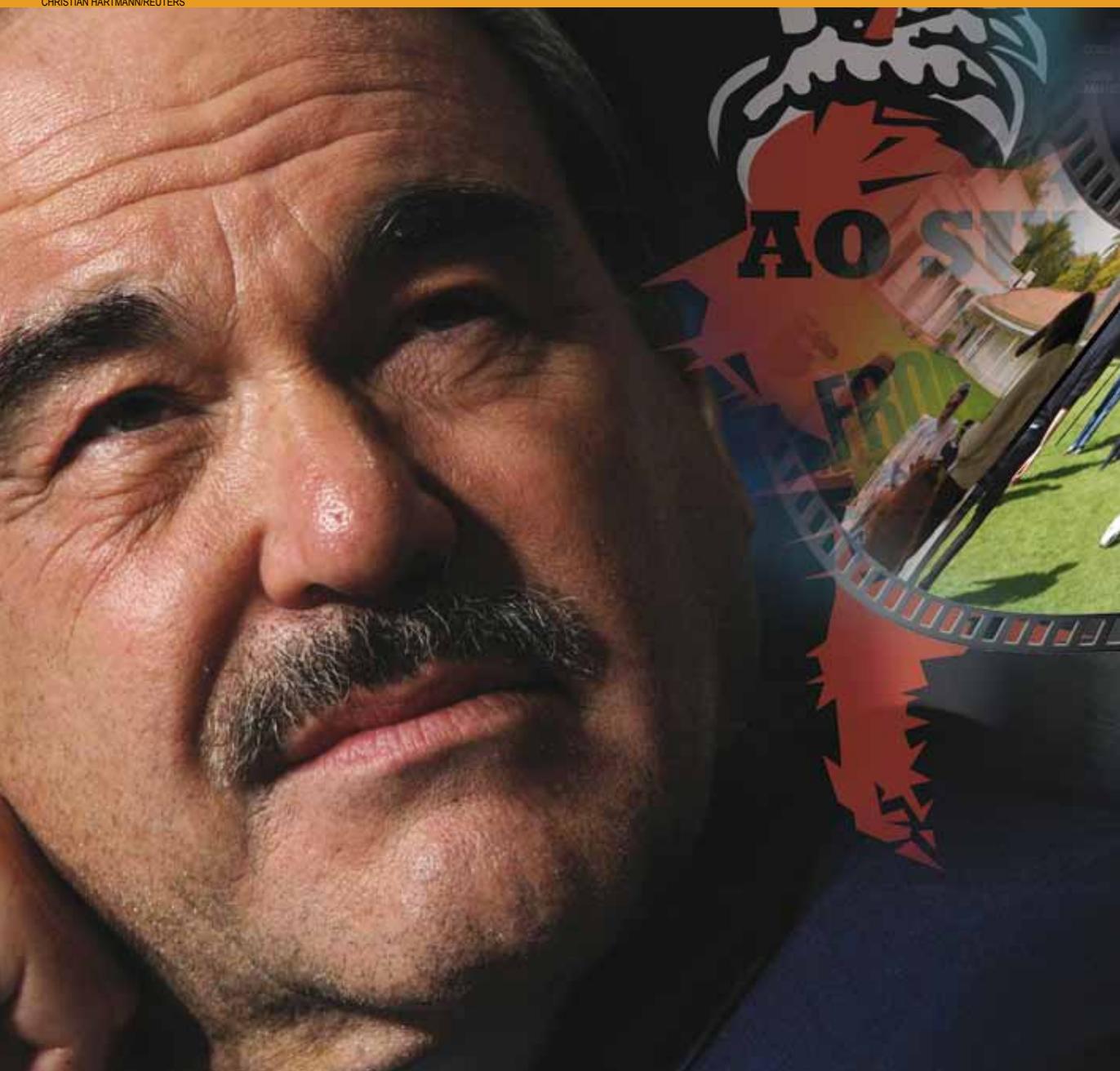
na internet

www.versus.ufrj.br
visite



O jogo de OLIVER

CHRISTIAN HARTMANN/REUTERS



ESPECIAL

O cineasta de *Platoon* se divide entre grandes projetos de Hollywood e trabalhos autorais. O último, o documentário *Ao sul da fronteira*, resulta de seu fascínio pela América Latina.

Eduardo Graça, de Los Angeles
Especial para **VERSUS**

ARTE GIL CASTRO



Em um primeiro momento, a constatação parece óbvia: Oliver Stone, como boa parte de seus pares na indústria cinematográfica norte-americana, pratica com esmero o velho jogo de Hollywood: um projeto para os estúdios, gerando milhões de dólares, outro para ele próprio, investindo em temas que vão fundo no que o ex-recruta da Guerra do Vietnã percebe como os mais emergenciais de seu tempo. O diretor de *Nascido em 4 de julho* lança no Brasil em setembro – justamente quando completa 64 anos – *Wall Street – o dinheiro nunca dorme*, em que revisita um dos personagens mais emblemáticos

EUROPA FILMES



ASTRO. Stone com o principal personagem de seu documentário

de sua extensa filmografia: Gordon Gekko, o espertalhão do mercado financeiro que garantiu a Michael Douglas seu Oscar de melhor ator em *Wall Street*, de 1987. Neste ano, Stone também lançou na América

do Sul e nas grandes cidades dos EUA o documentário *Ao sul da fronteira*, uma viagem por Venezuela, Brasil, Paraguai, Bolívia, Equador e Argentina, em que procura apresentar aos americanos sem o viés atemorizante da Fox e mesmo da CNN a nova esquerda no poder na América Latina, um continente presente nos sonhos do cineasta desde *Salvador, o mártirio de um povo*, de 1986 (mesmo ano em que lançou sua obra-prima, *Platoon*), uma investigação dramática sobre o envolvimento dos EUA na guerra civil salvadorenha.

Com certa dificuldade para ouvir seu interlocutor – “tem como você sentar mais perto, Eduardo?” –, alguns quilos acima do peso ideal e com um brilho no olhar típico de quem acredita estar fazendo algo extremamente original no mundo das repetições cautelosas em que se transformou Hollywood, Stone, bigode preto cuidadosamente aparado, cabelo levemente esvoaçado, conversou com a VERSUS sobre as entranhas do Império, o fascínio pela América do Sul e as novas facetas do mercado financeiro global. Com vocês, Oliver Stone:

O senhor acabou de passar uma temporada na América do Sul, lançando Ao

Argh (faz cara de desgosto). É absolutamente nojenta esta história de tentar fazer uma ligação entre as FARC e a candidatura do PT. Esta coisa toda da Colômbia...

E também as afirmações de que o governo boliviano é conivente com o tráfico de cocaína e que estamos fazendo filantropia com o Paraguai...

Ele está simplesmente repetindo a política norte-americana para a região. Um dos objetivos de Washington é destruir a Unasur (União de Nações Sul-Americanas). Eles, definitivamente, não querem que o organismo seja uma realidade na região, não querem ter de lidar com a Unasur.

EUROPA FILMES



EM LA PAZ. Na gravação do depoimento de Evo Morales

sul da fronteira. Como foi rever o presidente Lula?

Foi interessante, especialmente porque conheci a ministra Dilma.

Qual foi sua impressão?

Que mulher inteligente! Extremamente inteligente. Ela sabe do que está falando. Espero que vença as eleições em outubro.

O principal candidato da oposição, o ex-governador de São Paulo, José Serra, vem falando extensivamente sobre a América do Sul...

Quais os objetivos do Departamento de Estado na região?

Os EUA querem destruir a Venezuela, acredito mesmo que, se possível, com uma invasão. Não querem que a Unasur se transforme em um organismo importante, apostam no fracasso em Honduras. É uma política extremamente negativa para a região, com a ajuda dos aliados colombianos.

Recentemente tanto o *Washington Post* quanto o *Miami Herald* publicaram editoriais alertando seus leitores para o resultado das eleições brasileiras, que

HOLLYWOOD.
Dirigindo Michael Douglas, em *Wall Street – o dinheiro nunca dorme*. Nas telas do Brasil em setembro

seriam fundamentais para indicar para onde vai a região nos próximos anos e o quão isolado Hugo Chávez ficará...

E eles estão certos afirmando o óbvio. Os investimentos do Brasil na Venezuela são importantíssimos, e, dependendo do resultado das eleições, os rumos do que eu chamo de revolução pacífica sul-americana serão alterados...

Assisti a *Ao sul da fronteira* em um cinema de bairro, no velho Greenwich Village, e foi impressionante observar a reação da plateia, muita gente emocionada, aplausos no fim da seção. Foi impossível não deixar de notar a quantidade de pessoas de origem latino-americana no cinema...

Adorei isso! Que bom. Porque o filme está sendo ignorado pela imprensa norte-americana. Mas é a natureza deste tipo de projeto: você tem de fazer e pronto.

Qual foi sua motivação para fazer o documentário?

Pensei como um jornalista: tinha uma grande história em minhas mãos. Descobri que eu também era muitíssimo

mal-informado pela imprensa americana sobre a região. Chávez me disse: "Se você não acredita no que eu digo, saia da Venezuela e vá conhecer a realidade de meus vizinhos." E eu fui! Fiz seis documentários com meu produtor, Fernando Sulichin, dois deles sobre Fidel Castro, e *Salvador, o martírio de um povo*, uma ficção baseada em fatos reais. Então, meu interesse pela América Latina é algo concreto, já tem história. Mas, claro, não é meu único interesse. Fernando é argentino e foi ele quem disse que eu *precisava* ver o que acontecia em seu continente. E o documentário é isso: uma introdução à nova realidade daqueles países.

E os líderes que o senhor entrevistou são bem diferentes uns dos outros. Lula não é Chávez, Rafael Correa não é Evo Morales, os Kirchner não são o presidente Lugo...

Sim, são figuras únicas, não tenho dúvida disso, e mergulhadas em realidades específicas, mas todos, creio, trabalham com um mesmo conceito: independência dos EUA. E também manter

FOX FILMES





MAKING OF.
Equipe de Stone
com Fernando
Lugo, em
Assunção. Em
Quito, Rafael
Correa e Raúl
Castro

os recursos de seus países para uso de suas populações, o que é, embora não pareça, uma ideia radical nos dias de hoje.

Também é interessante ver a ênfase que o senhor deu ao fato de, pela primeira vez na História da região, os governantes se parecem com os governados...

Isso é importantíssimo.

Não é interessante pensar que aqui nos EUA o processo é oposto? Pense nas eleições de meio-termo para a renovação do Congresso e dos governos de estado em novembro. Nunca se teve um número tão grande de milionários usando seus próprios fundos para se eleger em cargos públicos. Nova York já é governada pelo homem mais rico da cidade, e na Califórnia as duas candidatas majoritárias do Partido Republicano, para o Senado e para o governo do Estado, são milionárias. O mesmo acontece em Connecticut...

Isso é o que Wall Street, a instituição, faz! Vamos falar agora sobre meu outro filme? (risos)

Sim, claro! Esta volta ao tempo financeiro em um momento de ruína é, no mínimo, uma provocação, não?

Vejo mais como uma tentativa de olhar de forma humanista para a Wall Street do século XXI com base nas histórias comuns de cinco personagens, um deles já conhecido do público. O público

não está de fato interessado em derivativos e no vocabulário confuso do mercado financeiro. Mas é possível perceber o que de fato aconteceu em 2008 seguindo esta dança dos cinco personagens, como são as relações entre eles. De um modo ou de outro, a maneira como eles reagiram à Grande Recessão de nossos tempos, nos falam sobre os dias de hoje.

Ao sul da fronteira e Wall Street – o dinheiro nunca dorme termina com uma mensagem de esperança sobre os EUA. Que um novo governo possa fazer diferença, tanto em relação aos vizinhos do sul quanto ao universo do mercado financeiro, encerrando a fase de total desregulamentação do setor...

Sim, você tem razão, eu sou este ser cheio de esperança. Sou assim mesmo, o que posso fazer? É minha natureza. Lembro que fui criticado no *Wall Street* original porque o personagem vivido pelo Charlie Sheen se regenera, percebe seus erros e vai parar na cadeia. Ou seja, há esperança, mesmo naquele mundo. Se você lê o jornal com atenção todos os dias, só há notícias ruins, pouca esperança, e você tem vontade de cometer um suicídio por dia, se isso fosse possível. Eu sigo acreditando ser fundamental acreditar que precisamos sobreviver a estes tempos difíceis. Em *O dinheiro nunca dorme* o banqueiro vivido por Josh Brolin vai para a cadeia. Há sim esperança neste mundo sórdido em que vivemos. **M**



O cineasta de trincheira

Pablo Kaschner

A experiência pessoal de Stone na Guerra do Vietnã virou matéria-prima para os dois filmes de maior impacto que marcaram a trajetória do diretor

EUROPA FILMES

William Oliver Stone

nasceu em Nova Iorque em 15 de setembro de 1946. Influenciado pelo pai, que era corretor da bolsa de valores, ingressou na conceituada Universidade de Yale para cursar economia. Mas o Stone economista não teria vida longa. Um ano após entrar na faculdade, deixou os estudos e se alistou no Exército.

Em abril de 1967, seguiu para a Guerra do Vietnã, onde serviu por um ano e meio. Se Stone optou por também não seguir a carreira militar, a vivência que teve como combatente lhe serviu ao menos de inspiração. Os longas *Platoon* (1986) e *Nascido em 4 de julho* (1989) – duas de suas obras-primas da trilogia sobre a Guerra do Vietnã, encerrada com *Entre o céu e a terra* (1993) – são baseados em sua experiência pessoal no conflito.

Após servir no Vietnã, Stone volta para os Estados Unidos e

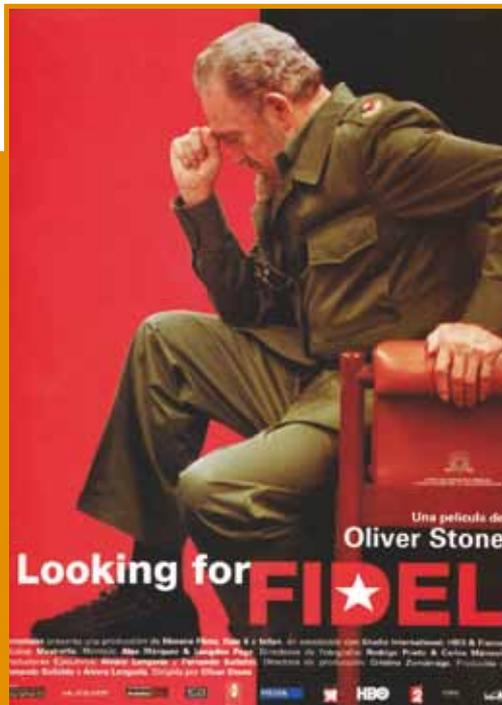
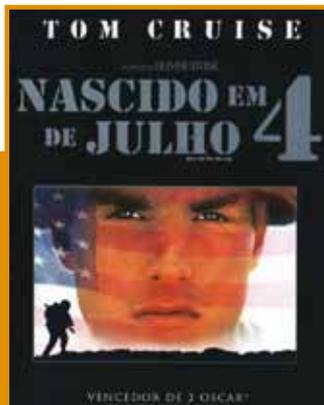
forma-se na Escola de Cinema da New York University, tendo como mentor ninguém menos que Martin Scorsese. Seu curta de conclusão de curso, *Last Year in Vietnam* (1971), é uma mostra clara do quanto a violência da guerra fora marcante em sua vida e, consequentemente, em sua produção cinematográfica.

Após sua estreia na direção de um longa, com *Seizure*, Stone passa a trabalhar como roteirista, ganhando notoriedade por filmes como *O Expresso da Meia-Noite* (1978), de Alan Parker, e o violento e impactante *Scarface* (1983). Depois do filme de terror *A mão*, ignorado pela crítica, seu terceiro filme na direção, *Salvador – o martírio de um povo* (1986), antecipou os temas e preocupações políticas, sempre controversas, de sua filmografia, àquela altura ainda incipiente.

Salvador foi um prenúncio do

que estava por vir. No mesmo ano de 1986, *Platoon* arrebatou público e crítica, com uma visão nua e crua do conflito vietnamita. A motivação de Stone era expor fielmente, sem demagogia política ou sentimentalismo, o sangrento e desesperado dia a dia de um pelotão na selva do Vietnã. O filme – contraponto à propaganda hollywoodiana protagonizada por John Wayne em *Os boinas-verdes* (1968) – mostra os horrores da guerra através dos olhos de Chris (Charlie Sheen), jovem combatente e alter ego de Stone. *Platoon* recebeu oito indicações e quatro prêmios Oscar (melhor filme, melhor direção, melhor som e melhor montagem), e tornou-se um surpreendente sucesso de público e crítica.

No ano seguinte, com *Wall Street*, novamente o Stone economista dá as caras. Charlie Sheen (em pelotão que está ganhando não se mexe)



A GUERRA COMO TEMA.

Platoon e Nascido em 4 de julho. Documentário sobre Fidel Castro reafirma o interesse do cineasta pelo drama latino-americano

interpreta Buddy Fox, um jovem corretor da bolsa que sonha conhecer seu ídolo, Gordon Gekko (Michael Douglas), um milionário ganancioso e frio que ignora os sentimentos quando se trata de negócios. Uma árdua crítica à era yuppie e à ganância dos especuladores da bolsa de valores mais importante do mundo. O novo filme do cineasta retoma o assunto. Lançado recentemente em Cannes, *Wall Street – o dinheiro nunca dorme* tem o capitalismo financeiro como alvo, no ambiente da crise capitalista recente.

Em 1989, com *Nascido em 4 de julho*, o cineasta retorna ao tema da guerra. Stone leva às telas a história de Ron Kovic, soldado dos EUA que, ferido na Guerra do Vietnã, fica paraplégico e passa a questionar a ética e os objetivos do seu país na guerra, até se tornar um ativista político, lutando

contra a guerra e pelos direitos dos deficientes físicos. A produção receberia oito indicações ao Oscar, rendendo ao cineasta as estatuetas de melhor diretor e melhor edição.

Em sua filmografia, destacam-se ainda a cinebiografia *The Doors* (1991), em que revisita os excessos dos anos 60; *JFK* (1991), controversa produção que gerou debate público e a revisão de detalhes do assassinato de John Kennedy; e o violento *Assassinos por natureza* (1994). Afeito à polêmica, Stone dirigiu na década de 2000 três documentários incendiários, dois deles para TV: *Comandante* (2003) e *Procurando Fidel* (2004), ambos compostos de entrevistas com Fidel Castro, e *Persona non grata* (2003), com depoimentos de líderes paletinos.

Oliver Stone não esteve livre de fracassos. *Alexandre* (2004), épico que retrata o lendário rei de Ale-

xandria como gay, e *W.* (2008), uma biografia de George W. Bush lançada em um momento no qual a figura do ex-presidente já estava desgastada, estão entre eles.

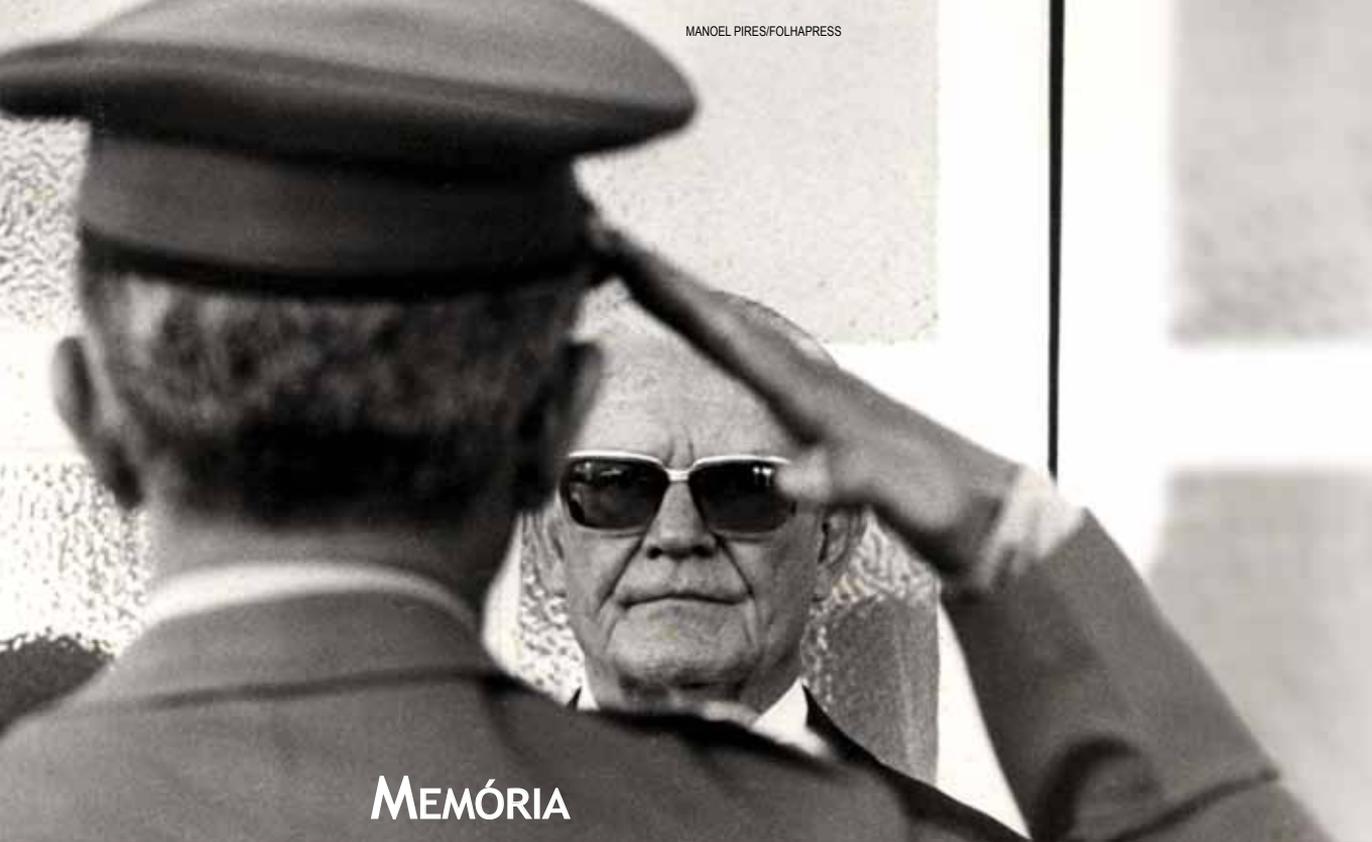
Hoje, aquele garoto que amava os Beatles e os Rolling Stones e mandado foi ao Vietnã lutar com *vietcongs* gira o mundo a mostrar as coisas lindas – e as nem tanto – da América (basta ver que seu próximo projeto é uma cinebiografia do traficante Pablo Escobar). Provocador como Glauber e com ideais arraigados como rocha, talvez não seja mero acaso que se chame Oliver Stone. ▽

Fontes de pesquisa:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Oliver_Stone

<http://filmmakersite.blogspot.com/2008/09/oliver-stone.html>

http://www.2001video.com.br/colecao/selecao_colecao.asp?CodColecao=13



MEMÓRIA

“Foi o Geisel”

Da redação

Presa ao desembarcar no Brasil em 1974, a professora Maria da Conceição Tavares deixou a prisão por ordem direta do próprio ditador Ernesto Geisel. O então presidente fora informado do caso por Mario Henrique Simonsen, contemporâneo de Conceição na Fundação Getulio Vargas e que à época era ministro da Fazenda. Essa é uma das revelações feitas pela economista na entrevista que concedeu a um grupo* de professores reunidos por VERSUS, cuja maior parte foi publicada na edição anterior (nº 4) da revista. Conceição contou que foi o também ministro (Indústria e Comércio) Severo Gomes (que no futuro viria a ser senador pelo MDB) quem avisou Simonsen. “O Severo foi ao Mario (Simonsen) e disse: ‘Mario, sabe que sua colega Maria Conceição está presa? A filha a viu sendo levada no aeroporto do Rio de Janeiro. Ninguém sabe

onde está,’” relatou. De acordo com a professora, Simonsen então foi a Geisel. Segundo relato posterior do ex-ministro a ela, ao saber do fato, o general-presidente teria esmurrado a mesa e dito: “Não é nada com ela, é conosco”.

A frase de Geisel era uma referência à disputa que travava no governo com setores duros do regime, contrários à distensão política conduzida pelo ministro da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva. Aqueles setores, sob a liderança do ministro do Exército, Sylvio Frota, tinham o seu núcleo político na chamada Comunidade de Informações. A tática era criar embaraços ao governo Geisel. A essa linha dura do governo foram atribuídos, por exemplo, os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho nos porões do regime militar. “Depois ele pegou o Frota adiante na esquina”, lembra Conceição – na queda de

braço interna da ditadura, Geisel defenestrou Sylvio Frota do poder em 1977.

Maria da Conceição Tavares deixou o país depois do Golpe Militar de 1964. Passou pela França, México e Chile. No país da América do Sul, colaborou com a equipe econômica do governo socialista de Salvador Allende. Na entrevista realizada por ocasião de seus 80 anos de idade, completados em abril, a economista confessou não se sentir à vontade até hoje para falar sobre o episódio de sua prisão. “Acho muito chato. Não foi nada comparado com o que foi os anos de chumbo dos outros. Mas enfim, todo mundo sabe que o cotovelo da gente dói mais do que a morte de seis soterrados no terremoto”, disse.

“Fiquei 48 horas só. Se fosse mais, teria ficado maluca. Aquelas celas brancas geladas que só têm uma janela, que não é janela ne-



MARCO FERNANDES

Presa ao entrar no Brasil na década de 1970, a economista Maria da Conceição Tavares revela que foi solta por ordem direta do ditador

nhuma, você não vê nada pra lá, só eles que veem pra cá, as pernas incham, você não bebe nem come, não pode fumar, não pode fazer porra nenhuma. Estava à beira da loucura”, recorda.

No interrogatório a que foi submetida, Conceição relata que perguntas estapafúrdias eram feitas por conta dos arquivos seus remexidos pela polícia. “Foi cômico em certo momento: eu nua, de capuz dando aula sobre o que era imperialismo”, recorda. “O homem deve ter achado que eu estava maluca e me disse: ‘Esse negócio de ser professora é perigoso’.” Maria da Conceição disse que a prisão deixou algumas sequelas psicológicas: “Fiquei com um medo de dar aula, tive que trabalhar com minha analista pra ver que ser professor não era tão perigoso. No fundo era porque vinham espionar as aulas da gente”. **V**

SIMONSEN.
Ministro comunicou a prisão ao general

MARCO FERNANDES



FOLHAPRESS

Em vídeo, na internet

* VERSUS reuniu os professores Aloísio Teixeira (reitor da UFRJ), José Luís Fiori (diretor adjunto do Núcleo de Estudos Internacionais da UFRJ), Carlos Nelson Coutinho (diretor da Editora UFRJ) e Alcino Camara (decano do CCJE), além do jornalista Luiz Carlos Maranhão, para entrevistar Maria da Conceição Tavares. A primeira parte da conversa foi publicada na edição anterior (nº 4) de VERSUS.

A íntegra da entrevista gravada em vídeo está na página da revista na internet, www.versus.ufrj.br. O conteúdo é imperdível para o leitor sintonizado com temas da agenda internacional e do país. Assuntos como o papel do Estado na economia, a incorporação política da nova classe média e o alcance da luta de classes no desenho atual do capitalismo fazem parte do diálogo entre a professora e os entrevistadores.

ESTRADA

WOODSTOCK em Praga

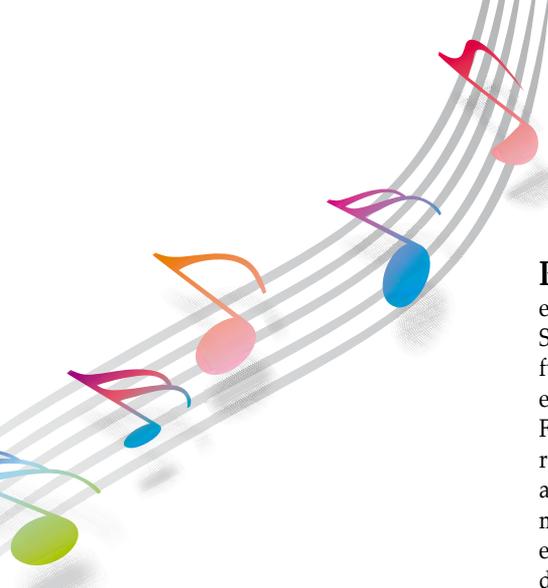
*Em junho, durante 20 dias, Carlos Nogueira, da equipe de pesquisadores de **VERSUS**, visitou Praga, Madri e Lisboa. Na capital da República Tcheca, de ruas tortuosas entre construções de arquitetura gótica, Carlos foi surpreendido por sons de canções que fizeram a trilha de Woodstock, lá se vão 41 anos. À época do festival que conferiu dimensão histórica à contracultura, a atual República Tcheca estava sufocada pelos tanques soviéticos. Em Lisboa e Madri, Carlos Nogueira testemunhou os efeitos da crise econômica e a perseguição a imigrantes, que se manifesta irracionalmente diante das ciladas do capitalismo no Velho Continente.*



ARTE GIL CASTRO



Praga

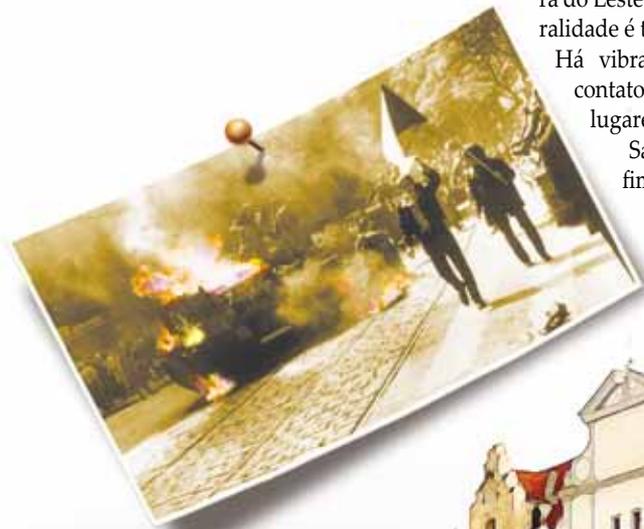


PRAGA Joe Cocker está em Praga. Do pequeno hotel na Staromestské Náměstí, ouço, do fundo da noite, uma voz insistente entoando “A Little Help From My Friend” vinda de um bar. A Staromestské Náměstí foi palco dos acontecimentos políticos na primavera de 1968. Na idade média, esta praça da Cidade Velha serviu de cenário ao martírio na fogueira da Inquisição. Haja história. Não é à toa que essa cidade, fincada entre as colinas da região da Boêmia e que se estende aos dois lados do rio Vltava, é a metrópole da cultura do Leste Europeu. A multiculturalidade é traço de sua identidade. Há vibração da juventude no contato com pessoas de outros lugares.

Saio à rua nesta manhã de fim de primavera. A gótica

Igreja de São Nicolau fica para trás. Enveredo por vias tortuosas, margeadas por arquitetura instigante. No antigo bairro judaico visito a primeira sinagoga da Europa, a Staranová, construída em 1270. Reza a lenda que no século XVI, na Staranová, o rabino Loew criou o Golem para proteger do antisemitismo o gueto de Josefov. A expressiva comunidade judaica de Praga, obrigada a viver em guetos e a pedir autorização para ir e vir, gerou a maior expressão literária do país: o judeu Franz Kafka.

Na Karlův Most (Ponte Carlos) músicos e cantores se exibem metidos em figurinos da Idade Média.





Mais adiante, um grupo canta “California Dreamin’”. Um espanto: The Mamas and Papas revisitado. Venho do lado da ponte onde fica o bairro Staré Mesto, sigo em direção à Malá Strana, do outro lado do rio. Paro em um restaurante antes de seguir para o Museu Kafka. O rádio do automóvel estacionado toca “Cry Baby”. Janis Joplin está em Praga.

De volta à Staroměstské Náměstí, mas próximo à Torre da Pólvora, reconheço a estridência da guitarra desvairada de Jimi Hendrix no som do bar. A canção do artista que reinventou a guitarra e seus lísergicos acordes me arremessa há 42 anos, em imagens alucinadas da Praça Wenceslau, da Primavera de Praga, do Agosto de 1968, de tanques soviéticos, da insurgência sufocada.

Não há sinais de pobreza em Praga, mas no centro da cidade percebemos a desagregação social de algumas pessoas que, após 1993, com o fim do regime socialista, ficaram à margem, perambulando pelas ruas, imersos em um não lugar. A sombra permanente que as habita tem como origem a agonia da mais absoluta solidão.

O medo dos vencidos



CREATIVE COMMONS

MADRI O final da primavera traz temperaturas amenas. Mas neste junho uma onda de calor que se aproxima dos 34 graus varre a cidade. Quente também é a atmosfera política com as centrais sindicais e partidos mobilizando-se contra as medidas de arrocho econômico propostas pelo governo. Ao cair da tarde, embarco no ônibus 53, no Parque de las Avenidas, para o centro de Madri. O veículo serpenteia por amplas avenidas, praças, museus e ruas estreitas e floridas. No Centro, pela Calle Toledo, chego à Plaza Mayor. Uma horda de turistas ocupa as mesas dos bares. Sob os arcos que levam ao pátio central, uma canção gitana surge se impondo no burburinho. Numa banca de jornal, os jor-

nais destacam a crise do euro e a Reforma Laboral de Zapatero. Em momentos críticos assim aumentam as atitudes de intolerância, xenofobia e racismo.

Sigo para o bairro boêmio La Latina. No trajeto, três viaturas policiais cercam uma loja, atendendo à denúncia de uma suposta tentativa de assalto. Na calçada em frente, ao vê-los, uma família de imigrantes colombianos que vende bolsas e roupas, pensando que a ação dos soldados tinha-nos como alvo, se encosta na parede, pavor refletido nos olhos. Episódio que me fez recordar o texto dos astecas, compilado pelo antropólogo Miguel León-Portilla, no livro *A visão dos vencidos*, narrando como viram a conquista dos espanhóis: “...alguns vão vestidos de ferro... vão infundindo terror. As pessoas simples ficam apenas tomadas pelo medo... como se a terra rodopiasse através de seus olhos.”

Percebo, naquele momento, que os sinais da crise na Espanha estão dados. Como o “outro” da cultura, os imigrantes acabam sendo os culpados.

CRISE.
Imigrantes
cada vez mais
ameaçados na
Europa

No Rossio, pequena África

LISBOA A semelhança do idioma e a arquitetura – que nos remete ao Centro da cidade do Rio de Janeiro ou a Salvador – me faz sentir em casa. Da Avenida da Liberdade, pelo Parque dos Restauradores, pego o Elevador da Glória rumo ao Miradouro de São Pedro de Alcântara. A cidade lá embaixo, descortinada. Pelo Bairro Alto, desço em direção ao Largo do Chiado. À margem do Tejo, chicoteados pelo vento, os versos do primeiro canto d’*Os Lusíadas*, de Camões, vão e vêm na memória.

Mas são duas Lisboas. Uma antiga, histórica, seis vezes centenária. A outra, sofisticada, moderna, capitalista. Prédios modernos surgem na paisagem. No ambiente

social, as contradições estão vivas. Frederico, estagiário do Oceanário (museu de biologia marinha situado no Parque das Nações), diz que em 2009 o número de visitantes era três vezes maior do que o de 2010, e vê poucas perspectivas profissionais para o jovem em Lisboa. Sinais da crise. A taxa de desemprego beira os 11% em Portugal, país periférico na Comunidade Europeia.

Para parte dos migrantes, os CNAIs – Centros de Nacionais de Apoio aos Imigrantes, programa governamental para as áreas jurídica, social, de emprego e habitação – são usados como instrumento de controle para a deportação daqueles em situação irregular. No Rossio, concentram-

se muitos imigrantes angolanos, uma espécie de “pequena África” lisboeta, parafraseando o compositor Heitor dos Prazeres, quando se referia à zona portuária do Rio de Janeiro do início do século XX.

Em Belém, junto ao Monumento dos Navegantes, criado em homenagem aos pioneiros das viagens ultramarinas, ouço portugueses usando gírias brasileiras. Às vezes resulta em curiosa combinação: “Não estou a acompanhar a Copa do Mundo, pá. Fui.” É efeito da presença da programação de tevê brasileira em Lisboa. Mas a língua é dinâmica, influenciando e sofrendo influências, navegando nos dois sentidos. E como disse Fernando Pessoa: “Navegar é preciso.” **▼**

LISBOA.
Passeata
organizada
pelos
comunistas
contra
medidas do
governo



Independência, no bom sentido da palavra

Matías Vernengo *

ENERALDO CARNEIRO/FÓRUM-UFRJ



** Professor do Departamento de Economia da Universidade de Utah (EUA) e professor do CCJE da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em economia pela New School for Social Research.*

Os bancos centrais são instituições relativamente recentes. Os primeiros bancos centrais surgiram na Europa, na transição para o capitalismo há uns 350 anos, para financiar o Estado e os interesses da nascente burguesia mercantil. Fundamentalmente, o Príncipe concedia uma série de privilégios aos donos, agentes privados, do banco, como o direito de emitir moeda, e em troca recebia crédito para financiar suas aventuras militar-mercantis. É geralmente aceito pelos historiadores que a hegemonia britânica, consolidada com sua vitória sobre os rivais franceses no século XVIII, se

deveu em grande medida à capacidade de endividamento do governo inglês, permitida pelo Banco da Inglaterra, fundado após a Revolução Gloriosa de 1689.¹

Ao contrário do que se ouve regularmente na mídia e na boca dos economistas neoliberais do *establishment*, a função precípua dos bancos centrais na sua origem era exatamente financiar o Estado. O banco central era por definição dependente do Tesouro. Não somente os bancos centrais eram instrumentos da política de Estado, e, portanto, subservientes aos interesses do governo, mas também foram instrumento das políticas de desenvolvimento industrial a par-

tir do século XIX. Adicionalmente, a evidência sugere que os países com bancos centrais tinham taxas de juros menores, com o que todo o processo de endividamento para alavancar a expansão industrial era mais desenvolvido.

Em particular, ao manter uma taxa de juros baixa na média, por períodos longos, o banco central garantia não somente crédito mais barato na ponta para os empresários, mas, ainda mais importante, garantia um custo baixo para a dívida pública. Uma taxa de juros baixa permitia ao Estado a expansão do aparato militar e de infraestrutura necessária para promover o desenvolvimento. Por exemplo,

durante o período da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial, o Federal Reserve (Fed), banco central norte-americano, garantia a taxa de 2,5% para os títulos públicos de longo prazo. Se alguém tentasse vender títulos forçando a queda de seu preço e uma subida de seu prêmio de risco, o Fed simplesmente comprava os títulos e eliminava a pressão deflacionista sobre o preço. Dessa forma, o Fed bancou a expansão da relação dívida-produto norte-americana – que chegou a 120% ao fim da guerra –, o que permitiu a consolidação da hegemonia americana.

Um outro modo pelo qual os bancos centrais historicamente afetaram o processo de desenvolvimento foi por meio da manipulação da taxa de câmbio. Uma taxa de juros baixa, que não atrai fluxos de capital por fornecer baixa remuneração, implica pouca demanda pela moeda doméstica e, consequentemente, uma taxa de câmbio relativamente desvalorizada. Com isso a compra de produtos importados é dificultada, e a produção local é estimulada. Uma taxa de juros elevada, por outro lado, desfavorece os produtores locais e promove a acumulação financeira, garantindo retornos elevados aos rentistas e especuladores do mercado financeiro. A aderência ao Padrão Ouro na Inglaterra, em especial nos anos 20, é geralmente vista como uma defesa da *City*, o mercado financeiro londrino, que acabou por minar o já enfraquecido poderio industrial inglês, o que levaria eventualmente à perda da sua hegemonia global.

A intervenção nos mercados financeiros permitiu aos bancos centrais estabelecer taxas de câmbio múltiplas, e com isso favorecer a produção doméstica de certos produtos e ao mesmo tempo faci-

“

Uma taxa de juros elevada, por outro lado, desfavorece os produtores locais e promove a acumulação financeira, garantindo retornos elevados aos rentistas e especuladores do mercado financeiro

litar a importação de outros. Isso foi vital no caso dos países em vias de desenvolvimento, que precisavam estimular a produção local, mas ainda eram dependentes da importação de máquinas e equipamentos dos países mais desenvolvidos.

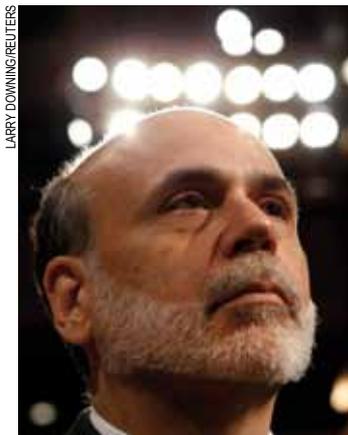
Finalmente, cabe notar que ao controlar dois dos preços macroeconômicos mais importantes, o do dinheiro e da sua relação com as moedas estrangeiras (i.e., a taxa de juros e a de câmbio), o banco central teve historicamente um papel fundamental na determinação do terceiro preço relevante para a economia como um todo,

nomeadamente: o salário dos trabalhadores.

Em geral taxas de juros mais elevadas por períodos longos, beneficiando rentistas e desfavorecendo o endividamento, tendem a reduzir as taxas de crescimento da economia e reduzir a demanda por trabalho. Isso, por sua vez, enfraquece os trabalhadores e permite que os salários sejam mantidos em patamares mais baixos. Ou seja, o banco central é uma instituição crucial no controle da distribuição de renda, e por isso mesmo é usado como instrumento da classe dominante para disciplinar os trabalhadores.

Em suma, os bancos centrais foram essenciais na ascensão da classe capitalista, na construção de diversas hegemonias globais, na promoção do desenvolvimento industrial, e na capacitação do Estado para realizar essas tarefas. É nesse contexto que deve ser entendido o discurso recente a favor do banco central independente. Até a aceleração inflacionária que se seguiu ao fim do sistema de taxas de câmbio fixas de Bretton Woods e aos choques do petróleo nos anos 1970, a inflação era somente uma das várias preocupações dos bancos centrais. Em outras palavras, só muito recentemente é que os bancos centrais passaram a se preocupar prioritariamente com a estabilidade de preços como objetivo predominante de suas políticas.

Mas se a inflação resultou dos aumentos dos preços das *commodities*, como o petróleo, o processo de estabilização foi utilizado globalmente pelos movimentos conservadores liderados por Thatcher e Reagan para punir a classe trabalhadora pelas vitórias ligadas ao Estado de Bem-Estar. Taxas de juros altas, em praticamente todo o mundo, levaram ao desemprego nos países desenvolvidos e à estagnação na pe-

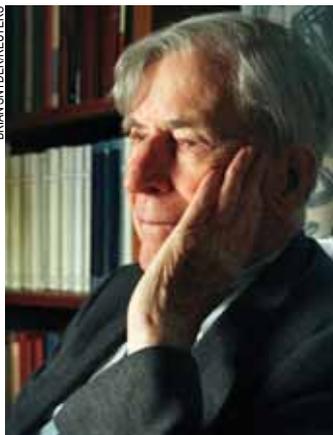


LARRY DOWNING/REUTERS

BERNANKE. Versão autocelebratória

riferia, com exceção de boa parte da Ásia, que não sofreu como a América Latina com a crise da dívida. A preocupação com a inflação, e a mitificação do banco central independente como arma contra esta, resultou da necessidade das elites no centro do capitalismo de controlar a expansão do Estado de Bem-Estar e de manter a sua hegemonia global na periferia. Somente aqueles que seguiam o receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI) eram agraciados com os créditos para lidar com a crise da dívida. Estes invariavelmente implicavam cortes nos gastos, congelamento de salários e maior desemprego.

É por isso que somente nos anos 90, após a vitória neoliberal, a necessidade da independência do Banco Central do Brasil (Bacen) passa a constar como uma das prioridades da agenda política. É importante destacar que o Banco da Inglaterra só passou a ser independente do Tesouro após a eleição de Tony Blair em 1997. Ou seja, o fenômeno não é meramente local e faz parte de um movimento global. Não somente se defende



BRIAN SYDNER/REUTERS

GALBRAITH. Independência de quem?

a independência operacional do Bacen, uma vez que ele é formalmente dependente do Ministério da Fazenda, e se tenta sempre que possível passar legislação no Congresso e no Senado para garantir a autonomia formal, mas também se limita a capacidade de fazer política monetária com o sistema de metas de inflação, com base em falsos critérios técnicos.

Não é verdade que países com bancos centrais ligados ao Tesouro têm inflação mais elevada sempre. Teríamos que acreditar, por exemplo, que o Fed da Reforma de 1935 ao Acordo de 1951,² que impôs a independência de fato, provocou grande aceleração inflacionária. O que sabidamente não ocorreu. Ou ainda deveríamos comungar com a versão autocelebratória de Ben Bernanke, atual *chairman* do Fed, sobre o papel favorável dos bancos centrais independentes na chamada Grande Moderação, isto é, a estabilidade de preços das últimas duas décadas. Na verdade, não foi tanto a independência dos bancos centrais que permitiu a estabilização, mas uma série de fatores, como o menor repasse dos

preços de bens importados aos preços domésticos, por sua vez um resultado da globalização, que reduziu os efeitos inflacionários dos aumentos de preços das *commodities*. O papel dos bancos centrais foi mais limitado e esteve ligado ao seu papel como instrumento da contenção dos salários, que permitiu as reduzidas taxas de inflação.

Quando se coloca a questão da independência do Bacen em contexto histórico, o que deveríamos perguntar é qual é o objetivo que esta autonomia busca e que interesses beneficia. Como dizia John Kenneth Galbraith, a pergunta relevante é: independência de quem? A independência do Tesouro, historicamente recente, esta ligada à defesa dos interesses financeiros, daqui e de fora do país, que se beneficiam com uma taxa de juros real que permanece como a mais alta do mundo praticamente desde o Plano Real de 1994. Independência do sistema financeiro, por outro lado, permitiria uma taxa de juros mais baixa e um câmbio mais desvalorizado, estimulando a produção nacional e a geração de emprego. O exemplo a seguir parece ser o da Argentina, onde o antigo presidente do banco central foi defenestrado, e substituído por uma economista progressista, Mercedes Marcó del Pont, que promete usar a instituição para promover o crédito subsidiado para a indústria nacional. A independência do *establishment* é dependência disfarçada. ▣

NOTAS

¹ De fato, a relação dívida-produto (i.e., entre o montante devido e o total produzido na economia) na Inglaterra ao tempo das Guerras Napoleônicas (1797-1815) era de aproximadamente 300%. Ou seja, foi a dívida, exorbitante para padrões modernos, que permitiu a construção da chamada *Pax Britannica* do século XIX.

² Mesmo depois de 1951 o Fed continuou a ter como mandato não somente a estabilidade de preços, mas também o pleno emprego.

BC sob controle da sociedade

ENTREVISTA/ALFREDO SAAD

ENERALDO CARNEIRO/FÓRUM-UFRJ



Da redação

Professor do Departamento de Estudos do Desenvolvimento da University of London, Alfredo Saad é especialista em economia política do desenvolvimento. Na sua opinião, a obsessão pelo controle inflacionário, e a busca permanente de taxas de inflação excessivamente baixas, aumenta a rigidez da economia, reduz a disponibilidade de crédito, eleva o desemprego e corta a capacidade de crescimento das economias em desenvolvimento. Segundo ele, a autonomia dos bancos centrais e a política de metas de inflação tornaram-se ortodoxia em boa parte dos países desenvolvidos e de renda média. Sobre a autonomia do Banco Central (BC), o professor é enfático: a sociedade não pode abrir mão do controle da instituição. De passagem pelo Brasil para participar do seminário internacional “O Estado Desenvolvimentista: Crise e Retomada?”, organizado pela UFRJ, Alfredo Saad falou a VERSUS.

VERSUS Aqui no Brasil, a autonomia do Banco Central está no debate da sucessão presidencial. Qual a sua opinião sobre o assunto?

Alfredo Saad A autonomia do Banco Central e a política de metas de inflação têm sido chamadas de “novo consenso” em política monetária por duas razões. Primeiro, e obviamente, porque elas têm se difundido ao redor do mundo nas últimas duas décadas, tornando-se a ortodoxia em boa parte dos países desenvolvidos e de renda média. É notável, entretanto, que estão fora desse consenso de política países importantes como os EUA, o Japão e a China, onde é institucionalmente esperado que a política monetária busque atingir objetivos além da mera estabilidade de preços. Segundo,

porque o discurso hegemônico entre os economistas, na imprensa e no debate político, enfatiza a necessidade de estabilidade monetária para o crescimento econômico, e a suficiência dessa condição no caso das chamadas economias de mercado.

Apesar da sua popularidade, esses supostos são falsos. A literatura econômica demonstra, repetidamente, que o crescimento da oferta de moeda não tem relação direta ou necessária com a taxa de inflação, e que a baixa inflação conseguida por intermédio da manipulação dos juros não basta para garantir o crescimento econômico – o que deve ser evidente no meio da maior crise econômica desde 1929. Mais ainda, não existe prova de que políticas de controle absoluto da inflação por meio das metas inflacionárias estejam associadas a taxas de crescimento especialmente elevadas, ou a reduzida volatilidade econômica. Nesse sentido, então, o chamado “novo consenso” tem bases intelectuais e empíricas muito frágeis.

No Brasil, as políticas de metas de inflação e independência do Banco Central têm sido perseguidas com grande determinação desde a crise do Real, em 1999. Nessa área, o governo Lula não ofereceu nada de novo no que diz respeito ao governo Cardoso. Eu acho que seria importante abrir um debate honesto sobre o assunto no período eleitoral, o que permitirá confrontarmos questões essenciais sobre o modelo de desenvolvimento que o Brasil adotará nos próximos anos.

V É correta a adoção de um modelo de política econômica baseado no rígido regime de metas de inflação, combinado com a política de liberdade cambial?

AS O atual modelo de política econômica pode manter a inflação

“

O Brasil tem problemas muito sérios e urgentes para tratar, e a inflação não deve ser objetivo final da política econômica

baixa, mas a um custo muito elevado tanto em termos de perda de produto potencial e desemprego mais elevado do que seria possível manter com outro conjunto de políticas, como também em termos do orçamento público. Ora, dadas a importância do orçamento federal e a necessidade de implementar com rigor os princípios de responsabilidade fiscal, é surpreendente que o Banco Central possa gerar bilhões de reais de despesa para o contribuinte apenas variando a taxa de juros – isso sem escrutínio do Congresso ou um debate político a respeito dos usos alternativos desses recursos.

Evidentemente a inflação tem custos e não pode sair do controle, mas as estratégias de controle inflacionário também têm custos, e esses devem ser considerados com cuidado. Existe evidência na literatura econômica de que a busca desmesurada de taxas de inflação excessivamente baixas, como, por

exemplo, tentar cortar a inflação de 5% ao ano para 2%, traz um custo elevado e não proporciona ganhos de produtividade ou na taxa de crescimento do PIB. Para saber se o esforço adicional de controle da inflação vale a pena, é preciso ter um modelo apropriado, e também consultar os cidadãos que pagam o custo das políticas econômicas através dos seus impostos, do seu emprego, e da possibilidade ou não de realizarem seus sonhos e aspirações para o futuro.

V A elevação das taxas de juros é a ferramenta adotada aqui para segurar a inflação. O que o senhor diz sobre isso?

AS Certamente não é a única (ferramenta para controle da inflação). Sobre isso não há debate. O debate, que não vemos ser realizado no momento, é sobre estratégias alternativas que possam ter um custo menor – por exemplo, ao incluir um menu mais amplo de instrumentos de controle da inflação, e permitirem o debate político a respeito do custo das políticas alternativas a serem implementadas pelo Banco Central e pelo Ministério da Fazenda.

V Qual o impacto dessa política (elevação dos juros e controle da inflação) visto de um horizonte desenvolvimentista?

AS A obsessão pelo controle inflacionário, e a busca permanente de taxas de inflação excessivamente baixas, aumenta a rigidez da economia, reduz a disponibilidade de crédito, eleva o desemprego e corta a capacidade de crescimento das economias em desenvolvimento. O Brasil tem problemas muito sérios e urgentes para tratar, e a inflação não deve ser objetivo final de política. O objetivo é eliminar a

“

... é surpreendente que o **Banco Central** possa gerar bilhões de reais de **despesa para o contribuinte** apenas variando a taxa de juros

pobreza, aumentar o bem-estar social, prover educação e saúde para os cidadãos, e assim por diante. A inflação é uma das restrições ao bem-estar que podemos atingir, e deve ser tratada como tal – uma restrição entre outras –, e não mitificada como se fosse o objetivo maior das políticas públicas.

V Briga-se, aqui, pelo controle social da justiça, do Congresso, da mídia. As decisões do Banco Central, que, afinal, influenciam todo o ambiente macroeconômico, não teriam que responder a algum controle?

AS Certamente que sim. O controle do Banco Central pela sociedade, por intermédio do Congresso e de outras instituições sociais, é fundamental para que a economia se mantenha como uma parte da vida social, mas não se torne a parte dominante da nossa existência. Esse imperativo é evidente na vida



VALTER CAMPANATO/ABR

DIVULGAÇÃO



AUTONOMIA EXCESSIVA. O presidente do BC, Henrique Meirelles e a sede do banco, em Brasília

social das pessoas normais, e deveria valer também para a sociedade como um todo.

V Qual o nível de autonomia dos bancos centrais nas economias centrais e nas emergentes, como a China?

AS Isso depende, e varia muito. No caso da China, o banco central tem muito pouca autonomia; ele é um departamento de Estado controlado, como os outros, pelo Partido Comunista chinês. No caso dos EUA, o Fed é responsável perante o Congresso e deve buscar

atingir objetivos de controle inflacionário, estabilidade financeira e geração de empregos. Cada caso é um caso, mas o Brasil certamente está num extremo indesejável de autonomia excessiva e busca pelo Banco Central de objetivos muito estreitos. Isso não é bom para ninguém, muito menos para o próprio Banco Central, que se apequena como instituição pública ao prestar um desserviço à nação e ser capturado pelos interesses do setor financeiro, que se beneficia mais que todos os outros da busca obsessiva das metas arbitrárias de inflação. ▣

Keynes e o longo prazo



O artigo que ora nos propomos a resenhar tem uma característica peculiar. “Perspectivas Econômicas para os Nossos Netos”¹ é um dos poucos textos de John Maynard Keynes em que ele trabalha com uma

perspectiva de longuíssimo prazo (cem anos). Afinal, uma das frases mais citadas do autor é “no longo prazo estaremos todos mortos”, frase que tirada de sua perspectiva tem gerado uma imagem dele como um economista que não se importa muito com as consequências de suas propostas para um período mais longo, e foi justamente esta acusação a que foi levantada por autores ortodoxos quanto ao tipo de política econômica que se aplicou nos anos 1945-1973: uma política econômica que supostamente faria variar positivamente o emprego e a renda no curto prazo, mas que no longo prazo criaria um constrangimento fiscal que impediria gastos públicos substantivos por um longo período e geraria um serviço de dívida que penalizaria as gerações subsequentes.

Pois bem, não só não é verdade que este tipo de política gera este tipo de consequência, embora este não seja o espaço para esta discussão, como tampouco se pode dizer que Keynes simplesmente ignorava o longo prazo. Seria mais correto dizer que ele duvidava dos instrumentos analíticos disponíveis ao seu tempo para previsões, que tinha uma posição filosófica que enfatizava o fruir do presente e, em termos econômicos, tinha sérias dúvidas de que a abstenção do consumo presente em prol do consumo futuro teria efeitos positivos agregados sobre a renda e o emprego.

As dúvidas sobre a capacidade da probabilidade em fornecer um modelo de riscos mensuráveis e seu apego à ideia da existência de um “quê” de incerteza em relação ao futuro,

Alcino Camara*

Professor titular do Núcleo de Estudos Internacionais (NEI) da UFRJ

irredutível ao cálculo probabilístico, são bastante conhecidos entre os economistas.

As consequências filosóficas de sua filiação desde os tempos da juventude aos ensinamentos de Moore, que, na verdade, estão na origem motivacional de seu trabalho doutoral sobre Probabilidade, já são menos conhecidas.

Segundo esta corrente, muito em voga na Cambridge da juventude de Keynes, em face da impossibilidade de antecipar todas as consequências advindas de sua ação presente sobre o futuro, as pessoas deveriam buscar fazer o bom e desfrutar o belo segundo seu desejo, abstraindo-se de suas consequências pela impossibilidade de conhecê-las completamente.

Dito de outra forma, o sacrifício de, suponhamos, quarenta anos, para chegar a um pretenso equilíbrio que poderá ter mudado no caminho e, talvez, jamais ser alcançado não é bom, nem belo, muito menos sensato.

Tendo em conta esta rápida incursão no pensamento de Keynes, podemos inserir este texto no conjunto de sua obra e melhor interpretá-lo.

Trata-se de um texto escrito quando da instalação da Grande Depressão, em 1930, quando tudo que se poderia fazer

¹ “Perspectivas Econômicas para os Nossos Netos” reproduzido em *El Futuro del Capitalismo*, coletânea organizada por Claudio Napoleoni. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. O original, “Economic Possibilities for our Grandchildren”, encontra-se nos *Collected Writings of John Maynard Keynes*, vol. 9. O artigo é de 1930.



de pior era adotar o pessimismo, que reduziria ainda mais o consumo, aumentaria a preferência pela liquidez e, no fim da linha, alimentaria a depressão e o desemprego. É importante lembrar ainda que a Inglaterra não tinha, como os EUA, vivido os exuberantes anos 20. Desde a tentativa de volta ao padrão-ouro na paridade do pré-guerra determinada por Churchill em meados dos anos 20 padecia de severo desemprego e de taxas de crescimento muito baixas e mesmo nulas.

Assim, Keynes vai concentrar o texto em tentar demonstrar por que este pessimismo de curto prazo era fora de contexto e precisava ser relativizado.

Para tanto, ele vai adotar uma perspectiva histórica bastante ampla, tentando trazer para o foco de análise o conjunto da história humana. Não foi o primeiro texto em que aparece o Keynes historiador, discípulo confesso de John Commons, institucionalista americano que tinha uma interpretação bem peculiar da História, que o pouco espaço disponível não nos permite reproduzir. No entanto, esta é a primeira vez em que Keynes recupera em sua análise o período pré-histórico imediatamente anterior ao nosso e o compara ao período iniciado pela invasão de metais preciosos de outros continentes na Europa iniciado aproximadamente no século XVII. A óbvia semelhança entre estes dois períodos é o surgimento de um grande número de inovações que modifica a vida humana e gera um crescimento extraordinário. Nestes períodos a renda média da população (e, no último, especialmente nos países

desenvolvidos) teria crescido extraordinariamente, bem como o conforto de seu cotidiano, contrariamente aos outros períodos da história humana, em que a acumulação ou as guerras não teriam permitido o aumento do bem-estar ou ainda o crescimento não teria sido superior ao crescimento demográfico.

Keynes aponta as inovações mais como cadeias de transmissão e perpetuação destes períodos de crescimento do que como seus únicos detonadores. Em outros textos, ele esboça a tese de que a invasão dos metais preciosos da América na Europa e a consequente monetização de suas economias teriam tido um papel central. Mas no texto que estamos resenhando, ele apenas insinua isto ao tratar da pilhagem de um navio espanhol por Drake, financiado, entre outros, pela Coroa britânica e como a parcela da Coroa teria servido ao financiamento da constituição da Companhia das Índias Orientais e o dinheiro lá investido anualizado seria equivalente ao conjunto das propriedades inglesas na Índia.

Fica, portanto, obscuro, os elementos que levaram a explosão de criatividade que levou as inovações e a acumulação acelerada subsequente nestes dois períodos históricos. No entanto, fica claro que a mera extrapolação das taxas de crescimento dos três séculos anteriores e o estabelecimento das hipóteses de que não haveria a seguir guerras devastadoras e explosão demográfica mais acelerada permitiriam auferir que as necessidades humanas básicas seriam satisfeitas no espaço de duas gerações, ao menos nos países avançados.²

Tendo em conta o critério dele de necessidades básicas, não podemos dizer que ele estivesse tão longe da realidade em relação aos países desenvolvidos, considerando-se que ainda temos mais cinquenta anos pela frente em relação ao prazo considerado.

Onde ele errou feio foi no efeito transformador que isto engendraria sobre a sociedade humana e a transformação ética e social que geraria. Como Engels e Marx, ao tratar do futuro pós-socialismo, ele constrói, malgrado o alerta de que novas questões, preocupações e desafios apareceriam, uma utopia que está mais longe de nós do que esteve nos chamados anos keynesianos do período Bretton Woods, onde mesmo com a ameaça de liquidação mútua havia a ascendência ética da ideia de que buscar a socialização dos frutos do progresso humano comum era a mais justa e urgente das tarefas daquelas gerações e da sociedade organizada e que este interesse deveria prevalecer sobre todos os outros.

Hoje a defesa da riqueza em seu “valor real” é o mais sagrado dever das sociedades organizadas e violá-lo é ameaçar o progresso que um dia virá para todos não se sabe em que longo prazo, mas certamente não o longo prazo keynesiano, pois nele estaremos, de fato, todos mortos.

² Segundo ele as necessidades humanas se dividiriam em básicas e aquelas decorrentes do desejo de ultrapassar os semelhantes em demonstração de riqueza.

Perspectivas econômicas para os nossos netos

I

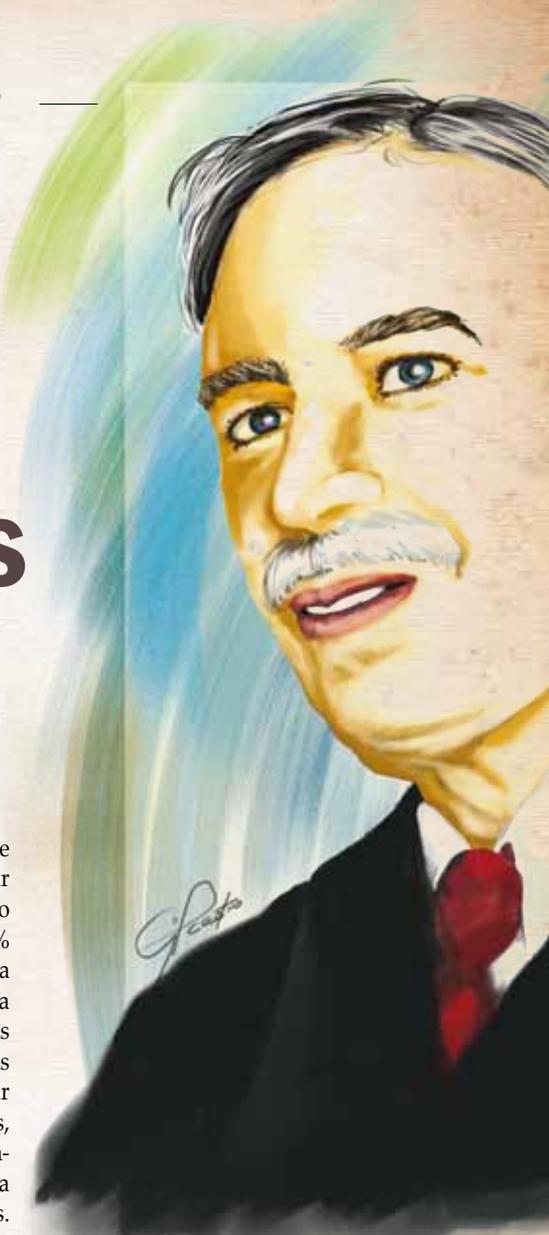
Neste momento, estamos afetados por um grave ataque de pessimismo econômico. É comum escutar as pessoas dizerem que agora está encerrada a época de imenso progresso econômico que caracterizou o século XIX; que agora a rápida melhoria do padrão de vida deverá diminuir de ritmo, pelo menos na Grã-Bretanha; que, na próxima década, o mais provável talvez seja o declínio e não o florescimento da prosperidade.

Considero que essa é uma interpretação extremamente errada do que está acontecendo. Nós não sofremos dos achaques da velhice, mas sim de distúrbios de um crescimento feito de alterações muito rápidas, assim como das dores de adaptação de um período econômico a outro. A eficiência técnica intensificou-se a um ritmo mais rápido do que o que nos permitiria resolver o problema da absorção da mão de obra; o melhoramento do padrão de vida se processou de um modo excessivamente rápido; o sistema bancário e monetário mundial impediu que a taxa

de juro caísse com a velocidade necessária ao reequilíbrio. Apesar disso, o desperdício e a confusão resultantes envolvem apenas 7,5% da renda nacional; jogamos fora um xelim e 6 pence para cada libra esterlina, e ficamos com 18 xelins e 6 pence; se tivéssemos sido mais inteligentes, teríamos podido ficar com uma esterlina inteira; mas, com tudo isso, os 18 xelins e 6 pence valem agora o que valia uma esterlina cinco ou seis anos atrás. Esquecemos que, em 1929, o volume da produção da indústria britânica era superior ao de qualquer outro momento anterior; e que, no ano passado, o ativo líquido da balança de pagamentos, disponível para novos investimentos no exterior, após terem sido pagas todas as importações, era superior ao de todos os outros países, superando inclusive em 50% o ativo correspondente dos Estados Unidos. Ou, se quisermos transformar as coisas numa questão de paralelos, suponhamos ter de reduzir nossos salários pela metade, denunciar quatro quintos da dívida nacional e acumular o excedente em ouro puro, ao invés de emprestá-lo a 6

ou mais por cento: então nos encontraríamos numa posição similar à tão invejada França. Mas isso melhoraria alguma coisa?

A depressão que domina o mundo, a atroz anomalia do desemprego num mundo repleto de necessidades, os desastrosos erros que cometemos, tornam-nos cegos diante do que está ocorrendo por baixo da superfície das coisas, ou seja, diante do significado das autênticas tendências do processo. Com efeito, quero afirmar que ambos os erros contrapostos de pessimismo, que levantam hoje tanto rumor no mundo, demonstraram-





ARTE GIL CASTRO

se errados no curso de nossa própria geração: o pessimismo dos revolucionários, que pensam que as coisas vão tão mal que nada nos pode salvar a não ser uma transformação violenta; e o pessimismo dos reacionários, que consideram o equilíbrio de nossa vida econômica e social demasiadamente precário para nos permitir arriscar novos experimentos.

Neste ensaio, contudo, minha finalidade não é examinar o presente e o futuro imediato, mas sim dessembarçar-me das perspectivas a curto prazo e lançar-me no futuro. Que nível de vida econômica po-

deremos razoavelmente esperar dentro de um século? Quais são as possibilidades econômicas de nossos netos?

Desde os tempos mais remotos de que temos conhecimento (digamos, dois mil anos antes de Cristo), até o início do século XVIII, o nível de vida do homem médio, que vivesse nos centros civilizados do mundo, não sofreu grandes modificações. Seguramente, houve altos e baixos. Surgimento de epidemias, carestias e guerras. Intervalos áureos. Mas nenhum salto à frente, nenhuma mudança violenta. Nos quatro mil anos que se concluíram por volta do ano da graça de 1700, alguns períodos fizeram registrar uma melhoria de 50% (no melhor dos casos, de 100%) em relação a outros.

Essa lenta taxa de progresso, ou essa falta de progresso, devia-se a dois motivos: a ausência evidente de melhoramentos técnicos de relevo; e a falta de acumulação de capital.

A ausência de grandes invenções técnicas entre a era pré-histórica e os tempos relativamente modernos é verdadeiramente digna de nota. Quase tudo o que o mundo possuía de importância substancial no início da era moderna já era conhecido pelo homem nos albores da história. A linguagem, o fogo, os próprios animais domésticos que temos hoje, o trigo, o azeite de oliva, o arado, a roda, o remo, a vela, as peles, os tecidos, os tijolos e as telhas, o ouro e a prata, o cobre, o estanho e o chumbo (ao qual se acrescentou o ferro antes de 1000 a.C.), o sistema bancário, a arte do governo, a matemática, a astronomia e a religião: não sabemos quando foi que o homem teve essas coisas pela primeira vez entre as mãos.

Numa certa época, anterior ao início da história, talvez durante

um daqueles intervalos favoráveis que precederam a última época glacial, deve ter existido uma era de progresso e de invenções comparáveis à que vivemos hoje. Mas, na maior parte da história propriamente dita, não ocorreu nada semelhante.

A idade moderna se abriu, penso eu, com a acumulação de capital iniciada no século XVI. Creio que isso, por motivos com os quais não devo tornar pesado este ensaio, tenha resultado inicialmente do aumento dos preços (e dos lucros) determinado pelos tesouros de ouro e de prata que a Espanha trouxe do Novo para o Velho Mundo. Desde então e até hoje, o processo de acumulação segundo o juro composto, que parecia em letargia durante tantas gerações, ganhou nova vida e assumiu novas forças. E a repercussão de um juro composto para um período de mais de dois séculos é algo que faz vacilar a fantasia.

Permitam-me citar um exemplo, por mim elaborado, para ilustrar a magnitude dessa capitalização. O valor dos investimentos da Grã-Bretanha no exterior é estimado, hoje, em cerca de 4 bilhões de libras esterlinas, e fornece uma renda anual de cerca de 6,5%. Metade dessa renda, nós a trazemos para a pátria e a consumimos; a outra metade, ou seja, 3,25%, deixamos que se acumule no exterior a juro composto. Alguma coisa do gênero ocorreu ininterruptamente durante 250 anos.

Com efeito, eu sinto o início dos investimentos ingleses no exterior no momento em que Drake subtraiu um tesouro à Espanha, em 1580, precisamente o ano em que retornou à Inglaterra trazendo consigo os maravilhosos despojos do Golden Hind. A Rainha Elizabeth era uma forte acionista do grupo que financiara a expedição.



Ensaio

Com sua parte do tesouro, a Rainha pagou toda a dívida externa do país, equilibrou o orçamento e ainda ficou com 40 mil libras esterlinas em mãos. Foi essa, precisamente, a soma que investiu na Levant Company; e essa empresa prosperou. Com os lucros da Levant Company, foi fundada a East Índia Company; e os lucros dessa grande empresa constituem a base dos sucessivos investimentos externos da Grã-Bretanha. Ora, dá-se o caso de que a capitalização de 40 mil libras esterlinas à taxa de juro composto de 3,25% corresponde aproximadamente ao volume real dos investimentos externos da Grã-Bretanha em datas diversas; e o seu montante seria efetivamente a soma global de 4 bilhões de libras esterlinas que citei antes como volume atual de nossos investimentos nos exterior. Portanto, cada uma das esterlinas que Drake trouxe para o país em 1580 transformou-se em 100 mil esterlinas. Tal é a potência do juro composto!

A partir do século XVI teve início, prosseguindo com crescendo ininterrupto no século XVIII, a grande era das invenções científicas e técnicas, que, a partir do início do século XIX, conheceu desenvolvimentos incríveis: carvão, vapor, eletricidade, petróleo, aço, borracha, algodão, indústrias químicas, máquinas automáticas e sistemas de produção em massa, telégrafo, imprensa, Newton, Darwin, Einstein e milhares de outras coisas e homens suficientemente famosos e conhecidos para serem aqui recordados.

Qual foi o resultado? Apesar do enorme desenvolvimento da população mundial, que foi necessá-

rio dotar de casas e de máquinas, o padrão de vida médio na Europa e nos Estados Unidos aumentou – considero eu – quatro vezes. O desenvolvimento do capital ocorreu numa escala de longe superior em cem vezes à de qualquer outra época. E, doravante, não temos por que esperar um crescimento demográfico tão intenso.

Se o capital aumentar, digamos, a 2% ao ano, em 20 anos o aparelhamento produtivo do mundo aumentará em 50%; e, em cem anos, aumentará sete vezes e meia. Pensem nisso em termos de bens materiais: casas, transportes, etc.

Ao mesmo tempo, os melhoramentos técnicos nos setores manufatureiros e de transporte se processaram, nos últimos dez anos, a taxas muito superiores às anteriormente registradas na história.

Nos Estados Unidos, a produção *per capita* da indústria, em 1925, superava em 40% a de 1919. Na Europa, obstáculos acidentais obstruíram nosso caminho; mesmo assim, é lícito dizer que o rendimento técnico está aumentando a um ritmo superior à taxa composta de 1% ao ano.

Há bons motivos para conside-

“

A depressão que domina o mundo, a atroz anomalia do desemprego num mundo de necessidades (...) tornam-nos cegos diante do que está ocorrendo

rar que as revolucionárias transformações técnicas, que até agora envolveram sobretudo a indústria, cedo se aplicarão à agricultura. Pode bem ocorrer que nos encontremos às vésperas de uma evolução do rendimento da produção agrícola de alcance análogo ao que se verificou na extração mineral, na indústria manufatureira, nos transportes. No decurso de pouquíssimos anos – pretendo dizer: no arco de nossas vidas – poderemos ser capazes de realizar todas as operações dos setores agrícola, mineral, manufatureiro, com um quarto da energia humana que éramos habituados a empregar.

No momento, a própria rapidez dessa evolução nos causa dificuldades e nos propõe problemas de difícil solução. Os países que não estão na vanguarda do progresso ressentem-se disso em medida relativa. Nós, ao contrário, somos atingidos por uma nova doença, da qual alguns leitores podem ainda não conhecer o nome, mas da qual muito ouvirão falar nos próximos anos: ou seja, o desemprego tecnológico. Isso significa que o desemprego provocado pela descoberta de instrumentos que economizam mão de obra procede a um ritmo mais rápido do que aquele com o qual conseguimos encontrar novos empregos para a mesma mão de obra.

Mas essa é apenas uma fase de equilíbrio transitória. Visto em perspectiva, de fato, isso significa que a humanidade está procedendo à solução de seus problemas econômicos. Afirmaria mesmo que, daqui a cem anos, o nível de vida dos países em progresso será de quatro a oito vezes superior ao atual. E nada disso seria surpreendente, à luz de nossos conhecimentos atuais. Não seria absurdo levar em consideração a possibilidade de progressos ainda maiores.

II

Admitamos, a título de hipótese, que daqui a cem anos a situação econômica de todos nós seja em média oito vezes superior à atual. Algo, na verdade, com que não devemos nos espantar.

É bem verdade que as necessidades dos seres humanos podem parecer inesgotáveis. Elas, todavia, dividem-se em duas categorias: as necessidades absolutas, no sentido de que as sentimos quaisquer que sejam as condições do seres humanos semelhantes a nós; e as relativas, no sentido de que existem apenas na medida em que a satisfação delas nos eleva, nos faz sentir superiores a nossos semelhantes. As necessidades da segunda categoria, as que satisfazem o desejo de superioridade, podem verdadeiramente ser inesgotáveis, já que – quanto mais alto for o nível geral – tanto maiores elas se tornarão. Mas isso não é verdade das necessidades absolutas: aqui podemos cedo atingir, talvez muito mais cedo do que pensamos, o momento no qual essas necessidades resultarão satisfeitas, no sentido de que preferiremos dedicar as energias restantes a finalidades não econômicas.

Chegamos assim à minha conclusão, que vocês talvez considerem desconcertante; que, aliás, vocês considerarão tanto mais desconcertante quanto mais pensarem nela.

A conclusão é a seguinte: afastando a eventualidade de guerra e de aumentos demográficos excepcionais, o problema econômico pode ser resolvido, ou pelo menos chegar ao ponto da solução à vista, no decurso de um século. Isso significa que o problema econômico, se olharmos para o futuro, não é o problema permanente da raça humana.

“

Para quem ganha o pão cotidiano com o suor do rosto, o tempo livre é um prazer ansiado: até o momento em que o obtém

Por que, vocês talvez perguntem, é isso algo assim tão desconcertante? É desconcertante porque, se, em vez de olharmos para o futuro, nos voltássemos para o passado, veríamos que o problema econômico – a luta pela subsistência – foi sempre até hoje o problema principal, o mais acicatante para a raça humana: aliás, não só para a raça humana, mas para todo o reino biológico, desde as origens da vida em suas formas primitivas. Portanto, a nossa evolução natural, a evolução de todos os nossos impulsos e de todos os nossos mais profundos instintos, ocorreu em função de resolver o problema econômico. Se ele fosse resolvido, a humanidade ficaria privada de sua meta tradicional.

Será isso uma coisa boa? Se acreditarmos, pelo menos um pouco, nos valores da vida, abre-se no mínimo uma possibilidade de que se trata de uma coisa boa. Contudo, eu penso com terror no redimensionamento de hábitos e de instintos no homem comum,

hábitos e instintos que nele cresceram durante inumeráveis gerações e que deverá abandonar no curso de poucas décadas.

Para empregar uma linguagem moderna, não devemos talvez aguardar um “colapso nervoso” geral? Já conhecemos uma experiência menor do tipo de fenômeno a que aludo, ou seja, um colapso nervoso similar, já muito comum na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, entre as mulheres casadas das classes mais favorecidas, mulheres infelizes em sua maioria, que a riqueza privou das tarefas e ocupações tradicionais: mulheres que não conseguem encontrar um interesse suficiente em cozinhar, limpar, remendar, quando falta o estímulo da necessidade econômica; e que, todavia, são absolutamente incapazes de inventar algo mais divertido.

Para quem ganha o pão cotidiano com o suor do rosto, o tempo livre é um prazer ansiado: até o momento em que o obtém.

Recordemos o epitáfio que escreveu para sua tumba uma certa velha empregada doméstica:

“Não fiquem tristes, amigos, não chorem por mim: é que finalmente não farei nada, nada eternamente.”

Esse era o seu paraíso. Como outros que aspiram ao tempo livre, a empregada imaginava quanto seria belo passar o tempo na condição de espectador.

Com efeito, havia mais dois versos no epitáfio:

“O paraíso ressoará de salmos e doces músicas; mas eu não farei esforço para cantar.”

Todavia, a vida será tolerável apenas para os que participarem do canto: e somos muito poucos os que sabemos cantar!

Portanto, pela primeira vez desde sua criação, o homem se encontrará diante de seu verdadeiro,

Ensaio

constante problema: como empregar a sua libertação das preocupações econômicas mais urgentes, como empregar o tempo livre que a ciência e o juro composto lhe terão fornecido, para viver bem, agradavelmente e com sabedoria?

Os incansáveis e decididos criadores de riqueza poderão levar todos, atrás de si, ao seio da abundância econômica. Mas só os que souberem manter viva, e levar à perfeição, a própria arte de viver, e que não se venderem em troca dos meios de vida, só esses é que poderão desfrutar da abundância quando essa chegar.

Todavia, não existe país ou povo que, em minha opinião, possa encarar sem terror a era do tempo livre e da abundância. Na verdade, durante muito tempo fomos treinados para labutar e não para gozar. Para o homem comum, privado de talentos particulares, o problema de encontrar uma ocupação é tenebroso, especialmente se já não tem mais raízes na terra e nos costumes ou nas convenções próprias de uma sociedade tradicional.

A julgar pelos resultados e pela conduta das classes ricas de hoje, em qualquer região do mundo, a perspectiva é verdadeiramente deprimente. Essas classes, com efeito, são por assim dizer a nossa vanguarda, os que exploram para nós a terra prometida e nela fincam as primeiras tendas. E, em sua maioria, tais pessoas – que têm uma renda independente, mas nenhuma obrigação, ligação ou associação – sofreram uma derrota desastrosa, ao que me parece, na tentativa de resolver o problema em questão.

Estou certo de que, com um pouco mais de experiência, nós nos serviremos do novo generoso dom da natureza de modo completamente diverso do que o fa-

zem os ricos de hoje; e traçaremos para nós um plano de vida completamente diverso, que nada tem a ver com o deles.

Por muitas gerações ainda, o instinto do velho Adão permanecerá tão forte em nós que teremos necessidade de um trabalho qualquer para ficarmos satisfeitos. Faremos, para servir a nós mesmos, mais coisas do que habitualmente fazem os ricos de hoje; e ficaremos bastante felizes por termos deveres limitados, obrigações, rotinas. Mas, além disso, teremos de nos empenhar em dividir cuidadosamente esse “pão”, a fim de que o pouco trabalho que ainda resta seja distribuído entre o maior número possível de pessoas.

Turnos de três horas e semanas de trabalho de quinze horas podem solucionar o problema por um bom período de tempo. Três horas de trabalho por dia, na verdade, são mais que suficientes para satisfazer o velho Adão que existe em cada um de nós.

Deveremos esperar mudanças também em outros terrenos. Quando a acumulação de riqueza não mais se revestir de um significado social importante, ocorrerão profundas alterações no código moral. Deveremos saber nos liberar de muitos dos princípios pseudomoraes que nos angustiaram supersticiosamente durante dois séculos, princípios que exaltavam como máximas virtudes as qualidades humanas mais desagradáveis. Devemos ter a coragem de atribuir à motivação “dinheiro” o seu verdadeiro valor. O amor pelo dinheiro enquanto posse, distinto do amor pelo dinheiro enquanto meio para gozar os prazeres da vida, será reconhecido pelo que é: uma paixão mórbida, um pouco repugnante, uma daquelas propensões meio criminosas, meio patológicas, que normalmente são entregues aos cui-

dados do especialista em doenças mentais.

Finalmente, seremos livres para deixar de lado todos os hábitos sociais e práticas econômicas relativas à distribuição da riqueza e às recompensas e penalidades econômicas, que atualmente conservamos a todo custo, ainda que em si desagradáveis e injustas, pela sua incrível utilidade em motivar a acumulação de capital.

Naturalmente, continuarão a existir muitas pessoas dotadas de ativismo e de senso de empenho intensos e insatisfeitos, que perseguirão cegamente a riqueza, a não ser que consigam encontrar um sucedâneo plausível para ela. Todavia, não mais seremos obrigados a louvá-los e a encorajá-los, porque saberemos penetrar, mais a fundo do que hoje é permitido, no verdadeiro significado desse “empenho” de que a natureza, em variada medida, dotou todos nós. “Empenho”, na verdade, significa a preocupação com os resultados finais da própria ação, mais do que com a sua qualidade ou com seu efeito imediato em nosso ambiente. O homem “empenhado” tenta sempre garantir para suas ações uma imortalidade espúria e ilusória, projetando no futuro o interesse que ele lá colocou. Não ama o seu gato, mas ama os gatinhos, ou, na verdade, nem mesmo os gatinhos, mas os filhos desses gatinhos e toda geração deles até quando existir a extinção dos gatos. Para eles, a marmelada não é marmelada, a não ser que se trate da marmelada de amanhã, jamais da marmelada de hoje. E, projetando assim no futuro a sua marmelada, tenta assegurar a imortalidade do trabalho com o qual a prepara.

Permitam-me recordar aqui o professor de Sylvie and Bruno:

“– É apenas o alfaiate, Sir, trazendo a sua continha – disse uma voz meiga ao lado de fora.

– Oh, muito bem – disse o professor aos alunos. – Resolverei esse seu problema, se tiver a gentileza de esperar um momento. Quanto é este ano, meu bom homem? – Enquanto falava, o alfaiate entrara.

– Veja, foi duplicado por tantos anos – respondeu o alfaiate, um pouco brusco – que agora estou pensando em querer o dinheiro. São duas mil libras, é isso!

– Pouca coisa – observou despreocupadamente o professor, remexendo nos bolsos, como se trouxesse sempre consigo aquela soma como mínimo. – Mas será que você não prefere esperar mais um ano e transformá-las em quatro mil libras? Pense em como você ficaria rico! Pense, você poderia se tornar um rei, se o quisesse!

– Não sei se estou interessado em me tornar um rei – comentou pensativo o homem. – Mas parece, na verdade, um montão de dinheiro... Bem, creio que esperarei...

– Certamente que esperará – disse rapidamente o professor. – Vejo que você tem cabeça. Bom dia, meu bom homem!

Tão logo a porta se fechou às costas do credor, Sylvie perguntou:

– Será que algum dia o senhor vai pagar a ele essas quatro mil libras?

– Jamais, minha filha! – respondeu enfaticamente o professor. – Preferirá cobrar até o dia de sua morte. Veja, sempre vale a pena esperar mais um ano para ter o duplo.”

Talvez não seja um acaso o fato de que a raça que mais fez para enraizar a promessa de imortalidade no coração e na natureza de nossas religiões seja também a que fez mais do que qualquer outra pelo princípio do juro composto e a que exalta particularmente essa que é a mais “empenhada” das instituições humanas.

Portanto, vejo os homens livres

voltarem a alguns dos princípios mais sólidos e autênticos da religião e das virtudes tradicionais: que a avareza é um vício; a extorsão da usura, um pecado; o amor pelo dinheiro, algo desprezível; e que quem menos se preocupa com o amanhã caminha verdadeiramente pela estrada da virtude e da sabedoria profunda. Voltaremos a avaliar os fins pelos meios e preferiremos o bem ao útil. Rendere-mos homenagem a quem souber nos ensinar a enfrentar a hora e o dia com virtude, às pessoas maravilhosas capazes de tirar um prazer direto das coisas, dos lírios do campo que não semeamos e não fiamos.

Mas atenção! Ainda não chegou a hora. Pelo menos por mais de cem anos teremos de fingir para nós mesmos e para todos os outros que o justo é errado e que o errado é justo, porque o errado é útil e o justo não o é. Avareza, usura, prudência devem ser o nosso deus ainda por algum tempo, porque só tais princípios podem nos fazer sair do túnel da necessidade econômica para a luz do dia.

Espero, portanto, para dias não muito distantes, a maior transformação que jamais se verificou no ambiente físico em que se move a vida dos seres humanos enquanto agregado. Mas, naturalmente, tudo ocorrerá gradualmente, não através de uma catástrofe. Aliás, tudo já começou. As coisas se processarão simplesmente assim: cada vez maiores serão as categorias e os grupos de pessoas para as quais os problemas da necessidade econômica terá praticamente desaparecido. O ponto crítico da diferença será percebido quando essa condição houver se generalizado a tal ponto que terá se alterada a natureza do dever do homem para com seu semelhante: com efeito, o empenho de fazer pelos outros

continuará a ter uma razão mesmo quando houver cessado o empenho de fazer em nosso benefício.

O ritmo com o qual poderemos alcançar nosso destino de beatitude econômica dependerá de quatro fatores: nossa capacidade de controle demográfico; nossa determinação de evitar guerras e conflitos civis; nossa vontade de confiar à ciência a direção das questões que são de sua estrita atribuição; e nosso esforço para que a taxa de acumulação seja determinada pela margem entre produção e consumo. Uma vez alcançado os três primeiros pontos, o quarto virá por si mesmo.

Nesse meio tempo, não será mau empreender alguns preparativos no sentido do que haverá de ser nosso destino, encorajando e experimentando as artes da vida, não menos do que as atividades que hoje definimos como “empenhadas”.

Mas, sobretudo, evitemos superestimar a importância do problema econômico ou sacrificar às suas atuais necessidades outras questões de importância mais profunda e mais duradoura. Deveria ser um problema para especialistas, como é o caso do tratamento dentário. Se os economistas conseguissem se fazer considerar como pessoas humildes, com uma qualificação específica, no mesmo plano dos dentistas, seria algo maravilhoso. ▽

(Extraído de J. M. Keynes, *Esortazioni e Profezie*, ed. italiana, Il Saggiatore, Milão, 1968, p. 273-283).

Texto em português

O futuro do capitalismo, organização de Claudio Napoleoni, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1982, p. 153-163, com tradução de Carlos Nelson Coutinho.

HERMANOS PARA SIEMPRE
EVO MORALES Y LULU

THIAGO BERNARDES/FOLHAPRESS



Hegemonia em xeque

Doutor em Ciência Política pela Universidade de Harvard, o professor argentino Atílio Borón afirma que os EUA perdem influência na América Latina, mas expandem sua presença militar no continente

Elisa Monteiro

com Redação

POPULARIDADE.

Bolivianos comemoram o 1º ano de Evo Morales na presidência da Bolívia, no bairro do Pari, em SP

hegemonia imperial a que historicamente os Estados Unidos submeteram os países da América Latina está em xeque. O professor de Teoria Política e Social da Universidade de Buenos Aires, Atílio Borón – referência no campo da esquerda quando se quer discutir as relações do império com as nações do subcontinente –, enumera alguns fatos para sustentar a tese. Ele diz que, pela primeira vez na História, desta a Doutrina Monroe,* os EUA não exerceram papel definitivo em episódios críticos no cenário latino-americano. “Não puderam sustentar o golpe militar sobre a Venezuela em 2002, que durou somente 48 horas; não tiveram papel importante na reso-

lução da crise de ameaça de movimentos separatistas na Bolívia em 2008; não puderam impedir a readmissão de Cuba à OEA, em 2009, após 47 anos”, enumera.

“Além disso”, diz Atílio Borón, o poder de Washington não foi suficiente para impedir que um país pequeno, como Equador, organizasse auditoria internacional que anulou cerca de dois terços da dívida externa do país, considerada pelos analistas como irreal. O mesmo Equador, lembra o professor, fechou a Base Militar de Manta, utilizada pelos EUA no território equatoriano. Borón observa a que a Alca (Área de Livre Comércio das Américas), arquitetada em Washington como principal política ex-

terna norte-americana para a região, fracassou. Ao passo que as iniciativas de integração entre os “do Sul”, como a Unasul (União de Nações Sul-Americanas), avançam – ainda que lentamente.

A derrota pela segunda vez consecutiva da indicação dos Estados Unidos para a Secretaria Geral da OEA (Organização dos Estados Americanos), com a reeleição do chileno José Miguel Insulza, é outro indicativo de mudanças nas relações entre o vizinho poderoso e as nações periféricas, na opinião do professor.

Atílio Borón avalia que o relativo enfraquecimento dos EUA nas últimas décadas sem dúvida abriu brechas para uma nova reconfigu-

ração do sistema de alianças. “Novos atores como a China, a Rússia e países do Oriente Médio, como o Irã, vêm ganhando espaço nas relações internacionais, inclusive junto aos países latino-americanos. É o caso da Venezuela ou do Brasil”, observa. “A contragosto dos EUA, tropas russas praticam exercícios militares de cooperação com as venezuelanas em pleno Mar do Caribe. À sua revelia, o Brasil avança em acordos de intercâmbio comercial, científico e tecnológico com Irã”, argumenta Borón. “E a China”, completa, “está completamente enfiada na América Latina.”

Por outro lado, afirma Borón, os Estados Unidos expandiram como nunca sua militarização em territórios estratégicos dos quatro cantos do planeta, sobretudo nas nações sul-americanas, mais especificamente na região Amazônica. O crescimento de lideranças de esquerda que fazem oposição à intervenção de Washington na América Latina, na visão de Atilio Borón, seria a principal preocupação do governo norte-americano, que tem na Colômbia uma espécie de estado-títere dos seus interesses na América do Sul.

Borón afirma que “a campanha midiática exportada pelos EUA” é uma das ferramentas nessa dispu-

ta. “O objetivo é a degradação da imagem de governos como o de Hugo Chávez, de Evo Morales e de Fidel Castro, frequentemente associados ao populismo, ao narcotráfico ou à ditadura.” Um “bombardeio ideológico”, segundo ele, facilitado pelo monopólio das informações sobre o continente nas mãos dos poucos veículos de comunicação de massa existente.

O posto de observação

do professor argentino Atilio Borón é o marxismo. Amigo pessoal de Fidel Castro, Borón, doutor em Ciência Política pela Universidade de Harvard, é um entusiasta das experiências políticas que deslocaram para a esquerda os governos da Venezuela, Bolívia e Equador. Entende que nesses países ocorre um processo de radicalização democrática, que põe setores historicamente oprimidos por elites oligárquicas e pelo imperialismo no caminho de um protagonismo inédito. Atilio Borón sabe do que está falando. É o autor de *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*, sua obra mais conhecida, e *A coruja de Minerva*. Convidado pelo Laboratório de Estudos Marxistas (Lema) do Instituto de Economia da UFRJ, o professor (ex-secretário do prestigiado Conselho

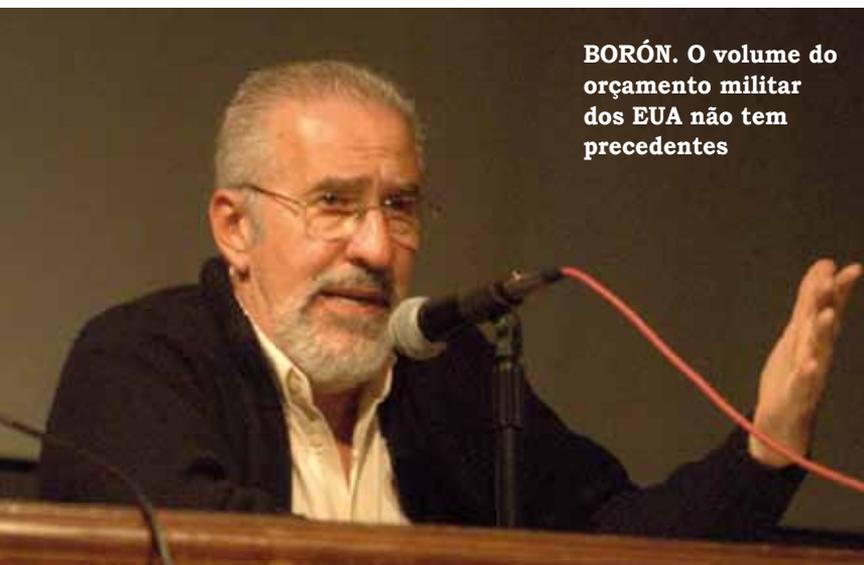
Latino-Americano de Ciências Sociais) esteve recentemente no Brasil para uma conferência que abriu o seminário *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. No encontro, ele traçou um quadro preocupante. Especialmente quando discute as pretensões estratégicas dos Estados Unidos em relação ao continente.

Para Atilio Borón, o fato de ter sua influência debilitada no continente, não quer dizer que os Estados Unidos tenham aberto mão de suas pretensões estratégicas em relação à América Latina. O potencial de recursos e riquezas existentes nos países da região é, segundo o seu raciocínio, o centro do interesse norte-americano. Borón lembra que os países da região guardam um manancial de matérias-primas para uma série de indústrias pela riqueza da biodiversidade. “É um território que concentra enormes depósitos energéticos, hidráulicos, petrolífero e de gás, além de minerais estratégicos para inovação tecnológica no campo aeroespacial e das comunicações”, destaca.

O professor titular de Teoria Política e Social da Universidade de Buenos Aires avalia que o relativo enfraquecimento dos EUA, nas últimas décadas, abriu brechas para uma nova reconfiguração do sistema de alianças.

Mas, segundo Atilio Borón, os Estados Unidos estão bem atentos a esse cenário. “O crescimento orçamentário norte-americano para gastos militares (não apenas em armamento, mas em todos os setores relacionados à guerra) não possui precedentes históricos”, diz. ▽

DELFINA MAGNONI



BORÓN. O volume do orçamento militar dos EUA não tem precedentes

* A Doutrina Monroe (referência ao presidente James Monroe), aprovada pelo Congresso norte-americano em 1823, pregava a “América para os americanos”. Por trás desse, digamos, lema, cometeu, no curso da história, sua política intervencionista no continente, e o fim da intromissão da Europa em assuntos do continente.

AMAZÔNIA

A era em que vivemos é dita digital. Mas, nesse Brasil desigual, a exclusão aqui também se reproduz. Há locais que nem mesmo conhecem a energia elétrica. Dirá o computador. Nos dias de extrema urgência, e nos quais tudo se dissipa na velocidade da luz, o rádio ainda se constitui numa importante fonte de informação. Nas Amazônias do Brasil, é a principal. Amazônias: vasto mundo incógnito para a maioria dos brasileiros.

No campo da comunicação local é notória a presença da “boca de ferro” ou a “rádio de poste”. O sistema faz parte da paisagem de Belém e de cidades consideradas médias e pequenas. Na capital do Pará é possível verificar tal modelo de comunicação mesmo no Centro da cidade. E é comum nas baixadas, como são tratadas as periferias.

Brasil profundo

Amazônias do Pará: comunicação de “boca de ferro”, mitos e assombrações em Joanes

Najla Passos* e Rogério Almeida**

* Jornalista, mestre em Estudos Culturais/Linguagens pelo Meel/UFMT.

**Jornalista, mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea/UFPA). É professor do Curso de Comunicação Social da Universidade da Amazônia (Unama).

“BOCA DE FERRO”.
Auto-falante em poste na periferia de Belém

ROGÉRIO ALMEIDA



“Boca de ferro” ou “rádio de poste” é um sistema de caixas de som espalhadas em locais estratégicos, como pontos de ônibus. Foi num sistema desses que, pela primeira vez, a banda Calypso foi veiculada. Naqueles dias distantes, a banda não possuía recursos para pagar o “jabá” aos locutores. Uma espécie de “agrado financeiro” para a música ser executada.

O som do Calypso, hoje popularizado para além rio-mar, começou a ganhar o mundo no sistema que fica no Mercado do Ver o Peso. Centro nervoso de Belém, que abriga o início da história da cidade, que soma perto de quatrocentos anos. Casario colonial, urubus e velas de embarcações compõem a aquarela. Terra que um dia foi do povo Tupinambá.

O hiato social nubla a capital do Pará. A arquitetura de madeira inunda as baixadas, enquanto que em áreas consideradas nobres os espigões germinam. Um milhão e meio de habitantes disputam território numa cidade quase ilha. Canais serpenteiam a urbe considerada a mais barulhenta do país.

Uma pequena chuva, comum na região, torna o trânsito, já caótico, insustentável. A informalidade impregna o ambiente econômico. Camelôs enchem as ruas do Centro. Eles são a dorsal da distribuição do sistema de produção pirata de audiovisual, em particular da música brega e suas variações.

O modelo de “boca de ferro” de comunicação coexiste com um

PODER.

Sede de um dos dois grupos que monopolizam a comunicação

formato de comunicação empresarial local que reproduz a matriz dos centros mais desenvolvidos. Os grupos familiares Barbalho e Maiorana controlam os principais meios de comunicação. Num modelo de concentração que agrupa emissoras de TV, jornais impressos, rádios AM/ FM e portais. A TV do grupo dos Barbalho repete o sinal da Bandeirantes, enquanto a TV dos Maiorana o da Globo. A emissora de rádio AM do grupo Liberal/Maiorana retransmite a programação da CBN. O grupo Liberal mantém dois jornais impressos: *O Liberal* e o *Amazônia*. Ao molde de *O Globo/Extra*. Na cena recente de comunicação local há a

CLODOALDO.
Ele comanda a Voz de Joanes



NAJLA PASSOS



BELÉM, ao entardecer. Um milhão e meio de pessoas disputam território numa cidade quase ilha

Rede Nazaré, ligada à Igreja Católica, que mantém emissora de TV, jornal impresso, portal e emissora de rádio.

Tal nuance de concentração da comunicação empresarial é tratada pelo professor Venício de Lima como monopólio cruzado. Além de Belém, as empresas possuem filiais em cidades consideradas estratégicas de cada região. E a cada eleição cada grupo toma partido. Neste instante, a ausência de tratamento equânime ganha maior musculatura.

A matriz editorial de ambos (Barbalho e Maiorana) tende a criminalizar ações/manifestações de movimentos sociais. Em particular o MST. Num estado marcado historicamente por intensos conflitos por terra, a cobertura da mídia é

precária. E quase sempre desconstruída.

No caso que envolveu terras da Agropecuária Santa Bárbara, da qual o banqueiro Daniel Dantas, do Banco Opportunity, é sócio, não foi noticiado que parte das terras envolvidas na questão era do Estado. E foi apropriada indevidamente pela família Mutran. E que por isso não poderia ter sido negociada. Omitiu-se ainda que, entre as propriedades, uma possuía registro de trabalho escravo e multa por crime ambiental. Caso da fazenda Espírito Santo, localizada no município de Xinguara, sudeste do Pará. A mesma omissão ou parcialidade pode ser verificada com relação aos passivos sociais e ambientais provocados pelos grandes projetos na região: extrativismo de

minério, construção de barragens e monoculturas.

No fim da década de 1990 e início dos anos 2000, a região protagonizou um interessante movimento de rádios comunitárias. Realizou um ciclo de encontros regionais em diferentes municípios da região. A pressão de grupos empresariais e a ação do Estado por meio da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e da Polícia Federal, ladeada por crise financeira e encerramento de atividades de várias instituições de apoio, acarretou no fim de inúmeras iniciativas autenticamente comunitárias, como a Rádio Alternativa de Marabá. Iniciativas originalmente comunitárias ou empresariais em pequena escala fazem história no Estado.



NULLAFASSOS

VER O PESO. Mercado é um dos centros nervosos da cidade. Urubus e comércio informal compõem a paisagem

“Boca de ferro” em Joanes

Na vila de Joanes, parte do território do município de Salvaterra, no arquipélago do Marajó, norte do Pará, 25 caixas de som levam informação e entretenimento para os 900 moradores. As caixas estão instaladas em postes de iluminação pública.

O arquipélago é a região com o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Pará. Os pobres e miseráveis chegam a 61% da população, enquanto a média nacional é de 32%, conforme dados do Censo do IBGE de 2000. As terras do arquipélago remetem ao tempo de sesmarias e capitâneas hereditárias. Há grandes fazendas que tensionam as terras ancestrais dos quilombolas. Não raro, há situações de conflitos, ameaças de morte e brigas judiciais.

A programação da Voz de Joanes

se inicia às sete da manhã. Vai até meio-dia. Volta às 16h e se encerra às 19h. O sistema de som leva canções e notícias sobre as novidades da vida social, econômica e política para os habitantes do lugar. Um PC em bom estado ajuda a tocar a rádio de um homem só. A Voz de Joanes é uma iniciativa, propriedade e razão de viver do empresário e funcionário público Clodoaldo Santos.

Nascido e criado na própria vila, pai de cinco filhos, ele trabalha no gabinete do prefeito de Salvaterra, José Maria Gomes de Araújo, do DEM. A Prefeitura é o maior anunciante da sua rádio. Clodoaldo não vê problemas. Diz, com paixão, que é “metido com política há pelo menos 20 anos”. A rádio, consequência dessa paixão, funciona no cômodo da frente da sua casa.

ROGÉRIO ALMEIDA



ROGÉRIO ALMEIDA



É tudo muito simples. Uma mesa de oito canais. O computador acrescido de um programa que toca boa parte da programação sem necessitar de operador. Clodoaldo mescla clássicos do cancionero regional paraense com as últimas paradas do carimbó e do brega. Ritmos musicais populares da região.

As vezes em que o locutor entra no ar, manda recados para os moradores, parabeniza os aniversariantes, presta condolências às famílias que perderam entes. E, com o vozeirão bem impostado, transmite as últimas promoções do comércio local.

Infraestrutura

O comércio em Joanes comporta três restaurantes à beira do rio-mar (na belíssima praia local), cinco ou seis pousadas (todas elas de pequeno porte), duas bodegas, um mercado e uma padaria que faz um pastel folheado de queijo de embasbacar os deuses.

Há também uma meia dúzia de lojas, que vendem de material de construção a vestuário. A Associação dos Artesãos em dias de alta temporada arma uma barraca na praia. Uma estratégia de marketing que facilita a aproximação com os turistas.

A economia local gira, de fato, em torno da pesca e do turismo, ainda incipiente. Na vila, não há sistema de transporte, nem cais, nem rodoviária, nada. Há, sim, muitas bicicletas disponíveis, inclusive para aluguel.

Mas mesmo a pé, sem grandes esforços, consegue-se conhecer Joanes em poucas horas. A praia tem cerca de 2 km de extensão. Fora isso, há o complexo da Igreja, onde se localiza também a escola e o parquinho. Logo atrás, estão as ruínas de construções jesuíticas do século XVI.

História local

Na Voz de Joanes, Clodoaldo conta que o nome da vila é uma homenagem aos primeiros habitantes do local, os índios JO – A – NÉS, como destaca o locutor, improvisando uma pronúncia oxítone da palavra. Historiadores, entretanto, defendem a tese de que o nome é uma homenagem dos colonizadores a uma vila portuguesa de mesmo nome.

Carlos Drummond de Andrade, em crônica publicada no *Jornal do Brasil*, em 27/1/1981, corrobora a versão de Clodoaldo, com pequena variação. Para o poeta, Joanes é “corruptela de Juionas, uma nação de índios deste Pará velho de guerra”. A história oficial de Salvaterra, entretanto, relata a existência de várias tribos indígenas na região, pertencentes à família dos Aruaques, mas não consta a etnia Joanês ou Juionas.

Reza a lenda que a região foi visitada pelo navegador espanhol Vicente Yañes Pinzón. Idos de 1498, quando encontrou na Ilha ao Sul do Equador um refúgio contra a pororoca, no ponto onde os principais rios amazônicos (Pará, Xingu e Amazonas) deságuam no oceano Atlântico. Como à época da colonização do Brasil aquelas terras eram consideradas espanholas em virtude do Tratado de Tordesilhas, o assunto ficou esquecido.

A história oficial dá conta de que, em 1632, uma expedição portuguesa aportou no local com o objetivo de escravizar os índios Aruaques. Mas os índios estraçalharam os 240 soldados e 500 caboclos que chegaram em 130 canoas. A dominação só veio a se efetivar em 1659, quando o Padre Antônio Vieira começou o processo de evangelização dos índios. As ruínas vistas hoje na vila de Joanes são parte do forte em que ele atuava.

MAÍJA PASSOS



ENCANTO. Casa às margens do caminho para Marajó, perdida entre a água e a floresta.

Acesso difícil

Para chegar até Joanes, o viajante precisa partir necessariamente do Porto de Belém, de barco, ou do Porto de Icoaraci, de balsa. A travessia da baía dura de 3 a 5 horas, dependendo do tipo de embarcação. Não é raro se deparar com os barcos lotados. É preciso comprar as passagens com antecedência. E, logo ao chegar ao arquipélago, já garantir o retorno.

A paisagem da baía é deslumbrante. Ilhas, furos, praias desertas, palafitas isoladas e a imponente mata amazônica... além de um verdadeiro mar de água doce e salgada, que se alternam, dependendo da época do ano. No trajeto, pode-se apreciar também a peque-



na ilha de Cotijuba. Trata-se de uma Área de Preservação Ambiental – APA aberta recentemente ao turismo, na qual é proibido o trânsito de automóveis. A ilha, antes, abrigava um presídio. Contam os moradores locais que, comumente, os presos eram jogados na baía.

Quando se chega ao arquipélago, no Porto de Camará, já em Salvaterra, é necessário conseguir uma van ou micro-ônibus que vá até Joanes, a 15 km. Não há linhas regulares. Apenas trabalhadores autônomos que passam por lá nos horários de chegada dos barcos. Parar para tomar um café ou tirar uma foto pode ser fatal: a alternativa é esperar o horário de chegada da próxima embarcação, o que pode levar horas. Muitas horas.

Salvaterra é um município belo e pobre, com cerca de 15 mil habitantes. Em 2000, a renda *per capita* era de R\$ 101,38, enquanto a do Brasil era de R\$ 297,36. Lá pode-se comprar camarão e queijo de leite de búfala a preços bem mais em conta do que os praticados nos grandes centros. Pode-se também tomar um sorvete, um *drink* com gelo e até apreciar música ao vivo nos barzinhos, coisas que em Joanes são praticamente impossíveis de se conseguir.

A capital do Marajó

Para sair de Joanes, também é preciso agendar antecipadamente com as poucas vans que atendem os visitantes. Elas são a chave para se transitar pelo arquipélago. Per-

mitem, por exemplo, que o viajante possa conhecer o município vizinho de Soure, considerado a capital do Marajó, com praias belíssimas e uma riqueza cultural louvável. Soure, a cidade grande do arquipélago, possui 20 mil habitantes e, de acordo com Clodoaldo, três rádios comerciais.

Na Amazônia sempre há algum rio a ser vencido. É comum afirmar que o rio aqui é a rua. Desde cedo as crianças aprendem a domar as canoas. No arquipélago não é diferente. Soure fica na outra margem do Rio Paracauari e apresenta a melhor infraestrutura turística do arquipélago. Além de uma maior oferta de pousadas e hotéis-fazenda, possui restaurantes e operadores de turismo. A cidade exhibe ruas

largas – margeadas por mangueiras frondosas – nas quais pessoas e búfalos transitam sem pressa alguma. A arquitetura colonial, presente em solares e coretos, contrasta com a música brega que sai de altos-falantes espalhados pelo comércio.

A economia de Soure tem características bem diversas da de Joanes. Exportação é vocabulário corrente. O município exporta tanto os derivados do enorme rebanho de búfalo (carne, queijo, couro etc.) quanto pescado, camarão e os dez mil caranguejos extraídos mensalmente dos mangues da região.

Mas o dinheiro proveniente do negócio parece engordar contas bancárias bem distantes dali. Não se traduzem em melhor qualidade de vida para a população local. A pobreza é tão grande quanto no restante das ilhas. As onze escolas da cidade tiraram uma média de 2,5 pontos no último Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (Ideb), enquanto a média nacional, já considerada vergonhosa, é de 6 pontos.

Visagens e assombrações

O artesanato é rico e farto em Soure, como farta é também a tradição secular de se contar histórias de visagens e assombrações. Não são poucos os moradores que se declaram vítimas desses personagens folclóricos, alguns bastante ilustres.

Exemplo é a “Mulher Cheirosa”, esposa de um rico fazendeiro local que, cansada de se perfumar para esperar o marido beberrão que preferia farrear nos bordéis, acabou morrendo de amores. Hoje assombra os rapazes da região, encantando-os e mantendo-os presos na floresta por quatro dias e quatro noites. Há também o Pretinho da

Bacabeira, a Cobra D’água e outras tantas lendas.

Joanes também possui suas histórias de encantamentos. Em noites de lua cheia, o grupo folclórico Encanto Marajoara, natural da vila, anima turistas e a comunidade local com belas rodas de autêntico carimbó, lundu e outros ritmos típicos da cultura marajoara. A banda mescla tambores com metais, em um verdadeiro apelo à sensualidade, materializada na coreografia dos dançarinos. Professores, desempregados, garçons e estudantes conformam o grupo. Tudo começa e termina cedo. Às 20h os tambores iniciam o ritual. E por volta da meia-noite a festa é encerrada.

Mas na apresentação do Encanto Marajoara também há espaço para recuperação de histórias de assombrações. Em espetáculos de música e dança, o grupo conta a lenda do boto, que se transforma em um rapaz elegante para seduzir as belas marajoaras. E também a história da temível Matinta Pereira. Para alguns, uma assombração que vaga em busca de fumo. Para outros, um ente mágico que protege a floresta.

Cultura viva

A originalidade da grade da programação da Voz de Joanes, sem dúvida alguma, faz a diferença para manter toda essa cultura regional viva. Sem a pressão das grandes gravadoras, toca a música local que os habitantes do lugar querem ouvir, reproduz suas histórias, respeita a religiosidade forte e o folclore.

Ao contrário do que acontece na imprensa comercial dos grandes centros, na Voz de Joanes a cultura marajoara não é tratada com a perspectiva do exótico. Tampouco a rádio valoriza, além do necessário, a tragédia social da prostitui-



Mas o dinheiro proveniente do negócio parece engordar contas bancárias bem distante dali

ção infantil, que tornou a região notabilizada nacionalmente pela grande mídia. Pouco se fala também do tráfico de drogas e da ação de piratas.

A Voz de Joanes retrata as necessidades diárias dos moradores locais, seus escambos, seus sonhos e seus amores. Embalados pelo som que sai dos alto-falantes, esses moradores nem mesmo consideram a hipótese do sagrado direito ao silêncio. Quando querem ouvir seus pensamentos, simplesmente afastam-se para a praia. A rádio faz parte da vida deles como o ciclo das águas, as visagens e a luta diária pela sobrevivência.

Na Voz de Joanes, o som, o estilo da narração, a grade da programação, o tipo de transmissão, tudo soa original e demonstra que é possível uma comunicação genuinamente regional neste Brasil de tantas paragens. A não ser pelo vínculo do seu proprietário com a política local, que reproduz o modelo que se fez regra no país, a Voz de Joanes conta uma história diferente do que a comunicação pode representar para o povo que dela necessita. ▮

Agenda macroeconômica

FELIPE BARRIGA CORTES



Países da AL articulam uma nova arquitetura financeira com moeda única, o Banco do Sul e criação de um fundo

Luiz Carlos Maranhão

De Quito

ENTREVISTA/PEDRO PÁEZ

Num encontro em Caracas, o presidente do Equador, Rafael Correa, ao lado do presidente Hugo Chávez, anunciou para breve a adoção de uma moeda única, o sucre, “independente e não atrelada ao dólar”, pelos países que integram a Aliança Bolivariana para as Américas (Alba). Não se trata de blefe. Recentemente o governo do Equador reuniu em Quito economistas vinculados a instituições acadêmicas de vários países para discutir a proposta de uma Nova Arquitetura Financeira para a região. O encontro na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) – com a participação do ministro das Relações Exteriores e Comércio, Ricardo Patiño – discutiu o Banco do Sul, aprofundou o debate sobre a criação de um fundo, alternativo ao Fundo Monetário Internacional (FMI), e definiu a necessidade da construção de espaço monetário comum. O economista Pedro Páez, ex-ministro das Finanças e quadro de confiança de Correa, foi nomeado presidente da Comissão Técnica Presidencial para tratar do assunto. Veja a entrevista que ele concedeu a VERSUS.

VERSUS A proposta de nova arquitetura financeira para a América Latina nasce aqui no Equador?

Pedro Páez Não necessariamente. Esse é um processo de construção coletiva com trajetórias, tradições e raízes diferentes. São as dificuldades que vêm do último período da ofensiva neoliberal, através de uma série de manipulações macroeconômicas e financeiras que obriga a gerar um pensamento crítico que não havia sido sistematizado no meio acadêmico nos países latino-americanos. É nesse marco, digamos, que o Equador teve a acolhida da pauta que estamos indicando aos países irmãos. O novo da proposta é que

ela primeiro articula uma visão de desenvolvimento e, segundo, um novo rol de manejo monetário e financeiro capaz de transformar o aparato produtivo.

V Como se encaixa a criação do Banco do Sul nessa proposta?

PP A discussão (sobre o Banco do Sul) se iniciou com a proposta do presidente Chávez e que foi sistematizada na Declaração de Quito em 3 de maio de 2007. No documento se aponta a necessidade de um Banco do Sul que permita transformar o conjunto de instituições de desenvolvimento, como o primeiro pilar; um Fundo do Sul, alternativo ao Fundo Monetário Internacional (FMI) como segundo pilar; e como terceiro grande pilar a construção de espaço monetário comum sobre a base de sistemas de compensação de pagamentos. Esse documento foi firmado primeiro pelos sete ministros de economia representantes dos países. Depois, em 9 de dezembro de 2007, pelos sete presidentes.*

V Os países têm seus pontos em comum que os une, como a situação de economias periféricas. Mas também tem suas realidades diferentes e, em alguns casos, bem diferentes, e seus interesses específicos. Até que ponto isso gera obstáculos para a articulação interpaíses?

PP Eu diria que aqui temos dois tipos de fatores. Fatores objetivos, que têm a ver com esse desenvolvimento diferenciado pelos distintos países que estão envolvidos nessa construção coletiva, e que obviamente estabelecem um problema de limites e potencialidades diferentes. Mas também tem os fatores subjetivos. E aí há uma situação, em pelo menos três décadas, de

“

O novo da proposta é que ela primeiro articula uma visão de desenvolvimento e, segundo, um novo rol de manejo monetário e financeiro capaz de transformar o aparato produtivo

verdadeira asfixia do pensamento crítico na América Latina que nos anos anteriores prosperou.

V Você fala da Cepal, da teoria da dependência, da inquietação acadêmica e política?

PP Certamente que sim. Falamos também de diferentes posições desenvolvimentistas, da sociologia latino-americana com distintas posições, da teologia da libertação, de toda a literatura latino-americana nos anos 50 e 60 que se perdeu por completo. Atribuo esse cenário à intervenção agressiva do neoliberalismo impondo o pensamento único e o dismantelando da institucionalidade existente. So-

brechado no mundo da academia, e, especialmente, no mundo dos processos de tomada de decisões em nível de Estado.

V Voltando à nova arquitetura financeira. O senhor acha que este é o momento de desenvolver esse debate?

PP É inadiável. Uma ferramenta fundamental no meio dessa luta. No meio dessa guerra de classes que se exerce contra os setores populares da América Latina tudo se relaciona com os instrumentos macroeconômicos. Tem relação direta com a manipulação regulatória e financeira que tem sido desgraçadamente muito pouco estudada não somente pela teoria ortodoxa, mas também pela teoria crítica.

V A crise do capitalismo ajuda o futuro da proposta?

PP Sim. Os fatores internos do processo histórico latino-americano são historicamente relacionados com a formação da economia mundial e com o amadurecimento das condições de uma crise estrutural, uma crise sistêmica, uma crise civilizatória como a que estamos vivendo. Não estamos vivendo um ciclo como recorrente. Estamos, sem dúvida, em meio a um ciclo, mas em condições em que a recuperação vai ser muito difícil, mantidas as estruturas de poder e as lógicas predominantes do capital. É possível que os indicadores da recuperação se mostrem alentadores, mas vai haver circunstâncias nas quais o poder destrutivo da crise segue avançando de maneira feroz por debaixo da superfície, rompendo aqueles elementos, aqueles mecanismos fundamentais de recuperação e de recriação da coerência produtiva e consultiva do sistema.

Diferente das outras crises capitalistas, essa coincide com outros processos de larga duração, que incluem o tema da relação homem e natureza. Por isso que não é possível dizer que se resolve o problema da crise somente com uma depuração do sistema financeiro. O fato é que a predominância do capital financeiro, a lógica do capital financeiro substituiu a lógica do capital produtivo de uma maneira tão feroz que se converteu num movimento de distorção e asfixia permanente.

V Então...?

PP É por isso que a confluência dos dois fatores, essa crise estrutural do modo de produção capitalista em nível global e esse amadurecimento das condições de dependência em nível de América Latina, está definindo já uma crise social. Gera crise de legitimidade, que coloca em dúvida a continuidade dos mecanismos de convivência pacífica, digamos, entre os nossos povos pela acumulação de frustrações e brigas que existem na sociedade. É o que torna urgente o tema da nova arquitetura financeira como condição necessária, ainda

“

Uma ferramenta fundamental no meio dessa luta, no meio dessa guerra de classes que se exerce contra os setores populares da América Latina está relacionada com os instrumentos macroeconômicos e tem a ver com a manipulação regulatória e financeira

PATINÓ. Economista e professor universitário, o chanceler equatoriano Ricardo Patiño é autor de vários livros, entre os quais “La vida antes que La deuda”.



FELIPE BARRIGA CORTES

que não suficiente, para mudar o modelo de desenvolvimento, para estabelecermos um novo horizonte na construção da sociedade.

V O que aconteceu do ponto de vista concreto de 2007 para cá, nessa direção, no campo das articulações?

PP Acho muito significativo o fato de que muitas propostas relacionadas à nova arquitetura financeira, que antes foram recebidas com um pouco de dúvida, agora apareçam cada vez mais consensuais. Não somente no plano aca-

dêmico, mas também na sua viabilidade operacional, como o Banco do Sul e a ideia de instituição de uma moeda regional, o sucre. O objetivo de uma moeda comum é gerar uma capacidade adicional no manejo da política econômica soberana de cada país, ampliando os graus de liberdade, aumentando o espaço de política local, de política doméstica. É uma moeda que, ao contrário da exclusividade do modelo do euro, inclui possibilidades de convivência com moedas nacionais e também com moedas populares, estabelecendo outro conceito de soberania ao mesmo tempo supranacional e ao mesmo tempo um conceito de soberania ligado às necessidades populares nos territórios e nas comunidades.

V Uma moeda única, regional?

PP Sim, mas numa lógica totalmente distinta da predominância que hoje existe da moeda sobre o sistema de crédito. É necessário repensar sobre o tema da moeda sob a perspectiva de crédito. Hoje em dia há uma grande quantidade de iniciativas produtivas, de energia produtiva, energia social, que está simplesmente desperdiçada porque não há maneira de que essas

iniciativas populares possam prosperar num mercado de oligopólio, num mercado sem nenhum respaldo financeiro. Porque o esperado é que se cumpra realização de altos lucros e rentabilidades de prazos muito curtos.

O processo produtivo sempre requer um espaço para amadurecer. Mas a lógica com que funcionam as economias populares é outra. Seja a pequena ou média empresa, a empresa comunitária, comunidade indígena, as cooperativas e uma quantidade de formas produtivas que nem sequer têm nome porque fazem parte da criatividade das pessoas na defesa de sua família, de sua comunidade.

V O Estado, assim, teria participação ativa no processo?

PP Essa é a única possibilidade de garantir o fato de que a participação cidadã será real. A insuficiência dinâmica do capital que a Cepal já havia identificado há muitas décadas tem piorado com o neoliberalismo e está em condições absolutamente desastrosas agora com a crise. Não podemos esperar nada que não seja um Estado empregador em todos os países em última instância, em todos os países, em todas as circunstâncias. Esse é o papel fundamental de um Estado desprivatizado, sem que esteja capturado pelas grandes corporações. Então teremos um Estado transformado como representante dos interesses nacionais, dos interesses estratégicos internacionais. Então nessa perspectiva é possível converter essas instituições monetárias e financeiras em algo que permita articular, de uma maneira distinta, a economia popular e sua heterogeneidade, a economia capitalista privada e a economia capitalista do Estado.

“

Hoje em dia há uma grande quantidade de iniciativas produtivas, de energia produtiva, energia social, que está simplesmente desperdiçada porque não há maneira de que essas iniciativas populares possam prosperar num mercado de oligopólio, num mercado sem nenhum respaldo financeiro

V Não há utopia nessa perspectiva?

PP Digo que é preciso começar a gerar reservas morais, reservas intelectuais, que nos permitam dar saída a essa crise civilizatória.

V Como o senhor avalia a participação do Brasil nos fóruns institucionais que tratam dessa agenda?

PP Temos aqui um problema diplomático, e eu estou falando de qual é a proposta equatoriana, é uma situação muito delicada a respeito do que dizem determinados países. Nós temos a sorte de seguir o exemplo do presidente Lula, que nas discussões da Alca recorreu aos membros da sociedade civil. É o que fazemos nesse debate, além de articularmos as discussões no plano internacional com nossos vizinhos.

V O que permite esse patamar de discussão, que envolve uma lógica de mudanças radicais em procedimentos para a economia, é a possível presença de governantes como os que existem hoje na Venezuela, no Equador, na Bolívia e, mesmo, no Brasil?

PP Sim. Na realidade o processo latino-americano é único. Evo (Morales) não é somente um dirigente nacional boliviano. Ele representa todos os índios da América Latina. E Lula não é somente o dirigente metalúrgico brasileiro que chegou ao governo. Simbolicamente, sua presença é poderosa a ponto de todos os trabalhadores da América Latina encontrarem em Lula um companheiro. ▣

* Do Brasil, Uruguai, Paraguai, Venezuela, Bolívia, Argentina e Equador.

Artigos

Tecnologia e capitalismo de estado

Theotonio dos Santos

Pág. 52

Crecimiento, tipo de cambio y política fiscal en Argentina

Fabián Amico

Pág. 61

Estimativas de produto potencial para a economia brasileira: algumas observações críticas

Ricardo de Figueiredo Summa **Pág. 80**
Gustavo Daou Lucas

VERSUS
ACADÊMICA

Tecnologia e capitalismo de estado

Theotonio dos Santos*

A concentração tecnológica assume, em alguns períodos, uma forma espacial de grandes unidades de produção. Mas, em outros períodos, ela se diversifica em pequenas unidades de produção integradas entre si e formando vastos *complexos produtivos*. A tendência do capital tem sido procurar a diversificação das unidades produtivas e sua separação no espaço, porque a concentração espacial é adversa ao capital. Toda concentração de produção é, ao mesmo tempo, uma concentração dos trabalhadores. Isto aumenta sua organização e sua capacidade de ação política. Então, o capital busca localizar de maneira desconcentrada suas unidades produtivas. Mas é necessário manter e até aumentar a concentração tecnológica porque, mesmo

separadas fisicamente, estas unidades produtivas são interdependentes entre si e formam partes de uma mesma unidade final de produção.

O sistema produtivo que predominou até os anos 70 foi desenvolvido a partir da Segunda Guerra Mundial e baseava-se em sistemas de montagem final de partes e compostos de várias unidades dispersas dentro do país ou mesmo internacionalmente. Estas unidades podiam pertencer a uma mesma firma ou serem empresas subcontratadas pela montadora. Em geral estas empresas subcontratadas eram, e ainda são, pequenas e médias e sem nenhuma independência econômica. Trata-se, muitas vezes, de assalariados disfarçados que correm o risco dos investimentos básicos. São transmitidas para elas funções de gestão e riscos que as grandes companhias não querem bancar. E isso ocorre tanto na cidade como no campo. No setor agrícola, quem assume o risco da produção são os

* Professor Emérito da Universidade Federal Fluminense (UFF), Professor-visitante da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Presidente da Cátedra e Rede UNESCO/UNU sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável (REGGEN). Ver www.reggen.org.br

pequenos produtores, convertendo-se em setores subordinados aos compradores dos produtos agrícolas e aos fornecedores de insumos e de financiamentos.

Dessa forma, cada nova onda tecnológica leva, de início, a uma desconcentração mas finalmente a uma concentração tecnológica. Esta se expressa, porém, numa complexidade crescente de elementos (partes e peças) que compõem os produtos e na interdependência crescente dos setores e ramos de produção. Ela leva também a uma concentração econômica e empresarial que, como foi mencionado, nem sempre se manifesta numa concentração das unidades de produção, mas numa hierarquia e subordinação entre pequenas, médias e grandes empresas.

É inevitável, também, a centralização do capital, posto que a possibilidade de formar estas unidades empresariais maiores depende de que os capitais pequenos se concentrem e se centralizem. É o fenômeno da socialização do capital já analisado por Marx no século XIX quando surgiram as sociedades anônimas. Ele mostrava que a concentração da tecnologia e da produção obrigava o capital a centralizar-se pela via da associação dos capitalistas. E a forma mais perfeita dessa associação era a sociedade anônima. Mas não foi e não é suficiente que os capitalistas individuais formem sociedades de capital. Com o tempo, as próprias empresas passaram a se associar umas com as outras, dando origem às *holdings* e aos *trustees*, que representavam formas de associação de capitais e de empresas cada vez mais complexas.

Na atualidade, as corporações multinacionais geram unidades empresariais com diversas formas de associação. Surgem, ao mesmo tempo, os conglomerados, que unificam empresas dos setores mais diversificados em função das estratégias de inversão de capital, e as redes empresariais, que são associações informais de empresas em torno de algum centro de prestação de serviços, em geral associadas às novas tecnologias de comunicação e informática.

Também não devemos desprezar o aparecimento dos investidores institucionais, entre eles os fundos de pensão dos trabalhadores, cujo imenso volume de recursos que administram os converte em investidores privilegiados, sobretudo nos

países desenvolvidos. Apesar de estes recursos serem geridos pelo sistema financeiro e se colocarem a serviço de suas estratégias financeiras, em alguns países como a Suécia os trabalhadores vêm despertando para o poder econômico que podem representar tais recursos se administrados pelos próprios trabalhadores ou se convertidos em força de barganha com o capital.

Há ainda que se considerar o crescimento de formas empresariais e institucionais coletivas como as cooperativas, as fundações e outras, que vêm introduzindo desde o século passado elementos coletivizantes no universo econômico capitalista.

Mas entre todas estas formas de socialização da propriedade e da gestão no interior do capitalismo, a mais importante é o crescimento do capitalismo de Estado. A intervenção do Estado se explica devido a duas razões principais: primeiramente, porque o processo de concentração da produção leva a uma composição orgânica do capital crescente, e esta leva à baixa da taxa de lucros nos setores economicamente mais concentrados. Uma das formas de que dispõe o capital privado para manter sua taxa média de lucros elevada é transferir progressivamente para as mãos do Estado as atividades que apresentam taxas de lucros baixas. Em segundo lugar, o desenvolvimento e a expansão das unidades de produção, provocando maior concentração e centralização, exige a crescente intervenção do Estado para disciplinar o intercâmbio, a circulação e o próprio processo de produção. Os monopólios, os preços administrados das empresas estatais, os subsídios e os efeitos das taxas de juros artificiais passam a violar constantemente a lei do valor como instrumento do intercâmbio capitalista. A concentração da produção, o monopólio e a intervenção estatal rompem o funcionamento normal do mercado. Dessa forma, o Estado tem que intervir cada vez mais para regular o intercâmbio na economia.

Junto a tudo isso, aparece a internacionalização da produção, já que todo esse processo é parte da expansão da economia capitalista internacional, como vimos anteriormente.

Cada nova onda de crescimento gera uma etapa superior de concentração econômica, centralização de capitais, monopolização, internacionalização e intervenção do Estado. Estes níveis mais altos de socialização da produção no interior de um regime

de propriedade privada acentuam as contradições globais do sistema. Mas estas não se manifestam negativamente nas fases de expansão, pois ela acomoda os interesses em confronto. Mas, na medida em que se esgota o período de expansão abre-se o caminho para a expressão aberta dessas contradições que se acumulam através de processos sucessivos, cada vez mais profundos, de confrontações entre padrões e assalariados, entre os monopólios e os pequenos e médios proprietários, entre os centros de acumulação de capital distribuídos setorial ou regionalmente (confrontos que se expressam, às vezes, em violências étnicas, regionais e locais), e entre os países centrais entre si e destes com as zonas semiperiféricas e os países dependentes.

Dessa forma, os períodos de depressão são caracterizados por confrontações crescentes e de natureza cada vez mais dura entre os vários componentes do sistema capitalista mundial, das unidades econômicas regionais e nacionais e, dentro destas, entre classes, grupos sociais e poderes locais.

As fases das depressões longas em nível internacional são caracterizadas por um período inicial de inversões artificiais, de caráter especulativo, que sucedem a queda de inversões produtivas. Logo em seguida, dá-se o crescimento da especulação financeira, com aumento da inflação, até que, posteriormente, se produzem as grandes quebras e a desinflação. Nestes períodos, produz-se o aumento do protecionismo tentando impedir a redefinição da força relativa dos países, que terminam cedendo a uma nova onda de “livre” comércio que visa consolidar as novas lideranças criadas pelos novos investimentos. Eles são, assim, períodos de “limpeza” das estruturas produtivas internas dos principais países, com a destruição dos ramos obsoletos tecnologicamente e a afirmação dos novos ramos e setores viáveis nas condições do novo padrão tecnológico.

Vemos, assim, que a análise dos períodos longos, com predominância das depressões, consideradas a fase **b** dos ciclos longos de Kondratiev, exige um aparato analítico que logre articular elementos micro e macroeconômicos. Ao mesmo tempo, na fase atual do capitalismo monopolista de Estado, temos que considerar sempre a relação dos mecanismos econômicos puros com a ação consciente dos ho-

mens através dos seus meios de ação sobre a economia, que são cada vez mais sofisticados.

As chamadas “expectativas racionais” exercem uma influência crescente na dinâmica econômica do capitalismo contemporâneo, mas mudam muito pouco as suas determinações básicas. Elas determinam o comportamento dos agentes econômicos, mas não o resultado de suas ações, que podem ser o oposto das expectativas que as motivaram. O marxismo e a psicanálise desenvolveram um novo paradigma científico exatamente porque consideraram as motivações explícitas dos fatores um dado secundário e independente do resultado de suas ações. Fazer “ciência” acreditando que as expectativas produzem resultados esperados é um retrocesso metodológico. Acreditar que estas expectativas sejam variáveis e independentes é também, no mínimo, infértil.

Outra série de fenômenos que alteram definitivamente as realidades micro e macroeconômicas se articula com a ação consciente dos monopólios que possuem instrumentos de medição dos mercados, que lhes permitem aumentar sua influência sobre ele, realizada através da publicidade e do marketing, envolvendo inclusive a formação dos preços e a sua administração. Neste campo minado, devemos considerar ações e decisões de ordem estrutural, tais como: a) as barreiras de entrada; b) as ações de *dumping*; c) a cartelização; d) as comissões; e) as influências sobre as decisões das empresas e instituições compradoras ou fornecedoras, que envolvem a política de relações públicas, a política financeira da empresa e as especulações financeiras cambiais com seus recursos excedentes, o endividamento como instrumento financeiro, e as políticas de inversões e fusões. Enfim, o nível microeconômico não pode separar-se, hoje, da ação consciente da administração da empresa e de suas estratégias de crescimento em relação aos fatores macroeconômicos.

Mais decisiva é, contudo, a articulação das decisões microeconômicas com a ação do Estado. Este não somente determina o quadro macroeconômico em que operam as grandes empresas (política de investimento estatal, estratégia de desenvolvimento, política fiscal, taxa de juros, taxas de câmbio, política de salários, subsídios, etc.), como afetam diretamente suas variáveis microeconômicas (con-

tratos de venda para o setor público, financiamentos da pesquisa e desenvolvimento, estratégias de mercado e políticas setoriais, entre outras). Nos nossos dias, as práticas comerciais são cada vez mais um subproduto do planejamento estatal articulado com as decisões das grandes empresas. Estas se veem obrigadas a definir políticas globais para os setores em que atuam, antecipando-se às tomadas de decisão estatais. Estas se baseiam, na maioria dos casos, em dossiês e propostas de política e legislação emanadas diretamente das empresas ou dos órgãos de classe do empresariado.

Forma-se, assim, uma interdependência crescente entre Estado e empresa, que passa a reger o funcionamento do sistema no seu conjunto. Esta simbiose deve reconhecer, contudo, a lógica global deste funcionamento, tal como os ciclos longos, e ajustar a ação desses agentes a estas circunstâncias estruturais.

É assim que as políticas estatais passam a dirigir os fenômenos típicos das etapas recessivas. É através da ação do Estado que se organiza a desativação de setores inteiros. O Estado assume os custos da desativação do setor, entende-se com os sindicatos para reorientar a mão de obra afetada e promove a transferência destas indústrias para outros países através dos ajustes econômicos, das políticas cambiais e tecnológicas e das ajudas econômicas.

Estes processos assumem, às vezes, dimensões determinantes para a economia de países inteiros. Este foi o caso da transferência, no início da crise de longo prazo iniciada em 1967, dos centros produtores de petróleo para os Estados do Terceiro Mundo. Venezuela, Equador e os países árabes assumiram o controle das empresas petrolíferas num movimento internacional mais ou menos sincronizado, ao fim da década de 60 e começo de 1970. Já nos anos anteriores, havia se iniciado a transferência das empresas multinacionais de serviço público e mineiras para a propriedade estatal dos países do Terceiro Mundo. Estas mudanças, que aumentaram drasticamente o capitalismo de Estado nestes países, foram realizadas tanto por governos progressistas como por governos de direita militar sob hegemonia das multinacionais.

No início da década de 70, tivemos a transferência da produção de petróleo das multinacionais para o setor estatal. Na segunda metade da década,

houve a desativação do setor siderúrgico europeu e norte-americano e o financiamento a uma siderurgia substitutiva, primeiro no Japão e, em seguida, nos NICs (financiamentos assumidos em geral pela ação dos Estados destes países, mas através do endividamento internacional). A década de 70 foi marcada também por outros fortes movimentos estatizantes, tais como a nacionalização do cobre chileno (mantido pelo regime fascista de Pinochet); a nacionalização do sistema bancário e financeiro português, mexicano e francês (revertidas em parte substancial nas décadas de 80 e 90); as reformas agrárias chilena e portuguesa; e as mudanças drásticas de propriedade em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Neste processo de alargamento do capitalismo de Estado devemos inscrever também o aumento dos gastos públicos nos Estados Unidos e na Europa (que os ampliam ainda mais nas décadas de 80 e 90, não havendo uma reversão radical à vista, apesar do consenso sobre a necessidade de sua eliminação ou diminuição). Junto ao crescimento da dívida pública, deu-se a entrada do Estado na definição das taxas de juros nos Estados Unidos e na Europa, ao lado dos países devedores do Terceiro Mundo. Na verdade, apesar do clima neoliberal que terminou triunfando nos anos 80, aumentou-se a intervenção estatal nos mecanismos econômicos em áreas antes consideradas livres do controle público. Tudo isso vinha somar-se ao crescimento da intervenção pública nos anos da pós-guerra até a década de 60, sob a égide da formação do Estado do bem-estar e do planejamento indicativo.

Na verdade a década de 80 representou somente uma tentativa de correção deste intervencionismo estatal através dos processos de desregulamentação de importantes setores, como a aviação comercial; através da diminuição de barreiras alfandegárias e de alguns subsídios estatais, sobretudo às populações pobres; representou também uma corrida ao patrimônio público através da chamada “desestatização” ou privatização de empresas públicas. Os dados revelam, contudo, a modesta dimensão dessas privatizações diante dos fenômenos estatizantes gigantescos nas décadas anteriores e mesmo dos que ocorrem na época atual. O mais importante deles foi o aumento do déficit público norte-americano, que comandou a recuperação da

economia norte-americana e mundial, através do aumento da demanda norte-americana pelos produtos alemães, japoneses e dos NICs, como veremos adiante.

Ao lado desta gigantesca intervenção na economia mundial pela criação de uma demanda artificial via aumento dos gastos públicos, foram necessários outros mecanismos para corrigir os excessos de meios de pagamentos gerados nos Estados Unidos e na economia mundial. Surgiram, assim, os títulos públicos capazes de absorver os excedentes gerados pelos déficits, que se caracterizavam por uma enorme elevação da taxa de juros média a partir dos Estados Unidos e, em seguida, em todo o mundo. Vimos, assim, surgir um endividamento público colossal para cobrir os déficits e, em seguida, para pagar os juros gerados pelo próprio endividamento.

Assim, os excedentes dos petrodólares haviam criado um mercado financeiro colossal nos anos 70, que terminou assumindo a forma do inchaço da dívida do Terceiro Mundo. Já na década de 80 tivemos os enormes excedentes do comércio do resto do mundo com os Estados Unidos e o brutal endividamento internacional deste país para sustentar sua demanda pela via da dívida pública.

Estes mecanismos de financiamento da dívida criaram um enorme movimento financeiro, que gerou, por sua vez, imensos recursos financeiros sem nenhum respaldo econômico real. Estes excessos especulativos não geraram uma onda inflacionária tão forte como na década de 80 porque os Estados europeus, o Japão e os NICs absorveram estes excedentes em dólares sob a forma da compra de títulos da dívida pública norte-americana. A partir de 1987, contudo, foram abandonando esta política suicida e passaram a comprar ativos reais nos Estados Unidos, gerando uma onda antijaponesa naquele país. No conjunto, Japão e Alemanha mantiveram, a duras penas, uma austeridade econômica no contexto de uma explosão financeira exportada desde os Estados Unidos, para onde dirigiram os excedentes financeiros obtidos no comércio, ao lado de algumas outras praças financeiras artificiais, como Londres e vários paraísos fiscais. Como os anos 80 se caracterizaram também pela consolidação do tráfico de drogas, os seus gigantescos resultados financeiros também convergiram para

o sistema financeiro internacional, que criou mecanismos de “lavagem” de dinheiro da droga.

Este monumental aumento da liquidez mundial só poderia ter um destino: a desinflação e o desaparecimento dos valores financeiros gerados artificialmente no período. Esta etapa se iniciou, de fato, em 1987, com o deságio das dívidas externas, que deve chegar à perda de cerca de 500 bilhões de dólares, ou 50% do seu valor bancário; o *crack* das bolsas mundiais, em setembro de 1987, que fez desaparecer 1 trilhão de dólares em um só dia; a desvalorização em aproximadamente 40% do dólar em relação ao iene e outras moedas fortes, que desvalorizou na mesma proporção as reservas em divisa de todos os países superavitários no comércio com os Estados Unidos.

Caminhamos, assim, para uma desinflação e uma depressão extremamente séria, que vem se configurando desde o início de 1990, devendo prolongar-se até 1994-95, que exigirá um ajuste de contas definitivo do sistema capitalista mundial com a fase depressiva do ciclo longo iniciado em 1967. As políticas econômicas terão que realizar estes reajustes para permitir uma recuperação capitalista de longo prazo, que só poderá ser alcançada a partir da desinflação, da quebra maciça da atual estrutura de especulação financeira, e da drástica reestruturação das estruturas produtivas tradicionais, criando assim as condições de sua transferência para os países periféricos e para a renovação tecnológica dos países centrais, que deverão voltar-se para as novas tecnologias.

A partir deste ponto, faz-se necessária uma incursão nas novas direções da revolução científico-técnica, nas suas repercussões sobre a economia internacional e sobre a nova divisão internacional do trabalho. O avanço dos estudos sobre a relação das novas tecnologias com o ciclo longo e os períodos de ascenso, ou fase a dos ciclos longos de Kondratiev, têm sido objeto de um grande avanço nos últimos vinte anos, que se concentrou nos trabalhos que já trabalhamos em outros artigos e livros, além dos quais, gostaria de mencionar aqui o grupo que trabalhou comigo no “Seminário de Ciência e Tecnologia”, bem como nos vários estudos que produzimos. Ainda na América Latina, uma especial atenção deve ser dada ao estudo sobre “As Novas Tecnologias e o Futuro da América Latina”, dirigi-

do por Amílcar Herrera, do qual participei, com outros cientistas sociais latino-americanos, nas discussões da sua orientação geral, e também na pesquisa junto com Leonel Corona.

De outra parte, há também os estudos europeus, particularmente do grupo do SPRU e do FAST, extremamente interessantes na produção de conhecimento efetivo sobre o funcionamento das economias diante das ondas longas. Da mesma forma, o estudo do *Technology Economical Programme* (TEP) da OECD, assim como vários outros trabalhos de grande interesse também produzidos pelo seu Centro de Estudos do Desenvolvimento. Ainda dentro desta linha, há que se considerar os estudos do Fernand Braudel Center, na State University of New York, em Binghamton, EUA. Isto sem olvidar o estudo de Marshall sobre os ciclos, que o leva, posteriormente, a assimilar a ideia dos ciclos longos (apesar de não ter partido da hipótese dos ciclos longos). A obra de Mandel continuou sobre este tema, porém não dispôs dos recursos para formar um grupo de pesquisa. Carlota Pérez também realizou excelentes estudos sobre as ondas longas e a tecnologia que levaram à síntese que representa o seu livro: *Revoluciones Tecnológicas y capital Financiero*, Siglo XXI, 2004.

De tal forma que temos aí um conjunto de estudos que levam a uma visão bastante consolidada sobre o papel das inovações no funcionamento da economia mundial, e particularmente a sua articulação com as ondas longas. O aparelho conceitual que vem sendo desenvolvido neste sentido consta de alguns elementos-chave que vou desenvolver em seguida, para aplicar parte desse aparelho à análise histórica, relacionando a evolução da economia mundial ao fenômeno da dependência econômica, particularmente o caso das novas economias industriais. Com isso tentarei demonstrar até que ponto há uma confluência entre os esforços que estavam na origem da problemática da teoria da dependência, da qual participamos, e os esforços posteriores por uma teoria do sistema mundial e das ondas longas, que vão nos conduzindo a conclusões comuns que devem ser objeto de uma articulação nesta oportunidade.

Inegavelmente, o conceito que mais permitiu avançar na articulação entre o comportamento das ondas longas e o papel da tecnologia foi o de pa-

radigmas tecnológicos, desenvolvido pelo grupo de Christopher Freeman no SPRU. Este conceito procura mostrar que nos vários períodos históricos há uma mudança na maneira como se articulam os elementos fundamentais da pesquisa e desenvolvimento, das inovações, que criam estruturas setoriais, comportamentos do sistema produtivo e relações de trabalho específicas e, portanto, processos gerenciais e de organização das firmas e do sistema institucional no seu conjunto. Isto relaciona muito diretamente, então, o desenvolvimento tecnológico com o conjunto do sistema econômico, social, político e ideológico. Esta capacidade crescente de estabelecer estas relações é aceita inclusive como elemento-chave para as políticas econômicas contemporâneas pelos ministros da OSCD, orientando assim um programa de pesquisa sobre *Technology Economical Program* (TEP), que faz uma tentativa de análise complexa desses fenômenos em 1991.

O primeiro elemento é essa ideia de que a inovação é um processo interativo. Com o desenvolvimento dos modelos interativos na teoria econômica nos últimos anos para poder captar este processo, ligou-se as pressões na demanda com as pressões tecnológicas (ou oportunidades da oferta) gerando conceitos que permitiram ligações entre a ciência e a tecnologia. Com isto, muitas das tecnologias-chave contemporâneas, que avançam num campo genérico, podem ser integradas dentro das decisões econômicas em nível de empresa. Podemos descrever cada vez mais este processo interativo que está por trás da produção de novos produtos, de novos processos, e que exige estruturas organizacionais e mecanismos que assegurem uma interação mais apropriada e um *feedback* entre as várias instituições, através dos sistemas nacionais de inovação. Estes sistemas são extremamente decisivos, apesar de que a colaboração entre Estados e entre empresas de vários países avançou muito na década de 80, gerando fenômenos novos e uma espécie de sistema internacional (não podemos falar ainda de um sistema mundial, mas de um sistema internacional de pesquisa e desenvolvimento e de inovação, na medida em que as redes de inovações se deslocam dos planos nacionais para o plano internacional).

Também no plano da relação entre ciência e tecnologia, vão-se desenvolvendo estudos sobre as

ciências de transferência, que permitem os mecanismos de interface entre o conhecimento básico científico e a solução de problemas concretos e necessidades sociais concretas que exigem soluções tecnológicas, que são específicas e práticas, ao contrário do conhecimento científico, que tende a ser fundamental e abstrato.

A relação entre universidade e empresa tem sido um dos elementos mais importantes para este processo, apesar de nos últimos anos o desenvolvimento de centros de pesquisa básica dentro das próprias empresas começar também a gerar uma realidade totalmente nova de ligação entre a evolução da empresa e a evolução da ciência contemporânea. E isto é o resultado da revolução científico-técnica. A ciência tende a ser, cada vez mais, uma força produtiva e um elemento-chave na solução dos problemas concretos da produção. Isso nos leva a aceitar a ideia de uma acumulação como fundamento da história da Humanidade. A capacidade de acumular conhecimento é, seguramente, o elemento-chave para dominar o conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico e para o estabelecimento de hegemonias dentro da economia mundial. Mas o que os estudos vêm demonstrando é que, ao lado destes conhecimentos gerais, desta combatividade no plano mais global, existem instrumentos mais concretos que favorecem o processo de inovação e de difusão, que estão ligados ao conhecimento, à aprendizagem, através de processos que incluem aprender fazendo, aumentando a eficiência das operações de produção; aprender usando, o que aumenta a eficiência do uso de sistemas complexos; aprender interagindo, que envolve o uso e a produção interativa, que é o resultado das inovações.

Nessa ideia de um paradigma tecnológico, vemos também que há certas tecnologias que ocupam uma posição genérica, atuando sobre o conjunto de setores econômicos. São elas que garantem o avanço tecnológico no seu conjunto, e as consequências em termos de poder econômico, de funcionamento e de mudanças estruturais do sistema. São estas tecnologias que alguns autores chamam de ponta. Portanto, há uma conotação de estar na frente, o que mais corretamente deveríamos chamar como tecnologias-chave, interativas e genéricas, cujo aprendizado leva ao domínio de vários setores eco-

nômicos, permitindo aplicá-la sobre outros setores, havendo assim uma generalização do processo de inovação.

Aqui temos um aspecto extremamente significativo: quanto mais as inovações são socialmente geradas como produto de pesquisa e desenvolvimento de várias instituições, mais difícil fica a apropriação dos conhecimentos gerados por ela e a apropriação das inovações criadas pela aplicação dos conhecimentos em função das demandas propostas pela sociedade. Isso tem duas consequências que pesam sobre os paradigmas tecnológicos, no sentido de conduzir, de um lado, a uma necessidade crescente de interação entre os centros de pesquisa e desenvolvimento e as empresas interessadas nas inovações, e, de outro lado, uma dificuldade crescente de privatizar o conteúdo social destas inovações, exigindo comportamentos restritivos de difusão cada vez mais difíceis de serem gerenciados.

Os efeitos das mudanças de paradigmas também são muito fortes quando tomamos em consideração a necessidade de mudanças organizacionais. Ao mesmo tempo, podemos distinguir o conceito de trajetórias tecnológicas que ligam a ideia da mudança tecnológica ao processo social que vinculam as tecnologias usadas com seus potenciais de aplicação diferentes, e a seleção dos quais depende de um grande campo de fatores econômicos como preços relativos, os custos sobre a renda, os valores sociais, o que nos leva inclusive a uma conclusão bastante importante, citando-a do *Background Concluding to Technology Economical Program*, onde se afirma que:

A noção de taxas crescentes de adoção de novas tecnologias expressa o fato de que as tecnologias podem, de fato, não tanto ser selecionadas de acordo com a sua eficiência superior, mas, ao contrário, tornarem-se eficientes porque foram selecionadas.

E selecionadas pelos atores sociais de acordo com interesses que são culturais e que estão vinculados ao processo civilizatório no seu conjunto. Temos que concordar então com estes autores quando afirmam que o progresso tecnológico não é uma questão de inovação e difusão, mas sim de aceitação social. É claro que a ação das empresas e dos interesses econômicos pode tentar deter a

aceitação social de certos produtos e orientar a sociedade através dos instrumentos da publicidade, mas a verdade é que, em última instância, serão os fatores sociais globais que determinarão a tendência à adoção de tal ou tal tecnologia.

A questão do meio ambiente começa a influenciar seriamente a ideia das novas tecnologias e a direção do processo de inovação. A crescente consciência da relação entre as tecnologias e os ecossistemas leva a uma mudança na maneira de considerar o uso de certas inovações e nas direções que a sociedade tende a orientar o fenômeno da produção de novas tecnologias. Isso nos mostra também como esses fenômenos estão cada vez mais sob o impacto de grandes processos de transformação social, que estão reorientando muitas decisões do sistema gerencial das empresas. E aqui, muito particularmente, na formação da visão destes paradigmas. Há de incorporar-se, então, o papel da pesquisa e desenvolvimento, da pesquisa de longo termo, da educação e da infraestrutura de telecomunicações, que asseguram o funcionamento das novas tecnologias, com implicações também sobre o investimento tanto tangível quanto intangível (incluindo este crescente papel dos investimentos intangíveis, que trazem realidade nova para a relação entre a evolução e a organização da sociedade).

Não deixa de ser importante retomar o problema da relação entre tecnologia e crescimento, posto que há um período histórico em que a questão da eficiência da tecnologia para gerar crescimento econômico assumiu um caráter muito determinante, particularmente no século XIX até metade do século XX, associada ao desenvolvimento da produção em massa, em que o aspecto quantitativo ganhou uma dimensão muito determinante sobre o conjunto do modelo de funcionamento econômico, e, portanto, o paradigma tecnológico existente. O avanço da globalização transforma esse sistema tecnológico num sistema cada vez mais planetário, onde a relação entre os centros de produção da ciência e tecnologia, de produção de inovações e a sua difusão para o resto do mundo está relacionada com um sistema econômico mundial.

Este conjunto de instrumentais teóricos nos leva a repensar o papel das novas tecnologias na sociedade contemporânea, onde as novas estratégias de desenvolvimento, baseadas em estratégias

socioeconômicas e em uma visão cultural do espaço social. No período contemporâneo o que assistimos é o aparecimento de novas tecnologias, que na fase final que vivemos, da fase **b** de Kondratiev, foram absorvidas num novo período de crescimento econômico. Como já assinalamos, as características principais dessas novas tecnologias são dadas pelo sistema produtivo, que se fundamenta cada vez mais na automação. Esta automação é resultado da aplicação da informática e da eletrônica ao sistema produtivo contemporâneo, que vai liberando este sistema da ação do trabalhador direto, que vai sendo substituído pelos sistemas complexos de produção automatizados, onde a robotização tem representado um papel cada vez mais decisivo. Como são os novos materiais que vão sendo incorporados e permitindo uma organização da produção cada vez mais em termos de uma produção mais voltada para os princípios da química do que propriamente mecânicos, o que fortalece as possibilidades da automação ao criar modelos e produtos cada vez mais focados para demandas específicas.

É assim também que, neste contexto das novas tecnologias, se coloca o papel da biotecnologia. Ela rompe os marcos de produção tradicionais, não só da agricultura, como da indústria alimentícia e farmacêutica, produzindo mudanças significativas nas condições biológicas da humanidade, podendo até ser aplicada no campo da criação de materiais novos. O avanço da biotecnologia representa uma potencialidade que os países do Terceiro Mundo, particularmente os países das zonas tropicais, poderiam seguramente explorar. O exemplo de Cuba é muito significativo nesse sentido, neste país uma política científica, com uma orientação firme e muito poucos recursos, apesar de um bloqueio internacional muito sério, vem permitindo conquistas importantes e inovações significativas no plano da utilização clínica das biotecnologias. Também o Brasil apresenta na sua política do pró-álcool a demonstração das grandes potencialidades da biomassa, que poderão se desenvolver muito com o avanço da biotecnologia, indicando assim que nosso país pode dar saltos revolucionários para a configuração de um novo paradigma tecnológico do mundo.

Por fim, não devemos deixar de considerar o complexo eletrônico e microeletrônico. Ele é a base

material para o avanço da informática e para o avanço da ação mais complexa e mais sistêmica, baseada no alto nível de informação, que representa um dos aspectos centrais do novo paradigma que foi desenvolvido nas décadas de 70 e 80. Ele serviu e servirá ainda como base para o avanço científico-tecnológico e para o novo período de investimentos e crescimento econômico, que se iniciou a partir de 1994, iniciando uma nova fase a do ciclo de Kondratiev que, apesar das crises de 2000-2001 e 2008-2009, não se deteve sobretudo no plano internacional.

Neste plano, nos cabe assinalar que, ao lado do *hardware* promovido pela microeletrônica, está sobretudo o *software* ligado às matemáticas, à teoria do sistema, à teoria do caos, à matemática louca e novos campos teóricos ligados à inteligência artificial. Isso mostra que o campo propriamente científico e a evolução do conhecimento científico em si mesmo devem constituir os elementos-chave do novo paradigma tecnológico. Também aí podemos encontrar um campo muito interessante para a superação do atraso a que foram condenados os povos do Terceiro Mundo, pois os investimentos em educação e em transformação educacional podem ser feitos por nações novas na estrutura econômica mundial, que saibam aproveitar ao máximo as suas

capacidades através de programas educacionais ambiciosos, como fizeram os coreanos e os japoneses, se bem que não estiveram exatamente na condição de subdesenvolvimento que marca nossos países, sobretudo pela profundidade das reformas agrárias que realizaram depois da Segunda Guerra Mundial. Aliás, por isso mesmo puderam superar uma das razões mais dramáticas da condição dependente ou subdesenvolvida, porque uma política deste tipo supõe uma elite política extremamente consciente, voltada para a distribuição da renda, para a criação de uma sociedade e uma cultura novas, com conteúdo extremamente cooperativo, coletivizante. E essa visão coletivizante deve, ao mesmo tempo, estar apoiada sobre a mobilização da coletividade e a colocação desta coletividade a serviço do pleno desenvolvimento dos indivíduos. Desenvolvimento é, então, cada vez mais, neste contexto, um fato cultural, social, político, e só nessa proporção e nessa medida, um fato econômico.

versus
ACADÊMICA

www.versus.ufrj.br

Crecimiento, tipo de cambio y política fiscal en Argentina

Fabián Amico*

Abstract

Una interpretación muy difundida define como una clave del proceso de crecimiento de 2003-2007 a la vigencia de un tipo de cambio real competitivo, el que habría actuado como factor “acelerador” del crecimiento. Luego, la erosión de esta variable clave (básicamente la reducción del tipo de cambio real debido a la aceleración de la inflación merced a las políticas excesivamente expansivas) explicaría la desaceleración posterior.

La erosión de la competitividad cambiaría se originaría en un excesivo impulso fiscal,

que habría quitado a la política fiscal su rol de “ancla”, a fines de contener el “excesivo” crecimiento de la demanda agregada, adicionando un estímulo suplementario (y redundante) al inicialmente disparado por el TC competitivo. La sugerencia de política sería entonces reajustar el valor nominal del tipo de cambio (devaluar el peso) a efectos de restaurar su valor real en torno a niveles cercanos a los vigentes en 2002-2003, y devolver a la política fiscal su rol de “ancla” inflacionaria.

El artículo cuestiona esta interpretación. Primero, se critica el modelo en que se asienta esta visión del tipo de cambio y de la política fiscal. Luego se recupera un enfoque que hace plausible el rol del gasto público como variable clave del proceso de crecimiento liderado por la demanda en un contexto de restricción de divisas. Finalmente, se observan panorá-

* Economista e pesquisador argentino. Professor da Universidad Nacional de Luján.
famico02@yahoo.com.ar
famico@unlu.edu.ar

micamente el rol de las políticas de desarrollo necesarias para superar el dilema básico de Argentina: su histórica heterogeneidad estructural.

1. Introducción

La etapa de alto crecimiento 2002-2008 pareció interrumpirse en 2009 y este hecho abrió paso a un intenso debate sobre cuáles habían sido los “motores” del período expansivo y las medidas a adoptar a fines de propiciar un regreso a altas tasas de crecimiento. Dentro de algunos enfoques heterodoxos primó un cierto consenso acerca de que, además de la crisis desatada con la quiebra de las hipotecas subprime en Estados Unidos, existirían factores de naturaleza *interna* que explicarían la desaceleración del crecimiento, especialmente a partir del conflicto con el sector agropecuario. El consenso heterodoxo ofrece como explicación del exitoso proceso de 2003-2007 a un rasgo especial: la vigencia de un tipo de cambio real competitivo y estable (TCRCE), el que habría puesto el cimiento para el despegue y acelerado la expansión. Luego, la erosión de esta variable clave (básicamente la reducción de su nivel real debido a la aceleración de la inflación merced a las políticas excesivamente expansivas) explicaría la desaceleración actual. La erosión de la competitividad cambiaría vendría de la mano de un excesivo impulso fiscal (presumiblemente con fines electoralistas), que habría quitado a la política fiscal su rol de “ancla”, a fines de *contener* el “excesivo” crecimiento de la demanda agregada, inicialmente disparado por el TC competitivo. La sugerencia de política sería reajustar el valor nominal del tipo de cambio (devaluar el peso) a efectos de restaurar su valor real en torno a los niveles vigentes en los años previos. El presente artículo cuestiona esta interpretación y esboza los lineamientos de una interpretación alternativa, al tiempo que discute algunos ejes posibles de política económica con centro en la política fiscal.

2. El TCRCE como “acelerador” del crecimiento

La interpretación “heterodoxa” dominante ubica como causa del proceso de crecimiento de

2003-2007 a la fijación de un tipo de cambio real competitivo y estable (TCRCE) (Frenkel & Rapetti, 2008). Al mismo tiempo, la adopción de tal régimen encerraría potenciales riesgos inflacionarios.¹ El TCRCE determinaría fuertes incentivos para la producción de bienes transables y al ampliar la gama de producciones potencialmente rentables, “se amplían las posibilidades de crecimiento de la producción y del empleo. Es una política de promoción generalizada de las actividades comerciables con respecto a las no comerciables...” (Frenkel, op. cit.).

Además, el TCRCE incentivaría la utilización más intensiva del trabajo tanto en el sector de transables como de no transables. Este “canal de intensidad laboral” fijaría un poderoso estímulo al aumento del empleo, adicional al resultante de la expansión de la producción (vía rentabilidad). Finalmente, el TCRCE jugaría un papel preventivo de las crisis externas merced a la acumulación de reservas internacionales, reduciendo la vulnerabilidad de la economía frente a shocks externos, etc. El régimen de TCRCE puede resumirse en un modelo sencillo (Frenkel, 2008, 197).² En este modelo la tasa de crecimiento de la economía (y) está dada por la ecuación:

$$y = y^* + a_1 ER + a_2 (i - p) + a_3 f^3 \quad (1)$$

Donde ER es el logaritmo del tipo de cambio real, y^* es el producto potencial y f representa el impulso fiscal. Así, $ER > 0$ implica un tipo de cambio competitivo que estimula el crecimiento, en tanto $f > 0$ implica un impulso fiscal expansivo y $f < 0$ un impulso contractivo. La tasa de inflación p es:

$$p = b_1 p_{t-1} + b_2 (e + p^*) + b_3 (y - y^*) \quad (2)$$

Siendo p^* la tasa de inflación internacional.⁴ Así, si el producto efectivo (y) no supera al producto potencial o “natural” (y^*), la tasa de inflación resultará un promedio de la inflación pasada y la tasa de cambio del precio de los bienes transables. Si además el tipo de cambio real es estable ($e = p - p^*$), entonces: $p = p_{t-1}$, la tasa de inflación permanece estable.

El problema para la interpretación “heterodoxa” era cómo argumentar que el régimen de TCRCE

no necesariamente debía implicar una pérdida de “autonomía monetaria”, restringiendo la posibilidad de usar contractivamente la política monetaria (subir las tasas de interés) a fines de combatir la inflación de demanda (es decir, cuando $(y - y^*) > 0$).⁵

Luego de explicar largamente la “condición de sostenibilidad de la política de esterilización”, Frenkel llegó a la conclusión de que dado que la capacidad de hacer *inflation targeting* depende de la elasticidad de la demanda agregada ante cambios de la tasa de interés (a_2 en la ecuación 1), y puesto que la evidencia empírica en las economías latinoamericanas muestra que la elasticidad-interés de la demanda agregada es pequeña, surge que la política monetaria para controlar la inflación podría resultar incompatible con la política de “esterilización” (ya que requeriría una tasa de interés demasiado alta).⁶ Así, el rol que no puede cumplir la política monetaria para controlar la demanda agregada quedaría en manos del impulso fiscal.⁷

En base al modelo descripto, la explicación de la inflación y la desaceleración económica surgen solas: el gobierno aumentó “desmedidamente” el gasto público, adicionando un impulso extra al que surgiría de la política cambiaria, generando inflación, erosionando el valor real del tipo de cambio y por ende socavando el proceso de crecimiento. Discutiremos ahora los supuestos en que se basa esta interpretación y veremos que es factible una explicación alternativa.

3. Algunas observaciones críticas

Se realizarán cuatro observaciones críticas sobre los supuestos del modelo descripto en la sección anterior. Todos estos supuestos se condensan y desembocan en uno solo: el producto potencial está dado por fuerzas del lado de la oferta y no responde a las variaciones en el producto efectivo y la demanda agregada. El supuesto de que $ER > 0$ implica un tipo de cambio competitivo “que estimula el crecimiento” tiene el mismo trasfondo y será discutido en la sección siguiente. El segundo supuesto implica que el exceso de oferta monetaria no “esterilizado” genera inflación. Aparece la idea, no siempre abiertamente explicitada, de que el crecimiento de los agregados monetarios genera inflación (Frenkel & Rapetti 2007) y que esto conduce a

la apreciación del tipo de cambio. De allí el énfasis puesto en el objetivo de esterilizar el impacto de la acumulación de reservas sobre la oferta monetaria (ver Frenkel, 2007).

El abordaje del problema se parece mucho al modo en que los economistas del FMI analizan los efectos de la ayuda externa (entrada de capitales) en los países subdesarrollados. Rajan y Subramanian (2005), por ejemplo, entienden que el principal problema de tales ingresos de capitales es que pueden llevar a la apreciación de la moneda doméstica. Los flujos externos aumentarían la oferta interna de divisas, las que se cambiarían por moneda doméstica aumentando la demanda por moneda local y conduciendo a la apreciación cambiaria, con una reducción de la competitividad. El funcionamiento es análogo en el caso del saldo positivo de la balanza comercial y en presencia de una decisión política de acumular reservas (mantener el tipo de cambio real). En este caso, analogamente a ciertos enfoques heterodoxos, el enfoque convencional sugiere también esterilizar los efectos de los ingresos de capitales (“ayuda externa”) sobre la oferta monetaria. La política monetaria contractiva debería en este caso emplearse para reducir los efectos indeseados sobre el tipo de cambio, para controlar el crecimiento del consumo y acumular reservas con fines precautorios (Prati & Tressel, 2006).

En todos estos enfoques, sin embargo, persiste como un elemento central la noción de una restricción de oferta rígidamente fija. En cualquier caso, sea por “ayuda externa” o por un creciente valor en moneda doméstica del balance comercial, los mayores flujos de divisas son gastados en bienes y servicios producidos internamente cuya oferta no se altera (o no lo hace al mismo ritmo). De este modo, con el supuesto implícito de que no existe capacidad excedente en la economía, el gasto doméstico extra rebalsa la oferta existente. Por caso, autores como Prati y Tressel (2006) también sugieren el uso de la política fiscal como medio de “esterilizar” el efecto expansivo del mayor flujo de divisas.⁸ Como se verá más adelante, este supuesto de una restricción de oferta prácticamente rígida *no puede sostenerse ni lógicamente ni empíricamente*. Basta con señalar aquí que esta necesidad de esterilizar el impacto monetario de la acumulación de reservas encierra este supuesto de una oferta rígidamente determinada.

Otro supuesto básico es que el TCRCE *incentivaría la utilización intensiva del trabajo*. Este supuesto se traduce en lo que Frenkel llama “canal de la intensidad laboral” y apunta a señalar la influencia del TCR en la generación de empleo dada una cierta tasa de crecimiento del producto. Como explica Frenkel:

“Por ejemplo, el TCR es un factor importante en la determinación del precio relativo trabajo/bienes de capital en los países en desarrollo, debido a que estos últimos tienen una significativa componente importada. También es la principal variable determinante de los precios relativos entre insumos importados y trabajo (...) De este modo, cambios significativos en estos precios relativos, causados por cambios en el TCR, deberán afectar el ratio empleo/producto” (Frenkel, 2004).

Así, un TCR más depreciado fomentaría el empleo ya que el precio relativo del trabajo (medido en moneda internacional) habría caído. En dirección opuesta, un TCR más apreciado reduce el nivel de protección en actividades transables. La producción de algunos bienes puede tornarse no rentable. Esto incentiva a las firmas sobrevivientes a preservar la competitividad mediante la reducción del factor trabajo, cuyo precio relativo habría ahora aumentado (Frenkel, 2004). Sin embargo, no puede sostenerse este “canal de intensidad laboral” sin recurrir al principio neoclásico de sustitución factorial, según el cual serían los cambios en los precios relativos de los factores los que inducirían *endógenamente* variaciones correspondientes en los métodos de producción (sea directa o indirectamente). Así, las demandas de factores aparecerían inversamente relacionadas con sus precios. No solo estos mecanismos de sustitución han sido severamente cuestionados en la teoría económica,⁹ sino que además suponen que la economía es impulsada por las fuerzas de la oferta y de algún modo tiende naturalmente al pleno empleo. Esta enfoque estaría postulando que la flexibilidad salarial sería una condición del pleno empleo, solo que ahora a través del mecanismo de la devaluación real.

El cuarto y último supuesto a discutir es absolutamente crucial para el conjunto de la interpretación. Frenkel trata a la evolución del producto potencial o “natural” (y^*) como *independiente* del

producto efectivo (y) (ecuación 2). El enfoque subyacente considera al producto potencial como una variable *dada* que evoluciona lentamente con prescindencia de lo “shocks de demanda”; por ende, el producto potencial se explica por fuerzas del lado de la oferta. Luego, una brecha nula de producto supone una tasa de crecimiento “que no induce la aceleración o desaceleración de la inflación” (Frenkel, *op. cit.*).

Sin embargo este supuesto es enteramente cuestionable. Existe considerable evidencia empírica acumulada a favor de una *histéresis* fuerte o plena sobre el *output* desde los trabajos de Nelson & Plosser (1982). Esto significa que la tendencia de largo plazo del producto potencial es, en realidad, plenamente determinada por las fuerzas que mueven al producto efectivo.¹⁰ Incluso Blinder (2004), un referente central del nuevo consenso macroeconómico, reconoce que la opinión convencional se basa en varios supuestos “que son al menos discutibles”. Uno de ellos implica que:

“The macroeconomy is not subject to hysteresis. In a system with a unit root, any shock to aggregate demand—whether it be from fiscal policy or anything else— will leave a permanent impact on output (...). Unfortunately, that question is difficult to answer statistically. In a well-known and provocative paper written nearly two decades ago, Campbell and Mankiw (1987) argued that it does. But more recent work has emphasized how hard it is to discriminate between a model with a unit root and a trend stationery model with a root close to but below unity—especially with relatively short time series” (Blinder, 2004).

Así, dice Blinder, “los creyentes en la reversión a la media se han consolado con este punto. Pero esto también significa que no es fácil descartar la *histéresis*”. La evidencia de *histéresis* fuerte en las series de producto potencial ponen en evidencia una falta de asociación o vínculo real (“*real coupling*”) entre el corto y el largo plazo en el enfoque del nuevo consenso (un corto plazo conducido por la demanda, mientras en el largo plazo el producto potencial depende enteramente de las “fuerzas del lado de la oferta”). A su vez este hecho estilizado ha sido reinterpretado a la luz de distintos enfoques heterodoxos (entre otros ver Lavoie, 2006; Kriesler & Lavoie, 2005; Libanio, 2004, 2005 y 2006, Braga,

2008, Serrano, 2007). Sin discutir esta evidencia de histéresis fuerte en el producto, Frenkel escribe:

“...la tasa de crecimiento tiene límites, impuestos por el ritmo posible de aumento de la productividad y por la disponibilidad de trabajo (...) En cada momento hay cierta tasa máxima posible de crecimiento de la oferta agregada de bienes y servicios, que pone un techo al ritmo de expansión que una economía puede efectivamente alcanzar.” (Frenkel, op. cit.).

En primer término, parece erróneo asumir que el trabajo pueda ser un límite al crecimiento. Más bien, la oferta de trabajo tiende a ajustarse a las necesidades de la acumulación de capital a través de una serie de canales, como la modificación del tamaño del sector informal y de los niveles de desempleo (abierto y oculto), cambios en las tasas de participación de los diversos grupos sociales, migraciones internas e internacionales, etc. Dado que existen mecanismos endógenos que tornan abundante la oferta de trabajo, el producto potencial es limitado en realidad por el stock de capital acumulado y pasa a depender enteramente de la evolución de la inversión. Así, si bien la tasa de crecimiento potencial de la economía depende del crecimiento de la capacidad física y de la productividad, la evidencia antes mencionada es plenamente compatible con la alternativa de que cada uno de estos factores –y con ello la tasa potencial de crecimiento misma– resulte afectada por la tasa efectiva de crecimiento determinada por la demanda (Setterfield, 2007, Serrano, 1996).

Por caso, si la expansión de la demanda acarrea un creciente gasto en inversión, esto tendrá efecto directo sobre la capacidad y sobre la productividad. Por otro lado, cualquier expansión de la demanda y el producto hoy, influirá en los planes de inversión de las firmas y en su capacidad para ejecutar esos planes. Y por ende en la disponibilidad y productividad de la capacidad mañana. El impacto de la inversión planeada se produce a través del efecto acelerador y mediante la influencia positiva del rápido crecimiento del producto y de la demanda sobre el estado de las expectativas.¹¹ Un índice de la ambigüedad con que es tratado este punto se encuentra en el hecho de que nunca se define muy claramente *qué cosa determina el producto potencial* y mucho menos se da una pauta de su *magnitud*, a

pesar de resultar una variable crucial para estimar la brecha de producto ($y - y^*$). Por ejemplo:

“Esa tasa máxima posible de crecimiento no es una constante. Es un parámetro variable e incierto (...) La experiencia internacional de países de crecimiento rápido sugiere que la tasa máxima posible está en el orden de magnitud de la que mostró la economía argentina desde 2003 (...) Seguramente el dato *era mayor* en el comienzo de la expansión, porque veníamos de una recesión profunda. Seguramente *tendió a reducirse con el paso del tiempo*, a medida que se alcanzaban techos en la disponibilidad de ciertos recursos. Lamentablemente, no podemos saber la magnitud del dato en la actualidad (...) la experiencia sugiere que lo mejor a lo que podríamos aspirar es a sostener una tasa de crecimiento similar a la de los últimos años” (énfasis agregado).¹²

¿Cuál es esa “experiencia histórica” de crecimiento que fijaría los límites para el caso argentino? Dado lo difuso del planteo, llama la atención la severidad de la conclusión. Obviamente, crecer *siempre* al 8% no es desdeñable. La cuestión es que un lectura errónea del funcionamiento macroeconómico y el temor a la inflación conduzcan adoptar políticas que frenen *deliberadamente* la expansión y se conviertan en una *profecía autocumplida*. Por otro lado, ¿por qué no observar el nivel de utilización de la capacidad instalada como un *proxi* de la evolución del producto potencial? Más aún, si asumimos que $u = \frac{Y}{Y^*}$ es el grado de utilización, donde Y es el producto efectivo y Y^* es el potencial, luego:

$$Y^* = \frac{Y}{u} \quad (3)$$

Lo que brinda una idea de la evolución del producto potencial (ver Serrano, 2009). Estimando la expresión (3) para la etapa reciente de Argentina resulta la evolución que describe el cuadro 1.

Así, al observar las tasas de variación, resulta claro que bastante rápidamente el sendero del producto potencial tiende a “seguir” al producto efectivo, confirmando lo antes expuesto. Es curioso que las posibilidades que ofrece la medición de la utilización de la capacidad instalada (UCI), como índice de la evolución del producto potencial, sean sistemáticamente rechazadas por los economistas que ubican la inflación como resultado de un “excesivo ritmo de aumento de la demanda agregada”.¹³ Se aducen razones varias: la inexactitud de

la medición o bien su complejidad, etc. Pero si tales datos no son confiables y supuestamente carecemos de información al respecto, ¿cómo se puede entonces afirmar que la inflación sea el resultado de una “brecha de producto positiva” cuando tal brecha no se puede medir o estimar? Evidentemente el único modo es convenciéndose de que toda inflación es, siempre y en cualquier circunstancia, resultado (e índice) de un “excesivo ritmo de aumento de la demanda agregada” y de una brecha de producto positiva.

Pero aquí aparece otro problema, porque es evidente que *tal afirmación general es falsa*: en la experiencia internacional y especialmente en Argentina han existido periodos más o menos prolongados caracterizados por alta inflación con caída del producto (“estanflación”), un contrasentido en términos de “inflación de demanda”. En fases de crecimiento rápido, bien podría ocurrir que el aumento del empleo debilite la amenaza de despido y fortalezca la posición negociadora de los trabajadores para arrancar mayores salarios nominales. Luego, estos aumentos impactan en los costos y se trasladan a los precios, agudizando el conflicto distributivo. No obstante, los datos presentados muestran una conclusión distinta a la que arriba Frenkel cuando afirma:

“Seguramente el dato (del producto potencial) era mayor en el comienzo de la expansión, porque veníamos de una recesión profunda. Seguramente tendió a reducirse con el paso del tiempo, a medida que se alcanzaban techos en la disponibilidad de ciertos recursos”.

Como se aprecia en el gráfico 1, esto es incorrecto. En verdad, el producto potencial ajustó con un rezago a la trayectoria del producto efectivo, de modo que *era menor en 2002 de lo que es actualmente*, resultado del proceso de inversión que se registró entre 2002 y 2007. En otros términos: *la oferta no ha permanecido fija*. Como se verá luego, si se adopta un modelo del tipo supermultiplicador, surge que las brechas de producto (sean positivas o negativas) son en general *autocorregidas*, incluso sin necesidad de intervención especial de la política macroeconómica. Cualquier baja (alza) persistente en el grado de utilización de la capacidad productiva tiene a estimular una reducción (elevación) en

la inversión bruta mediante un acelerador flexible, puesto que las empresas buscan adaptar el tamaño de la capacidad productiva a la tendencia de la demanda. Obviamente, la inflación crónica pasa a ser resultado del “choque de costos” y, particularmente, del conflicto distributivo.

Este tipo de modelos es, a su vez, plenamente compatible con la evidencia de histéresis plena en las series de producto y parece explicar mejor el caso de Argentina, donde la inversión sigue la tendencia del producto efectivo, instigado por la demanda, y así el producto efectivo determina finalmente el sendero del producto potencial. En suma, a medida que la producción se expande, estimulada por la demanda, la “frontera de posibilidades” de producción se mueve hacia delante, haciendo lugar a tales estímulos (y viceversa en el caso de *contracción* del PIB efectivo).

Lo expuesto cuestiona la visión dominante respecto a la tendencia del producto, de la capacidad productiva y de la inflación. En tal contexto, en ocasiones se suele acudir a explicaciones de tenor más “heterodoxo”, como que las causas de la inflación devienen por la aparición de “cuellos de botella”, etc. Pero, como observa Barbosa:

“...growth is never a balanced process. During an expansion the economy is bound to experience some bottlenecks. Localized demand pressures are normal and necessary for sustainable growth. Changes in relative prices and in capacity utilization are the main channels through which firms identify profitable opportunities for investment, which in its turn generates another round of effective and potential output growth necessary to sustain the expansion. Because it takes some time for investment to increase potential output, any sustainable growth process is likely to experience high capacity-utilization rates in its first years. In fact, if we interpret potential-output growth as a long-run average, the economy *must be above it during some time*. When macroeconomic policy is managed to reduce growth at the first sign of high capacity utilization (...) the result is a *reduction of both effective and potential output*. Precisely when high capacity utilization should lead to an increase in investment, macroeconomic policy enters the stage to slow down the economy. If the government does not allow potential output to grow, the fear of inflation becomes self-fulfilling and the economy tends to experience a series of short cycles” (énfasis agregado, Barbosa, 2004, 63).

La evidencia empírica revela que el crecimiento se relaciona con un proceso acumulativo, donde aumentos de la demanda agregada inducen aumentos de la inversión, la que a su vez incrementa los salarios y las ganancias. Y esto genera nuevas rondas de expansión. Esto no implica despreocuparse de la inflación, sino que las razones de la *aceleración* de precios deben buscarse en otra parte que el “exceso de demanda” y que la política macroeconómica debe guiarse por plazos mayores que el corto plazo. En cualquier caso, no se puede frenar la expansión por un miedo infundado a la aceleración de la inflación.¹⁴

4. La devaluación como respuesta a la contracción del producto y el empleo

Un supuesto adicional y clave en la interpretación del crecimiento liderado por el TCRCE, es que $ER > 0$ implica un tipo de cambio competitivo “que estimula el crecimiento”, (ecuación 1). Respecto de este punto no queda muy claro por qué canales el TCRCE estimula el crecimiento. Se admite que el impulso expansivo del TC sobre la demanda agregada “es difícil de precisar y cuantificar” aunque se identifica como uno de esos mecanismos al cambio de los precios relativos. Pero también se admite que “es inherentemente dificultoso estimar los complejos efectos de los precios relativos sobre la demanda agregada”, debido a que es difícil separar los efectos derivados del TC de los aumentos de los precios de exportación.

Frenkel, por caso, se basa en alguna literatura que recoge evidencia a favor de una asociación positiva entre tipo de cambio real y crecimiento, pero admite cierta imprecisión al respecto.¹⁵ Ciertamente, es difícil predecir el efecto sobre la rentabilidad que surge del TCRCE y su relación con la dinámica de los sectores transables y no transables. Dicho rápidamente: $ER > 0$ puede significar un aumento de la rentabilidad en el sector de transables *al mismo tiempo* que reduce la rentabilidad en el no transable. No hay evidencia de que en el *agregado* haya un resultado unívoco.

Sin embargo, conviene sí precisar que, para el enfoque en cuestión, el crecimiento aparece como un proceso *profit-led* o *tirado* por ganancias. La

mayor rentabilidad, inducida por el TCRCE, estimularía el proceso de acumulación. Debe decirse que, aún suponiendo que el efecto agregado sobre la rentabilidad fuera positivo, no existe consenso en torno al rol de las ganancias como “factor de crecimiento”. La condición de la ganancia como “motor” de la actividad productiva en las economías capitalistas refiere al hecho fundamental de que la producción se realiza con el fin último de obtener una beneficio. Este “motor” entonces es una condición necesaria para toda *nueva* inversión, pero no necesariamente constituye *per sé* una explicación de la inversión. En realidad, como se verá luego, la inversión que crea capacidad productiva (y que por ende impulsa el crecimiento) es inducida, vía un acelerador flexible, por la demanda y no por la ganancia. Ese proceso sobreviene por cambios persistentes en el grado de utilización de la capacidad que conducen a niveles de utilización por encima de los “normales” o “planeados”.

No existe evidencia empírica que permita afirmar el vínculo proclamado entre rentabilidad y crecimiento, y para suponer que $ER > 0$ pueda impulsar la acumulación de capital *con prescindencia* de lo que ocurra con la demanda.¹⁶ Por supuesto, un tipo de cambio real competitivo tiene un rol central a la hora de facilitar la superación de la heterogeneidad estructural que fija la restricción externa como la restricción dominante al crecimiento de la demanda agregada y, por ende, a la expansión de la economía argentina (véase Diamand, 1972).

En línea con el modelo expuesto en la sección 2.1, y frente al amesetamiento de la actividad económica, se ha propuesto consecuentemente una nueva devaluación, a fines de retomar el sendero de crecimiento de los últimos años, puesto en duda por las supuestas debilidades del gobierno. Las causas serían varias. En primer lugar, el tipo de cambio real multilateral se habría apreciado un 20% desde comienzos de 2007 (por ende, $ER < 0$). Además, la situación fiscal “no es holgada” (es decir: $f > 0$) y tampoco lo sería la disponibilidad de moneda internacional para los compromisos financieros. Se argumenta que un aumento del tipo de cambio real contribuiría a aliviar estas restricciones, aumentando la protección del empleo y de las industrias que compiten con importaciones, y mejorando la situación del sector agropecuario, al

tiempo que permitiría suavizar el conflicto entre el gobierno y los productores agropecuarios en torno al nivel de impuestos a las exportaciones agrarias. En resumen, en este enfoque la devaluación tendría los siguientes efectos positivos:

(I) aumentaría el superávit fiscal ($f < 0$), porque aumentaría las exportaciones y con ello incrementarían la recaudación de impuestos sobre el comercio exterior (retenciones). El argumento supone implícitamente que los impuestos sobre las importaciones caen menos y, por ende, hay un efecto neto fiscal positivo.

(II) la devaluación aumentaría la disponibilidad de divisas para hacer frente a los vencimientos de la deuda. Este es un efecto derivado por la misma vía anterior: el ajuste cambiario tendría un resultado positivo sobre el balance comercial.

(III) la devaluación contribuiría a aumentar el margen de protección efectivo de aquellas industrias potencialmente afectadas por competencia importada y por ende permitiría proteger los niveles de empleo.

(IV) la devaluación permitiría mejorar la situación del sector agropecuario, vía las mejoras de las exportaciones del sector, recomponiendo la rentabilidad de las actividades hoy afectadas por la crisis internacional (caída de demanda y de precios). Asimismo, ese mayor margen de rentabilidad permitiría distender el conflicto en torno a las retenciones.

Vamos a discutir cada una de estas afirmaciones haciendo uso de un modelo muy simple, que incluye *dos hipótesis de comportamiento*: el nivel de ingreso (Y) depende de la evolución de la demanda agregada (que es la variable independiente) y la principal restricción al crecimiento del ingreso proviene del sector externo (disponibilidad de divisas). En términos usuales:

$$Y = C_0 + cY + G + I + X - M \quad (4)$$

Examinemos ahora el efecto de la devaluación tanto desde el punto de vista del nivel de actividad como de sus efectos fiscales¹⁷. El punto (i) sostenido por Frenkel supone que la devaluación mejora X y reduce o deja inalteradas las M , con lo cual mejoran el saldo comercial y la recaudación de impuestos sobre el comercio exterior, aunque no altera la evolución de ninguno de los otros componentes de la demanda agregada (C_0 , cY , G , I). Es

decir, la devaluación mejora el saldo comercial y *agrega* demanda, produciendo un efecto *expansivo*. De (1), podemos escribir:

$$Y = \frac{1}{1-c} [C_0 + I + G + X - M] \quad (5)$$

Donde $1-c$ es la propensión a ahorrar. El incremento de X (con C_0 , cY , G e I constantes) lleva a un aumento del nivel de actividad y del empleo en las industrias que exportan. Luego, a ese efecto expansivo inicial de aumento del empleo se agregaría un efecto expansivo *adicional*, asociado con el alza del consumo salarial o *inducido*, puesto que aumenta el empleo con un salario real *constante*, llevando a un incremento del multiplicador $1/(1-c)$.¹⁸ En otros términos, el país absorbe poder de compra del exterior y además aumenta su propio poder de compra doméstico (por el alza de la masa salarial).¹⁹

Pero esta es solo una parte de la historia. Como todo el mundo sabe, existe una relación *inversa* entre tipo de cambio real y salario real (Carciofi, 1986; Canitrot, 1975). De este modo, tras la devaluación el salario real debe caer y el multiplicador $1/(1-c)$ resultará menor, con lo que el efecto *neto* del ajuste del tipo de cambio puede bien ser *contractivo*.²⁰ Además, en modo alguno resulta evidente *a priori* que el saldo comercial vaya a mejorar tras la devaluación. Aún cuando tras una devaluación haya un aumento de las exportaciones y una baja de importaciones en cantidades físicas, eso no garantiza que se registre una mejora significativa en el saldo comercial. En términos técnicos, la condición Marshall-Lerner podría no cumplirse.²¹ Incluso en el caso de que tal condición fuera satisfecha, si la suma de la elasticidad-precio de las importaciones más la elasticidad-precio de las exportaciones excede la unidad *aunque solo ligeramente*, se requeriría una *gran* devaluación para observar mejoras significativas en el balance comercial.²²

De este modo, tampoco resulta evidente que la recaudación fiscal vaya a crecer tras la devaluación. Tal resultado dependerá del efecto neto de la caída del consumo (inducida por la baja del salario real) versus el aumento del balance comercial ($X-M$) y la incidencia de los impuestos que gravan el ingreso doméstico (IVA, ganancias) versus la incidencia de los impuestos al comercio exterior. En suma, al afirmar que la devaluación será ex-

pansiva y mejorará la posición fiscal, se está suponiendo:

1. que se cumple la condición Marshall-Lerner y mejora la balanza comercial;

2. que la mejora del balance comercial *agrega* demanda para más que compensar la caída del consumo doméstico inducida por la devaluación al reducir el salario real;

3. finalmente, que la recaudación de impuestos al comercio exterior *más que compensará* la pérdida de recaudación que sufrirán los impuestos relacionados con el consumo y las ganancias domésticas. Por ende, esta cadena de supuestos lleva a concluir demasiado fácilmente que la devaluación aumentará el superávit fiscal.

Veamos el punto (ii) sostenido como una segunda “bondad” del ajuste cambiario, merced a la cual el país obtendría más divisas (aumentaría las reservas) a fines de enfrentar los vencimientos de deuda externa. Una vez más, se supone el cumplimiento de la condición Marshall-Lerner. Pero, además, aún cuando la devaluación produzca alguna mejora en el balance comercial, también tiene efectos sobre la carga de la deuda pública en moneda doméstica. La relación entre tipo de cambio y deuda pública es mediada por dos mecanismos (Schonerwald da Silva & Vernengo, 2007). Por un lado, una devaluación implica pagos más elevados en moneda local sobre la deuda denominada en moneda extranjera (lo inverso en caso de apreciación cambiaria). Por otro lado, un aumento en la deuda pública puede aumentar la percepción acerca de la probabilidad de un default (sin importar si esta percepción es correcta o no). Esto puede conducir a un significativa salida de divisas, resultando en una devaluación. Al mismo tiempo, la relación entre tipo de cambio y deuda pública tiene implicancias directas sobre la política monetaria. Por caso, un aumento de la tasa de interés afecta la carga financiera de la deuda y por ende aumenta el déficit nominal y la deuda doméstica. Pero una tasa de interés alta funciona como atractor de capitales externos de corto plazo, lo que introduce presiones hacia la apreciación cambiaria y reduce la carga de la deuda en moneda extranjera.

“The net effect will depend on the relative forces of the two effects. If the devaluation of the exchange

rate leads to a reduction of the burden of the debt higher than the increase caused by the interest rate, thus the initial monetary policy will result in a positive net effect, so the public debt is going to be lower” (Schonerwald da Silva & Vernengo, 2007).

Claro que este *set* de políticas (apreciación cambiaria y altas tasas de interés) lleva a una tasa de crecimiento del producto muy baja y por ende puede tornar insostenible la propia carga de la deuda (el ejemplo es la convertibilidad). Es extraño que usualmente los defensores del TCRCE como “acelerador” del crecimiento no discutan estas complicaciones.

Por lo expuesto, resulta paradójico que, en un contexto de desaceleración del nivel de actividad, se proponga devaluar el peso *sin compensaciones de ninguna clase*, como método para restaurar la competitividad por la vía implícita de la “licuación” salarial y con esto estimular la producción y el empleo. La hipótesis de que una devaluación puede estabilizar (o estimular) la demanda efectiva es análoga a la vieja afirmación de que la flexibilidad descendente de los salarios nominales (y reales) puede asegurar el pleno empleo o reducir el desempleo (López & Perrotini, 2006). La idea detrás de esta hipótesis es sencilla. En medio de una fuerte reducción de la demanda mundial, caen las exportaciones. Si aumenta el tipo de cambio (se deprecia el peso) el alza de la competitividad produciría una mejora del balance comercial. Si las ventas externas y las importaciones se comportan como predice el modelo, el producto y el empleo no se reducirían e incluso podrían expandirse. Habría así un mecanismo *endógeno* para alcanzar el pleno empleo, similar al de los economistas tradicionales: el aumento del empleo por la mejora de la rentabilidad y de las exportaciones, se daría por una vía similar a la que proponía el viejo Pigou.²³ En suma, la devaluación puede ser *contractiva* en lugar de expansiva y el mecanismo de “flexibilidad salarial” implícito puede no funcionar. Como explicaba Thirlwall,

“...a once-for-all depreciation of the currency ($ET > 0$) cannot raise the balance of payments equilibrium growth rate permanently. After the initial depreciation, $ET = 0$, the growth rate would revert to its former level. To raise the balance of payments equilibrium growth rate permanently would require continual depreciations, that is, $ET > 0$ in successive periods” (McCombie & Thirlwall, 2004).

No debe entenderse que Thirlwall postula la existencia de un tipo de cambio “de equilibrio de largo plazo”, basado en algún *fundamental*, y que por ende habría así una futilidad de la política cambiaria. Más bien debe entenderse en el sentido de que a cada depreciación real de la moneda sigue un proceso más o menos lento de ajuste salarial, a menos que se asuma el supuesto poco realista de que no existe ninguna “resistencia salarial”.

Ciertamente, el proceso de rápido crecimiento iniciado en 2002 coincide *temporalmente* con la gran devaluación de ese año. Esto condujo al espejismo de que fue el ajuste cambiario *per sé* el que desató la recuperación. Sin embargo, es sumamente difícil separar los efectos del tipo de cambio de la sustancial mejora de los términos de intercambio que se produjo a partir de 2003 y que estimuló al conjunto de economías de la región. Además, también existieron *un conjunto de políticas expansivas*, compensadoras de la caída salarial, las que hicieron que, a partir de la devaluación, la economía comenzara a crecer. Pero eso no transforma a la devaluación cambiaria en un instrumento expansivo *tout court* y tiene la dificultad de dejar en las sombras las circunstancias que hicieron factibles la recuperación, como la mejora de los términos del intercambio, el aumento del gasto público financiado con deuda y con retenciones a las exportaciones, los programas de subsidios al desempleo, la política monetaria expansiva, el congelamiento de tarifas públicas, etc. Por caso, Keynes mismo puntualizó que “en el mundo moderno, donde los salarios tienden a estar cercanamente vinculados al costo de vida, la eficacia de la devaluación cambiaria puede ser considerablemente reducida”. Argentina se enfrenta al aprendizaje de esa dura lección tras la devaluación de 2002.

5. Política fiscal y restricción externa

5.1. El modelo

El modelo bosquejado en la sección 2 es una variante del esquema más general conocido como “nueva síntesis neoclásica” o “nuevo consenso” (Serrano, 2006; Kriesler & Lavoie 2005). En dicho modelo, el rol activo de la política fiscal es suma-

mente restringido, sino nulo. De hecho, frente a los ribetes dramáticos de la crisis internacional y la incapacidad de la economía convencional para prevenirla y abordarla, el modelo del “nuevo consenso” ha recibido innumerables críticas, en particular por la ausencia en su estructura de ningún rol esencial para el gobierno y la política fiscal (Fontana, 2009). A pesar de las prescripciones del modelo, convertido hoy en la ortodoxia dominante, los países desarrollados han debido recurrir a (o discuten cómo hacer) políticas fiscales expansivas.²⁴

Para esbozar una interpretación alternativa se hará uso de un modelo de crecimiento que integre el efecto acelerador y multiplicador con liderazgo de los gastos autónomos y distribución exógena (Serrano & Willcox, 2000). Por la condición de equilibrio en el mercado de bienes tenemos:

$$M + Y = I + C + G + X \quad (6)$$

Las hipótesis de comportamiento son tres: i) las importaciones (M) son inducidas por el producto (Y); ii) la inversión (I) es inducida por el producto²⁵; iii) el crecimiento es liderado por el sendero seguido por la demanda autónoma (consumo no asalariado, exportaciones y gasto público). En economía abierta, una parte de la demanda doméstica se “desvía” hacia el exterior. Por ende:

$$M = m_k I + m_c Y \quad (7)$$

donde m_k es la proporción importaciones inducida por las decisiones de inversión y m_c es la proporción de importaciones inducida por las decisiones de producir. Reemplazando (7) en (6), desdoblado el consumo en una parte inducida cY y otra autónoma (C_0), y resolviendo para Y tenemos:

$$Y = \frac{1}{(1 + m_c - c)} [C_0 + G + I(1 - m_k)] \quad (8)$$

A su vez, el nivel de inversión de largo plazo dependerá del crecimiento esperado de la demanda efectiva (g_{t+1}^e) y de la relación capital-producto (v):

$$I = v g_{t+1}^e . Y \quad (9)$$

Reemplazando (9) en (8), tenemos el nivel de demanda efectiva y producto de largo plazo:

$$Y = \frac{Z + G + X + (1 - m_k).v g^e_{t+1} Y}{1 - w + m_c} \quad (10)$$

Así, la tasa de crecimiento esperada de la demanda efectiva en el largo plazo (g^e_{t+1}) es gradualmente revisada a partir del grado efectivo de utilización de la capacidad que se observó en el pasado. Si se adopta esta regla de ajuste para g^e_{t+1} y suponiendo que los gastos autónomos (Z, G, X) crecen a una tasa z , la tendencia de crecimiento de la economía oscilará en torno a:

$$Y^* \rightarrow Y = \frac{Z + G + X}{(1 - w + m_c) - (1 - m_k)vz} \quad (11)$$

Lo que da la expresión del supermultiplicador, donde la tasa de crecimiento esperada es igual a la realizada (el producto potencial Y^* tiende al efectivo Y), la que a su vez es determinada por el ritmo de crecimiento de los gastos autónomos que no crean capacidad (Z, G, X). De este modo, la capacidad productiva se ajusta a la tendencia de la demanda efectiva a través el tiempo, como ya habíamos visto empíricamente para el caso argentino.²⁶ No obstante, lo normal es que la restricción de divisas opere antes que la restricción de ahorro.²⁷ Para analizar la restricción de divisas se puede partir de la identidad que describe el balance de pagos:

$$BP = X - M - R + F \quad (12)$$

donde BP es el saldo del balance de pagos, R es la renta neta enviada al exterior, y F representa los ingresos netos de capital. Reemplazando (7) en (12):

$$BP = X - m_k I - m_c Y - R - F \quad (13)$$

Reemplazando (9) en (13):

$$BP = X - m_k v z_e Y - m_c Y - R - F \quad (14)$$

Por ende:

$$Y = \frac{X - R - F - BP}{(m_k v z_e + m_c)} \quad (15)$$

Dado que la tasa de crecimiento de la demanda determina la tendencia de crecimiento de la capa-

dad productiva, la única forma en que el balance de pagos puede restringir el crecimiento es imponiendo límites al aumento de los distintos componentes de la demanda efectiva. En presencia de un desequilibrio externo, la demanda agregada tendrá que ajustarse de modo de reducir las importaciones. Como las compras externas son una función del nivel y de la tasa de crecimiento de la demanda, son las reducciones en la demanda efectiva el mecanismo por el cual la economía se ajusta a la disponibilidad de divisas. Así, es la política macroeconómica (fiscal, monetaria, cambiaria y de ingresos) la que opera sobre la tasa de aumento de la demanda agregada.

5.2. El caso argentino actual: la significación de la política fiscal

La economía doméstica presenta mejores condiciones que en otras etapas para lidiar con el problema estructural de *restricción de divisas*. Los términos de intercambio siguen siendo muy favorables. A su vez, respecto del endeudamiento externo (un factor "autónomo" que opera sobre la restricción externa) la trayectoria de los últimos años permitió una reducción significativa en los perfiles de la deuda pública, especialmente con la compra de deuda por el BCRA y otras agencias. Así, la deuda en el mercado (neta de acreencias intra-sector público y organismos internacionales) se reduciría a 26% del PIB a fines de 2009.²⁸

El impacto contractivo de la crisis internacional se manifestó de dos formas básicas: mediante una reducción de la demanda externa (con caídas del valor exportado en todos los sectores) y a través de una fuerte contracción monetaria inducida por la fugas de divisas. Asimismo, en relación a la política cambiaria, tras una etapa de franca apreciación de peso, el BCRA logró al menos sostener la paridad real del tipo de cambio a través de minidevaluaciones sucesivas. En términos comparativos respecto de los principales socios comerciales, Argentina habría mejorado su competitividad cambiaria en 2009. Producto de estas situaciones, y a pesar de la fuerte salida de capitales observada en los últimos dos años, las reservas totales del BCRA rondaban a fines de setiembre de 2009 los 45 mil millones de dólares, alejando la restricción de divisas al menos en el corto plazo.

El principal problema en danza era entonces el nivel de actividad. Hay que decir que mientras la inducción de la inversión por el crecimiento del producto en una fase de alza tiene algún rezago, este *lag* es mucho menor en el ajuste descendente (la adaptación de la inversión a la tendencia de la demanda es más rápida en el ciclo recesivo). Así, tras el shock externo y la desaceleración de la tasa de crecimiento del PIB, la cuestión del crecimiento vuelve al primer plano. Se puede analizar el caso argentino a la luz del modelo presentado en la sección anterior, particularmente haciendo uso de las expresiones (11) y (15).

$$(11) Y = \frac{Z + G + X}{(1 - w + m_c) - (1 - m_k)vz}$$

$$(15) Y = \frac{X - R - F - BP}{(m_k vz_e + m_c)}$$

Dado que X y Z son datos (11), y la inversión es inducida por el producto, el gasto público se torna una herramienta de control de directo que incide sobre el crecimiento. Más aún en una fase recesiva, donde la opción al recurso de la política fiscal sería esperar a que la economía se “recupere sola”. Pero esta elección supone que el sistema cuenta con mecanismos *endógenos* que lo regresarían a un sendero de crecimiento. Sabemos que no es así y que la economía puede permanecer indefinidamente en la recesión. Eventualmente un impulso externo lo suficientemente fuerte (ΔX) podría ponerla nuevamente en movimiento. Pero este es un factor que escapa al control de la política económica y tampoco resulta evidente que cierta recuperación de las ventas externas baste, por sí sola, para reencauzar la economía en un sendero de crecimiento. Podría pensarse en estimular la demanda por la vía del aumento de salarios. Una vez más, este es un factor sobre el cual la política económica no tiene control *directo*,²⁹ menos aún cuando el contexto recesivo tiende a deteriorar el poder de negociación de los asalariados.

De allí la relevancia de la opción del gasto público. Sin embargo, existe un rechazo más o menos abierto y mayoritario a usar la política fiscal con fines expansivos. Antes de la crisis ocurrida a fines de 2008, algunos economistas de sesgo “heterodoxo”

sostenían incluso que la aceleración de la inflación se debía a que el gobierno había aumentado “irresponsablemente” la tasa de crecimiento del gasto público y por ende había “sobrecalentado” la demanda agregada.³⁰ Estos economistas señalaron así a dos ítem como responsables de la “sobreexpansión” del gasto estatal: los subsidios al sector privado y los gastos vinculados al régimen previsional.

Sin embargo, como se argumentó en la primera parte de este trabajo, en relación a la evolución del producto potencial claramente no hubo ningún crecimiento “excesivo” de la demanda agregada. Incluso, la economía argentina mostraba márgenes para crecer a tasas aún más altas de las que mostró en el período 2003-2008. No obstante, no deja de ser paradójica la afirmación respecto a que los subsidios al sector privado hayan adicionado un *impulso extra* al crecimiento de la demanda y, por esta vía, hayan contribuido a acelerar la tasa de inflación, cuando tales subsidios fueron empleados con el propósito de limitar los ajustes de precios y por ende contribuyen a *contener* la tasa de inflación.

Tampoco se entiende de qué manera pueden constituir un impacto *adicional* al crecimiento de la demanda, cuando tales transferencias *no son* en sí mismas *fuentes adicionales* de demanda final, puesto que se utilizan para financiar gastos corrientes y/o de capital con el objeto de mantener fijo el precio de determinados bienes y servicios. En verdad, son una manera de evitar la contracción de la demanda agregada, ya que al contener la tasa de inflación impiden un mayor deterioro del salario real, y preservan el valor del multiplicador $(1-w)$ en la expresión (12). No resulta evidente entonces que estos subsidios (que en el caso de las empresas de servicios públicos alcanzaron un crecimiento promedio en el lapso 2006-2008 del 110% anual) hayan tenido precisamente impacto inflacionario, sino más bien lo contrario.³¹ Respecto al sistema de seguridad social, resulta difícil afirmar que el llamado “plan de inclusión previsional”, instrumentado durante el primer semestre de 2007, haya sido una fuente de presión inflacionaria. Este plan, que permitió el acceso de aproximadamente 1,4 millones de personas que no cumplían los requisitos necesarios para percibir una prestación, es claramente una fuente de demanda. Sin embargo, como ya se explicó, la economía argentina tenía margen para seguir creciendo.³²

Con este sesgo, es casi natural que la propuesta de estimular la economía por medio del gasto público deficitario no goce de consenso. Se argumenta incluso que no habría recursos para afrontar un mayor gasto. Pero esta afirmación encierra una confusión sobre la naturaleza del gasto público y los impuestos. Nunca el gasto público es sostenido con impuestos; siempre es financiado mediante la emisión monetaria. En verdad, los déficits permanentes consolidados son la norma teórica y práctica en las economías modernas (Wray, 2006, p.190). En la historia reciente de los países industrializados y también de los subdesarrollados ya es un hecho estilizado el que los gastos excedan claramente a los impuestos (Iqbal, 2004). El enfoque correcto, por ende, es evaluar el gasto (déficit) público por su impacto en el conjunto de la economía, al margen de si dicho gasto está “equilibrado” o no respecto de los impuestos.

Conviene en este punto retomar algunas viejas ideas “sumergidas y olvidadas” (para usar una expresión de Sraffa), sobre teoría del dinero y determinación del ingreso y su articulación con las finanzas públicas y la política monetaria. En el contexto de un enfoque en el cual el PIB efectivo está impulsado por la demanda agregada (o sea, no hay tendencia al pleno empleo y no se cumple la Ley de Say), surge una medida adecuada del déficit público de plena capacidad: dicho déficit debe alcanzar para compensar la suma del déficit externo en cuenta corriente (juzgado como sustentable) con el superávit del sector privado (o sea, la diferencia entre ahorro privado e inversión privada), cuando la economía opera cerca de la plena capacidad. Un déficit mayor será inflacionario y cualquier déficit menor será recesivo porque implicará que la economía no está generando demanda suficiente para operar a plena capacidad, una vez satisfecha la restricción externa. En este contexto, resulta obvio que los ingresos fiscales resultan fuertemente procíclicos y que, por ende, el déficit público es endógeno. Se puede resumir como sigue:

$$G - T = S(Y_f) - I(Y_f) + M(Y_f) - X(W_f) \quad (16)$$

Donde G (gasto público), T (impuestos), S e I ahorro e inversión, M importaciones y X exportaciones. Donde Y_t es el nivel de ingreso meta

(puede ser un equivalente cercano de mínima tasa de desempleo o simplemente el máximo producto potencial). W_y es el ingreso mundial, que es un dato (ver Arestis & Sawyer 2004, cap. IV).

La tendencia del ahorro (ex ante) a quedar encima de la inversión (situación de desempleo persistente) condujo a la visión de que el déficit de presupuesto puede ser requerido como instrumento esencial del crecimiento, tanto en la literatura keynesiana como kaleckiana. Esta tendencia de la inversión a quedar por debajo del nivel de ahorro es la que crea la posibilidad (y necesidad) del gasto deficitario. El déficit presupuestario se ubica entonces en un contexto donde se verifica un “exceso” de ahorro (ex ante) sobre la inversión (ex ante).³³

En este contexto analítico, el alcance de la política fiscal va más allá de un mero rol “contracíclico”.³⁴ En este último enfoque, el PIB potencial (o “natural”) es independiente del PIB efectivo, por ende, es impulsado por fuerzas de oferta. La macroeconomía y las políticas monetarias y fiscales se ocupan solo del ciclo, en tanto la tendencia está dada por el PIB “natural” y es independiente de las fluctuaciones de corto plazo. En tal contexto, cuando el PIB efectivo está por encima del “natural” (brecha de output positiva), se impone una política fiscal contractiva; en la fase de depresión (brecha de output negativa) hay que “expandir” la política fiscal. En este enfoque el PIB efectivo “gravita” en torno a un PIB natural dado *independientemente* de la demanda agregada. En cambio, si el PIB efectivo *incide* sobre la evolución del producto potencial, entonces hay histéresis, y el ciclo y la demanda agregada configuran la tendencia de crecimiento del producto potencial. Por ende, la política fiscal es una herramienta de construcción de la tendencia de crecimiento. La “brecha de producto” se “auto-corrige” (el PIB potencial sigue al PIB efectivo y no al revés).³⁵

Obviamente, si la política fiscal es un factor en la construcción de la tendencia de crecimiento, tal política debe estar coordinada con otras medidas que alivien la tradicional restricción de divisas. Pero la restricción de divisas no impone ninguna limitación *particular* sobre la política

fiscal *en sí*, sino que constituye un factor limitante *general* sobre el proceso de crecimiento en economías abiertas para cualquier país que no emita la moneda de reserva internacional, sea cual sea la fuente de demanda que lo impulse, y particularmente en Argentina por su histórica heterogeneidad estructural.

5.3. Política fiscal expansiva y restricción de divisas

Así, el impulso del gasto público tiene como requisito que la expansión del producto que lleva asociada sea financiada en divisas. Si retornamos a la expresión (15), vemos que el aumento del gasto público aumenta el producto (Y). Luego, este aumento se traduce en un crecimiento de z que induce mayores importaciones de bienes de capital (m_k) e inmediatamente induce compras externas de bienes de consumo asociados al alza del producto, dado m_c .³⁶

En un contexto en el cual las exportaciones resultan *exógenas*, la reducción de los coeficientes m_k y m_c aparece como un factor significativo para el proceso de crecimiento por dos motivos interrelacionados.³⁷ Por un lado, la reducción de los coeficientes m_k y m_c producen un ahorro de divisas para un mismo nivel de producto. Pero, además, la reducción de los coeficientes de importación no solo se impone por la necesidad de ahorrar divisas. En condiciones de economía abierta, las políticas expansivas tienen mayor impacto si las “filtraciones” de los efectos multiplicadores y aceleradores hacia el exterior son menores. Por tal razón, el complemento natural de las políticas expansivas es el control de capitales (Vernengo & Rochon, 2000).

Respecto de las exportaciones (ver expresión 15) forman parte de los componentes autónomos de la demanda, es decir, aquella parte que no puede ser explicada como resultado del mecanismo del acelerador o del multiplicador. La evolución de tales componentes autónomos depende de una variedad de fuerzas institucionales, económicas y tecnológicas que no puede reducirse a una relación formal simple y general (Serrano, 1995, cap.V, sección 13). Así, los niveles y tasas de crecimiento de estos gastos

autónomos depende de múltiples factores, como la naturaleza del sistema financiero, la existencia de canales de crédito en el consumo, el camino del cambio técnico, la innovación y las estrategias de competencia entre firmas, la política fiscal del gobierno y la competitividad de las empresas domésticas, incluyendo la política cambiaria del gobierno.

Ciertamente, una política de promoción de exportaciones industriales sería una contribución al alivio de la restricción de divisas con el valioso agregado de que implicaría, al mismo tiempo, una paulatina diversificación de las canastas exportadoras y, por ende, un aporte a la superación de la heterogeneidad estructural. Pero esto en modo alguno supone o implica forzadamente que el crecimiento deba ser orientado “hacia fuera”, liderado por las exportaciones. Menos en casos como Argentina, que a pesar del subdesarrollo tiene un mercado interno relativamente importante. Aquí es preciso distinguir dos aspectos de la importancia de las exportaciones. Uno, su aporte de divisas, que es vital y estratégico para aliviar la restricción externa, lo que conduce a la necesidad de diversificar las ventas externas y superar la heterogeneidad estructural. El otro aspecto es su aporte como componente de la demanda agregada, que no es lo mismo.

Es factible que la economía crezca, sin restricción externa, y aún así las exportaciones vayan disminuyendo su peso dentro de la demanda agregada. Ciertamente entre algunos economistas heterodoxos de Argentina subyace una idea (poco heterodoxa) de que la política cambiaria podría hacer “endógenas” las exportaciones. Así, las devaluaciones serían expansivas y la economía crecería “hacia fuera”. Pero esto es erróneo: en 2002-2007 el país creció vía exportaciones gracias a los términos de intercambio positivos y la favorable demanda mundial. Luego, esto se “amplificó” con la vigencia de un tipo de cambio real competitivo y merced al hecho histórico de una baja “resistencia salarial”. Es decir, Argentina creció *a pesar* de la existencia de un salario real muy bajo en términos históricos, que según la expresión (11) implica un multiplicador menor. En los años 80, sin embargo, tanto los

términos del intercambio como la “resistencia salarial” eran muy distintos y, en ese contexto, las devaluaciones solo condujeron a la hiperinflación³⁸ (cuadro 2).

En en el contexto de los modelos liderados por exportaciones (como en Frenkel 2008) la reducción de la demanda externa lleva a situaciones sin salida, porque en ese marco la política fiscal es apenas una herramienta de control de la inflación. En buena medida, estos modelos orientados a crecer “hacia fuera”, constituyen una extensión de las políticas aplicadas en la periferia asiática. Eso se entronca con la interpretación de los “desbalances globales” conocida como “Bretton Woods 2” (véase Dooley, Folkerts-Landau & Garber, 2003), según la cual los países asiáticos comprarán toda la deuda pública de EE.UU. que resulte necesaria para sostener el dólar y con éste, mantener la competitividad (subvaluación) de sus propias monedas. El ejemplo saliente sería China, quien se lanzó a un rápido proceso de industrialización de modo de absorber cientos de millones de trabajadores rurales y lo haría a través de un modelo de desarrollo acelerado “liderado por exportaciones”. Así, el consenso vigente considera que los países asiáticos (y en general los subdesarrollados) no tienen hoy otra estrategia posible de desarrollo que fijar un tipo de cambio alto en un mundo en el cual, se argumenta, tiene menor tolerancia hacia las políticas activas, industriales o estratégicas, con liderazgo estatal. Así, las actuales políticas de desarrollo se reducirían apenas a una moneda doméstica barata.

Sin embargo, mientras en los países asiáticos los salarios mejoran aunque la desigualdad se acentúa, en países como Argentina la mera acumulación de reservas implica caída salarial. Como desde el punto de vista institucional hay diferencias manifiestas (países como Argentina tienen una cierta tradición de elecciones regulares, sindicatos, paritarias y todo un menú de factores muy poco “asiáticos”), esa política tiende a desatar pujas por el ingreso e inflación, crisis políticas, etc, que después son “tratadas” mediante políticas contractivas.

La alternativa poco explorada de subsidiar explícitamente exportaciones tiene la obvia ventaja

de mejorar la rentabilidad y la competitividad de los bienes de producción doméstica sin subir sus precios internos. Tales subsidios están formalmente prohibidos en los convenios de comercio internacional. Sin embargo, se usaron en el pasado y se siguen usando aún hoy de manera encubierta. Por ejemplo, tales subsidios pueden tomar la forma de reducciones de algunos impuestos a la producción de las empresas, medidas que no están vetadas por la OMC y otros organismos análogos. Estos subsidios podrían eventualmente extenderse a algunos productos de venta en el mercado interno (con acuerdos con las empresas para rebajar su precio), en cuyo caso se estimularía la sustitución de importaciones. Muchos economistas ortodoxos (y algunos heterodoxos) afirman que estas medidas de estímulo no se podrían llevar a la práctica por “falta de recursos fiscales”. En este punto, Diamand tenía –quizás sin saberlo– una concepción cercana a las finanzas funcionales cuando se preguntaba quién paga la promoción de exportaciones. Contestaba (1973):

“La respuesta es que en algunos casos no la paga nadie, ya que los fondos se originan en el crecimiento que no se hubiese operado de no existir dicha promoción, y en otros el peso de la promoción queda repartido entre el crecimiento y algunas transferencias de ingresos convenientes para la economía”.

Notas

¹ “...la política cambiaria mantiene encendido un poderoso motor de expansión de la demanda agregada y del empleo (...) Por la misma razón, la componente de política cambiaria del régimen puede establecer un elemento permanente de presión inflacionaria inexistente en otros regímenes cambiarios” (énfasis agregado) (Frenkel, 2008).

² Este modelo ha sido empleado principalmente para evaluar las posibilidades de la política monetaria como instrumento de control de la demanda agregada (y por ende de la inflación) (véase Frenkel, 2008, 197) en línea con una variante del régimen de *inflation targeting*, pero será útil a los fines de discutir las tesis principales de esta interpretación y sus supuestos básicos.

³ Con $a1 > 0$; $a2 < 0$; $a3 > 0$.

⁴ Con b_1 y $b_2 > 0$, tal que $b_1 + b_2 = 1$; b_3 es positivo.

⁵ Es paradójico que Frenkel hable de “autonomía monetaria” para referirse a las posibilidades de subir las tasas de interés con el fin de frenar el crecimiento de la demanda agregada cuando todo el mundo refiere dicha “autonomía” al caso opuesto, a saber: a las posibilidades de reducir las tasas de interés con el fin de estimular la demanda agregada.

⁶ En verdad, la suba de tasas como remedio antinflacionario (y por ende, como herramienta para evitar la apreciación del tipo de cambio) terminaría induciendo retraso cambiario por la atracción que ejercería sobre los flujos especulativos externos.

⁷ Dice Frenkel al respecto: “La visión keynesiana reconoce la posibilidad de que la demanda agregada sea poco elástica a la tasa de interés, lo que hace débil la política monetaria y destaca el rol de la política fiscal. Pero parece conveniente actualizar y poner de relieve este tema, dada la primacía que han adquirido las

políticas de metas de inflación en América Latina y muchos países desarrollados" (énfasis agregado). Otra vez, resulta paradójico que Frenkel se refiera a la política fiscal como herramienta de *contracción de la demanda*, en lugar de adjudicarle un rol *expansivo* como efectivamente lo tiene en las concepciones keynesianas. De allí la "actualización". En línea con la nota 5, podríamos llamar a esto la "segunda inversión" del keynesianismo que realiza Frenkel.

⁸ "The possibility of using fiscal balances to sterilize the monetary impact of a surge in aid inflows raises the question of whether fiscal policy could not take responsibility for modifying aggregate demand and redistributing the effects of aid over time, leaving other goals to monetary policy. In principle, fiscal policy could be just as effective as monetary policy in managing aid inflows, especially if taxes and transfers are lump-sum. In practice, this is the case only when foreign aid is delivered in the form of budgetary support and recipient governments can delay spending the aid disbursed by donors, thereby raising the fiscal balance and sterilizing the impact of foreign aid on aggregate demand" (Prati & Tresselt, 2006, p.11).

⁹ Hace décadas, a partir de la obra de Sraffa (1960), los mecanismos de sustitución factorial fueron seriamente cuestionados y con ellos, los pilares de la teoría marginalista. El desarrollo de esta vertiente crítica reveló que no necesariamente los mecanismos de sustitución factorial operan en la dirección predicha por la teoría neoclásica.

¹⁰ Serrano (2006) señala que este resultado de histeresis fuerte en las series de output se ha usado como evidencia a favor de los "ciclos económicos reales", en los cuales "el elemento común conductor de la tendencia y el ciclo son la oferta de factores y su productividad". Esto supone algo muy irrealista: la idea de un ciclo de corto plazo que es conducido enteramente por las fuerzas de oferta.

¹¹ Unos pocos datos para ilustrar el punto: en el lapso 2008-2002, el PIB a valores constantes creció 63%, mientras el consumo privado creció 61,4%, el consumo público, 33,8% y las exportaciones 54,1%. La inversión bruta interna fija, sin embargo, superó ampliamente todas esas marcas: creció 234% en total, combinando un aumento de 127% de inversiones en construcción y 369% de inversión en equipo durable – una de los registros más altos de los últimos cuarenta años –, lo que ilustra el efecto acelerador antes mencionado.

¹² Roberto Frenkel, "Enfriar o no enfriar la economía", La Nación, 4 de mayo de 2008.

¹³ Según Indec, el indicador de la Utilización de la Capacidad Instalada en la Industria mide la proporción utilizada de la Capacidad Instalada del sector industrial. Para su cálculo se tiene en cuenta cuál es efectivamente la producción máxima que cada sector puede obtener con la capacidad instalada actual. Se consideran criterios técnicos, como el aprovechamiento potencial de las plantas productivas empleando el máximo de turnos posibles y las paradas necesarias para el mantenimiento apropiado de dicha capacidad.

¹⁴ "La inflación debe reducirse y no es posible hacerlo sin desacelerar el ritmo de crecimiento de la demanda agregada. Para sostener esto no es necesario creer que la aceleración de la inflación haya sido causada por el crecimiento de la demanda. La afirmación es válida *cualquiera que haya sido la causa* atribuida a la aceleración de la inflación" (énfasis agregado, Frenkel, R. "Enfriar o no enfriar la economía", La Nación, 4 de mayo de 2008).

¹⁵ Dice: "no sabemos si esta relación (tipo de cambio-crecimiento) es no-lineal, si tiene umbrales, o cómo difiere entre países y varía a lo largo del tiempo".

¹⁶ Por ejemplo, un estudio reciente (Onaran & Stockhammer 2005) testea una versión extendida del modelo de Bhaduri y Marglin (1990). Los autores estiman un modelo econométrico para Estados Unidos, Inglaterra y Francia (representando a los mayores países desarrollados) y para Turquía y Corea (como países subdesarrollados). Lo interesante es que estos últimos son elegidos porque precisamente representan dos experiencias diversas de crecimiento orientado por exportaciones. Los estudios mencionados reconocen que "no fueron hallados efectos estadísticamente significativos de la participación de las ganancias sobre la inversión y el crecimiento tanto en el caso de los países desarrollados como en los subdesarrollados".

¹⁷ Seguimos de cerca aquí el enfoque de Assous, M. & López Gallardo, J., 2009, "Kalecki's Open Economy Macroeconomics", Cap. VI.

¹⁸ López Gallardo & Assous, Chapter VI, Kalecki's Open Economy Macroeconomics.

¹⁹ Si se asume que la inversión responde más o menos elásticamente y aún con rezagos a las variaciones en el grado de utilización de la capacidad, habrá un efecto *acelerador* y se reforzará el inicial efecto expansivo.

²⁰ Diamand sostenía que "los programas recesivos empiezan siempre con una brusca devaluación. De acuerdo con la teoría económica vigente, dicha devaluación debería estimular las exportaciones, desalentar las importaciones y restablecer el equilibrio externo". Pero, alertaba, "en Argentina y en otras estructuras productivas desequilibradas, las importaciones y exportaciones son poco elásticas al precio, especialmente en el corto plazo". De allí que el equilibrio resultante se logra mediante ajustes sobre el ingreso: "Caen los salarios reales y se produce una transferencia de ingresos a favor de los productores agropecuarios y de los exportadores tradicionales. Debido a las diferencias en la propensión al

consumo, esta transferencia de por sí trae una significativa disminución de la demanda global" (Diamand, 1985).

²¹ La condición de Marshall-Lerner supone que para que una devaluación tenga un impacto positivo en la balanza comercial, la suma de las elasticidades de precios de las importaciones y las exportaciones tiene que ser, en valor absoluto, superior a 1. En Argentina usualmente la devaluación mejora el balance comercial aunque con fuertes costos en términos de demanda agregada.

²² Un ejemplo será útil para aclarar la cuestión. Supongamos una devaluación del peso. Esto significa un encarecimiento de las importaciones y una reducción de su volumen físico. Sin embargo, esto no garantiza que el país gaste una menor parte de sus dólares en bienes importados. Por ejemplo, supongamos que a un precio de 700 pesos los argentinos importan 1.100 aparatos de TV por semana, por ende gastan 770 mil pesos. Luego de la devaluación, supongamos que el precio de las TV importadas aumenta a 800 pesos. A tal precio, la cantidad de TV importadas se reduce, digamos, a 1000. En este ejemplo hipotético, sin embargo, el gasto total en TV importadas aumentó de 770 mil a 800 mil pesos, aún cuando la cantidad importada haya disminuido (a la inversa, para las exportaciones). El ejemplo es análogo al de Davidson (2006) para EE.UU.

²³ En plena crisis del 30, Keynes dirigió su *Teoría General* contra los economistas tradicionales representados por Arthur Pigou, quienes sostenían que si los salarios bajaban lo suficiente, eso llevaría a una reducción del nivel de costos y de precios, aumentaría el poder de compra del dinero, incrementaría el gasto y la demanda, y con ello reactivaría la producción.

²⁴ "As recently as two years ago there was a widespread consensus among economists that fiscal policy is not useful as a countercyclical instrument. Now governments in Washington and around the world are developing massive fiscal stimulus packages, supported by a wide range of economists in universities, governments, and businesses" (Feldstein, 2009). Sin embargo, entre los fundadores del "nuevo consenso" continúa la visión pesimista del activismo fiscal y hay quienes todavía no encuentran razones que justifiquen un revival de políticas fiscales discrecionales contracíclicas (Taylor, 2009).

²⁵ Un trabajo reciente (Fiorito, 2009) demuestra que en Argentina la inversión es "acelerada" (inducida) por el crecimiento del ingreso. Dicho trabajo muestra una causalidad que avala el principio del acelerador flexible y que deja sin fundamento a las condiciones subjetivas, tan prolíficamente mencionadas, como las (intratables) "expectativas", que serían la caprichosa guía que los inversores. La evidencia empírica revela que el comportamiento de la inversión no resulta tan "caprichoso".

²⁶ Para el análisis teórico de los límites dentro de los cuales el crecimiento de la capacidad productiva responde a los estímulos de la demanda, véase Serrano y Freitas (2008) y Serrano (2009). Para un análisis aplicado al caso argentino véase Fiorito (2008).

²⁷ Al respecto de la "brecha de ahorro", conviene observar: "En una economía capitalista no planeada, la única cosa que la brecha de ahorro podría medir, en el caso de que fuera estimada correctamente, sería el nivel de inversión a partir del cual tendríamos inflación de demanda, pero el monto de ahorro agregado nunca es en sí mismo una restricción efectiva al nivel de inversión" (Serrano & Willcox, 2000, 46).

²⁸ Ver Informe Bein: <http://www.estudiobein.com.ar/data/upload/Informes/Informe%20N%2038%20pagina%20resumen.pdf>

²⁹ Al ser el nivel del salario real un resultado que depende en gran medida de fuerzas políticas e institucionales, el gobierno puede influir *indirectamente* sobre el salario actuando sobre los factores que definen la capacidad de negociación de los asalariados (incidiendo en los modos institucionales de negociación de salarios, alterando las condiciones de contratación del trabajo, etc). Obviamente, incidirá sobre esa capacidad de negociación con su política macroeconómica (y en especial, con la política fiscal), puesto que esta tendrá efectos sobre la tasa de crecimiento del producto y por ende incidirá sobre el "ejército de reserva" de desocupados.

³⁰ "En 2005 la economía estaba creciendo a una tasa algo mayor al 9% y venía manteniendo un ritmo de crecimiento similar por tres años consecutivos. Por otro lado, la tasa de inflación venía acelerándose sistemáticamente y alcanzó un 12,3% a fin de ese año. Había presiones inflacionarias evidentes operando en la economía argentina. Pocas dudas caben que la situación requería la aplicación de algún freno al ritmo de expansión de la demanda agregada. Por la debilidad de los mecanismos de transmisión de la política monetaria ya mencionada, el principal instrumento de freno disponible era la política fiscal. Pero el gobierno tomó el camino inverso, agregando impulso fiscal expansivo al rápido aumento del gasto privado" (Damill & Frenkel 2009. Las políticas macroeconómicas en la evolución reciente de la economía argentina, p.24).

³¹ Los subsidios al sector energético, por ejemplo, se han empleado mayoritariamente para financiar compras de fueloil principalmente a Venezuela, en tanto en las empresas concesionarias de trenes y subtes se han empleado para gastos corrientes (salarios), manteniendo fijas las tarifas.

³² No estamos desconociendo que exista un nivel de inflación significativa ni que esto no sea preocupante. Es particularmente grave por sus efectos sobre el salario

real y la distribución del ingreso. La discusión apunta a otra cuestión. En verdad, la noción de que la inflación se origina en un "crecimiento excesivo de la demanda agregada" es errónea en general, tanto desde el punto de vista teórico como empírico. La principal razón de la inflación -y Argentina no es una excepción- es por "empuje" de costos y por el conflicto distributivo. Sistemáticamente autores como Damill, Frenkel y otros confunden este tipo de inflación con la "inflación de demanda", que es un caso raro y muy excepcional, y que cuando se produce tiene efectos *transitorios*, sin llegar a explicar nunca la inflación *crónica* que afectó y afecta a países como Argentina y que se explica por las razones antes mencionadas (ver Amico, 2008).

³³ Si hubiera equilibrio *ex ante* entre ahorro e inversión, entonces habría pleno empleo y el enfoque de finanzas funcionales no tendría mayor sentido y no existiría ninguna necesidad de gasto deficitario o déficit de presupuesto.

³⁴ El ejemplo en la región de estas políticas contracíclicas sería Chile, que buscó obtener fuertes superávits fiscales en la fase alta del ciclo, pero que una vez desatada la crisis internacional enfrentó tantos o más problemas que sus vecinos. Sin embargo, la actitud "prudente" de generar excedentes fiscales en el auge, implicó que, mientras Argentina creció 63% en la fase de auge, Chile solo lo hizo en 32%.

³⁵ En este tipo de modelos, donde al crecimiento es explicado por la demanda efectiva tanto en el corto como en el largo plazo, se piensa en una insuficiencia de demanda permanente. En el caso de la política fiscal, esto plantea el problema de los déficit acumulativos y de la deuda pública creciente, así como también el tema de sustentabilidad (ver Ciccone, 2008).

³⁶ Según estimaciones de Alejandro Fiorito, en Argentina m_1 se ubica en promedio en torno a 0.22, en tanto m_2 es de 0.12.

³⁷ En cierto modo, este es el camino por el cual comenzó la industrialización en la región: el marco de contracción internacional (o la imposibilidad de colocar exportaciones que competían con el centro) llevó a adoptar una estrategia sustitutiva.

³⁸ Esto no implica desconocer la importancia de un tipo de cambio competitivo, sino reconocer la complejidad que envuelve su instrumentación. Como puede tener claros efectos adversos sobre la distribución y sobre la demanda agregada, en un contexto histórico de continua deflación salarial, Marcelo Diamand planteó hace décadas una salida genuina mediante la propuesta de una "devaluación compensada" que anule (o minimice) los efectos inflacionarios y el deterioro de la distribución del ingreso y de la demanda interna causados por la depreciación de la moneda. El argumento admitía dos variantes: 1) una devaluación compensada con retenciones a las exportaciones de alimentos; 2) una devaluación compensada con menores impuestos netos a la población. Implicaba de hecho un sistema de tipos de cambios múltiples, en lugar del "tipo de cambio real alto" como única herramienta de promoción de las exportaciones industriales (véase López Gallardo & Pacheco, 2002).

Referencias

AMICO, F. (2008). "Inflação, salários e lucros: Outra vez esta velha maldição argentina", Junho 5, 2008, Coletivo Crítica Econômica. (disponible em: <http://criticaeconomica.wordpress.com/2008/06/05/inflacao-salarios-e-lucros-outra-vez-esta-velha-maldicao-argentina/>).

ARESTIS, P. & Sawyer, M. (2004). "Reexamining monetary and fiscal policy for de 21st century", Edward Elgar Cheltenham, UK, Northampton, MA, USA.

ASSOUS, M. y López Gallardo, J. (2009). "Michal Kalecki The economic theory of the capitalist economy", Palgrave (Por publicarse), especialmente Chapter VI: Kalecki's Open Economy Macroeconomics.

BARBOSA-FILHO, N. 2004. The Estimating potential output: a survey of the alternative methods and their applications to Brazil, ECLAC, Office in Brazil, September, 2004.

BLINDER, A. (2004). "The Case Against the Case Against Discretionary Fiscal Policy", Princeton University, CEPS Working Paper No. 100, June 2004.

BRAGA, J. (2008). Ajustamento nos Mercados de Fatores, Raiz Unitária e Histerese na Economia Americana, Universidade Federal Fluminense, ISSN 1519-4612, TD 241, Jul/2008.

CÂMARA NETO, A. & Vernengo, M. (2004). "Fiscal Policy and the Washington Consensus. A Post Keynesian Perspective". Journal of Post Keynesian Economics / Winter 2004-5, Vol. 27, No. 2 333

CICCONI, R. (2008). "Deuda pública. demanda agregada, acumulación: Un punto de vista alternativo", Circus, Revista Argentina de

Economía, Año I, Nro 3, Primavera de 2008, p.97-126.

DAVIDSON, P. (2006). "The declining dollar, global economic growth, and macro stability", Journal of Post Keynesian Economics / Spring 2006, Vol. 28, No. 3473.

DIAMAND, M. (1985). "El péndulo argentino, ¿hasta cuando?", Centro de Estudios de la Realidad Económica, Buenos Aires.

DOOLEY, M., Folkerts-Landau, D. & Garber, P. (2003). "An Essay on the Revived Bretton Woods System", NBER Working Paper No. 9971, September 2003.

FELDSTEIN, M.(2009). "Rethinking the role of fiscal policy", Working Paper 14684, National Bureau of Economic Research, Enero de 2009.

FIORITO, A. (2009). "Crecimiento dirigido por la demanda y el Acelerador de la Inversión en la Argentina", Aeda, 2009.

FIORITO, A.(2008). "Demanda efectiva a largo plazo, puja distributiva y restricción externa", Universidad Nacional de General Sarmiento.

FONTANA, G. (2009). "Whither New Consensus Macroeconomics? The Role of Government and Fiscal Policy in Modern Macroeconomics", The Levy Economics Institute, Working Paper No. 563.

FRENKEL, R. & Rapetti, M. (2007). Política Cambiaria y Monetaria después del Colapso de la Convertibilidad, BCRA, Ensayos Económicos 46, enero 2007.

FRENKEL, R. & Rapetti, M. (2008).- Five Years of Competitive and Stable Real Exchange Rate in Argentina, 2002-2007; International Review of Applied Economics, v. 22, n. 2, p. 215-226, Mar. 2008.

FRENKEL, R. (2004). "Tipo de cambio real y empleo en Argentina, Brasil, Chile y México", Mimeo, Trabajo preparado para el G24.

FRENKEL, R. (2007).- "La sostenibilidad de la política de esterilización", Documento de Trabajo N° 17, agosto de 2007, Cefid-ar (disponible en www.cefid-ar.org.ar).

FRENKEL, R. (2008). "Tipo de cambio real competitivo, inflación y política monetaria", Revista de la Cepal 96, Dic, 2008.

IQBAL, Z. (2004). "Budget deficits & public debt. Lessons for economies in transition", University of South Australia, mimeo.

KRIESLER, P. & Lavoie, M. (2005). "The new view on monetary policy. The new consensus and its Post-Keynesian critique", Research On Banking International and National Systems Or Networks, University of Ottawa, 200 Wilbrod Street, Ottawa, ON, K1N 6N5, Canada (disponible en <http://aix1.uottawa.ca/~robinson>).

LAVOIE, M. (2006). A Post-Keynesian Amendment to the New Consensus on monetary policy, Metroeconomica 57:2 (2006) 165-192.

LERNER, A. (1947). "Money as a Creature of the State", The American Economic Review, Vol. 37, No. 2, Papers and Proceedings of the Fifty-ninth Annual Meeting of the American Economic Association. (May, 1947), pp. 312-317.

LIBANIO, G. (2004). Unit roots in macroeconomic time series: a post keynesian interpretation, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004, texto para discussão n° 233.

LIBANIO, G. (2005). Unit roots in macroeconomic time series: theory, implications, and evidence, Nova Economia, Belo Horizonte,15 (3), 145-176, setembro-dezembro de 2005.

LIBANIO, G. (2006). Three essays on aggregate demand and growth, Dissertation Submitted to the Graduate School of the University of Notre Dame.

LÓPEZ GALLARDO, J. & Pacheco, P. (2002). "Políticas de Empleo en Economías Semi-Industrializadas", Revista de Economía Política, vol. 22, n° 2 (86), abril-junio/2002.

LÓPEZ, J. & Perrotini, I. (2006). "On floating exchange rates, currency depreciation and effective demand", BNL Quarterly Review, vol. LIX, no. 238, September 2006, pp. 221-42.

MCCOMBIE, J. & Thirlwall, A., (2004). "Essays on Balance of Payments Constrained Growth: Theory and Evidence", Routledge, 2004.

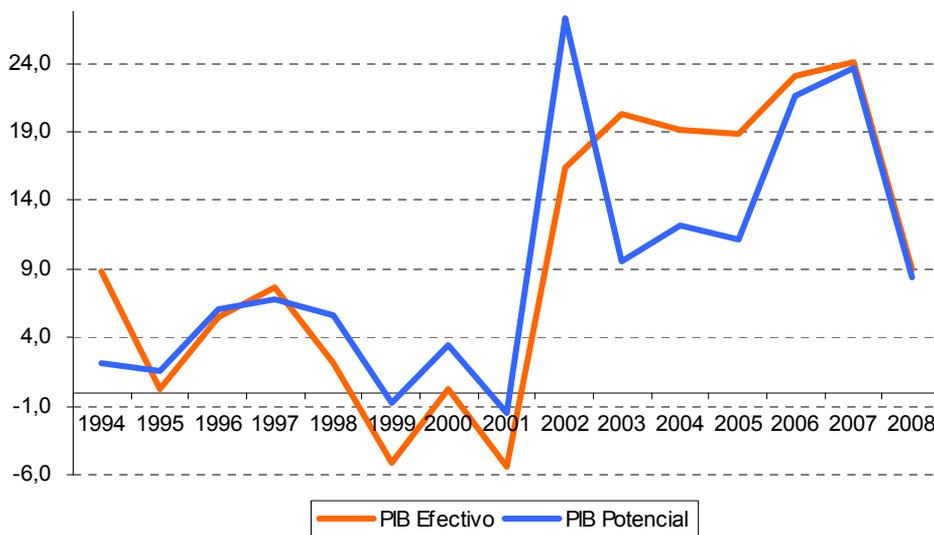
NELSON, C. & Plosser, C. (1982) "Trends and Random Walks in Macro-economic Time Series: some evidence and implications",

Journal of Monetary Economics, 10.
 PÉREZ CALDENTEY, E. & Vernengo, M. (2008). "Back to the Future Latin America's Current Development Strategy". The Ideas working paper series, Paper no. 07/2008.
 PRATI, A. & Tressel, T. (2006). "What is the Most Effective Monetary Policy for Aid-Receiving Countries?", DESA Working Paper No.12, February 2006.
 RAJAN, R. & Subramanian, A. (2005).- "What Undermines Aid's Impact on Growth?", IMF Working Paper Research Department, June 2005.
 SCHONERWALD DA SILVA, C. & Vernengo, M. (2007). "Foreign Exchange, Interest and the Dynamics of Public Debt in Latin America", Working Paper No: 2007-02, University of Utah.
 SERRANO, F. (2007). Histéresis, Dinámica Inflacionaria y el Supermultiplicador Sraffiano, Unlu-Grupo Luján, Seminarios sraffianos, Colección Teoría Económica, Ediciones Cooperativas, Buenos Aires.
 SERRANO, F. & Freitas, F. (2007). "El supermultiplicador sraffiano y el papel de la demanda efectiva en los modelos de crecimiento", Circus Nro1, primavera de 2007.
 SERRANO, F. & Willcox, L.D. (2000).- O modelo de dois hiatos e o supermultiplicador, R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, 4(2): 37-64, jul./dez. 2000.
 SERRANO, F. (2006). "Mind the gap. Hysteresis, inflation dynamics and the sraffian supermultiplier", mimeo, IE-UFRJ, Brasil. Publicado por el Grupo Luján, Serie de seminarios sraffianos II, "Histéresis, Dinámica Inflacionaria y el Supermultiplicador Sraffiano", Buenos Aires, 2006.
 SERRANO, F. (2009). "Estimating the Maximum rate of demand led

growth of capacity output", june 2009, mimeo, IE-UFRJ, Brazil.
 SETTERFIELD, M. (2007). "Oferta y demanda en la teoria del crecimiento de largo plazo: introducción a un simposio sobre crecimiento orientado por demanda", Circus, Primavera de 2007, año I, Nro.1.
 TAYLOR, J.B. (2008). "The Lack of an Empirical Rationale for a Revival of Discretionary Fiscal Policy", Stanford University, Annual Meeting of the American Economic Association, Session "The Revival of Fiscal Policy", January 4, 2008.
 VERNENGO, M. & , Rochon, L.P. (2000). "Exchange Rate Regimes and Capital Controls", Challenge, Nov, 2000.
 VICKREY, W. (2000). "Fifteen Fatal Fallacies of Financial Fundamentalism. A Disquisition on Demand Side Economic", Forthcoming in Aaron Warner, Mathew Forstater and Sumner Rosen (eds.), 2000, Commitment to Full Employment: The Macroeconomics and Public Policy of William S. Vickrey, Armonk, NY.

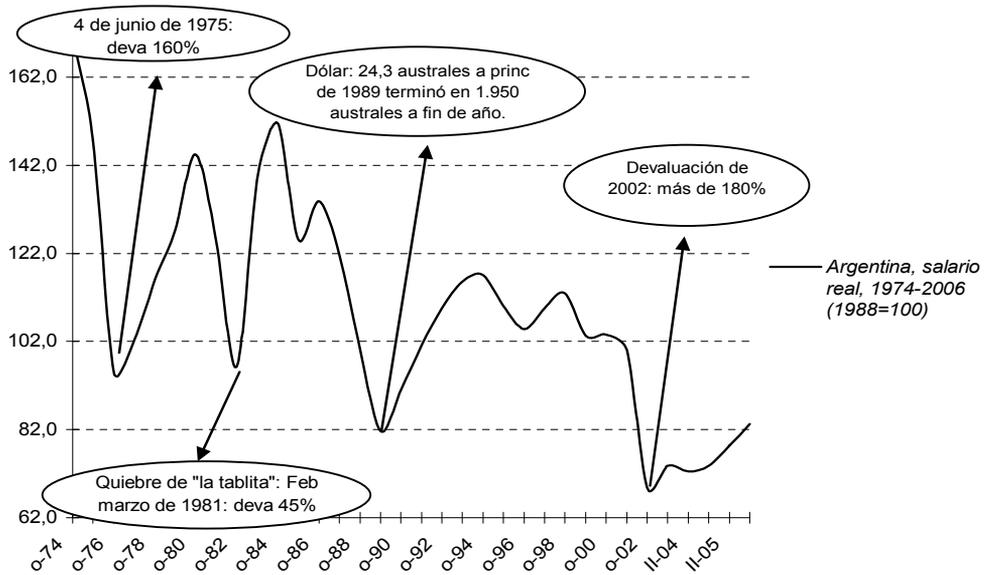


CUADRO 1: Argentina: Producto efectivo y potencial, 1994-2007
 (tasas de variación, precios constantes)



Fuente: Fiorito, 2008

CUADRO 2: Salarios reales y devaluación, 1974-2006



Fuente: Elaborado en base a datos del Cenda (base 1988=100)

Estimativas de produto potencial para a economia brasileira:

algumas observações críticas

Ricardo de Figueiredo Summa*
Gustavo Daou Lucas**

Resumo

O trabalho faz uma avaliação crítica da relação entre os fundamentos teóricos e as estimativas empíricas de alguns trabalhos recentes feitos por pesquisadores brasileiros sobre potencial de crescimento do país. Além do fato de o modelo neoclássico não ser adequado teórica (devido às críticas aos mecanismos neoclássicos de substituição e à função de produção agregada) e empiricamente (ignora o impacto inflacionário do câmbio e dos preços internacionais das commodities na infla-

ção) para a análise, concluímos que o instrumental utilizado para as estimativas do produto potencial brasileiro é aplicado com pouco rigor em relação à teoria neoclássica, uma vez que com frequência elementos relacionados ao lado da demanda agregada são utilizados para estimar variáveis supostamente “estruturais” ou de oferta.

Palavras-Chave: Produto Potencial; Teoria Neoclássica; Função de Produção.

Abstract

This paper makes a critical assessment of the relationship between the theoretical and empirical estimates of some recent studies made by Brazilian researchers on potential output. Despite the fact that the neoclassical model is not appropriate

* Professor adjunto do Departamento de Ciências Econômicas e Exatas (DCEEX), do Instituto Três Rios (ITR), da UFRRJ. ricardosumma@ufrj.br

** Mestrando em Economia do Instituto de Economia (IE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). gustavodlucas@gmail.com

theoretically (as shown by the critiques to the substitution effects and to the aggregate production function) and empirically (because it ignores the inflationary impact of the exchange rate and the international price of commodities), we conclude that the method used for estimating the Brazilian potential output is done with little accuracy with respect to the neoclassical theory once many times aggregate demand elements are used to estimate variables that should reflect the supply side of the economy.

Key Words: Potential Output; Neoclassical Theory; Production Function.

1. Introdução

Com a adoção do sistema de metas de inflação em 1999, as estimativas de produto potencial ganharam renovada atenção. O modelo do “Novo-Consenso” em Política Econômica (Blinder, 1997), de inspiração *novo-keynesiana*, que é utilizado por bancos centrais em quase todo o mundo, estabelece que as variações da inflação decorrem de divergências entre PIB efetivo e potencial. Isto é, para que a meta de inflação seja atingida, a economia deve operar no seu nível potencial de atividade – onde o hiato do produto é nulo. O hiato do produto, neste modelo, é o principal guia da política econômica: uma economia com hiato positivo precisa de uma política monetária restritiva e com hiato negativo o oposto. Os choques de oferta, sejam eles positivos ou negativos, não afetam o núcleo da inflação, pois no longo prazo possuem média zero por hipótese – isto é, supõe-se que choques positivos e negativos acontecem com a mesma frequência e, portanto, anulam-se –, fazendo com que o excesso de demanda agregada seja sempre a causa da inflação.

O presente artigo faz uma avaliação crítica da relação entre os fundamentos teóricos e empíricos de alguns trabalhos recentes feitos por pesquisadores brasileiros sobre estimativas de produto potencial. Não é objeto do presente trabalho a discussão técnica dos métodos de estimação, mas sim a maneira como o instrumental empírico é aplicado e a sua coerência com a teoria econômica utilizada.

O trabalho articula-se em mais três seções, além dessa introdução e da conclusão. Na seção 2 é discutida a visão teórica do produto potencial. Na

seção 3, discutem-se os métodos empíricos mais usuais de estimação do produto potencial. Na quarta seção, avaliam-se as estimações de produto potencial feitas para o Brasil. Por fim, conclusões e considerações finais são feitas na seção 5.

2. Produto potencial: considerações teóricas

No modelo teórico da chamada do “Novo-Consenso”, o produto potencial utilizado segue o proposto pela teoria neoclássica do valor e da distribuição, restrito pelos estoques dos fatores de produção, o uso eficiente destes fatores e seus níveis de utilização que não aceleram a taxa de inflação. A evolução do produto potencial independe do produto corrente, este último influenciado pela demanda agregada.

A ideia de produto potencial do ponto de vista neoclássico requer alguns esclarecimentos. Primeiro, este conceito pode referir-se tanto aos modelos da **taxa de crescimento** do produto potencial, que se referem ao longuíssimo prazo – por exemplo, o de Solow (1956) e posteriormente os modelos de crescimento endógeno –, como também na ideia de longo prazo da teoria neoclássica, pensando no **nível** de produto máximo que pode ser gerado com os mercados de fatores em equilíbrio.

O modelo de Solow, de longuíssimo prazo, parte do equilíbrio neoclássico nos mercados de fatores de longo prazo, e, além disso, implica regime de crescimento equilibrado de longuíssimo prazo, com a acumulação de capital se ajustando ao crescimento populacional como caso geral.

Para a estimação do produto potencial com finalidade prática de ajudar na condução da política econômica, é importante notar que o conceito de produto potencial relevante passa a ser o do **nível** máximo de produto com equilíbrio neoclássico dos mercados de fatores, ou seja, a ideia da teoria neoclássica de longo prazo, sem considerações sobre a taxa de crescimento em *steady-state*, como no modelo de Solow.

Em uma primeira aproximação, o nível do produto potencial pode ser pensado como a quantidade máxima de produto que pode ser produzida utilizando plenamente as dotações de fatores capital e trabalho, para dada tecnologia.

Em geral, utiliza-se uma função de produção do tipo Cobb-Douglas na qual se produz um bem (Y) a partir de capital (K) – o mesmo bem em unidades físicas – e trabalho (L).

$$(1) Y = AK^a(L)^{1-a}$$

Os parâmetros a e $1-a$ denotam, respectivamente, os coeficientes técnicos do capital e do trabalho, demonstrando o quanto cada um dos fatores contribui para o produto; e A representa a produtividade total dos fatores (PTF). Tal função representa também a ideia de que a tecnologia apresenta retornos constantes de escala e de que os rendimentos marginais dos fatores são decrescentes.

O uso de uma função de produção deste tipo, por mais que pareça a princípio tratar apenas da tecnologia da economia, na verdade pressupõe uma visão bem particular de como o mercado de fatores funciona. A utilização da função de produção Cobb-Douglas traz consigo diversas imposições teóricas e técnicas.

Em primeiro lugar, a utilização de uma Função Cobb-Douglas pressupõe a teoria do equilíbrio geral e seus mecanismos de substituição, o produto marginal decrescente dos fatores e os retornos constantes de escala, implicando, assim, pleno emprego dos fatores decorrentes da operação dos mecanismos de mercado (ver Serrano, 2001 e Cesaratto e Serrano, 2002).¹ Dito de outra maneira, retornos marginais decrescentes para cada fator é uma hipótese muito mais forte que uma hipótese meramente tecnológica, pois significa que os mecanismos de mercado no mercado de fatores operam no sentido de adequar a demanda de fatores sempre em direção à oferta de fatores, de maneira que a flexibilidade de preços relativos leva sempre ao pleno emprego de todos os fatores de produção.

Assim, a ideia de produto potencial neoclássica pressupõe a existência de pleno emprego de **todos** os fatores de produção, portanto uma visão particular de mundo. Na tradição *raffiana*, por exemplo, a força de trabalho é vista como um “fator de produção” abundante e que – para uma dada tecnologia – o produto potencial será aquele determinado pelo uso pleno do estoque de capital apenas (ver Serrano, 2008).

Além disso, cabe notar que a Função Cobb-Douglas tem uma hipótese forte de elasticidade

unitária de substituição entre os fatores, que faz com que os fatores sejam substituídos em iguais proporções às variações em seus preços. A hipótese de elasticidade de substituição unitária garante que os expoentes a e $1-a$ sejam constantes, de forma que a contribuição de cada um dos fatores no total produzido produto não muda.

Outra observação diz respeito à ideia de função de produção e de produtividade total dos fatores. Uma função de produção diz respeito a infinitos métodos de produção que podem gerar o mesmo produto. O aumento na produtividade dos fatores tal como exposto na equação (1) significa que todos os métodos de produção, sejam eles intensivos em trabalho ou capital, evoluem na mesma proporção.

Feitas essas observações a respeito das implicações teóricas do uso do arcabouço neoclássico para definir o conceito de produto potencial, nota-se que este deve refletir, portanto, as condições estruturais de oferta de uma economia, como a tecnologia, os coeficientes técnicos, as dotações de fatores e a produtividade destes fatores, pressupondo um mercado que opera sempre no sentido de equilibrar a oferta e a demanda dos fatores (com a causalidade da demanda dos fatores se ajustar a sua oferta).

Com o passar do tempo e com as evidências empíricas de que os estoques de fatores não são plenamente utilizados – ou seja, é comum observar nas economias capitalistas algum grau de ociosidade do capital e de desemprego da força de trabalho –, passou-se a utilizar a ideia de taxa natural de utilização dos fatores. Segundo esta ideia, o potencial da economia não é mais a plena utilização do estoque dos fatores trabalho e capital, mas sim a utilização em um nível que compatibilize a demanda e a oferta por eles e não gere pressões inflacionárias. Qualquer taxa de desemprego abaixo da natural desencadearia um processo de aumento de salários, levando a um aumento da inflação dos preços e derruba a demanda agregada, restabelecendo o desemprego em sua taxa natural.

No debate mais contemporâneo, na análise *novokeynesiana*, o conceito de taxa natural de desemprego que equilibra oferta e demanda por trabalho dá lugar ao conceito de NAIRU, sendo este definido como a taxa de desemprego que não acelera a inflação. Nota-se, portanto, que é um conceito baseado

na empiria, e a NAIRU pode diferir da taxa natural de desemprego se houver imperfeições do mercado de trabalho. Para encontrar a NAIRU, portanto, é necessário calcular qual é a taxa de desemprego que não gera pressões inflacionárias (o mesmo valendo para a NAICU, ou seja, o nível de utilização da capacidade que não gera pressões inflacionárias).

Com isso, o produto potencial não reflete apenas o estoque total dos fatores e sua eficiência, mas sim estes multiplicados pelas taxas de desemprego e de utilização de capacidade que não aceleram a inflação. O produto potencial passa a ser, portanto, o nível de produto que não acelera a inflação.

$$(2) Y=A((naicu)K)^{\alpha}((1-nairu)L)^{1-\alpha}$$

Uma vez que agora o produto potencial representa aquele nível de produção que não acelera a inflação, e não mais um teto máximo de produção que esgota as dotações (Palumbo, 2008), e tendo em vista que o produto efetivo e a inflação oscilam, passou-se a aceitar que a tendência de longo prazo da série do PIB efetivo seria um bom indicador do produto potencial, sendo este último um atrator sobre o qual o produto efetivo oscila.

Se o produto potencial pode ser pensado como a tendência do produto efetivo, seria de se esperar, do ponto de vista dos *novos-keynesianos*, que a tendência do produto efetivo fosse determinística, representando o fato de os fatores de oferta refletir parâmetros mais estruturais. Com isso, o produto efetivo não teria nenhuma influência no produto potencial.

Todavia, os resultados empíricos levantados por Nelson e Plosser em 1982 apresentam forte evidência em favor da presença de raiz unitária para a série do PIB americano, ou seja, evidências de que a tendência é estocástica e que, portanto, choques no produto efetivo afetam sua tendência. Levando em conta este elemento, a separação entre ciclo e tendência deixaria de existir: na presença de raiz unitária, o que causa ciclo causa tendência, uma vez que qualquer choque na série de tempo em estudo causará efeitos permanentes. Assim, com uma tendência estocástica, qualquer elemento que afeta o curto prazo levará a mudanças na tendência de longo prazo. Quando isso ocorre, diz-se que o produto efetivo apresenta histerese forte.²

Estes economistas, associados à teoria dos Ciclos Reais de Negócios (RBC de agora em diante), interpretam este resultado como uma evidência de que a economia está sempre em seu nível potencial, e, portanto, a oferta é que determina o produto no curto e no longo prazo. Isso significa que a demanda agregada não tem efeito nem sobre o produto efetivo nem sobre o produto potencial.

A teoria do RBC, porém, esbarra em diversas dificuldades empíricas quando confrontada com fatos estilizados. Primeiro, porque é irrealista achar que o ciclo de curto prazo é mais conduzido pela oferta do que pela demanda. Outro problema é que, se o ciclo for conduzido por fatores de oferta, os auges do ciclo, decorrentes de aumento de produtividade, deveriam gerar hiatos negativos e movimentos de diminuição de preço, e a inflação seria, assim, anticíclica (ver Serrano, 2007, p. 58).

Na verdade, o fato de calcular o produto potencial como sendo a tendência do produto efetivo, seja esta tendência determinística ou estocástica, por si só já quer dizer que o produto afeta a sua tendência. Se a tendência do produto é determinística, é preciso acreditar na teoria do produto potencial exógeno e que este é um atrator do produto para concluir que o produto efetivo não afeta a tendência. Afinal, se por um acaso o produto de longo prazo crescer a uma taxa constante, a consequência será uma tendência determinística. Identificar esta tendência determinística com o fato de que ela representa o produto potencial exógeno funcionando como um atrator do produto efetivo requer assumir-se que a teoria é válida e que esta é a explicação da tendência determinística encontrada.

Libânio (2005, 2008) argumenta que, como a presença de histerese forte no produto indica o fato de que choques do produto têm efeito persistente na tendência, e, portanto, afetam o produto potencial, há duas explicações para os tipos de choques que podem alterar a capacidade de produção da economia de longo prazo. Por um lado, como defendem os teóricos da escola dos Ciclos Reais de Negócios, apenas choques de oferta, como, por exemplo, aqueles relacionados a mudanças na produtividade, têm efeito sobre o produto efetivo e, por consequência, sobre o produto potencial. Por outro, inspirado na ideia do crescimento da capacidade liderado pela demanda efetiva, choques de deman-

da afetam o produto corrente e este tem efeitos de longo prazo sobre o produto potencial.

Assim, fora do debate entre *novos-keynesianos* e RBC, a presença de raiz unitária pode ser vista como uma evidência da extensão do princípio da demanda efetiva para o longo prazo: a demanda efetiva afeta o produto corrente, e este afeta o produto potencial (capacidade produtiva).

Podemos resumir o debate da seguinte maneira: os *novos-keynesianos* (e sua versão simplificada do modelo do Novo-Consenso), que veem um papel relevante para a política macroeconômica no curto prazo, acreditam que o produto potencial é independente do produto corrente, sendo o primeiro explicado pela teoria neoclássica do valor e da distribuição. Os economistas do Ciclos Reais de Negócios, que acreditam que os choques de oferta afetam tanto o produto corrente quanto o potencial e, assim, não enxergam nenhum papel ativo para a política macroeconômica, nem mesmo no curto prazo; e por fim, aqueles que acreditam no crescimento da capacidade liderada pela demanda efetiva, e, portanto, cujo papel da política macroeconômica afeta tanto o produto corrente quanto o produto potencial. Em seguida analisaremos os métodos de estimação do produto potencial para avaliar qual a base teórica que estes seguem.

3. Métodos de estimação do produto potencial

Nessa seção serão analisados dois principais métodos de estimação do produto potencial: o filtro HP e o método da Função de Produção.

3.1 O filtro HP

O filtro HP é um procedimento de suavização de séries temporais que se tornou uma técnica muito utilizada para encontrar o elemento de tendência de séries temporais.³

Por si só, o filtro é um método estatístico que é utilizado para estimar o produto potencial: define-se a tendência obtida da série original sobre a evolução do PIB efetivo do país como a evolução do PIB potencial deste e, a partir dela, projeta-se a tendência de longo prazo do produto potencial. Esta maneira de explicar a evolução do produto

potencial originalmente foi feita pelos economistas do RBC. Os ciclos econômicos não seriam desvios do produto efetivo em relação ao potencial, mas sim oscilações do potencial – que está sempre em equilíbrio em relação ao efetivo – causadas por algum choque tecnológico que afeta a produtividade da economia.

Todavia, o filtro HP aplicado somente à série de PIB efetivo com o intuito de se obter o potencial a partir da tendência também é compatível com as conclusões de modelos em que ciclo e tendência são resultantes da evolução da demanda agregada, uma vez que a série obtida para o produto potencial pelo filtro é totalmente determinada pelo comportamento da série do PIB efetivo.

O gráfico 1 mostra um exemplo da aplicação pura do filtro HP à série de PIB efetivo. Considerando a tendência obtida pelo filtro como o produto potencial, pode-se perceber que ele apresenta uma oscilação muito menor que a do produto efetivo.

A principal característica do filtro é a sua trajetória totalmente dependente da história passada. Por isso, como ponto negativo, o filtro HP apresenta o problema do viés de final de amostra. Os valores obtidos pelo filtro ao final da amostra mudam à medida que novas observações são acrescentadas, uma vez que a tendência de longo prazo nada mais é do que a média dos valores observados.⁴

3.2 A abordagem da função de produção

A ideia básica da estimação do PIB potencial através do método da função de produção consiste em explicar o nível do produto potencial pela mensuração dos estoques do fator trabalho e do capital em seus níveis não aceleracionistas da inflação, da produtividade total dos fatores (PTF) e dos coeficientes técnicos da função de produção, α e $(1-\alpha)$. Portanto, é um método que pretende mensurar variáveis da oferta agregada de uma economia. É um método compatível com o modelo *novo-keynesiano*, principalmente em sua versão prática do “Novo-Consenso”, que tem o objetivo de obter estimativas empíricas do produto potencial com o intuito de auxiliar a condução da política econômica.

Do ponto de vista prático, o produto potencial é calculado da seguinte maneira:

a) O estoque de capital é calculado através do método do inventário perpétuo⁵ e o estoque de trabalho em geral reflete a População Economicamente Ativa (PEA), divulgada por instituições oficiais;

b) A NAIRU e a NAICU devem ser estimadas empiricamente por uma curva de Phillips aceleracionista, ou seja, deve-se encontrar pela análise dos dados de taxa de desemprego, nível de utilização de capacidade e inflação qual seriam os níveis de desemprego e utilização da capacidade que não aceleram ou desaceleram a taxa de inflação;⁶

c) O parâmetro α é obtido através da participação da remuneração do capital na renda nacional, assumindo que a economia opera em equilíbrio competitivo com maximização de lucros, e, portanto, a produtividade marginal do fator iguala sua remuneração.

d) A produtividade total dos fatores A_t , é estimada como resíduo do produto corrente que não é explicada nem pelo estoque de capital nem pelo estoque de trabalho em seus níveis efetivos de utilização:

d1) primeiro, decompõe-se o crescimento do PIB efetivo (Y) entre crescimento do estoque de capital e do fator trabalho, com ambos sendo corrigidos pelos seus níveis efetivos de utilização (grau de utilização da capacidade, C_t , e taxa de desemprego, U_t , respectivamente):

$$(3) Y_t = A_t (K_t C_t)^\alpha [L_t (1 - U_t)]^{(1-\alpha)}$$

d2) A PTF é calculada residualmente da igualdade contábil, como a parte do produto que não é explicada nem pela utilização do estoque de capital nem pela do estoque de trabalho:

$$(4) \ln A_t = \ln Y_t - \alpha \ln(K_t C_t) - (1 - \alpha) \ln[L_t (1 - U_t)]$$

d3) A série obtida da PTF é suavizada por um filtro estatístico com o objetivo de obter a sua tendência.

Assim, com as séries do estoque dos fatores trabalho e capital, seus níveis não aceleracionistas da inflação (NAIRU e NAICU), o parâmetro técnico de contribuição do capital ao produto e a PTF, é possível calcular a série do nível do produto potencial para um país:

$$(5) Y_t = A_t^* [K_t (naicu)]^\alpha [L_t (1 - nairu)]^{(1-\alpha)}$$

Podemos, entretanto, lançar uma série de observações críticas sobre os passos a) a d) descritos anteriormente. Com relação ao item a), o cálculo do estoque de capital não apresenta nenhum problema teórico mais grave, sendo apenas bastante sensível ao parâmetro de depreciação escolhido (Barroso, 2007).

O ponto b) é mais complicado, pois, conforme vimos na seção 2, é necessário que estimativas da NAIRU e NAICU estejam relacionadas à inflação e, para ser coerente com a teoria, as evidências empíricas dos mesmos devem ser estimados por uma curva de Phillips. Assim, diversos estudos que calculam a NAIRU e NAICU, seja por média simples dos níveis observados historicamente da taxa de desemprego e utilização da capacidade, seja por sua média móvel (incluindo aí os filtros estatísticos que funcionam como uma média móvel um pouco mais sofisticada dos níveis observados), acabam na verdade estimando apenas uma média histórica que a princípio não tem nada a ver com os níveis estruturais de utilização que não aceleram a inflação.

Com relação à estimativa da contribuição do capital e do trabalho ao produto (parâmetro α discutido no item c)), uma estimativa rigorosa requer uma estimação dos coeficientes agregados de contribuição do capital e do produto pelo lado da oferta, através do método de produção utilizado. Utilizar os dados das Contas Nacionais sobre a participação da remuneração do capital e do trabalho na renda implica uma imposição teórica de que a economia opera em equilíbrio competitivo com maximização de lucros e que, portanto, quanto cada um dos fatores contribuiu para o produto no agregado deve ser igual à sua remuneração. Mais além, os parâmetros de contribuição do capital e do trabalho ao produto deveriam ser coeficientes estruturais, refletindo condições técnicas de oferta e fixos no curto prazo, enquanto os dados das Contas Nacionais oscilam bastante de um ano para outro.

Por fim, a estimação da produtividade total dos fatores (item d)) também deveria ser feita pela mensuração a partir do método de produção utilizado e quanto aumenta sua produtividade ao longo do tempo, refletindo o lado da oferta. Porém, mais uma vez abandona-se a mensuração rigorosa

e estima-se a PTF pelo resíduo do produto corrente. Ao utilizar medidas do produto corrente para estimar a PTF, é notório o resultando em termos de endogeneidade da série em relação ao andamento do produto efetivo. Assim, o produto potencial será pelo menos em parte influenciado pela demanda agregada, uma vez que a PTF calculada por esse método é endógena.

4. Avaliação de trabalhos empíricos de produto potencial feitos para o Brasil

Nesta sessão pretende-se analisar dois trabalhos empíricos de referência sobre o produto potencial para o caso brasileiro, pelo Método da Função de Produção: Silva-Filho (2001) e Souza Jr. (2005). Esses autores utilizam os estoques dos fatores de produção, capital e trabalho, para obter o PIB potencial. O procedimento usado pelos autores segue os princípios gerais descritos na seção 3. Nessa seção, avaliaremos com mais detalhes essas estimações e seus resultados.

Silva-Filho (2001) segue a metodologia mais difundida na literatura e constrói uma série para o estoque de capital através do método do inventário perpétuo. O autor calcula que a relação capital-produto da economia brasileira em 1970 era aproximadamente 3,3. Em seguida, o autor corrige a série utilizando a média do índice trimestral da UCI da indústria de transformação divulgada pela FGV como *proxy* para a economia toda. Para estimar a força de trabalho, Silva-Filho (2001) utilizou a série da população economicamente ativa (PEA) corrigida pela taxa de desemprego.

A estimativa da contribuição do capital sobre o produto, α , é calculada pela média histórica da remuneração do capital obtida nas das Contas Nacionais (valor de 0,49). Aqui se observa que, uma vez que o autor utiliza medidas das Contas Nacionais – em que as remunerações do capital e trabalho oscilam de um ano para outro – para estimar os parâmetros técnicos de contribuição do capital e trabalho para o produto – que deveriam ser estruturais e ligados ao lado da oferta da economia –, é necessário fazer uma média da série para obter um parâmetro estável.

A PTF é calculada como resíduo do produto (esta série é suavizada aplicando um filtro HP).

A produtividade total dos fatores, conforme discutido na seção 3, será endógena, refletindo movimentos no produto corrente. O gráfico 2 mostra que o cálculo da PTF por Silva-Filho (2001) indica um período de regresso técnico no Brasil. Ainda que o método utilizado gere resultados endógenos e dependentes do andamento do produto efetivo para a PTF, e a queda desta reflita a queda da taxa de crescimento da demanda agregada e do produto efetivo, Silva-Filho (2001) parece ignorar o corolário do método empregado ao citar elementos não incorporados ao modelo, como a instabilidade macroeconômica, a instabilidade político-institucional, um sistema judiciário pouco eficiente, protecionismo comercial, corrupção e diminuição dos investimentos em infraestrutura como causadores da queda da produtividade total dos fatores.

Para calcular a NAIRU da economia brasileira, Silva-Filho (2001) utilizou a média da taxa de desemprego observada entre 1980-2000, que é aproximadamente igual a 5,5%. Para a estimação da NAICU, adotou-se um critério diferente devido ao fato de que a média obtida para o mesmo período do cálculo (79%) é muito baixa e por isso utilizou-se a média referente ao período de 1970 a 2000, que foi de 85%. Assim, conforme observado na seção anterior, os valores que Silva-Filho (2001) chama de NAIRU e NAICU não têm nenhuma relação clara com os níveis de utilização dos fatores que aceleram a inflação, refletindo apenas médias históricas de utilização destes fatores. Além disso, a mesma média fixa cobre um período considerável de tempo (1980-2000), ignorando as várias mudanças estruturais que a economia brasileira passou durante todo o período.

Calculados os níveis não aceleracionistas de utilização dos insumos, os estoques dos insumos e a tendência de crescimento da PTF, enfim, calcula-se o PIB potencial.

Os resultados obtidos para o PIB potencial e para o hiato do produto estão apresentados nos gráficos 3 e 4.

Pode-se ver que o PIB efetivo ficou abaixo do potencial na maior parte do tempo, com exceção de apenas três anos – 1980, 1986 e 1987. O resultado é curioso: os hiatos negativos praticamente em quase todo o período de 1981 a 1999 deveriam ter sido acompanhados por forte desaceleração da inflação – algo que definitivamente não aconteceu.

Souza Jr. (2005) também estima o produto potencial através do método tradicional da função de produção. O autor utiliza as estimações de dados para o estoque de capital feitas por Morandi e Reis (2004) para o período de 1950-2002 e atualizados pelo próprio para 2003, 2004 e 2005 T2. A correção da série para obter o estoque plenamente utilizado foi feita pela UCI calculada pelo autor, como já mencionado.

A variável L , foi estimada pela PEA baseada nos dados da PNAD, do Censo Demográfico e da PME. Estimou-se a PIA para cada trimestre pelos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000. Em seguida, baseado nos patamares da taxa de participação (razão PEA/PIA) das PNADs e na variação da taxa de participação da PME, encontrou-se a PEA em valores absolutos para o período 1992 T1 – 2005 T2.

Estimada a tendência da PTF também como resíduo do produto efetivo (e também suavizando a série com o filtro HP), o passo seguinte consiste em estimar os níveis não aceleracionistas da utilização dos fatores. Ao contrário de Silva-Filho (2001), o autor estima a NAIRU e a NAICU com o filtro HP, em vez de trabalhar com valores fixos.

Este método consiste em aplicar o filtro HP nas séries de taxa de desemprego efetivo e de nível de utilização de capacidade instalada, em vez de utilizar um valor fixo e derivado de relações mais estruturais como a curva de Phillips. Assim, utiliza a média móvel dessas séries observadas como sendo a taxa de desemprego e utilização de capacidade que não aceleram a inflação. Os resultados de hiato do produto obtidos por esse método – que acrescenta mais elementos estatísticos no método econômico – são muito mais simétricos que os do método utilizado por Silva-Filho (2001).

O PIB potencial nesse caso é muito mais dependente do andamento corrente do PIB efetivo que no trabalho de Silva-Filho (2001). Afinal, além de depender da PTF calculada como resíduo do PIB efetivo, depende também do andamento médio do nível da utilização da capacidade instalada e da taxa de desemprego observadas, variáveis fortemente influenciadas pela demanda efetiva. O corolário da utilização desse método, ao contrário do que parece acreditar o autor,⁷ é que se a economia mudar de patamar e passar a operar com taxas mais baixas

de desemprego e/ou níveis mais altos de utilização de capacidade, o filtro HP irá computar essa nova média móvel como NAIRU mais baixa e NAICU mais alta, e, assim, o produto potencial aumenta pela via da demanda. Os resultados obtidos pelo autor para produto potencial e hiato do produto estão nos gráficos 5 e 6, respectivamente.

Percebe-se uma semelhança com relação ao trabalho de Silva-Filho (2001) em relação à variação do hiato do produto. Todavia, os valores do hiato são bem diferentes – mais simétricos do que em Silva-Filho –, uma vez que, como foi visto, o produto efetivo não atingiu o seu potencial em nenhum ano entre 1992-2000. Mas para obter um hiato mais simétrico, o autor é obrigado a ignorar a teoria *novo-keynesiana* de produto potencial independente do produto e demanda efetiva.

5. Conclusão

O modelo do Novo-Consenso que supostamente embasa a atuação do Banco Central do Brasil postula a existência de um produto potencial que evolui segundo variáveis referentes ao lado da oferta da economia, como a dotação dos fatores de produção, a eficiência de sua utilização e os níveis de utilização do trabalho e capital que não aceleram a inflação (NAIRU e NAICU). A demanda efetiva e o produto corrente não influenciam o produto potencial por este modelo.

Apesar das críticas que existem à teoria neoclássica do valor e da distribuição e à função de produção agregada expostas na seção 2 deste artigo, ainda é muito comum ver o produto potencial de uma economia ser estimado partindo dessas premissas. No entanto, conforme demonstrado para as estimativas de produto potencial brasileiro, as estimativas dos parâmetros e variáveis da função de produção que deveriam refletir aspectos tecnológicos, estruturais e de oferta de uma economia muitas vezes acabam sendo substituídos por variáveis ligadas ao lado da demanda agregada e da renda nacional (contas nacionais). Dessa maneira, argumentamos que há uma inconsistência entre o conceito teórico de produto potencial neoclássico e suas estimativas para o caso brasileiro.

Uma observação final que consideramos relevante diz respeito à importância central da evolu-

ção da taxa de câmbio e do preço dos produtos *tradables* (inflação importada em reais) para entender a dinâmica da inflação brasileira, mesmo em um prazo mais longo – algo que nenhum dos métodos analisados leva em conta. Afinal, se o produto potencial é aquele consistente com a inflação estável e se a inflação doméstica depende da inflação importada medida em reais (Serrano e Braga, 2008; Serrano, 2010), calcular o produto potencial sem levar em consideração esta última variável torna esta estimação pouco relevante para países como o Brasil (Summa, 2010).

Notas

¹ A validade lógica de funções de produção agregadas e do funcionamento dos mecanismos de substituição da teoria neoclássica será aceita apenas por conveniência com o objetivo do trabalho de focar na problemática da aplicabilidade da teoria. Para uma apresentação dos problemas teóricos inerentes ao *core* neoclássico no contexto de equilíbrio geral de longo prazo e da função de produção agregada, ver Garegnani (1970), e no contexto intertemporal, ver Garegnani (2003). Para uma crítica à suposta aderência empírica de funções de produção, ver Shaikh (1974), onde o autor demonstra que qualquer série de dados em que a distribuição funcional da renda é estável se ajusta bem à função de produção Cobb-Douglas. Lavoie (2008) também demonstra que as estimativas de funções Cobb-Douglas na verdade estimam apenas uma identidade contábil, e os parâmetros estimados dos coeficientes técnicos refletem apenas as parcelas de salários e lucros na renda nacional.

² Ver Braga (2006).

³ Ele é obtido através da minimização:

$$\text{Min} \sum_{t=1}^T (y_t - T_t)^2 + \lambda [(T_{t+1} - T_t) - (T_t - T_{t-1})]^2$$

onde y_t e T_t são respectivamente o produto efetivo e a sua tendência, na forma logarítmica. O parâmetro λ representa a suavização da série, e é escolhido de maneira arbitrária. Quanto maior o seu valor, menor é a oscilação da tendência obtida pelo filtro. Se este for para infinito, a tendência será uma série linear. Se o valor do parâmetro foi muito baixo, a tendência será muito próxima da série efetiva.

⁴ Barbosa-Filho (2009) expõe com detalhamento os aspectos mais técnicos dos filtros estatísticos e como estes mudam com os dados incorporados no final da amostra, inclusive se tais dados forem expectativas sobre as séries.

⁵ Sua lógica é simples: o estoque de capital presente é a soma acumulada dos seus fluxos, o investimento passado, descontada a depreciação:

$$K_t = (1 - \delta)K_{t-1} + I_{t-1}$$

onde K_t é o estoque de capital presente, I_{t-1} o investimento bruto em $t-1$ e δ a taxa de depreciação.

⁶ Para uma resenha crítica das estimativas de NAIRU para o Brasil, ver Summa (2009).

⁷ Souza Jr. conclui que “para que o PIB possa crescer, de forma sustentável, em torno de 4,5% e 5% nos próximos anos, será necessário estimular o aumento da produtividade e dos investimentos”. (Souza Jr., 2007, p. 84). Mas tal resultado não condiz com o modelo proposto, pois, se taxa de desemprego natural e NAICU são dados pela tendência de suas taxas efetivas, a utilização desses recursos em níveis mais elevados por si só já resultaria em um produto potencial maior.

Referências Bibliográficas

BARBOSA-FILHO, N.H. Estimando e revisando o produto potencial do Brasil: uma análise do filtro Hodrick-Prescott com função de produção. Em: Gentil, D.; Messenberg, R. (org). Crescimento Econômico: produto potencial e investimento. IPEA, 2009.

BARROSO, R. Produto potencial: conceitos, novas estimativas e considerações sobre sua aplicabilidade. Revista Economia, vol. 8, n. 3 – set./dez. 2007.

BLINDER, A. Is there a core of practical macroeconomics that we should all believe? American Economic Review, 1997.

BRAGA, J. Raiz unitária, inércia e histerese: o debate sobre as mudanças da NAIRU na economia americana nos anos 1990. Tese de doutorado, IE-UFRJ, 2006.

CESARATTO, S.; Serrano, F. “As leis de rendimento nas teorias neoclássicas do crescimento: uma crítica sraffiana”. Revista Ensaios FEE, v. 23, n. 2, 2002.

GAREGNANI, P. Heterogeneous capital, the production function and the theory of distribution. Review of Economic Studies vol. 37, 1970.

GAREGNANI, P. Savings, investment and capital in a system of general intertemporal equilibrium. Em Petri, F.; Hahn, F. (org). General Equilibrium: problems and prospects, 2003.

IEDI. Produto Potencial e crescimento. Texto para Discussão, Mar. 2006.

LAVOIE, M. Neoclassical empirical evidence on employment and production laws as artefact, Rivista Economia Informa, No. 351, March-April 2008, p. 9-36.

LIBÂNIO, G. Unit roots in macroeconomic time series: theory, implications, and evidence Revista Nova Economia, vol. 15, n. 3 de setembro/dezembro, 2005.

LIBÂNIO, G. Aggregate Demand and the Endogeneity of the Natural Rate of Growth: evidence from Latin American economies. XIII Anais do Encontro da SEP, 2008.

MORANDI, L.; Reis, E. Estoque de capital fixo no Brasil. Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia, João Pessoa: Anpec, 2004.

PALUMBO, A. I metodi di stima del PIL potenziale tra fondamenti di teoria economica e contenuto empirico, working paper n. 92, Dipartimento di Economia, Roma Tre, 2008.

SERRANO, F. Equilíbrio Neoclássico de Mercado de Fatores: Um ponto de vista Sraffiano Ensaios FEE, v. 22, n. 1, 2001.

SERRANO, F. Histéresis, dinâmica inflacionaria y el supermultiplicador sraffiano. Seminarios Sraffianos, UNLU-Grupo Luján. Colección Teoría Económica, Ediciones Cooperativas, 2007.

SERRANO, F. Acumulação de capital, poupança e crescimento, mimeo IE-UFRJ, 2008.

SERRANO, F.; Braga, J. Some evidence on how inflation targeting really works in Brazil, Apresentação no Seminário internacional do CCJE-UFRJ, dez 2008.

SERRANO, F. Juros, câmbio e o sistema de metas de inflação no Brasil Revista de Economia Política, vol. 30, n. 1, jan. 2010.

SILVA-FILHO, T. N. T. Estimando o produto potencial brasileiro: uma abordagem da função de produção. Brasília: Banco Central do Brasil, 34p. (Texto para Discussão, 17). 2001.

SOUZA JR., J. R. C. Produto Potencial: conceitos, métodos de estimação e aplicação à economia brasileira. Rio de Janeiro: Ipea, 2005 (Texto para Discussão, n. 1.130).

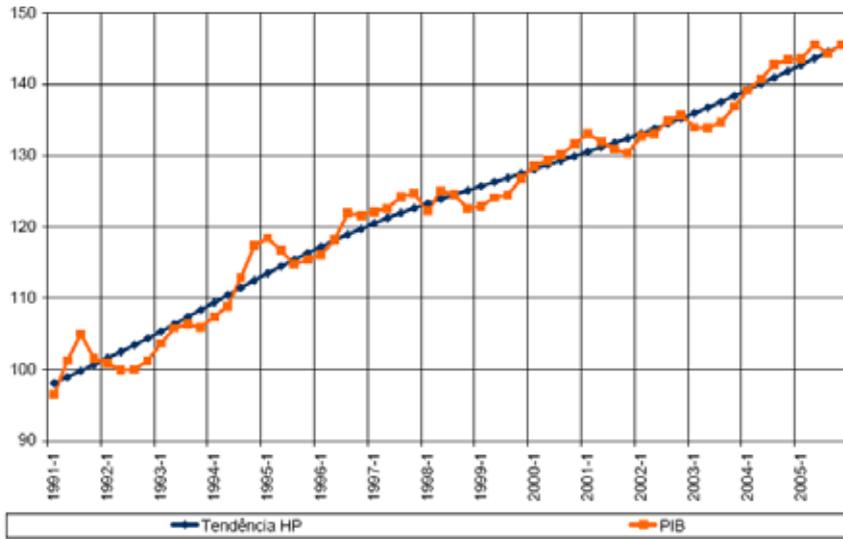
SOUZA JR., J. R. C. Estimativa do produto potencial para a economia brasileira: atualização utilizando o sistema de contas nacionais referência 2000. Boletim de Conjuntura, n. 77, Rio de Janeiro: Ipea, 2007.

SHAIKH, A. Laws of production and laws of algebra: The humbug production function, *Review of Economics and Statistics*, 51 (1), February, 115-120, 1974.

SUMMA, R. Uma avaliação crítica dos métodos de estimação do produto potencial e da NAIRU no Brasil. Apresentado no II congresso da AKB, Porto Alegre, 2009.

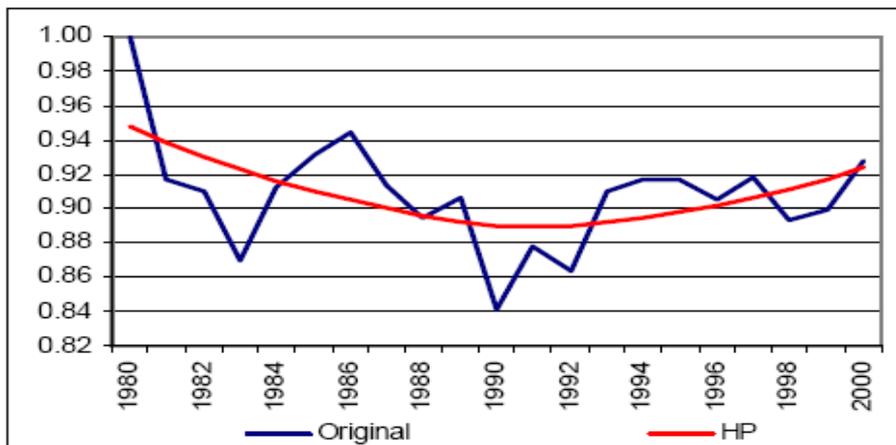
SUMMA, R. Um modelo alternativo ao novo consenso para economia aberta. Tese de doutorado, IE-UFRJ, 2010.

GRÁFICO 1: Valor efetivo e tendência de longo prazo do PIB brasileiro (série com ajuste sazonal, 1990=100)



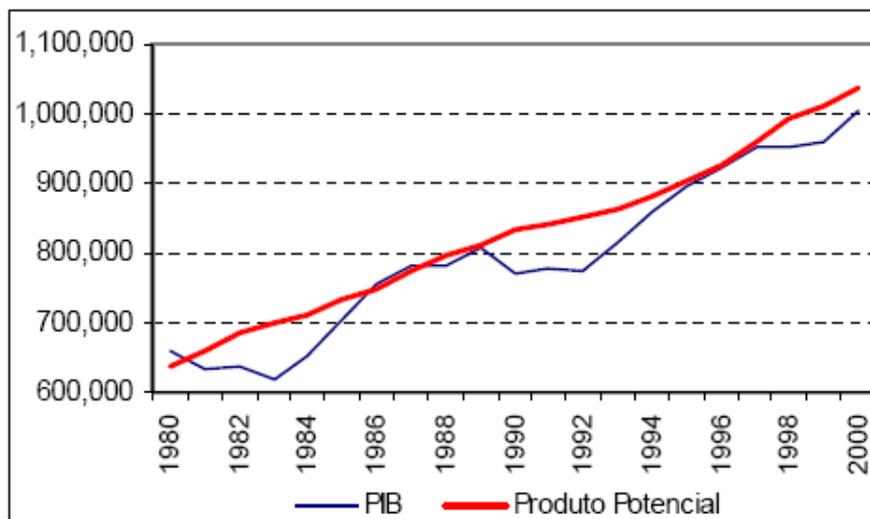
Fonte: IEDI (2006).

GRÁFICO 2: Índice da Produtividade Total dos Fatores



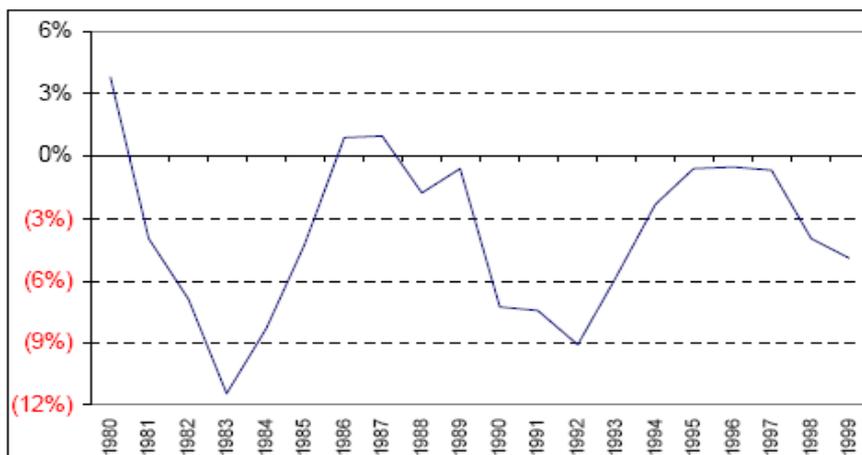
Fonte: Silva-Filho (2001).

GRÁFICO 3: Produto Potencial (em milhões R\$ 1999)



Fonte: Silva-Filho (2001).

GRÁFICO 4: Hiato do Produto



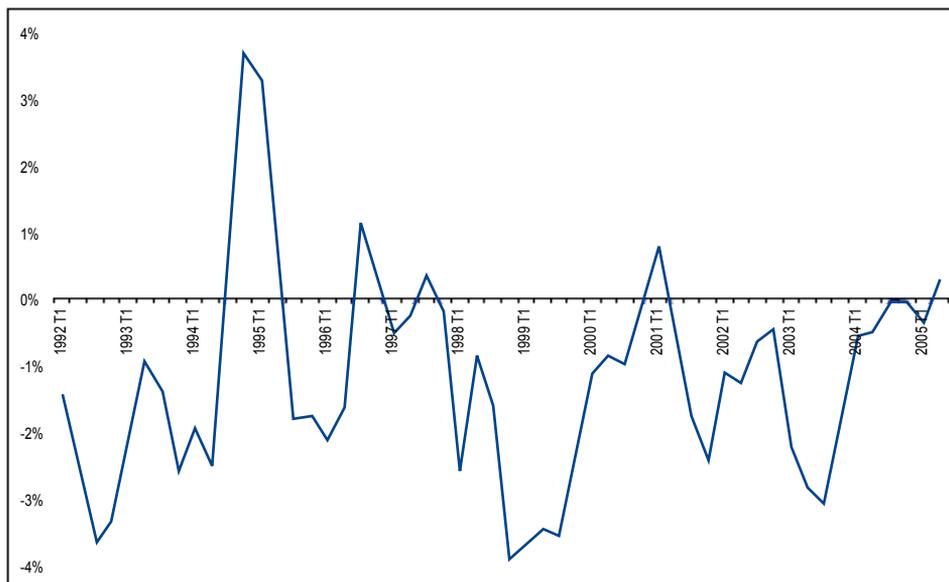
Fonte: Silva-Filho (2001).

GRÁFICO 5: Produto Potencial (base 2004=100)



Fonte: Souza Jr. (2005).

GRÁFICO 6: Hiato do Produto



Fonte: Souza Jr. (2005).

Chamada para Artigos

A VERSUS Acadêmica
aceita trabalhos
submetidos sob forma
de artigos e ensaios

A Revista VERSUS é uma publicação do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Plural e interdisciplinar, a publicação tem o objetivo de reunir o pensamento crítico das diversas áreas do conhecimento voltadas para os problemas sociais, econômicos, políticos e culturais da sociedade contemporânea. VERSUS nasceu com o propósito de se constituir num polo aglutinador do esforço intelectual para entender o Brasil e a realidade internacional.

Diretrizes para submissão

A VERSUS Acadêmica (ISSN: 1984-4263) aceita trabalhos submetidos sob forma de artigos e ensaios relacionados às Ciências Sociais Aplicadas, entendidas em sentido amplo. A publicação dos trabalhos está condicionada a um processo de seleção realizado por membros da Equipe Editorial e por pareceristas da revista, garantido o anonimato destes últimos.

Normas de apresentação dos textos

Artigos e ensaios

Os textos dos artigos e ensaios deverão conter resumo e abstract de até 10 linhas, de acordo com a seguinte formatação: Folha A4 (29,7 x 21 cm); margem superior = 3 cm, inferior = 2 cm, esquerda = 3 cm e direita = 2 cm; editor de texto: Word for Windows 6.0 ou posterior, utilizando caracteres Times New Roman corpo 12; espaçamento de entrelinhas 1,5 e alinhamento justificado. Além disso, logo abaixo do resumo deverão estar indicadas as principais palavras-chave do texto. Tabelas, quadros e gráficos deverão ser numerados sequencialmente por tipo, no título, com algarismos arábicos e menção da fonte dos dados.

Referências bibliográficas e notas

Os textos precisam seguir as normas editoriais da revista:

Todas as obras citadas no texto devem entrar nas referências bibliográficas, que, por sua vez, não devem conter nenhuma obra que não tenha sido citada no texto. As notas deverão ser de natureza substantiva, restringindo-se a comentários adicionais ao texto. As referências bibliográficas, quando necessárias, deverão aparecer no próprio texto, com a menção do último sobrenome do autor, acompanhado do ano da publicação e do número da página, caso pertinente (ZEA, 1976, p. 18). Quando houver mais de uma referência na mesma citação, separá-las por ponto e vírgula (Epstein e Power, 2003; Epstein et al., 2005). Até três autores, podem os três ser citados nominalmente; a partir de quatro, grafar apenas um autor seguido de et al. As notas devem ser inseridas ao final do texto, antes da bibliografia e numeradas em algarismos arábicos, com exceção da qualificação do autor ou dos autores do artigo ou ensaio, que deve ser colocada em nota de rodapé na própria página da referência, com asterisco inserido junto ao nome de cada autor. Ao final dos ensaios e artigos, as referências bibliográficas devem ser listadas em ordem alfabética, de acordo com os seguintes exemplos:

Livros

FRANK, Robert; COOK, Philip. *The Winner-Take-All Society*. Nova Iorque: Free Press, 1995.

RAMOS, Guerreiro. *A Redução Sociológica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

Capítulos de livros

OCAMPO, José Antonio; PARRA, Maria Angela. The Commodity Terms of Trade and Their Strategic Implications for Development. In: JOMO, K.S. (org.) *The Long Twentieth Century: Globalization under Hegemony*. Nova Delhi, Oxford University Press, p. 164-194, 2006.

Teses

ASSMAN, Selvino. *A Filosofia da História de Leopoldo Zea: a América Latina e a História*. Tese de doutorado. Pontifícia Universita Lateranense, Facoltà di Filosofia: Roma, Itália, 1983.

Artigos

VAZ, Henrique C. L. "Religião e Modernidade Filosófica". *Síntese Nova Fase*, v. 18, n. 53, p. 147-165, abr./jun., 1991.

Itens de verificação para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão com todos os itens listados a seguir. Serão devolvidas aos autores as submissões que não estiverem de acordo com as normas.

A contribuição deve ser original e inédita e não estar sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, justificar em "Comentários ao Editor".

Os arquivos para submissão devem estar em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF (desde que não ultrapassem os 2MB).

O trabalho deve ter até 20 páginas em fonte Times New Roman corpo 12, entrelinha 1,5; empregar itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); e inserir todas as figuras, as tabelas e os gráficos no final do texto. O texto deve seguir os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em "Diretrizes para Submissão", na seção Chamada para Artigos.

A identificação de autoria do trabalho deve ser removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo dessa forma a isenção da revista caso este seja submetido a avaliação por pares cega (ex.: artigos), conforme instruções disponíveis em "Assegurando a Avaliação por Pares Cega".

O trabalho deve apresentar TÍTULO, RESUMO (de até 15 linhas) e PALAVRAS-CHAVE (no máximo 5) na língua original (português ou espanhol) e em INGLÊS.

Imagens e gráficos devem estar em alta resolução (300 dpi).

Assegurando a avaliação por pares cega

Para assegurar a integridade da avaliação por pares cega, para submissões à revista, devem-se tomar todos os cuidados possíveis para não se revelar a identidade de autores e avaliadores durante o processo. Isso exige que autores, editores e avaliadores (passíveis de enviar documentos para o sistema, como parte do processo de avaliação) tomem algumas precauções com o texto e as propriedades do documento.

Em documentos do Microsoft Office, a identificação do autor deve ser removida das propriedades do documento:

- No Word 2003: menu Arquivo > Propriedades > apagar o nome do autor.
- No Word 2007: Botão do Office > Preparar > Propriedades > apagar o nome do autor.

Em seguida, salvar sem a identificação do autor:

- No Word 2003: menu Arquivo > Salvar como > Ferramentas (ou Opções, no Mac) > Opções de segurança > Remover informações pessoais do arquivo ao salvar > OK > Salvar.
- No Word 2007: Botão do Office > Salvar.

Em PDF, os nomes dos autores também devem ser removidos das Propriedades do Documento, em Arquivo, no menu principal do Adobe Acrobat.

Sobre o processo de seleção dos artigos

Os artigos encaminhados à revista serão primeiramente analisados pelo Conselho Editorial em seus aspectos formais. São critérios para seleção dos artigos: o caráter científico, a relevância e a atualidade, a aplicabilidade e o bom desenvolvimento do tema. Havendo irregularidade, os artigos serão reprovados. Após essa avaliação inicial, os artigos serão encaminhados, sem qualquer indício que possa identificar o autor, aos pareceristas capacitados e especializados na área do artigo indicado pelo autor. O autor será informado do resultado da sua avaliação. A avaliação dos pareceristas pode ser: "recomendado para publicação"; "recomendado para publicação com modificações" ou "não recomendado para publicação".

Para submissão de trabalhos, enviar e-mail para:

versusacademica@ccje.ufrj.br

Confira prazos no site.

www.versus.ufrj.br

versus
ACADÊMICA

www.versus.ufrj.br

TRILHA

Luiz Carlos Maranhão

De Quito

N

uma definição telúrica, Pablo Neruda se referia a Guayasamín como “o anfitrião de nossas raízes”. Por meio do

olhar intenso que debruçava sobre o mundo, o poeta chileno ia mais longe. “Orozco, Rivera, Portinari, Tamayo* e Guayasamín formam a estrutura andina do continente. São altos e abundantes, encrespados e ferruginosos.” Oswaldo Guayasamín é o mais importante artista equatoriano do século XX. Nos arredores de Quito (uma cidade pequena e bela que se esgueira por vales e morros), em Bellavista, a Capilla del Hombre abriga murais e quadros do pintor morto em 1999

DIVULGAÇÃO



GUAYASAMIN



MEDITACIÓN



MADRE Y NIÑO EN AZUL

aos 80 anos. O seu rol de amigos pessoais, além de Neruda, incluía Fidel Castro e Gabriel García Márquez.

La edad de La Ira (*A Idade da Ira*) é sugerida pelos críticos como sua fase (de 1964 a 1984) mais marcante. Os quadros e murais soam como um grito desesperado e triste diante da devastadora violência dos grandes conflitos do século passado. A Guerra Civil Espanhola, o nazismo, a bomba atômica despejada pelos EUA sobre a população indefesa de Hiroshima estão lá, captados simbolicamente nas expressões de dor, choro e horror de figuras esqueléticas. A Guerra no

Vietnã, as torturas e genocídios das ditaduras no Chile, Argentina e Uruguai e outros países do continente que saltam das telas – diante das quais ninguém consegue ficar indiferente – são matéria-prima do artista, que decidiu pintar a América Latina retratando suas feridas abertas.

A primeira série de trabalhos do pintor equatoriano recebeu o nome de Huaycaña, que no idioma quéchua, uma das etnias do Equador, quer dizer Caminho do Pranto. Pablo Guayasamín, filho do pintor e curador da exposição “Guayasamín, uma América Pintada”,** conta que o artista fez uma viagem do



**COM FIDEL.
Admiração
mútua**

México à Patagônia entre 1944 e 1945. Nessa viagem o artista concebeu os desenhos e esboços da série Huaycaña. Segundo Pablo, a viagem permitiu ao pintor um contato com o sinistro cenário de dor e pobreza no continente latino, sentir de perto a dimensão do sofrimento. O artista rechaçava as críticas conservadores que acusavam sua obra de panfletária. “Elas somente revelam”, dizia Guayasamín, “o mundo que me coube viver”.

Por ocasião da exposição realizada em São Paulo, em 2008, a filha do artista, Verenice Guayasamín, disse que o pai tinha vivido 80 anos “e conheceu de perto os grandes conflitos do século”. Ela acrescentou que, apesar da revolta expressa nas imagens criadas por Guayasamín, ele nunca chegou a militar em nenhum partido. Mas se definia como marxista-fidelista.

*Os pintores mexicanos José Clemente Orozco, Diego Rivera e Rufino Tamayo.

** No Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba, a exposição “Guayasamín, uma América Pintada” vai até 26 de setembro. Com a curadoria de Pablo Davi Guayasamín, a exposição apresenta 98 obras representativas na trajetória do equatoriano. Os trabalhos pertencem ao acervo da Fundação Guayasamín, com sede em Quito. Realizadas de acordo com diversas técnicas, como aquarelas, óleo sobre tela, acrílico sobre tela e desenhos em tinta sobre papel, as obras fazem uma retrospectiva de 60 anos da produção de Guayasamín.

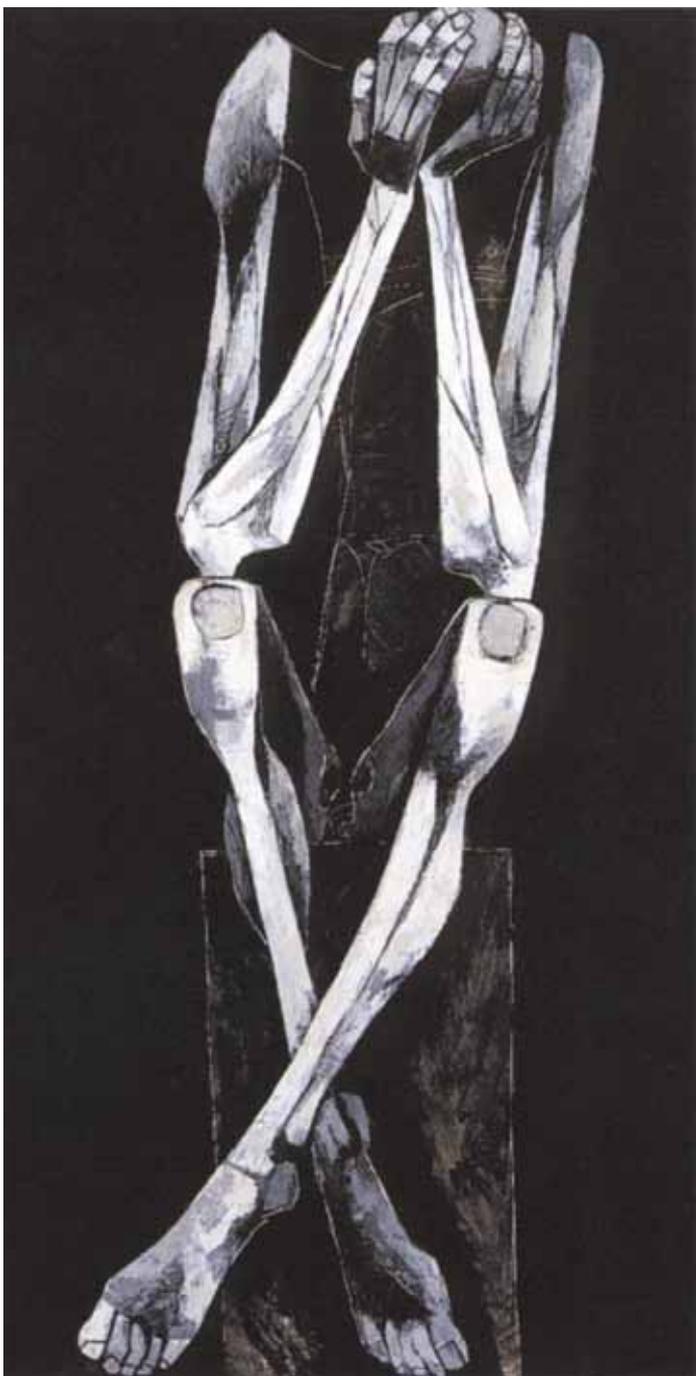
**Museu Oscar Niemeyer. Rua Marechal Hermes, 999,
Centro Cívico – Curitiba/PR
(41) 3350 – 4400
www.museuoscarniemeyer.org.br
Até 26 de setembro**

ANGUSTIA





NIÑA LLORANDO



A obra do pintor Oswaldo Guaya-

samín recebeu influências diversas. O muralismo mexicano de Diego Rivera, a plasticidade dramática de *Guernica*, de Pablo Picasso, estão entre as influências contemporâneas. A arte pré-colombiana está presente no trabalho do artista. É Pablo Neruda quem diz: “Poucos pintores da nossa América são tão poderosos como este equatoriano (...). Ele tem o traço forte, ele é um anfitrião das raízes e invoca a tempestade, a violência e a falta de exatidão. E tudo isto se transforma em luz na presença e na paciência dos nossos olhos”.

Guayasamín tinha nome e ascendência indígena. Teve vida de privações e pobreza na infância, história que marcou sua sensibilidade. Um de seus quadros, *Los niños muertos (As crianças mortas)*, registra a morte brutal de um menino seu amigo por bala perdida. A tela retrata um grupo de cadáveres amontoados numa rua de Quito.

LA ESPERA

OBAMA.
Segundo ele,
reforma “é
abrangente, mas
não radical”

A reforma da saúde nos EUA:

Ecos e reflexos no Brasil

Ligia Bahia*

I. Introdução

Em 23 de março de 2010, data da assinatura do presidente dos EUA da reforma da saúde, as declarações de Obama sintetizaram a natureza, o alcance e a magnitude das mudanças aprovadas: a legislação aprovada é “abranhente, mas não radical”.¹ Ao ressaltar as vastas dimensões das

mudanças pretendidas e admitir limites relacionados com a profundidade das transformações, o presidente dos EUA respondeu a críticos situados em polos opostos no gradiente político-ideológico.

À direita, a ampliação da intervenção estatal sobre as ações de saúde foi categorizada como o Armagedom pelo deputado republicano John Boehner. Por outro lado, a busca de alianças para negociar a aprovação de diretrizes da reforma do sistema de saúde desapontou entidades e estudiosos progressistas. Para al-

guns ativistas, como os criadores do blog *firedoglake*, o não estabelecimento de uma opção pública aos planos privados descaracterizou a proposta de reforma da saúde. A perspectiva de repasse de recursos para as seguradoras privadas maior do que aquele destinado ao pagamento de impostos conduziria a um neofeudalismo.² A atmosfera carregada de polêmicas, que circundou o processo de negociação do projeto de reforma da saúde, não se desfez inteiramente. No mesmo dia em que a lei foi assinada, advogados de 14 estados americanos apre-

* Ligia Bahia é professora adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1999), especialista na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Políticas de Saúde e Planejamento.



sentaram petições questionando sua constitucionalidade.

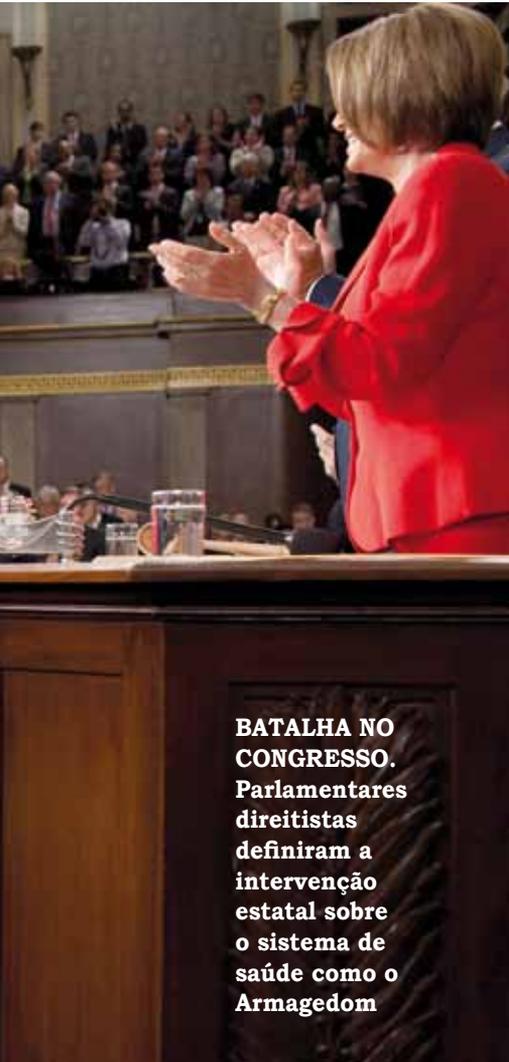
Ainda assim, a justaposição da promulgação da reforma da saúde, como finalização de um longo processo para a criação de um seguro nacional e obrigatório de saúde, com o início das tensões relacionadas com sua implementação, deslocou o debate do âmbito das hipóteses e previsões para o terreno da prática. Os desafios para efetivar a expansão de coberturas e redefinir as ações de atenção à saúde dependem da

operacionalização de conjunto de medidas que começaram a ser adotadas agora.

Com a entrada em cena de dispositivos para expandir coberturas, o foco das polêmicas concentra-se na viabilidade da reforma e no potencial de transformação da lei em ações concretas. É a imunidade de um modelo, que tornou extremamente difícil compatibilizar os requerimentos de estabilidade de financiamento com a oferta de serviços, que será testada.

Nesse momento, a intensidade das repercussões nacionais e internacionais da denominada Reforma Obama na mídia diminuiu. Mas o interesse pelos desdobramentos das mudanças nos EUA persiste mobilizando instituições multilaterais e de pesquisa e analistas que estudam a estrutura e a dinâmica dos sistemas de saúde.

A universalização do acesso e a utilização de serviços de saúde via mercado admitem interpretações opostas. Comprova os



BATALHA NO CONGRESSO. Parlamentares direitistas definiram a intervenção estatal sobre o sistema de saúde como o Armagedom

acertos dos sistemas europeus e especialmente o canadense, e prevê a inserção dos EUA no rol dos países desenvolvidos que mantêm gastos com saúde relativamente controlados. Em sentido inverso, reafirma a força das indústrias setoriais, incluindo a farmacêutica e a de equipamentos, e, portanto, preserva o motor de geração de iniquidades e elevação de despesas.

Para o Brasil, o exame da Reforma Obama é especialmente relevante. Na saúde, nosso pa-

drão de comparação são os EUA. Embora as similitudes perseguidas tenham sido projetadas mais pela forte influência da medicina americana, na formação de profissionais brasileiros, do que pela compatibilidade das bases políticas e materiais de ambos os sistemas. De todo modo, o forte sentimento de comungarmos problemas comuns concedeu uma recepção calorosa a alternativas americanas para reorganizar o sistema de saúde. Do conjunto das alterações propostas nos EUA destacaram-se aquelas julgadas compatíveis com o suposto segmento americano do sistema de saúde brasileiro – o mercado nacional de planos e seguros de saúde.

No entanto, o uso de supostas soluções americanas para problemas do sistema de saúde brasileiro decorre de premissas equivocadas sobre as bases atuais de organização e financiamento do sistema de saúde americano. Tendo como motivação uma assimilação crítica do processo de mudanças na saúde em curso nos EUA, este trabalho contém subsídios sobre as origens e trajetórias do sistema de saúde americano e sobre a natureza da Reforma Obama.

II. O sistema de saúde no EUA: Tensões entre o financiamento e a provisão de serviços

O sistema de saúde dos EUA, ora apontado como “o melhor do mundo” por aqueles que enfatizam a existência de tecnologias assistenciais e instalações que simbolizam o estado da arte da

medicina, ora como injusto, fragmentado e ineficiente, é extremamente complexo. Nos EUA, ao contrário do que ocorre nos sistemas universais de saúde, o componente privado predomina sobre o público tanto no financiamento quanto na prestação de serviços.

Em 2008, o principal mecanismo de acesso à atenção à saúde foi o plano privado de saúde obtido mediante o vínculo formal de trabalho, que respondeu pela cobertura de cerca de 50% dos americanos. Dois programas governamentais, instituídos em 1965 pelo democrata Lyndon Johnson, o Medicare³ e o Medicaid,⁴ para os idosos e pobres respectivamente, abrangeram 25,5% da população. E os seguros individuais foram responsáveis pela cobertura de 10%. Em função do status socioeconômico e de saúde, 15% da população não possuía nenhuma garantia assistencial (Census Bureau, 2010).

Uma vez que a composição dos segurados inclui idosos e famílias e indivíduos situados abaixo dos limites de pobreza, definidos pelo governo federal, é importante ressaltar que a maioria dos não cobertos pertencem aos segmentos populacionais mais jovens e situados acima da renda mensal individual de \$902,50 (limite de pobreza = 100%) (DHHS, 2010). Ou seja, as fórmulas de ampliação de coberturas baseiam-se na elevação dos limites de renda.

Em 2009, o valor médio mensal dos prêmios de seguro privado patrocinados pelo empregador foi de \$402 para um único trabalhador e \$1.114 para uma família de 4 pessoas. A participação dos empregadores no financiamento

dos planos variou consideravelmente. Mas situou-se acima de 70% do total dos prêmios. O preço médio mensal de planos individuais, \$300, menor do que o dos coletivos, pressupõe elevados valores de copagamento para clientes proveniente de segmentos menos idosos da população – trabalhadores por conta própria, empregados de firmas de pequeno porte ou tempo parcial – \$300 (Kaiser, 2010).

Considerando as despesas agregadas, uma vez que o cálculo dos gastos *per capita* com o Medicare e com o Medicaid com base em fontes orçamentárias e pagamento de prêmios é inapropriado, verifica-se que os gastos totais com seguros privados, \$783,2 bilhões, aproximam-se daqueles efetuados com o Medicare e Medicaid, \$813,5 bilhões (NHHS, 2010). A notória desproporção entre a participação

governamental nas coberturas e no financiamento decorre das assimétricas condições de saúde das populações abrangidas pelos seguros privados e pelos programas públicos.

Essas bases assistenciais fundamentadas em seguros e liberdade de escolha se acoplam com diversas modalidades de contratação de estabelecimentos e profissionais de saúde. Os americanos podem optar por planos com redes de serviços mais fechadas ou abertas, o que pressupõe maior ou menor copagamento pelo uso dos serviços. Tais fundamentos implicam a separação entre as instituições que desempenham funções de financiamento e pagamento de serviços e aquelas encarregadas de prover a atenção. É sob essa complexa construção que agentes e interesses financeiros se unem aos requerimentos da inovação tecnológica e consequentemente as indústrias da saúde e a uma hierarquia profissional assentada em especialidades médicas.

As consequências da adoção desse padrão de financiamento e organização da atenção à saúde são bastante decantadas nas análises comparadas de sistemas de saúde. “Nós temos menos probabilidade de contar com cobertura de seguros de saúde, e a atenção que recebemos é quase certamente mais cara” (Marmor, 2005).

As forças motrizes do sistema de saúde americano que conjugaram a forte presença de instituições privadas (empregadoras, indústrias da saúde e prestadoras de serviços) com a intervenção governamental, praticamente confinada ao fi-

WHITE HOUSE/LAWRENCE JACKSON



nanciamento direto ou indireto (políticas fiscais), geraram por um lado déficits e iniquidades e por outro dinamizam importantes cadeias produtivas. Essa estrutura não foi integralmente contestada pelas diretrizes da Reforma Obama. A justificativa para mudanças no sistema de saúde mobilizou argumentos essencialmente conjunturais, tais como: elevação dos gastos com saúde em 2009 (5,7%) acima do

“

**Para o Brasil,
o exame da
Reforma
Obama é
especialmente
relevante. Na
saúde, nosso
padrão de
comparação é
os EUA**



CAMINHO. Obama e os parlamentares democratas se basearam em experiências anteriores (e várias tentativas fracassadas) para apresentar uma proposta híbrida

crescimento econômico (-1,1%), prolongamento da recessão, ingresso de ex-trabalhadores formais ao segmento de não segurados e negação de coberturas.

III. A *démarche* das reformas na saúde nos EUA

Ao longo do tempo os questionamentos sobre os pilares de sustentação do sistema de saúde

(insegurança e altos custos) conformaram um “consenso negativo” (Starr, 1994). As constatações sobre os problemas do sistema construíram pontes interligando tradicionais clivagens da política americana, jovens e idosos, democratas e republicanos, trabalhadores e administradores, extratos de maior e menor renda.

No entanto, as alternativas anteriores à Reforma Obama para reorganizar o sistema de saúde

não foram bem-sucedidas. Ao longo do século XX houve várias tentativas de aprovação de um seguro nacional de saúde pelo Congresso Nacional. Os primeiros estudiosos sobre a reforma do sistema de saúde estavam convencidos sobre a necessidade de substituir o segmentado mercado de seguros privados por um seguro social de saúde. Mas essas ponderações, inicialmente restritas aos meios acadêmicos,

não granjearam nem apoio popular nem da Associação Médica Americana (AMA).

A grande depressão impulsionou a criação do seguro social (Social Security Act 1935) para aposentadorias e outros benefícios previdenciários. Mas o presidente Franklin D. Roosevelt hesitou em relação à inclusão do seguro-saúde na agenda da reforma social. Para Ball (1988), Roosevelt avaliou que poderia colocar em risco programas mais consensuais se aticasse a oposição da AMA e seus aliados.

Harry Truman, reeleito em 1948, incluiu em sua plataforma eleitoral a criação do seguro-saúde obrigatório. Contudo, no contexto de demonização da União Soviética, as proposições de reforma no sistema de saúde enfrentaram sólidas barreiras ideológicas. A associação do seguro social de saúde ao socialismo, comunismo, medicina socializada e a formação de uma coalizão que reuniu republicanos e democratas conservadores impediu o debate. O ousado projeto de instituição de um seguro

nacional de saúde converteu-se numa modesta proposta de cobertura para determinados segmentos populacionais (embrião do Medicare). E, ainda assim, a aprovação de leis relacionadas com o sistema de saúde foi sustada até a metade dos anos 60.

A aprovação do Medicare e Medicaid em 1965, contextualizada pela anuência de responder às tensões sociais, entre as quais os saldos assistenciais da II Guerra Mundial e Guerra da Coreia e pela alteração na correlação de forças no Congresso, após

JARBAS OLIVEIRA/FOLHAPRESS



NO BRASIL. “O uso de supostas soluções americanas para problemas do sistema de saúde brasileiro decorre de premissas equivocadas”, diz Ligia Bahia

a vitória dos democratas, trouxe de volta o debate sobre seguro social de saúde para a agenda pública. Nos anos 70 diferentes propostas para universalizar o seguro de saúde foram apresentadas. Porém, o **Comprehensive Health Insurance Plan (CHIP)**, proposto pelo presidente Nixon voltava-se antes para ampliar as coberturas para os segurados do que para promover uma reforma para integrar os não segurados ao sistema de saúde.

Tampouco as promessas de reforma da saúde da campanha de Clinton se efetivaram. Para Starr (1995), houve problemas com a condução do projeto de seguro-saúde compulsório junto ao Congresso. O não envio do projeto de lei logo após a eleição teria ampliado os espaços de atuação dos dois bastiões de oposição: a AMA e a Health Insurance Association of America (HIAA).

Durante o mandato de George W. Bush, medidas incrementais voltadas a garantir mais coberturas para os segurados foram aprovadas. Sob intensa pressão explícita da Associação Americana de Aposentados e implícita da indústria farmacêutica, o Congresso aprovou em 2003 a inclusão de um plano de assistência farmacêutica para os segurados do Medicare.

Tantas tentativas fracassadas de reforma do sistema de saúde terminaram por constituir um acervo de conhecimentos sobre o apoio e vetos às propostas anteriores e a respeito dos trâmites para incluí-las na agenda do Congresso. Com base nas experiências anteriores, o presidente Obama e parlamentares democratas apresentaram uma solu-

“

Não há dúvidas de que a instituição obrigatória do seguro de saúde merecerá lugar de destaque na legislação de proteção social dos EUA

ção híbrida (não aquela baseada no modelo único pagador canadense nem no financiamento e provisão públicos do modelo inglês) e acelerou o envio e tramitação do projeto nas duas casas do Congresso.

IV. Reforma OBAMA: o modelo híbrido

O modelo híbrido da reforma do sistema de saúde caracteriza-se pela compulsoriedade do seguro-saúde, mediante obrigatoriedade de empregadores e indivíduos, e preservação dos atuais seguros públicos (Medicare e Medicaid) e privados. Os americanos satisfeitos com suas atuais coberturas podem mantê-las. Essa opção, ao lado da estratégia de evitar um confronto com todas a indústrias

do setor e atrair aliados como empresas empregadoras e laboratórios farmacêuticos e da rapidez dos movimentos de encaminhamento do projeto de lei viabilizaram a aprovação da Reforma Obama. O projeto aprovado prevê gastos adicionais de \$938 bilhões e a inclusão às coberturas de planos de saúde de cerca de 32 milhões de americanos.

A obrigatoriedade do seguro e a expansão de coberturas, principais diretrizes da reforma, serão efetivadas: 1) estabelecendo punições para quem não estiver vinculado a um seguro; 2) tornando mais americanos elegíveis para o Medicaid (elevação dos limiares de renda); 3) provendo subsídios e créditos para empregadores relacionados com o pagamento de seguros para trabalhadores; 4) estabelecendo um mercado de permutas de planos de saúde para ampliar a oferta, inclusive para portadores de problemas de saúde; 5) vedando a negação de coberturas pelas seguradoras. Esses dispositivos serão implantados progressivamente.

Em 2010 entraram em vigor: a oferta de planos para pessoas com problemas preexistentes; ampliação da elegibilidade para dependentes (filhos até 26 anos); subsídios no valor de \$250 para aquisição de medicamentos de uso contínuo para americanos acima de 65 anos e estímulo aos empregadores de firmas de pequeno porte que ofertarem planos de saúde aos seus empregados e o controle de preços dos prêmios. A partir de 2014 a obrigatoriedade legal de vinculação a um plano de saúde será

exigida para a maioria dos moradores nos EUA. Posteriormente, prevêem-se medidas para cobrança de impostos para segmentos de maior renda e segurados de planos mais caros, estímulo a adesão a programas de promoção da saúde e redução dos custos da atenção médica.

Para assegurar a expansão de coberturas, haverá uma série progressiva de alterações no mercado de seguros destinada a tornar a dinâmica de funcionamento dos planos individuais

e para pequenos grupos similar àquela de compartilhamento de riscos de seguros coletivos de empresas de grande porte. As mudanças nas bases de operação dos planos de saúde viabilizarão coberturas abrangentes e contínuas. Por isso, as empresas de seguros de saúde não poderão rescindir contratos ou impor limites relacionados com idade e problemas de saúde. Essas disposições são respaldadas nos aportes financeiros governamentais, sob a forma de subsídios federais des-

tinados a indivíduos e deduções fiscais para empregadores.

Outras mudanças significativas referem-se ao desenho de uma nova institucionalidade. Os EUA, um país que não possuía uma autoridade governamental bem definida para a consecução de políticas públicas de saúde, reorganizaram o DHHS (US Department of Health and Human Services) e atribuíram-lhe a responsabilidade pela implementação da reforma, inclusive no que concerne à formação de pessoal.



Para os democratas americanos, a recente vitória de Barack Obama é uma conquista histórica. Não há dúvidas de que a instituição obrigatória do seguro de saúde merecerá lugar de destaque na legislação de proteção social dos EUA. O restante do mundo assistiu ao alçamento da saúde a tema central na agenda pública de um país rico, à acirrada disputa sobre os projetos futuros para organização do sistema e ao desfecho de não adesão dos EUA aos modelos universais consagrados.

WHITE HOUSE/PETE SOUZA



DEPOIS DA VITÓRIA. O presidente confraterniza com a ministra da Saúde Kathleen Sebelius e companheiros de partido na Casa Branca

A exposição do presidente americano num terreno conflagrado por vultosos interesses econômicos, repleto de expectativas e ansiedades da população, no contexto de crise econômica pareceu bastante arriscada e dramática. Houve momentos em que a aprovação do projeto de reforma parecia inviável.

As estreitas margens das votações do projeto (219 a 212) e a votação unânime dos republicanos contra a reforma da saúde expressaram a magnitude do dissenso. De fato, em meados de 2009, a ampla divulgação das acusações ao projeto de lei por ativistas contrários “à medicina socializada” de apressar a morte de doentes graves e restringir escolha de planos e prestadores de serviços e a derrota dos democratas para a eleição do Senado em Massachusetts delinearum um cenário sombrio para a aprovação da reforma.

O contra-ataque de Obama baseou-se na crítica ao aumento de 39% do valor dos prêmios da Anthem Blue Cross para 800.000 segurados individuais, na Califórnia. E concentrou-se na mobilização de narrativas de experiências de impossibilidade de assistência e negação de coberturas (Morone, 2010).

Em meio a esse fogo cruzado, as negociações do Congresso, especialmente com os democratas conservadores, implicaram a aceitação de concessões, tais como a retirada de apoio financeiro ao atendimento de problemas relacionados com aborto, coberturas para imigrantes ilegais e o seguro público. Ainda assim os republicanos mantiveram-se inabaláveis. E esse alinhamento

manterá a administração Obama sob pressão para demonstrar resultados na “inflexão da curva de custo” (Holtz-Eakin e Ramlet, 2010).

V. A recepção da Reforma Obama no Brasil

Os ecos da reforma do sistema de saúde americano no Brasil são muito audíveis. A rigor não é de agora que nosso interesse pelo que ocorre nos EUA se manifesta. As tentativas de realizar mudanças gerenciais orientadas pelo alinhamento de interesses de consumidores, prestadores de serviços e financiadores, postas à prova no fim dos anos 70 nos EUA, tiveram ampla repercussão no Brasil. A competição gerencial, definida como estratégia de obtenção do máximo valor para consumidores e empregadores na aquisição de planos e serviços de saúde derivada de princípios da microeconomia, foi amplamente incorporada no discurso de técnicos e empresários brasileiros sobre o futuro da saúde.

A Reforma Obama, em função das analogias com os planos privados locais, despertou especial atenção. Contudo, a aplicabilidade das alternativas americanas no sistema de saúde brasileiro é bastante limitada. Além de proporções invertidas – contamos com 26% da população coberta por planos e os EUA 75% –, as relações no interior dos mercados de planos de saúde são distintas, especialmente no que diz respeito à liberdade de escolha. Enquanto os americanos dispõem via empresas empregadoras de opções para a adesão a segura-

“

**Para alguns
ativistas, o não
estabelecimento
de uma opção
pública aos
planos privados
descaracterizou
a proposta de
reforma da
saúde**

doras e tipos de planos, as escolhas dos brasileiros vinculados a planos empresariais limitam-se, em alguns casos, a vinculação a planos calibrados por preços de uma mesma empresa. O terceiro elemento que distingue os planos de saúde de ambos os países são as coberturas. Algumas das notórias lacunas assistenciais dos planos de saúde no Brasil, tais como transplantes, atendimento a problemas de saúde mental, medicamentos de uso contínuo para pacientes ambulatoriais, não são admitidas nos EUA. A singularidade dos sistemas de saúde, extensiva ao componente privado, decorre das trajetórias históricas e das condições econômicas peculiares de cada país.

Os planos de saúde, mais especificamente esquemas assistenciais de pré-pagamento por

serviços de saúde, foram criados nos EUA por volta de 1910, visando ao atendimento de trabalhadores não especializados em localidades distantes. Na esteira da crise de 1929, diante das dificuldades do pagamento direto de serviços médicos, alguns hospitais adotaram o pré-pagamento como garantia de assistência futura. Após a II Guerra Mundial, o sistema de planos privados patrocinados pelo empregador expandiu-se simultaneamente à construção de hospitais e institutos de pesquisa. Nos anos 60, o impacto do Medicare e do Medicaid se fez notar principalmente na ampliação do *fee-for-service* (remuneração por serviço prestado) e não em sua reestruturação.

No Brasil, a industrialização caminhou *pari passu* com uma medicina previdenciária privatizada e inclusão aos direitos sociais regulada pelo Estado. Os planos de saúde surgiram no final dos anos 50 nas cidades de localização de grandes montadoras para atender trabalhadores. E o regime militar estimulou, mediante créditos e subsídios, a criação e expansão de hospitais privados e empresas especializadas na comercialização de planos de saúde durante os anos 60 e 70. Posteriormente, essas alternativas privadas ganharam outros alicerces financeiros, especialmente aqueles oriundos de políticas fiscais. Nos anos 80, que marcam o advento do Sistema Único de Saúde e simultaneamente a expansão das coberturas de planos de saúde, consolida-se a emissão de políticas públicas de saúde destinadas ao sistema público e ao privado.

O Brasil possui uma legislação que consagra a saúde como direito de todos e dever do Estado e instituições destinadas a efetivar as diretrizes constitucionais e os EUA acabam de aprovar a compulsoriedade de vinculação a um seguro essencialmente privado. Essas inequívocas diferenças dos sistemas de saúde costumam ser subestimadas no afã dos exercícios de comparação, inspirados pelas perspectivas de agentes privados preocupados com o retorno de seus investimentos. Reconhecê-las não significa descartar a existência de traços comuns, tais como a elevada proporção dos gastos privados no total das despesas com saúde e forte presença de *lobbies* nos fóruns de deliberação.

VI. Considerações finais

As principais razões pelo fato de um país desenvolvido como os Estados Unidos não possuir um sistema de saúde gratuito podem ser atribuídas à ética liberal da sociedade americana e à concepção hegemônica nos Estados Unidos sobre saúde – que não foi ao longo da história considerada objeto de políticas universais. Os EUA apresentam, atualmente, indicadores de saúde inferiores a de vários países europeus e está às voltas com um grande desafio: uma epidemia de obesidade.

O persistente temor de uma “medicina socializada” e a intensificação da intervenção por parte do Estado na saúde conectam-se com a constituição de um poderoso mercado interno e formas de convivência sustentadas

por valores e formas de sociabilidade de natureza comunal – com certa autonomia em relação ao Estado –, e não estatal. Também é importante ressaltar que os vestígios das divergências com os países socialistas contrarrestaram as proposições de ampliação explícita da intervenção estatal. A reforma Obama não cria um sistema universal como os europeus.

A medição de forças entre democratas e republicanos, crucial para a aprovação da reforma, transferiu-se para as tensões para implementá-la. Desde o início do mandato os formuladores da reforma se cercaram de inúmeros meios para enfrentar os adversários. Há uma contínua e prolífica produção de diversos textos e materiais gráficos de esclarecimento sobre a reforma. A saúde ganhou prioridade na agenda pública americana.

Tentativas de estabelecer semelhanças entre o sistema de saúde dos EUA e o brasileiro, que contornam indevidamente a existência do SUS, embaralham o exame de afinidades, como os elevados gastos administrativos e custos de transação dos seguros privados e a baixa credibilidade das empresas que os comercializam. Lá, republicanos e democratas divergiram abertamente sobre os rumos do sistema de saúde. Aqui paira um consenso implícito e resignado sobre o sistema que temos. Ninguém é contra o SUS, e os poucos que se opõem ao privado visam antes a disputa de formas de gestão de unidades públicas, do que as empresas de planos e seguros de saúde.

Com a reforma Obama, os EUA deixarão de ser o único país desenvolvido sem coberturas amplas para atenção à saúde. A inclusão de um contingente expressivo de americanos às coberturas das empresas de planos e seguros facultá-lhes a expansão de negócios, desde que enfrentem riscos da inclusão de portadores de problemas de saúde e se adaptem a padrões de regulação de preços, garantia e qualidade da assistência rígidos.

Portanto, a equação encontrada nos EUA para calibrar a intervenção estatal: universalização, preservação de agentes privados na intermediação e prestação de serviços e controle de preços é singular. A virada americana aqueceu o debate internacional sobre os sistemas de saúde. Para o Brasil, fica a tarefa de refletir sobre as consequências de levar adiante um pacto silencioso de segmentação do sistema. ▣

Notas

¹ Pronunciamento do presidente Barack Obama em 22 de março de 2010. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/remarks-president-house-vote-health-insurance-reform>

² Ver: Jane Hamsher, 19 de março de 2010. Fact Sheet: The Truth About the Health Care Bill. Disponível em <http://fdlaction.firedoglake.com/2010/03/19/fact-sheet-the-truth-about-the-health-care-bill/> e Marcy Wheller, 15 de dezembro de 2009. Health Care on the Road to Neo-Feudalism. Disponível em <http://emptywheel.firedoglake.com/2009/12/15/health-care-on-the-road-to-neo-feudalism/>

³ O Medicare é um seguro de saúde federal para americanos com 65 anos e mais e para menores de 65 anos desde que sejam portadores de determinadas incapacidades e para todos com doença renal crônica que necessitem diálise ou transplante renal. O programa é subdividido em quatro partes: parte A: seguro hospitalar – totalmente gratuita, cobre também serviços de *home care*; parte B: atendimento ambulatorial e cuidados preventivos – financiamento público de aproximadamente 80% dos gastos; parte C (Medicare Advantage): tratamento para visão, audição, programas de bem-estar e medicamentos; parte D: medicamentos – planos privados específicos subsidiados pelo governo, podem ser acoplados ou não ao Medicare Advantage. O Medicare é financiado pelo imposto de renda federal, contribuições de empregados e empregadores sobre a folha de salários e os prêmios individuais de inscritos (planos opcionais e cofinanciamento da parte D).

⁴ O Medicaid é um seguro de saúde destinado à população de baixa renda (indivíduos e famílias) e para determinados indivíduos sem cobertura ou com cobertura inadequada. O governo federal estabelece as diretrizes gerais do Medicaid e os programas de cobertura são executados pelos estados. Trata-se de uma política regulamentada por legislação federal e estadual e financiada conjuntamente. Portanto, a elegibilidade para o Medicaid depende de cada estado segundo parâmetros detalhados para a inclusão de: 1) necessitados; 2) necessitados – segundo critérios clínicos e 3) grupos especiais. O Medicaid inclui em suas coberturas os beneficiários do Supplemental Security Income (SSI), gestantes, cegos, deficientes, famílias com crianças até 6 anos com renda não superior a 100% do nível de pobreza definido pelo governo federal, entre

outros. O Medicaid é financiado por meio de impostos federais e estaduais. Cada dólar gasto pelo estado corresponde no mínimo ao aporte do mesmo valor pelo governo federal.

Referências Bibliográficas

- BALL, Robert, 1988. The original understanding of Social Security: implications for later developments. In Marmor, Theodor e Mashaw, Jerry (eds) *Social Security: Beyond the rhetoric of crisis*. Princeton, 17-39.
- CENSUS BUREAU. US Census Bureau, 2010. *American Community Survey (ACS) – Health Insurance*. Disponível em <http://www.census.gov/hhes/www/hlthins/data/acs/2008/tables.html>
- DHHS (US Department of Health and Human Services), 2010. Assistant Secretary for Planning and Evaluation (ASPE). *Poverty Guidelines, Research, and Measurement*. Disponível em <http://aspe.hhs.gov/poverty/>
- HOLTZ-EAKIN, Douglas e RAMLET, Michael J. Health care reform is likely to widen federal budget not reduce *Health Affairs* 29(6): 1136-1141
- KAISER. Kaiser Family Foundation, 2010. Employer Health Benefits 2009 Annual Survey. Disponível em <http://ehbs.kff.org/pdf/2009/7937.pdf>
- MORONE, James A., 2010. Presidents and health reform; from Franklin D. Roosevelt to Barack Obama. *Health Affairs* 29(6): 1096-1100
- STARR, Paul, 1983. *The Social Transformation of American Medicine*. Basic Books, 1982 [publicado em janeiro de 1983].
- STARR, Paul, 1994. *The Logic of Health-Care Reform*. orig. ed. Grand Rounds Press, 1992. Edição revisada Penguin, 1994.
- STARR, Paul, 1995. What Happened to Health Care Reform? *The American Prospect* n. 20 (Winter 1995): 20-31.

Será o século XXI dos direitos

Adriano Saldanha
Gomes de Oliveira*



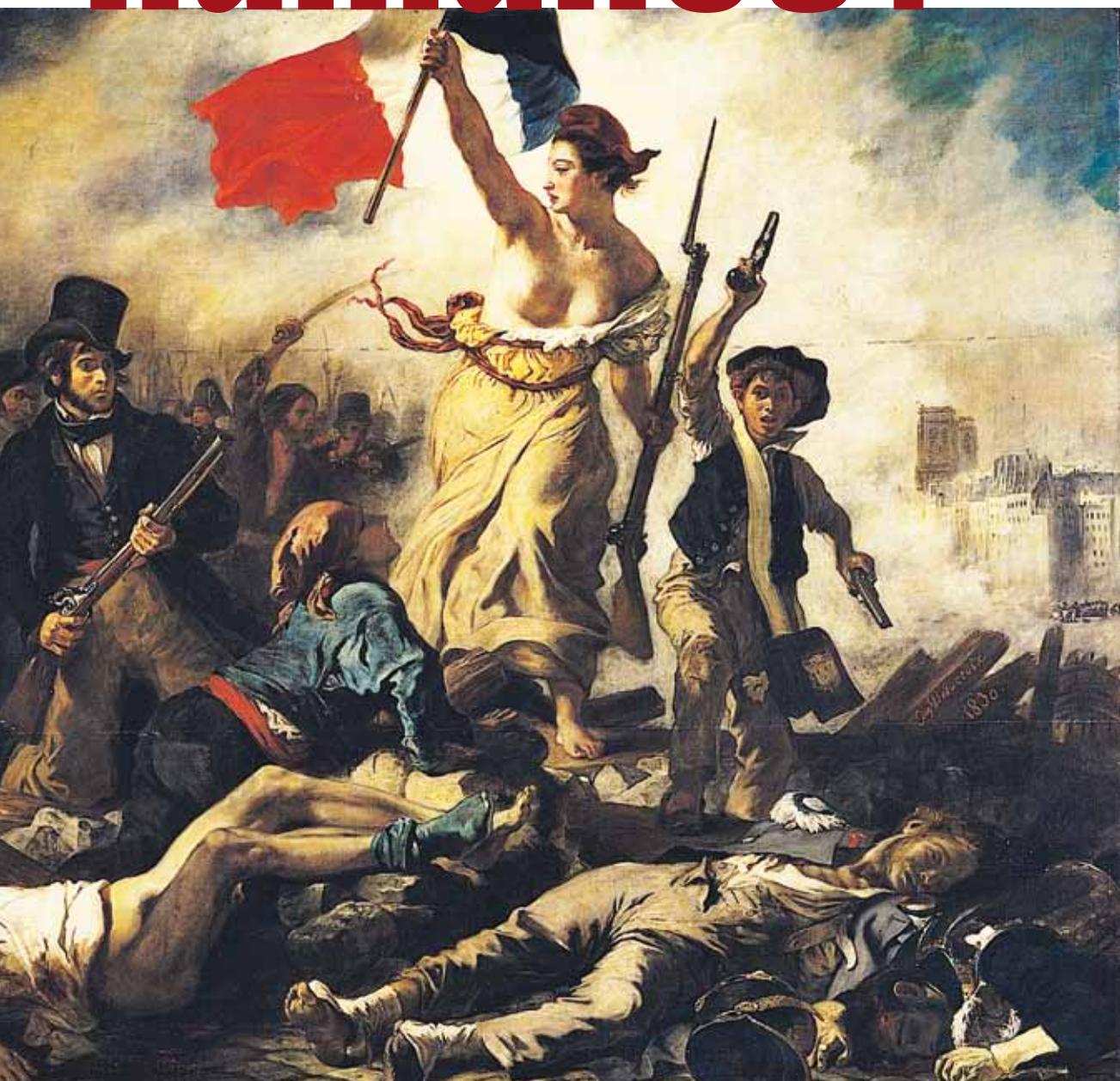
O bjetivo do desejo de uma elite, os direitos humanos se transformaram, ao longo do século XX, de ameaça socialista em estandarte capitalista, conforme a imagem e semelhança de seus patrocinadores. O amor aos fatos, porém, leva a perguntar se já não é hora de recuperar o seu conteúdo original. Pois quando chegar o tempo do reconhecimento de que a liberdade e a igualdade são bens pertencentes a todas as pessoas que existem no planeta, haverá de ser cantada a merecida vitória de uma luta histórica, dramática, cuja dimensão dá a importância de algo que realmente se pode com justiça pretender como o fulgor de uma civilização. Caberá ao presente tal missão?

A Liberdade Guiando o Povo (1830) é o quadro mais famoso do pintor Eugène Delacroix. Ele foi o primeiro a colocar a sublevação popular como protagonista.



*Juiz Federal
Mestre em Direito Internacional pela Uerj
Professor de Direitos Humanos da Ucam/RJ

humanos?



Uma história mal contada

Os direitos humanos são um fenômeno moderno. Se a história do Direito seguramente precede a história humana,¹ muito recente é o nascimento desta qualidade legal que os unifica segundo raiz tão profunda, a identidade da própria espécie. Figuremos como exemplo um político e militar da antiguidade, César. Vivia em um mundo onde o poder de vida e de morte do pai sobre o filho era fenômeno mais do que humano, era fenômeno natural, pertencente à natureza, comum ao homem e aos animais. E onde a escravidão era não só parte do direito romano, como era também verdadeiro princípio de direito internacional público, titularizado por todos os povos. Hoje, o pai que mata o filho é um assassino qualificado, e aquele que mantém alguém como escravo, um monstro.

Isto não significa, porém, que ideias sobre a sociedade das mais atuais sobre os direitos humanos já não existissem antes mesmo da época de César, tal como já existiam ideias sobre a natureza das mais exatas sobre a Terra, a exemplo de sua forma esfé-

rica, qual a área de sua superfície, e até seu movimento em torno do Sol. Assim é que, na sua *Política*, ARISTÓTELES reconhece a existência, então, dos defensores da tese de que o poder senhorial não tem nenhum fundamento na natureza, que criou todos os seres humanos livres. A escravidão, dizem, foi introduzida como a lei do mais forte, e seria, por si mesma, injusta como um puro efeito da violência. Ocorre que, assim como as ideias físicas corretas sobre a natureza, as ideias sociais mais justas sobre os homens também não prevaleciam. Aristóteles as refuta sem embaraço, e expõe suas ideias totalmente favoráveis à escravidão, tanto a natural, decorrente do plexo de poderes do chefe de família, ou seja, do governante doméstico, quanto a convencional, decorrente da guerra.²

Coube ao século XVIII sediar, de fato, o início da afirmação histórica dos Direitos Humanos, pois ali foram implantados os seus primeiros traços materiais atuais, por normas que inspiraram legislações futuras, ou por normas de então que vigem até hoje. Vários eventos são apontados para sua formação, e talvez todos eles tenham sua

parcela de força na evolução dos acontecimentos. A queda do poder político da igreja, tão combatido por pensadores como Maquiavel,³ é um deles, porque a interpretação espiritual do mundo que lhe era subjacente concebia uma ordem revelada e imutável, de caráter essencialmente reacionário. A física newtoniana e seu impacto sobre as ideias filosóficas do século seguinte é outro fator importante, em especial na formação do racionalismo, porque dá substrato e legitimidade, quando transposta para o plano social, ao reconhecimento de que os direitos do homem assim como a natureza não são fruto da vontade divina e sim compreensíveis segundo a razão. Também na Inglaterra a sua Revolução política do século XVII exerceu influência sobre o continente, ao singrar entre duas Monarquias uma breve República, e, mais importante, ao formular a teoria de uma Constituição inglesa, em parte formalizada, escrita (a *English Bill of Rights* de 1689), em parte justificada como Direito não escrito, dando ensejo aos conceitos de lei material e de Constituição material, para legalização do Poder. Com isto, oferece mais fundamentos para um governo não absolutista. Montesquieu saúda em seu *Espírito das Leis* uma Monarquia justa, e dentre os mecanismos para garanti-la formula, no Livro XII de seu ensaio, esquema de separação de Poderes que viria a se tornar famoso.⁴ São sinais das tendências à secularização e à limitação do Poder do Estado, e uma das armas para efetivá-las são os *Direitos Naturais*.

O conjunto de acontecimentos, porém, dotado de maior força simbólica e estabilidade no tempo, ocorreu no final século XVIII, a Revolução Francesa em seu conjunto e a Constituição americana, nesta última incluindo-se a *American Bill of Rights* (as 10 primeiras emendas ao texto de 1787), os quais incorporam os dois marcos mais importantes de parte dos nossos Direitos Humanos de hoje.

A Revolução Francesa, com suas Declarações dos Direitos do Homem e do Cida-

dão de 1789, 1791 – integrando a respectiva Constituição – e 1793, e suas três Constituições, de 1791, 1793 e 1795, trata de impor ao Governo, do ponto de vista da legitimidade do Estado, o princípio da Soberania da Nação,⁵ e do ponto de vista das limitações dos Poderes do Estado em geral e dos Poderes de Punir e Tributário em especial, o princípio da legalidade.^{6,7} Além disso, a Revolução consagrou, embora de forma genérica, os *direitos naturais* do homem à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.^{8,9,10}

A instabilidade do país não permitiu que tais textos tivessem se fixado definitivamente no direito positivo francês, mas sua inspiração doutrinária e ideológica parece inesgotável fonte de energia de todo tipo de movimento visando à grande reforma ou ruptura constitucional até hoje.¹¹

À sua vez, a Constituição norte-americana cristaliza a República como forma de governo alternativa à imemorial Monarquia, enquanto as suas 10 primeiras Emendas, aprovadas pelos Estados em 1791, introduzem liberdades individuais e outros direitos absolutamente atuais e de forma tão explícita que aqui não se vai exauri-los, e sim destacar aqueles dotados a uma só vez de aceitação uniforme e fácil compreensão do conteúdo. A 1ª Emenda declara as liberdades de religião, de opinião, de imprensa e de reunião. Na 5ª Emenda citem-se, dentre os princípios ali constantes, o *non bis in idem*



ou a proibição de dupla persecução criminal pelo mesmo fato, o privilégio de não autoincriminação ou o direito ao silêncio, e a introdução da fórmula legal que ainda hoje define a legalidade processual em termos amplos, o princípio do *devido processo legal*. Na 6ª Emenda chamam atenção, dentro do outro grupo de direitos processuais ali anunciados, o princípio do juiz natural, o Juiz com competência abstrata predefinida para julgamento de crimes em geral,¹² e o da defesa técnica, através de um profissional, o advogado. Na 8ª Emenda, observa-se a vedação da aplicação das penas cruéis ou aberrantes. E, por fim, realça-se a 9ª Emenda, em si mesma de uma atualidade impressionante, pois consiste no primeiro enunciado legal do princípio da abertura dos direitos humanos, no sentido de que toda enumeração legal de direitos do homem é exemplificativa, não pode exauri-los.¹³

A principal conclusão do pesquisador do Direito que se depara com todo o conjunto de dispositivos acima é reconhecer, diante da respectiva redação, eficácia social, e caráter universal, o caráter espetacular dos movimentos jurídicos empreendidos. Outrosim, deve atribuir distinção ao último, em razão de se lhe ser acrescentada a magnífica longevidade, pois estão em pleno vigor. A força jurídica dos preceitos enunciados por ambos pode ser exemplificada por sua larga utilização na Constituição do Brasil de 1988. Com relação à síntese francesa da “liberdade, igualdade, segurança e propriedade”, nós a temos, na mesma ordem, na redação do *caput* do Art. 5º da Constituição, antecipada, apenas, pelo acréscimo da “vida” a cargo de nosso Legislador Maior. A influência das Emendas Americanas é à sua vez notável. Nas liberdades, temo-las refletidas na adoção dos incisos VI, 2ª parte (religião), IV (opinião), XIV (imprensa) e XVI (reunião) do Art. 5º, e alhures (por exemplo, relativamente à liberdade de imprensa, no Art. 220). Os incisos do Art. 5º abrigam também o direito ao silêncio (LXIII, 1ª parte), o *devido processo legal* (LIV), o juiz natural (XXXVII), a defesa técnica (LXIII, *fine*), a proibição das penas cruéis (XLVII, *e*), e o parágrafo 2º, o princípio da abertura dos direitos humanos.

Sem negar a importância de tais documentos, insistimos em que a quota dos *Direitos Naturais* então introduzidos é menor, talvez bem menor do que aquela que comumente lhe é atribuída relativamente ao conjunto “Direitos Humanos” de hoje. É que, se os *Direitos Naturais* são a primeira forma de vida dos nossos Direitos Humanos, seguramente não representam sua maior diversidade biológica. Pela observação de sua evolução, é patente a verificação de que ocorre a imediata proliferação de uma das culturas de liberdade sobre as demais, a saber, a cultura da liberdade econômica. Estabelecida no Direito, no caso do Direito brasileiro Constitucional vigente, com o nome de livre-iniciativa (Constituição de 1988, Art. 170, *caput*), ela atua em geral de forma daninha sobre as demais, sendo capaz de levar ao extermínio, por exemplo, a cultura da liberdade de trabalho, ou mesmo outros princípios, como a igualdade.

Todavia, às Revoluções Liberais do último quartel do século XVIII em geral, e à Declaração Francesa de 1789 em particular, é dada uma transcendência tal através da vulgarização da doutrina das “gerações” de direitos humanos, que a ideia jurídica de liberdade hoje é fortemente aderente a essa época e testemunho documental, o que está errado e prejudica, em muito, o tão necessário fortalecimento do instituto.¹⁴

Os autores esclarecem que a classificação dos direitos humanos em “gerações” deve-se a KAREL VASAK, em aula inaugural proferida em 1979 no Instituto Internacional dos Direitos Humanos, entidade fundada por um dos pais da famosa Declaração Universal de 1948, René Cassin.¹⁵ NORBERTO BOBBIO aderiu a esta classificação emprestando-lhe sua enorme autoridade.¹⁶ Porém, a contínua disseminação dos direitos humanos conforme “gerações” teve um inevitável efeito vulgarizante, pois sua lógica, exclusivamente histórica, tem apagado por completo a sua falta de valor sistemático.

É correta, para a compreensão do fenômeno dos Direitos Humanos, a explicação histórica segundo a qual há precedência cronológica da positividade das liberdades individuais acima referidas sobre os direitos sociais, e que, por isso, aquelas sejam identi-

IMAGEM DE ARQUIVO



ficadas como a “1ª geração”. Mas tal verdade, de tão festejada, tem deixado num plano secundário o fato de a contribuição das Revoluções Liberais para a sistemática das liberdades fundamentais ser muito pequena. Figuremos como exemplo a escravidão, praticada e defendida por Napoleão a ponto de fazer com que lhe tenha sido atribuída a pouco lisonjeira responsabilidade pelo primeiro genocídio da era moderna, nas colônias francesas de Guadalupe (até hoje francesa) e de Santo Domingo (Haiti), utilizando-se de métodos como o afogamento, ou gás, este último quando produzido nos porões dos navios desinfetados com fogo.¹⁷ Outro exemplo é a incapacidade da mulher, cuja emancipação se muito deve à bravura de mulheres francesas, em nada se relaciona com quaisquer conquistas jurídicas do século XVIII. Toda a legislação de família eloquentemente representada pelo Código Napoleão e que transbordou da Europa nos 150 anos seguintes protegeu vigorosamente o marido proprietário e não a mulher. Ao mesmo tempo, o direito contratual ocidental rapidamente fez dela trabalhadora, com igual carga, mas salário menor. E, no campo dos direitos políticos, comumente hifenizados com os civis na “1ª geração”, o colégio masculino e censitário foi outra característica marcante de toda a legislação eleitoral do século XIX.

Outra distorção é a não equalização, em importância, da Revolução Bolchevique de 1917 para os Direitos Sociais e para a Igualdade à Francesa e Norte-Americana para a Legalidade e a Liberdade Individual. Continuando a teoria das “gerações”, temos que os direitos sociais e econômicos ocupam o acento da “2ª geração”. Pois embora quase ninguém reconheça – por “esquecimento” ou deliberadamente –, a Revolução Russa foi o evento de maior significação dos últimos quatro séculos para os direitos sociais. Não é incomum encontrarmos mais láureas à Constituição de Weimar – a Constituição que vigeu durante o “III Reich” –, apelando-se para o seu valor simbólico, para suas normas avançadas, mesmo que desprovidas de significação prática, do que ao Direito da União Soviética como referência dos direitos sociais. Mas sua influência sobre o Oci-

dente é intensa. Toda a legislação de bem-estar social construída ao longo do século XX o teve, em larga medida,¹⁸ como inspiração, a exemplo das garantias do emprego e da manutenção de uma previdência efetiva contra doença, acidente e velhice. Além disso, ele foi obrigado a manter foco no mesmo tipo de necessidade social que o socialismo real combateu, a exploração do homem pelo homem, o parasitismo social, ou por outras palavras, viver do fruto do trabalho alheio. Seja nas políticas de salário mínimo, seja na proteção ao trabalho insalubre, seja na limitação diária e semanal da jornada, tais medidas só se mantiveram de forma confortável durante todo o século XX na legislação ocidental em razão do paradigma russo, oferecendo um significado jurídico *negativo* da propriedade econômica, ou seja, o seu caráter simplesmente *ilícito*. Um instituto que representa uma magnífica solução de compromisso da concepção soviética com a concepção liberal seja o princípio da função social da propriedade econômica da Constituição brasileira (Art. 170, III).

Não digam que a Constituição de Weimar inspirou essas vitórias. Não digam que a Constituição Mexicana de 1917 inspirou essas vitórias. Realisticamente, o esteio da defesa de tais direitos sociais que afetam o lucro do proprietário econômico sempre veio da União Soviética e de ninguém mais. Tanto é que, decisivamente, após a queda formal¹⁹ do regime de governo socialista e

SEGUNDA GUERRA.
Catalisadora da reação que engendrou a concepção de direitos humanos

a dissolução daquele conjunto de repúblicas, a legislação social, pode-se dizer da maior parte do mundo, entrou em refluxo.

Já podemos concluir que o âmbito dos direitos e liberdades individuais afirmados e conquistados no século XVIII, e que foi mais ou menos o mesmo até o início do século XX, é pequeno, devendo, mesmo, dentro dele, ser enfatizada a livre iniciativa ou propriedade privada econômica como grande princípio jurídico predominante, e que, sem qualquer controle, tantos efeitos nefastos produziu sobre a vida dos habitantes do planeta.

Não o caminho suave do rio...

Ao longo da história da doutrina jurídica, a Revolução Industrial tem sido tratada ora em relevo, ora sendo relevada. Enquanto a Revolução Francesa é decantado tema da liberdade, a Revolução Industrial não tem merecido a mesma magnitude analítica. A verdade é que nós a deixamos para os Economistas. Gostamos de ser expectadores. Assim, manifesta-se um grande prejuízo para o Direito na medida em que para *qualquer* posição econômica reacionária existe um poderoso exército jurídico para referendá-la, enquanto *dificilmente* se veem posições econômicas de mudança, reformistas, progressistas ou revolucionárias acompanhadas por igual bateria de defensores. A liberdade é jurídica, e a igualdade, econômica. Não podemos mais viver desse jeito.

Em qualquer conversa com amigos mais velhos, ocorre surgir a lembrança da dicotomia vida pacífica, honrada e hospitaleira *versus* vida de luta, sem escrúpulos e egoísta, a dicotomia interior ou vila *versus* metrópole. Valioso é o tratamento que ENGELS dá a esse brocardo social. Ele diz simplesmente que essa é a nostalgia relativamente ao homem que vive do seu trabalho, que produz para si, e está em paz. Já o homem da metrópole, ou é operário e está em guerra com outros operários por emprego, ou é burguês e está em guerra com outros burgueses porque, como não produz para si e sim para os outros, quer produzir para todos. Logo, é um princípio de violência, de



CRIANÇAS da Namíbia assistidas por programa social da Unesco

injustiça, de força bruta, que anima a vida de todos. Além disso, nem os primeiros, por não trabalharem para si, são livres, e nem os segundos, por não viverem do produto de seu próprio trabalho e sim do produto do trabalho daqueles, e escravos se tornam da própria condição parasita. O comando parasitário da produção econômica torna o bem jurídico da vida mais importante o mercado, e a violência inerente à disputa conduz, se formos até LENIN, à guerra.

Não nos damos conta de que tais lições são jurídicas, e valiosas. Até o sentido da disputa econômica, o melhor nome que podemos dar à lição jurídica de ENGELS é a da repulsa à desigualdade, massiva violação dos Direitos Humanos porque significa um antiprincípio, ou o oposto da igualdade. A desigualdade foi a maior lesão jurídica provocada pela livre-iniciativa descontrolada praticada ao longo do século XIX. Já no que diz respeito à guerra, o nome que podemos dar à lição de LENIN é a da idêntica repulsa ao direito de conquista,²⁰ outro ilícito internacional.

Não foi por outro motivo senão o direito de conquista por mercados que o mundo viu-se mergulhado na Primeira Guerra Mundial. Não foi por outro motivo que não o seu caráter de guerra de conquista que uma das atitudes mais emblemáticas de repúdio à guerra do Século XX – sobre a qual olímpicamente silenciam tantos medalhões – foi tomada, a resoluta oposição à mesma empreendida por LENIN em 1914 a ponto de postular o boicote à mobilização.²¹ Mais tarde, ele teve chance de provar a coerência de suas palavras com sua atitude de líder, celebrando a paz de Brest-Litovsk, e retirando seu país da Primeira Guerra Mundial em março de 1918.²²

Sem embargo do preço cobrado pela liberdade econômica em vidas humanas, foi a Rússia Socialista quem recebeu tratamento inicial de território sem cabeça assaltado por um bando. Nada mudou após a derrota dos “brancos” e intervencionistas na guerra civil, apenas sua promoção a pária. Foi necessário para o trabalhista Ramsay MacDonald eleger-se duas vezes para conseguir aprovar o reconhecimento da União Soviética junto ao Parlamento Britânico em

1929.²³ Nos EUA, foi necessária a eleição de Franklin Roosevelt para que aquela granjeasse ali o seu reconhecimento, em 1933,²⁴ depois do primeiro ato de agressão do entreguerras; afinal, o Japão invadira a Manchúria em setembro de 1931.

A URSS não se perde do propósito cooperativo e adere à Liga das Nações em 1934. Como membro, testemunha o segundo ato de agressão do entreguerras: a Itália, cujo governo fascista precedera o alemão na utilidade de tamponar o respectivo país contra o comunismo, invade a Etiópia – membro da Liga e também conhecida como Abissínia – em outubro de 1935. Pois a primeira demonstra um cometimento com a paz capaz de envergonhar as democracias tradicionais, tão ciosas de sua capacidade de exportar políticas garantidoras de direitos. Afinal, já antes se comprometera com a renúncia à guerra como meio de solução de disputas internacionais – ratificando o pacto Briand-Kellogg²⁵ – e acrescentara ao princípio, por iniciativa própria, uma definição de Estado agressor. E como membro da Liga, impôs sanções comerciais por conta própria contra a Itália, além de ali advogar a adoção de sanções palpáveis como o embargo de petróleo como medida de dissuasão efetiva contra aquele país.²⁶ Não é atendida.

A escalada militarista cresce a cada passo impune e, em 1936, estimulada por seus colegas expansionistas, a Alemanha – um país abertamente antisemita – inicia seus movimentos, livre de qualquer reação unida, denunciando o Tratado de Locarno para remilitarizar a Renânia, e fazendo atravessar no espaço aéreo da Espanha forças armadas estrangeiras – as próprias naturalmente – em auxílio a um golpe de Estado perpetrado contra um governo eleito democraticamente. A URSS, embora não fosse parte no Tratado de Locarno, condena veementemente a atitude alemã e, com relação à guerra civil espanhola, ao observar a imensa comoção internacional em torno da República sitiada, assume posição clara e definida em seu auxílio, com armamento, inclusive tanques e aviões, e conselheiros militares.²⁷ O Reino Unido vestiu-se de Pilatos para decidir a sorte da Espanha com a hipócrita neutralidade da qual não se afastou e com a qual

arrastou a França.²⁸ Mas, antes mesmo de estar selada a sorte espanhola, em 1938 a Alemanha faz desaparecer do mapa a Áustria – outro membro da Liga.

Uma vez mais, diante da madrugada de 11 para 12 de março de 1938, quando Hitler rasga a fronteira Berlim-Viena, a URSS formula proposta para, dentro ou fora da Liga, ser rapidamente celebrado um tratado entre as nações desenvolvidas para evitar nova agressão alemã. Esta proposta, de 17 de março, é rechaçada publicamente por Neville Chamberlain, na Câmara dos Comuns, dia 24.²⁹

Embora seja extensa a sequência de violações do direito internacional por meio de atos de conquista, acompanhada de oficial política de segregação eugênico-étnica, nada foi capaz de levar as democracias liberais a concertarem uma única vez com a União Soviética. Se a sistemática agressão à igualdade escancarada em imperialismo causara todo o prejuízo da Primeira Guerra Mundial, agora os crimes partiam não apenas de livre-cambistas, mas de fanáticos raciais. Como quer que fosse, não era o bastante. Um encontro pessoal de Estadistas para coroar a covardia das democracias ocidentais estava marcado para Munique.

Nem mesmo a eliminação de um terceiro país-membro da Liga seria ameaça suficiente para provocar qualquer distensão dos governos francês ou inglês relativamente à URSS, ainda que somente para *incluir* a palavra desta na mesa que discutia a integridade territorial da Tchecoslováquia. Um país que considera a propriedade privada econômica um ilícito não merece interferir na paz, e a paz da Alemanha bastava antes que devesse ser *ouvida* a Rússia.³⁰ E, pior, seguramente pior, nem a própria Tchecoslováquia. Isto, naturalmente, porque a posição de ambos os países era em favor de Praga. Entregue esta, aos 30 de setembro de 1938, na capital da Baviera, pelas assinaturas de Hitler, Chamberlain, Mussolini e Daladier, nessa ordem, foi possível ao exército do *Führer* pisar no solo de Eduard Benes *no dia seguinte*.³¹

A cruzada da livre-iniciativa conservadora britânica e francesa iria custar, incrivelmente, muito mais caro, em vidas e em

atrocidades, na Segunda Guerra Mundial. Só a união do terremoto comunista com a economia americana poderia ser páreo para a maior coalizão europeia de guerra de extermínio já montada em toda a história da humanidade, e produzir com sua vitória a teoria dos Direitos Humanos que hoje defendemos.

Ao cabo do exposto, forçoso é concluir que mais uma distorção sistemática dos Direitos Humanos diz respeito ao atrofiado papel que a doutrina jurídica, em especial a constitucionalista, dá à Segunda Guerra Mundial.

Ao invés de torná-la protagonista, como acima se procurou demonstrar, reduz-se sua memória à limitada contribuição do direito à paz e à segurança internacionais, como direitos da “3ª geração” os quais seriam exemplo de direitos dotados de titularidade transindividual, direitos dos povos, dos grupos, das pessoas consideradas como coletividade.³² O meio ambiente, a paz, o desenvolvimento, o patrimônio histórico e cultural, não são meus nem seus, são de todos. A titularidade difusa do direito à paz representa uma importante novidade do século XX e é de fato conscientizada em razão dos horrores da Segunda Guerra Mundial, sendo portanto mais recente do que a preocupação com as injustiças sociais que determinaram a elaboração da legislação trabalhista nos países que futuramente se envolveram na guerra. Data da segunda metade do século XX a multiplicação dos instrumentos criados pelos Estados para a defesa dos direitos “de 3ª geração”, tendo os órgãos de promotoria pública se adequado perfeitamente à missão, com valorização da respectiva atuação para além da persecução criminal.

Mas, como visto, o papel da Segunda Guerra Mundial está longe de limitar-se à instauração do direito à paz e à segurança internacionais como imperativos do novo tipo de direitos nascente, os direitos coletivos e difusos. A Segunda Guerra foi o principal catalisador³³ da reação que engendrou toda a concepção sistemática dos direitos humanos no mundo, não só em termos de princípios, como igualmente em termos de enumeração, ensejando a compreensão

fundamental do fenômeno no âmbito da ciência do Direito. Não se pode obscurecer o fato de que sua história é a história primordial desses direitos, ou reinventar retroativamente sua organicidade segundo um critério histórico, com todo o respeito, secundário. A identidade indivisível dos Direitos Humanos pertence não ao século XVIII, mas sim ao século XX, e, diretamente, é fruto do desenvolvimento e da conclusão da Segunda Guerra Mundial, solenemente concertada entre Nações aliadas que estabeleceram um marco para toda a humanidade.

Uma contribuição sul-americana para o século XXI

As Leis são feitas por pessoas que não ostentam necessariamente conhecimento de direito. Afinal, sendo obrigatório para todos, todos devem participar de sua criação. Como os legisladores não precisam ser juristas, a substância das Leis muitas vezes também não sai da cabeça de juristas.

Os Direitos Humanos combinam perfeitamente com esta realidade legislativa. E com um desenvolvimento não apenas determinado por profissionais, mas, ao contrário, absolutamente permeável aos demais grupos de pressão sociais. Não é à toa o ativista de Direitos Humanos mais popular do Estado do Rio de Janeiro não ser um jurista e sim o historiador Marcelo Freixo. Aliás, é minoria o contingente de bacharéis que se especializa em Direitos Humanos. Logo, é evidente que a popularidade do instituto – que se mantém crescente – deriva da atuação conjunta dos valorosos advogados e demais humanistas jurídicos com outros grupos sociais. Disso se extrai a felicidade da expressão “Direitos Humanos” para descrever a liberdade e a igualdade titularizadas por todos os habitantes do planeta, porque seu uso e significado disseminam-se para muito além do mundo jurídico. Ao contrário, ela desperta a atenção e o interesse de todos os segmentos da sociedade. Como consequência, é o profissional do Direito que se vê – na operação do Direito – lidando com a universalidade da expressão,

procurando fazer com que corresponda às exigências que estão agregadas à mesma, e não o contrário. Os direitos humanos não admitem a figura do “leigo”, e porque são de todos, e de sua definição à sua defesa devem e podem atuar seu Manoel da padaria, o ambulante do coletivo, o trabalhador assalariado, o professor, o jornalista, o preso, o mendigo e o empresário. Seu veículo é a ação, a expressão, a mobilização, e seu limite é o grito: na delegacia, no quartel, na favela, na rua, na repartição e em casa, de cabeça erguida, e olhando nos olhos do seu potencial violador. Os direitos humanos são a conjugação da cidadania.

A Carta da ONU faz sete referências aos Direitos Humanos, um marco legislativo, e só atingiu esse resultado mediante o esforço reunido de todos os principais interessados na sua criação, os aliados da Segunda Guerra Mundial. Coube aos Estados Unidos da América a manifestação do desejo de incluir os Direitos Humanos entre os seus dispositivos,³⁴ e o caminho institucional estabelecido a respeito foi situado todo dentro do tema da cooperação econômica e social internacional (Capítulo IX, Art. 55, c), tendo sido nominado o respectivo Conselho Econômico e Social (Capítulo X, Art. 62, 2) o qual, por sua vez, *deveria* instalar uma Comissão de Direitos Humanos (Capítulo X, Art. 68), ou seja, trata-se da única Comissão cuja criação foi determinada na Carta. Sob a presidência da viúva de Roosevelt, Eleanor, a Comissão realizou seu trabalho e o resultado foi a votação, durante a 3ª Assembleia Geral da ONU, do documento que hoje celebramos como Declaração Universal de Direitos Humanos de 10 de dezembro de 1948.

A despeito das torridamente atacadas seis abstenções dos países comunistas, JOHANNES MORSINK, um dos maiores estudiosos da norma, em uma visão integrada do processo de elaboração, tributa vários pontos importantes do mesmo à contribuição socialista. Ademais, tais abstenções não significariam qualquer boicote à Declaração, uma vez que passaram a atividade de interpretação dos seus dispositivos, notadamente na defesa da ausência de qualquer hierarquia, ou mais importante, de qualquer diminuição de eficácia dos direitos econô-

micos e sociais em face dos civis e políticos. Ultrapassada a tese inicial – que corresponderia a um permanente abstencionismo –, através do debate internacional e da atuação da corrente “progressista” na afirmação dos “seus” Direitos Humanos surge uma dicotomia. De um lado, estão os direitos humanos liberais, *grosso modo* identificados com a 1ª geração histórica, e ligados à proibição de interferência do Estado à liberdade individual, à propriedade em geral e à livre-iniciativa em particular. Daí dizer-se que os direitos humanos liberais criam um *status negativus* do Estado em relação ao indivíduo, pois se lhe destinam basicamente proibições de interferência com a santidade individual. De outro lado, estão os direitos humanos socialistas, *grosso modo* identificados com a 2ª geração histórica, e ligados à necessidade de interferência do Estado na liberdade individual e na propriedade, inclusive a livre-iniciativa. Daí dizer-se que os direitos socialistas criam um *status positivus* para o Estado. Prova do incômodo que tais Direitos Humanos provocava nos capitalistas é definição que lhes deu o presidente americano Dwight Eisenhower, de socialismo por tratado (“*socialism by treaty*”).

Esta divisão entre obrigações negativas e positivas do Estado relativamente aos Direitos Humanos está em linhas gerais de acordo com os postulados teóricos capitalista e socialista sobre o tema, do ponto de vista do sistema existente. O Estado socialista procura desenvolver o seu próprio papel como principal promotor de Direitos Humanos, enquanto o Estado capitalista procura evitar ser o seu principal violador. À sua vez, enquanto o Estado capitalista vê o empresário como o principal motor do desenvolvimento social, e porque não o principal promotor dos direitos humanos ao responsabilizar-se pela geração de emprego e de salário para os trabalhadores, o Estado socialista vê esse mesmo sujeito como o seu principal violador. Uma síntese põe os primeiros sob a bandeira da liberdade, e os segundos, sob a da igualdade.

O que pensamos estar acontecendo hoje na América do Sul é o início da conquista, após a breve última década do século XX, da dimensão política da indivisibilidade

dos Direitos Humanos. Se a doutrina internacional, a exemplo do maior internacionalista público brasileiro vivo, ANTONIO CANÇADO TRINDADE, já vem combatendo a doutrina das “gerações” em nome, precisamente, do caráter transcendente do que se vem a conceber como Direito Humano, servindo-se do exemplo o direito à vida, a prática democrática contemporânea das Américas parece querer apontar, chacoalhando o caldeirão das ideologias com novos estadistas como Kirchner, Lula, Chávez, Morales, Correa, Lugo e Mujica, para uma recuperação política da indivisibilidade dos Direitos Humanos como solução agregadora do dilema direitos individuais *versus* direitos sociais, transmitindo a ideia de que se trata de um falso dilema. Variam as doses e os países, mas não varia a meta de inclusão dos direitos sociais no conceito uno de Direitos Humanos,³⁵ todos, como Direitos dotados de eficácia plena e aplica-

NA ESTRADA. Drama de vítimas de desigualdades



bilidade imediata. Nega-se, assim, a técnica da programaticidade das normas definidoras de direitos sociais, como trabalho, saúde e educação, contraposta à técnica da efetividade das normas definidoras de liberdades individuais. A importância da superação de tal dilema, de resto como a superação marcante do século XX entre capitalistas e socialistas, deve ser recebida, pelos operadores do Direito, com todo o júbilo e a certeza de que encontrarão, entre os profissionais jurídicos, todo o acolhimento necessário à potencialização cada vez maior deste grande princípio que muitas vezes vem sendo definido como a positividade dessa mesma invisibilidade, a saber, a dignidade da pessoa humana.

A fragmentação dos Direitos Humanos, quer em gerações, quer com a juridicização da liberdade e a economicização da igualdade, quer pela técnica legislativa de aumento da eficácia da norma que outorga

os direitos civis e de redução da eficácia da norma que outorga os sociais, é prejudicial à sua universalização, à sua afirmação, à sua fruição.

Como conclusão, as “gerações” de Direitos Humanos são uma bonita história, com importante efeito de “show”, e real sentido histórico, mas na verdade uma história bastante incompleta sobre a verdadeira afirmação dos Direitos Humanos no mundo. A cultura da livre-iniciativa, conforme a época, o lugar, e os resultados que produz, pode exigir um maior ou menor controle do Estado, e esse controle, quando mais incisivo, não pode ser objeto de “ombros” nem de “horror” por parte da opinião pública e técnica, sob pena de os prejuízos serem catastróficos. Uma das teses para defesa jurídica da igualdade, sem perda de respeito à liberdade, ou “pelo caminho suave do rio”, diz respeito à indivisibilidade dos Direitos Humanos. ▣

LEONARDO WEN/FOLHAPRESS



NOTAS

¹ A convicção geral nos grupamentos humanos – famílias, clãs, tribos, gentes etc. – de que um determinado conjunto de comportamentos é o melhor, o exemplar, o correto, ou seja, é aquele conforme a representação do que deve ser a coesão e a convivência social, é fenômeno muito mais antigo do que o da escrita.

² ARISTÓTELES, pp 10-16.

³ Em seu *O Mito do Estado*, CASSIRER dedica todo o capítulo XI, pp 148-156, à demonstração de que a atitude de desprezo de Maquiavel pela tradição e escolástica é intencional, pela razão de considerá-las prejudiciais para o exercício, segundo cânones eclesiásticos, do poder político.

⁴ Para executar o Tesouro, um só, alguém pleno de energia e de meios para as ações rápidas e ordinárias do dia a dia, o administrador. Para conceber as Leis, segundo a vontade geral e permanente, que garanta a paz e a estabilidade das instituições, muitos, os legisladores, em um corpo colegiado, que decide de forma mais lenta, mas em compensação decide as questões mais elevadas e importantes. Para resolver os conflitos entre os homens, os Juizes.

⁵ A Declaração de 1789 transfere a Soberania do Rei para a Nação (Art.3), e instaura o princípio da responsabilidade pela gestão pública com o dever de prestar contas (Art.15). A Constituição de 1791 mantém a Soberania com a Nação (Título III, 1ª disposição, 2ª parte). A Declaração de 1793 vai além e só reconhece a Soberania Popular (Art. 25), enquanto a Constituição de 1795 em termos efetivos restaura a Soberania da universalidade dos cidadãos, ou seja, a Nação (Art. 17).

⁶ O princípio da legalidade genérica está na Declaração de 1789 (Art. 4 parte final e Art. 5 parte final) e é repetido pela Constituição de 1795 (Art. 7).

A legalidade e a anterioridade penais estão expressas nas Declarações de 1789 (Art. 8) e 1793 (Art. 14).

A legalidade processual penal, em aspectos bem gerais, está igualmente presente na Declaração de 1789 (Art. 7), é detalhada em 1791 (Título III, Capítulo V, itens 9 a 15) e volta a ser prevista na Declaração de 1793 (Art. 14, 1ª parte) e na Constituição de 1795 (Art. 8).

As Declarações de 1789 e de 1793 reconhecem como direito processual penal também a presunção de inocência (Art. 9 e 13, respectivamente). A Declaração de 1789 também limita o Poder Tributário do Estado, instituindo o consentimento para a tributação (Art. 14), ampliado pela Constituição de 1791 para a dupla garantia da legalidade enquanto previsto em lei (Título III, Capítulo III, Seção I, 3ª disposição), e da anual-

dade enquanto autorização anual para cobrança como parte integrante da lei de orçamento (Título V, 1ª disposição).

⁷ As palavras 'princípios' e 'direitos' serão usadas sem qualquer distinção ontológica. A diferença essencial entre a primeira e a segunda é que os princípios são direitos de caráter muito abrangente, encontrados em um grande número de lugares do ordenamento jurídico. Logo, todo princípio é um direito, mas nem todo direito é principiológico. O direito do locador do imóvel residencial retomá-lo do locatário imotivadamente após 30 meses de vigência do contrato é sem dúvida um direito (Lei 8245/1991, Art. 46, § 1º c/c Art. 6º), mas não um princípio. Já o contraditório e a ampla defesa (Constituição, Art. 5º, LV) aplicam-se ao processo penal, ao processo civil, ao processo trabalhista, ao procedimento administrativo disciplinar, e ao procedimento administrativo tributário. Vemos que este direito resolve um número de casos, incide sobre um número de situações, consideravelmente maior do que o que o primeiro. Ele pode então, além de ser chamado de um direito, também ser chamado de um princípio.

⁸ A Declaração de 1789 contém a previsão, como princípios e como direitos naturais, da liberdade, da propriedade e da segurança.

A Constituição da França de 1793 pretende agregar-se à Declaração de 1789 (13º Título s/n, 3ª disposição) e assegura por si os princípios da igualdade, liberdade, segurança e propriedade (13º Título s/n, 1ª disposição, início).

Por fim, a Constituição de 1795 garante os princípios da liberdade, igualdade, segurança e propriedade (Art. 1).

⁹ A Declaração de 1789 enuncia como direitos naturais a liberdade de opinião (Art.10), religiosa (Art. 10) e de imprensa (Art.11).

A Constituição de 1791 assegura a liberdade de ir e vir (Título I, 4ª disposição), a liberdade de opinião (Título I, 5ª disposição, 1ª e 2ª figuras), a liberdade de imprensa (Título I, 5ª disposição, 3ª e 4ª figuras), a liberdade de reunião sem armas (Título I, 6ª disposição), e a propriedade (Título I, 9ª disposição).

A Constituição de 1793 enuncia a liberdade de imprensa e a liberdade de reunião (13º Título s/n, 1ª disposição, final).

¹⁰ A Declaração de 1789 reforça o princípio da propriedade, qualificando-o metafisicamente como um direito *sacro* (Art. 17).

¹¹ A Constituição de 1799 é resultado de golpe de Napoleão Bonaparte, e por isso seguimos a linha interpretativa que não a considera mais parte integrante da Revolução.

Mas a Revolução Francesa foi exaustivamente estudada pelos todos os Revolucionários futuros. Por exemplo, os russos, que têm maiores identidades com os jacobinos, muito suor dedicaram para evitar a 'Bonapartização' da Revolução Bolchevique.

¹² O juiz natural é o contrário dos Tribunais de exceção, criados em função de fatos concretos específicos para julgá-los.

¹³ COMPARATO, pp 116-123.

¹⁴ A palavra 'instituto' é um sinônimo parcial da palavra 'direito'. Utilizamos a palavra instituto para referirmos a um elemento qualquer do ramo do saber jurídico, da doutrina jurídica. A palavra 'direito', que tem muitos significados, ora é a norma (direito objetivo), ora é um meu direito de pedir indenização à empresa de ônibus porque levei um tombo e me machuquei dentro dele (direito subjetivo), ora é a justiça, ora é o ramo do saber, a 'ciência do direito', a doutrina (dogmática). Nesse sentido falamos de seus institutos jurídicos.

¹⁵ O Instituto Internacional de Direitos Humanos – Institut international des droits de l'homme, 'IIDH' – é pessoa jurídica com sede em Estrasburgo, França. Composto por cerca de 300 membros, dentre universidades, pesquisadores e advogados de direitos humanos, tem por finalidade o trabalho independente para a proteção e o desenvolvimento dos direitos humanos fundamentais, através de estudos científicos, aulas, pesquisas e publicações, além da distribuição de documentos em escala internacional.

¹⁶ *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

¹⁷ RIBBE enumera os métodos acima citados para o genocídio no capítulo VII, pp 125-159, do seu *Os crimes de Napoleão*.

¹⁸ Os sistemas jurídicos socialistas também não são ou foram perfeitos. Não costumam ser generosos quando se trata de garantir o direito de greve. Não faltam argumentos para explicar tal situação, na medida em que, se um Estado unipartidário é fundado numa organização política que defende os interesses da maioria, a classe trabalhadora, desaparece a premissa, somente presente no Estado burguês, do respectivo direito, já que neste último caso o Estado é um aparelho voltado para a defesa dos interesses da classe burguesa, que é minoritária. Assim, é nesse tipo de Estado que esse tipo de direito tem que ser reivindicado pela maioria, no seio da luta de classes dentro da legalidade de um Estado burguês.

Impecável a argumentação se considerada em si mesma. Mas se pudermos investigar sua premissa, também está sujeita a crítica de portar uma dose de petição de princípio. E, se extrapolarmos o problema para os riots operários em geral, no caso da URSS, soma-se a este incômodo a triste memória que Kronstadt ocupa na trajetória bolchevique, a ponto de certos círculos reconhecerem que, se a repressão a esta revolta foi um sucesso, do ponto de vista da causa defendida ela pode de certa maneira ter triunfado se influenciou realmente a decisão de Lênin de abandonar o comunismo de guerra para conceber o seu 'passo atrás para dois à frente', ou seja, a reintrodução da livre iniciativa parcial no país, a NEP.

¹⁹ O marxismo-leninismo, segundo entendem alguns autores como

LUDO MARTENS e HARPAL BRAR, começou a ruir na URSS a partir da vitória política do grupo liderado por Nikita Khrushchey contra o grupo de Molotov, Kaganovich e Malenkov, entre 1956 e 1957, culminando com um golpe de Estado que resultou na expulsão dos três últimos do partido comunista.

²⁰ LENIN, em *Imperialism, the Highest Stage of Capitalism* (1916), explica a 1ª Guerra Mundial (pp 113-118) como Guerra Anglo-Germânica decorrente da contradição entre, de um lado, um desenvolvimento superior na Alemanha das forças produtivas e do capital acumulado relativamente à Inglaterra, e, de outro lado, uma larga divisão de colônias e de esferas de influência para o capital financeiro inglês.

No Prefácio às edições Francesa e Alemã (1920), LENIN define que a Guerra de 1914-18 (p 5) foi uma Guerra imperialista, ou seja, de anexação, predatória, uma guerra de pilhagem de ambos os lados. Foi uma guerra para a divisão do mundo, repartição das colônias e esferas de influência do capital financeiro etc., e, logo a seguir, teoriza: a prova do que é o verdadeiro caráter... da guerra é naturalmente encontrado não na história diplomática, mas na análise da posição objetiva das classes dominantes de todos os países beligerantes.

²¹ É uma lástima que a ruptura LENIN-KAUTSKY decorrente do último ter apoiado e justificado os votos do partido social democrata alemão a favor dos créditos de guerra confina-se ao campo da 'militância socialista'. A atitude de LENIN, posta em perspectiva conjunta com o marxismo-leninismo praticado na URSS, deve sofrer uma amplificação enorme de modo a dar-lhe uma mais acurada medida da respectiva significação histórica, de modo algum restrita à esquerda, ou sequer à política, porque qualquer operador do Direito é perfeitamente capaz de nela enxergar caráter, antes de tudo, de defesa dos Direitos Humanos.

²² Após a Revolução de Outubro, a Rússia já obtivera um cessar-fogo desde dezembro de 1917.

²³ POPE, pp 201-204 e 259.

²⁴ POPE, pp 287-312.

²⁵ POPE, pp 236.

²⁶ POPE, pp 365.

²⁷ SALVADO, pp 113-115.

²⁸ SALVADO, pp 94-100 e 107-111.

²⁹ SHIRER, Vol 1, p 470.

³⁰ SHIRER, Vol 1, p 534.

³¹ SHIRER, Vol 1, pp 547-551.

³² Realmente, o esquema tradicional das relações jurídicas, que remonta ao Direito Romano mas permanece vivo e aplicável, é aquele que envolve duas pessoas, a correlação direito-dever, do pai e do filho, do credor e do devedor. A indeterminação do Direito, quando existia, sempre disse respeito à obrigação, ao dever, nunca ao Direito titularizado em si mesmo. Assim o direito de propriedade é absoluto, porque toda a sociedade tem que respeitá-lo. O título ao portador circula livremente. No primeiro caso, há a chamada sujeição universal. No segundo caso, há a chamada indeterminação propriamente dita.

³³ Aqui acolhemos e ampliamos uma das expressões com a qual JOHANNES MORSINK debate a relação entre a 2ª guerra e os direitos humanos.

³⁴ WOLFRUM (Editor), p 575, ponto 12.

³⁵ Não se poderia, igualmente, sem qualquer demérito ao momentum único por que passa a América do Sul, deixar de reconhecer que, do ponto de vista dos Direitos Humanos do Século XXI, a eleição de um Presidente Negro para comandar a nação mais importante do planeta também revela uma conjuntura especialmente favorável a que não se perca esta oportunidade para a construção de um consenso de *impensável emvergadura há tão pouco tempo atrás em torno do fortalecimento dos Direitos Humanos no Século XXI*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES *Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1998
ARTHUR UPHAM POPE *Maxim Litvinoff*. New York: Stratford Press, 1943.
CLAUDE RIBBE *Os Crimes de Napoleão – atrocidades que influenciaram Hitler*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
ERNST CASSIRER *O Mito do Estado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.
FABIO KONDER COMPARATO *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. São Paulo: Saraiva, 4ª edição, 2ª tiragem, 2006.
FRANCISCO J ROMERO SALVADO *A Guerra Civil Espanhola*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
FRIEDRICH ENGELS *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Prefácio de JOSE PAULO NETTO. São Paulo: Boitempo, 2008.
JOHANNES MORSINK *The Universal Declaration of Human Rights – Origins, Draft and Intent*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1999
RÜDIGER WOLFRUM (Editor) *United Nations: Law, Policies and Practice*. Vol.1 London/Boston: Martinus Nijhoff, s/d.
TONI EVANS *The Politics of Human Rights*. London: Pluto press, 2005.
VLADIMIR ILYICH ULIANOV *Imperialism, the Highest Stage of Capitalism*. Pequim: Foreign Languages Press, 1965, pp113-118.
WILLIAM L SHIRER *Ascensão e queda do Terceiro Reich*. 2 vols. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

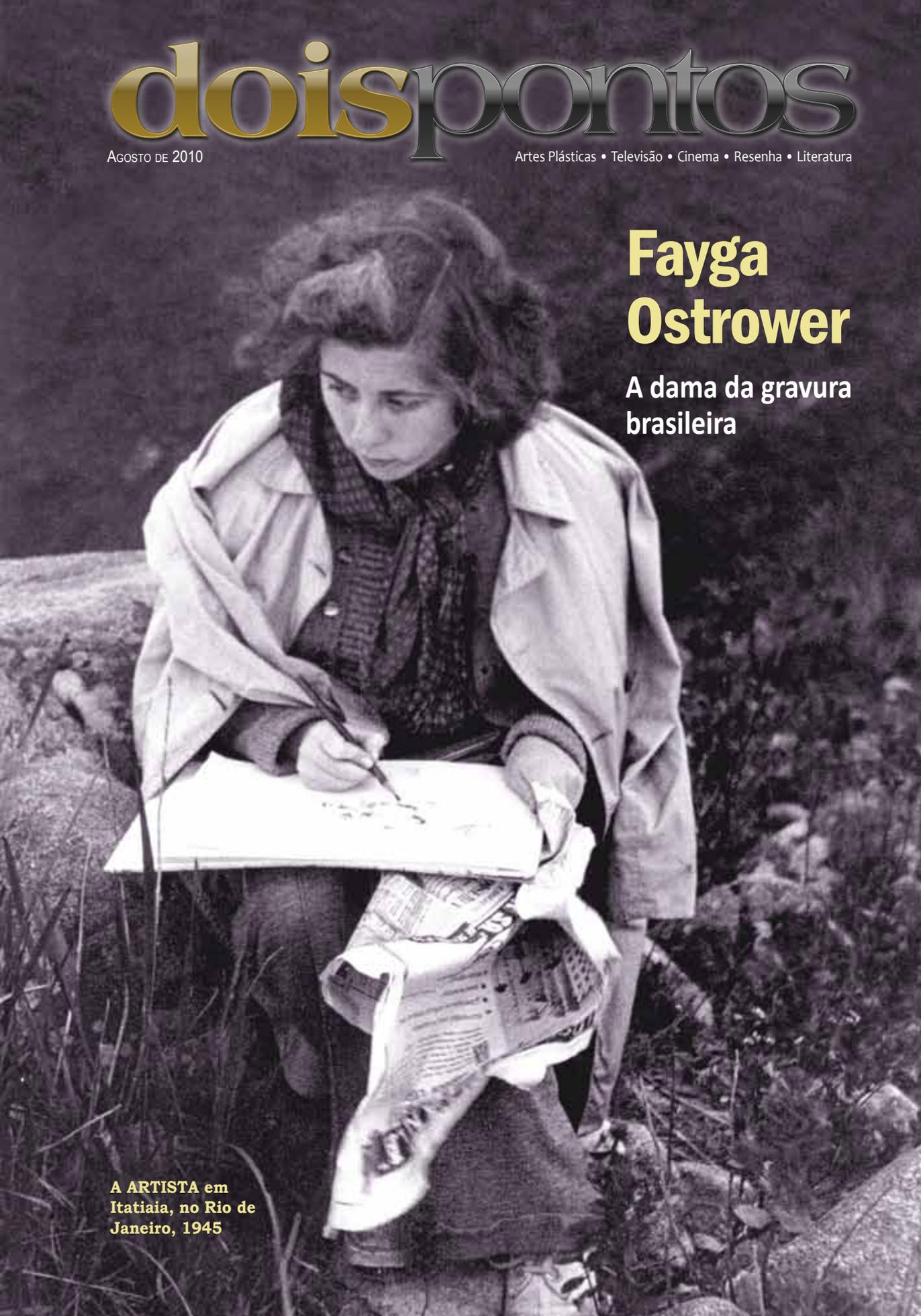
dois pontos

AGOSTO DE 2010

Artes Plásticas • Televisão • Cinema • Resenha • Literatura

Fayga Ostrower

A dama da gravura brasileira



A ARTISTA em
Itatiaia, no Rio de
Janeiro, 1945

Do expressionismo à arte abstrata*



Elisa Monteiro
Carlos Nogueira
produção**

Premiada internacionalmente, Fayga Ostrower também foi uma intelectual da arte. A artista elegeu a gravura como sua linguagem por excelência

É impossível precisar quanto o exílio feriu a alma da menina Fayga Ostrower. E em que medida a migração forçada para escapar com a família judaica da perseguição na Alemanha nazista em 1933 foi determinante na sua vida, influenciando a linguagem expressiva de sua arte no curso de mais de 50 anos. Mas o fato é que a artista que renovou a gravura brasileira (naturalizou-se em 1951) do século XX, destino nas mãos, elaborou para si um enredo no qual a arte e a vida não conheceram fronteiras. Não

foi por acaso que, na fase remota, Fayga “interessou-se particularmente” pela obra de Käthe Kolwitz (1867-1945), expressionista alemã “cujas gravuras circulavam aqui no Brasil entre os grupos refugiados de guerra”, segundo a professora Maria Luisa Távora (que estudou a artista como tema de dissertação de mestrado). A própria artista não deixou dúvidas sobre a relação entre o ambiente da existência e o universo criativo. “Creio que cada artista só pode criar de dentro para fora, falando de experiências vividas em sua

* Gravuras e imagens gentilmente cedidas pelo Instituto Fayga Ostrower.

** Colaborou o professor da Escola de Belas Artes da UFRJ, Pedro Sanchez.

própria época”, escreveu ela em 1969. Ela expressou isso em fases diversas, especialmente por meio da arte abstrata.

Fayga Ostrower tinha 13 anos de idade quando chegou ao Brasil em 1934. Nasceu na cidade polonesa de Lodz em setembro de 1920. Mas no ano seguinte seus pais mudaram para Wuppertal, na Alemanha. A caça nazista os empurrou para a Bélgica, onde viveram na ilegalidade por um breve tempo até a obtenção do visto brasileiro. As adversidades econômicas da família levaram-na a trabalhar em escritórios da indústria e do comércio. Valeu-se do domínio dos idiomas inglês, francês e alemão na busca de empregos. No entanto, a paixão pela arte se manifestou em produções, desde então, marcadas pela mistura de força e delicadeza.

Como artista plástica, fez desenhos, gravuras, esculturas e estamparia para indústrias. Explorou possibilidades em papéis, metais, madeiras, cerâmica e nos tecidos. Aprendeu e ensinou diversas técnicas, mas a reflexão sobre a arte também a inquietava. Em pouco tempo, ultrapassou o limite dos artistas de seu tempo e buscou na teoria as respostas para as suas indagações.

Autodidata, sem ter jamais completado o equivalente ao

atual ensino médio, Fayga Ostrower tornou-se uma referência para a academia dentro e fora do país. Em paralelo às exposições e às premiações internacionais, escreveu livros e proferiu aulas e palestras nos Estados Unidos, em países da América Latina e da Europa. A experiência de uma oficina artística realizada para operários representou um marco para suas reflexões sobre as possibilidades de universalização da arte e do ensino da arte.

Fayga Ostrower morreu em setembro de 2001.

① - LAVADEIRAS. Linóleo sobre papel. 1947.

② - RETIRANTES. 1952.



FAYGA OSTROWER, uma vida para a arte*

③



Maria Luisa Luz Távora**

Fayga Ostrower (1920-2001), polonesa naturalizada brasileira,¹ faz parte da geração de artistas que contribuiu para a ativação da gravura artística entre nós. Nos anos 50, esta artista viria a ser a pioneira da gravura abstrata no Brasil.

Por mais de cinquenta anos, dedicou-se à arte, elegendo a gravura como sua linguagem expressiva por excelência. Desdobrou sua criação não só nas diferentes técnicas da gravura, mas diversificou seu campo de atuação. Ilustração de poemas e livros, criação de capas de discos e padronagens de tecidos, esmaltação de metal para joias, murais, serigrafias, desenhos e aquarelas constituem o amplo leque no qual se insere sua produção artística.

Além de sua intensa atividade artística, Fayga revelou-se uma teórica da arte, sistematizando seu pensa-

* As ideias aqui apresentadas resumem e atualizam as discussões e reflexões contidas em minha dissertação: *O lirismo na gravura abstrata de Fayga Ostrower*. Mestrado em História da Arte/EBA/UFRJ, 1990.

** Professora de História da Arte na graduação e na pós-graduação em Artes Visuais (PPGAV) na Escola de Belas Artes/UFRJ. Graduiu-se e fez mestrado e doutorado na UFRJ. Pós-doutorada pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris.

mento em palestras e conferências no Brasil e no exterior. Escreveu sobre as questões gerais da arte, compartilhando com muita clareza suas indagações e reflexões. Publicou em vida cinco livros com sucessivas edições.² Sua reflexão se estendeu ainda para o ensino da arte, atividade para a qual sempre foi muito solicitada, tendo lecionado em universidades nacionais e estrangeiras.

③, ④ e ⑤ - Sequência de POLÍPTICO do Itamaraty. Xilogravura sobre papel. 1968.



Esse duplo papel de artista e pensadora confere a Fayga Ostrower uma posição de singularidade no âmbito da arte brasileira. Seu talento artístico e sua lucidez no trato com a reflexão sobre a arte fizeram desta artista uma figura insular.

O ponto de partida de sua trajetória, nos anos 40, vinculou-se a uma figuração naturalista que, aos poucos, se adequou à estética expressionista pela temática e intensidade emocional que propunha. Desde os anos 30, a preocupação social marcara intensamente a pintura e a gravura brasileiras, e na raiz da formação dos artistas que valorizavam esta via estava a referência dos expressionistas alemães. Pode-se afirmar que naqueles anos a linguagem expressionista, próxima da órbita do questionamento social, confundia-se com o conceito de modernismo. Se as influências do Expressionismo alemão atingiram a pintura brasileira dos anos 30 e 40, mais precisamente elas foram decisivas para os rumos da gravura.

A obra de Fayga foi-se inserindo numa temática que acompanhou o florescimento da gravura artística no Brasil. As questões sociais, as questões do drama humano encontraram um eco profundo e uma atenção especial dos gravadores brasileiros, desde o grande mestre Oswaldo Goeldi, nos anos 30, até os artistas dos Clubes de Gravura, nos anos 50.

Fayga foi autodidata, tendo frequentado apenas o curso da Fundação Getúlio Vargas, em 1946, onde teve como mestres Axel Leskoschek, Carlos Oswald e Santa Rosa,³ artistas cuja metodologia se inseria nos pressupostos da liberdade da arte moderna. Fayga apostou no curso:

Quando entrei para a Getúlio Vargas, já havia feito trabalhos de

ilustração, pequenas gravuras em linóleo. Não sabia trabalhar com madeira, e imprimir era um problema sério. Eu não sabia como imprimir, o curso me daria esta oportunidade. Estava muito entusiasmada e não me decepcionei.⁴

A artista interessou-se particularmente pela obra de Käthe Kolwitz (1867-1945), que se inseriu no âmbito das propostas do Expressionismo alemão e cujas gravuras circulavam aqui no Brasil entre grupos de refugiados da guerra. Käthe Kolwitz foi uma artista engajada politicamente em seu tempo e sua gravura constituiu uma linguagem rica através da qual apelava para as questões pro-



fundas da existência. Aflita com o proletariado, ela desnuda a tragédia humana – a pobreza, a guerra –, evocando profundas emoções. Sua contribuição para Fayga foi além das soluções e tratamento formal que emprestava a seu trabalho. Com ela Fayga absorveu o sentido da arte como possibilidade de enriquecimento do ser humano.

Até inícios dos anos 50, o trabalho de Fayga pautou-se por uma

⑥, ⑦, ⑧ e ⑨ - Sequência de POLÍPTICO do Itamaraty. Xilogravura sobre papel. 1968.

⑩ - FAYGA em seu ateliê no Flamengo. Rio de Janeiro, 1982.

visão expressionista da realidade. Todavia, por exigência interna do próprio trabalho, ainda figurativo, a artista passou a concentrar-se nas questões formais, convencida de que o conteúdo da obra fixava-se no seu próprio formar. Tratava-se da questão ligada à proposta moderna da especificidade dos meios e fins da arte, galgada pelas vanguardas históricas do início do século XX. A gravadora chegava com sua pesquisa ao entendimento da arte como fato do conhecimento, cujas formas possuem um código de existência próprio. A autonomia da obra, proposta por essas vanguardas, constituiria então para Fayga condição da criação artística.

Neste processo a artista encaminhou-se para a arte abstrata, sendo importante salientar que o conhecimento de reproduções

da obra de Cézanne⁵ trouxe-lhe compreensão para um impasse a que tinha chegado na elaboração da gravura – *Os Retirantes* (1952). Importavam-lhe mais os planos, as linhas, o ritmo. Ela estava vivendo um desconforto com a figuração que realizava:

Certas coisas eu achava que com a arte não dava mais para fazer [...] não dava mais para fazer comentários estéticos sobre certos problemas, era outro tipo de comentário, era outro tipo de ação que seria necessária.⁶

A visão de espaço e os problemas da forma, levantados por Cézanne, constituíram uma revelação que transformou tudo o que a gravadora imaginava. Ela resolveu o impasse: “Eu senti que tinha que ir para a arte abstrata.”⁷

Mais do que ninguém, Cézan-



ne contribuiu para afirmar a arte como uma forma de conhecimento, conhecimento obtido e experimentado em cada quadro a partir de uma consciência operadora. Sua pintura provocou uma conversão do olhar no homem moderno. A tela transformou-se num lugar problemático, convertendo a pintura numa “pura e desinteressada investigação”.⁸ Para Ferreira Gullar, o artista francês é o descobridor do mundo natural, “não do mundo racionalizado pela perspectiva, mas do mundo como experiência perturbadora, como ‘invenção genial’ da percepção”.⁹

Cézanne coloca esta percepção na sensação visual, base de seu processo analítico de busca estrutural. Através da sensação, elabora um pensamento possível deste mundo. A consciência se organiza

a partir da experiência efetiva com o mundo. O pintor dedicou-se incansavelmente à busca de uma ordem estrutural que equivalesse à tensão entre a profundidade através da qual se percebe a natureza e a bidimensionalidade da tela.

Pensar a obra de Cézanne é pensar um novo estatuto para o uso da cor. Fayga imprime na estrutura interna de suas composições uma vontade de ordem e uma atmosfera colorida que evocam as lições do grande pintor. A estrutura alcançada em suas gravuras repousa sobre o tecido colorístico, tal como Cézanne.

Afinada ao espírito das pesquisas artísticas do pós-guerra, Fayga passa a abordar em sua gravura questões que artistas americanos e europeus procuravam solucionar, sobretudo na pintura, constituindo como impulso gerador da obra a expressão sensível e intuitiva. Tratava-se de pensar a arte – “espaço como dimensão da vida”.¹⁰ Escolhe o caminho da abstração sensível,¹¹ reformulando sua atitude perante a arte.

No cenário em que se deu seu processo pessoal, nos anos 50, os meios artísticos do Rio de Janeiro e de São Paulo centravam seu interesse e discussões nos aportes da produção voltada para a arte abstrata de natureza racional – compreensão do “espaço como entidade geométrica”.¹² Os postulados racionalistas da arte concreta compareciam nas obras de artistas cariocas e paulistas, quando a I Bienal de São Paulo, em 1951, concedeu o primeiro prêmio internacional à arte concreta, premiando o suíço Max Bill com a obra *Unidade Tripartida*. O concretismo bania da arte a possibilidade de configurar qualquer tipo de representação, inclusive o da expressão da subjetividade do artista.¹³ Este, porém, não era o caminho de Fayga Ostrower.

10



9



A repercussão de seu trabalho dentro das novas premissas estéticas não tardou a receber sinais de reconhecimento no Brasil e no exterior. Entre nós, Fayga recebeu o Prêmio Aquisição da III Bienal de São Paulo e o Grande Prêmio Nacional de Gravura na Bienal seguinte, em 1957, com trabalhos realizados nas técnicas do metal. Nelas, a articulação das formas repousa numa tácita adesão ao descanso. A gravadora explora transições de cor, utilizando o branco do papel-suporte na composição. Um ritmo é criado pelo avanço e recuo de grandes formas que acolhem grafismos resultantes de gestos impulsivos, resquícios de uma alma expressionista. A artista lança mão de formas e estruturas assimétricas imprimindo dinamismo ao espaço, ordenado segundo a experiência e a intuição.

Internacionalmente, o marco de reconhecimento de seu trabalho deu-se com a premiação em gravu-

ra na XXIX Bienal de Veneza, em 1958, para um conjunto de doze xilogravuras. Tratava-se da maior distinção que um artista brasileiro recebia no exterior. A retomada da gravura em madeira iria mobilizar a artista por várias décadas, constituindo-se em oportunidade de afirmação de sua refinada pesquisa plástica.

Com reconhecida excelência técnica, a gravadora entendia a passagem de uma técnica para outra como caminhos diferenciados de imaginação. Gravar em madeira ou em metal leva a raciocínios diferentes, pois são ações que derivam do que Gaston Bachelard¹⁴ chama de vontades matéricas diferentes. Para o pensador francês, a emergência das imagens poéticas fundamenta-se na imaginação material que, longe de ser contemplativa, convida o artista a uma ação transformadora, a uma profundidade que ultrapassa os dados aparentes que a visão pode captar. Para Bachelard, a outra ima-

ginação, a formal, torna a matéria apenas objeto da visão. No entanto, a imaginação material comparece como incentivo à imaginação criadora. Na configuração final, o resultado estético incorpora a história da relação do artista, da sua vontade com a vontade matérica.

Conforme suas observações, Fayga atende às sugestões da matéria, no seu processo artístico:

Mais e mais, o material que tinha em minhas mãos: a madeira, o metal [...], buris, consistência de pigmentos com suas qualidades e possibilidades físicas, tudo isto começou a fornecer sugestões para a estrutura formal.¹⁵

A gravura em madeira, então, como outra possibilidade imaginativa, permitirá a Fayga a primazia da cor em suas imagens. O conjunto da Bienal de Veneza (1958) apresenta-se como uma síntese de suas preocupações:

O espaço me fascinava. Procurava compreendê-lo melhor. Procurava, nas imagens que me vinham,

articular certas relações, estabelecer certos tipos de equilíbrio espacial. Usar linhas e intervalos, superfícies e intervalos.¹⁶

Cada vez mais o espaço na gravura de Fayga vai nascendo colorido. No conjunto, as dimensões dos trabalhos crescem. O processo imaginativo da artista sofre transformações com a escala,¹⁷ a partir de uma experiência com as dimensões de painéis de parede realizados para um banco paulista em 1960. Ao retornar à gravura, a estruturação espacial vai ser ampliada gradativamente na retomada da xilogravura, primitiva e mais simples técnica de gravação, que assume com Fayga uma outra dimensão estética.

Importa dizer que Fayga enfrentou algumas dificuldades com sua opção, uma vez que a xilogravura estaria, para muitos, demais presa à tradição expressionista alemã ou ao campo do realismo social que, preferencialmente, retiravam parte de sua força de uma figuração dramática

11



através dos contrastes do preto e do branco.

Pode-se destacar neste processo de pesquisa das diferentes potencialidades da xilogravura o painel que a artista realizou para o Palácio dos Arcos, destinado a abrigar o Ministério das Relações Exteriores em Brasília, em 1968. Trata-se do *Políptico do Itamaraty*.¹⁸ Este painel marca a passagem de Fayga para um uso mais livre e sensual da cor, banhando o espaço com tons quentes – vermelhos e alaranjados –, e explorando de maneira singular, na estampagem, os planos em transparência, o que caracterizou seu trabalho na madeira, imprimindo-lhe uma leveza desconcertante. Deste painel se desprende uma atmosfera suave e imaterial na qual se determina o seu ser.

Não são poucos os críticos que, através das gravuras de Fayga Ostrower, são seduzidos e capturados pelo mistério de formas leves que ressoam um longínquo Oriente. É comum a referência a uma atmosfera oriental que emana das imagens fayguianas.

O clima de leveza e espiritualidade presente no *Políptico do Itamaraty* permeia na verdade toda a sua gravura e posteriores aquarelas abstratas. A leveza obtida em seus trabalhos resulta tanto do tratamento dos planos de cor em transparência quanto da incorporação de vazios, de intervalos entre as formas que funcionam como espaços de sua transformação. A noção do vazio é tratada pela filosofia taoísta, uma das correntes do pensamento oriental. Manifestando o

princípio do TAO – ritmo original, através da combinação cíclica dos dois polos vitais, o Yin (a Terra, o orgânico) e o Yang (o Céu, inorgânico) –, a pintura chinesa manifesta concepções precisas sobre o destino do homem e sua relação com o Universo. Neste sistema, ao Vazio é devido o funcionamento do Yin-Yang, pois nele está presente o sopro primordial. Para os chineses, o Vazio é pensado como princípio de base da arte, pois é por meio dela que se dá sua manifestação mais completa.

Identificando-se com o Vazio, o silêncio é o lugar dinâmico no qual as transformações são provocadas, daí o crítico afirmar que a poética de Fayga “continua a fundamentar-se no silêncio das antigas paisagens orientais.”¹⁹

Suas gravuras oferecem um espaço de respiração, do calar, do silêncio propício à gênese poética. As formas e os delicados traços são mediados por um vazio que se articula como fonte positiva de

tensão e equilíbrio. Interrupções dos traços reaparecem repetidas vezes, provocando um movimento visual. Tal estratégia guarda similitude com o “invisível-visível”, noção da pintura chinesa que se traduz pela interrupção do traço, procedimento técnico que, segundo o estudioso François Cheng, interessa ao artista, que “deve cultivar a arte de não mostrar tudo, a fim de manter vivo o sopro e intacto o mistério”.²⁰

Fayga e demais artistas da tendência sensível da abstração trilharam um caminho que guarda, em princípio, similitudes com a proposta da arte oriental – a busca do ser primordial através do mergulho no seu interior. A busca da dimensão da vida não seria possível por meio da solidez do pensamento geométrico. A gravadora participa desse processo do artista ocidental de resgatar para a arte o nível poético. Não é sem razão que sobre a arte chinesa comenta: “Admiro neles essa combinação de for-

¹¹ - 5912. água-tinta e água-forte sobre papel, 1959.

¹² - 5654. 1956.

¹²



ça vital com a poesia.”²¹ Ela realiza esse encontro com a poesia da vida através de um lirismo que, poucas vezes, o mundo artístico ocidental está acostumado a testemunhar.

Em Fayga, a poesia e o lirismo de suas imagens se apoiam numa gramática de transparência. O lírico não exige de nós um esforço de compreensão, mas uma disposição afetiva, um certo abandono às imagens que emanam das formas e dos sons. A criação lírica é íntima, pressupõe uma adesão, o “um no outro”. Fayga cria um dinamismo na evocação de imagens, nosso olhar não consegue se deter na imagem criada pelo plano em transparência. Há um aprofundamento do exercício da visualidade, um contínuo buscar de imagens que se organizam, desfazem-se, movem-se, originando outras estruturas. Os planos se interpenetram, anunciando-se mutuamente por uma modulação tonal rica e suave.

Sua gravura exige não só observação, mas uma vivência (adesão). Propicia a construção de um olhar, um “olhar interior”, um terceiro olho, que se realiza na intimidade que sua obra enseja. Cabe, para tanto, considerar as palavras de Merleau-Ponty: “Nossos olhos de carne já são muito mais que recep-

“

A gravadora chegava com sua pesquisa ao entendimento da arte como fato do conhecimento

tores para as luzes, para as cores e para as linhas [...]”²² No processo de percepção, transgride-se a ordem temporal da impressão das matrizes, criando-se um novo tecido temporal, uma pluralidade de imagens que são possibilitadas e provocadas pela maneira singular com que Fayga explora as matrizes na construção do espaço gráfico. Uma verdadeira “engenharia lírica”,²³ uma vez que a artista subordina a justeza à expressão, daí o clima de poesia instaurado. Esta sensível estruturação – planos em transparência – nos convida a penetrar na obra, atravessando com o nosso olhar as múltiplas e diáfanas camadas de cor. Partici-

pamos da criação de um tempo, um tempo vivido, subjetivo, uma vez que imagens poéticas são recriadas. Essa experiência singular é condição constituinte da obra no nível poético, lugar da experiência estética.

A obra de Fayga constitui valioso argumento para a defesa da qualidade da arte abstrata sensível que se fez entre nós, a partir dos anos 60. Suas gravuras e aquarelas representam o lado mais subjetivo da abstração, comumente conhecida como arte informal. O lirismo construído por suas formas em transparência, expediente que vai ser desdobrado em aquarelas e serigrafias até o fim de sua trajetória, alarga a compreensão das possibilidades da arte como um saber sensível, emprestando musicalidade à abstração, no Brasil.

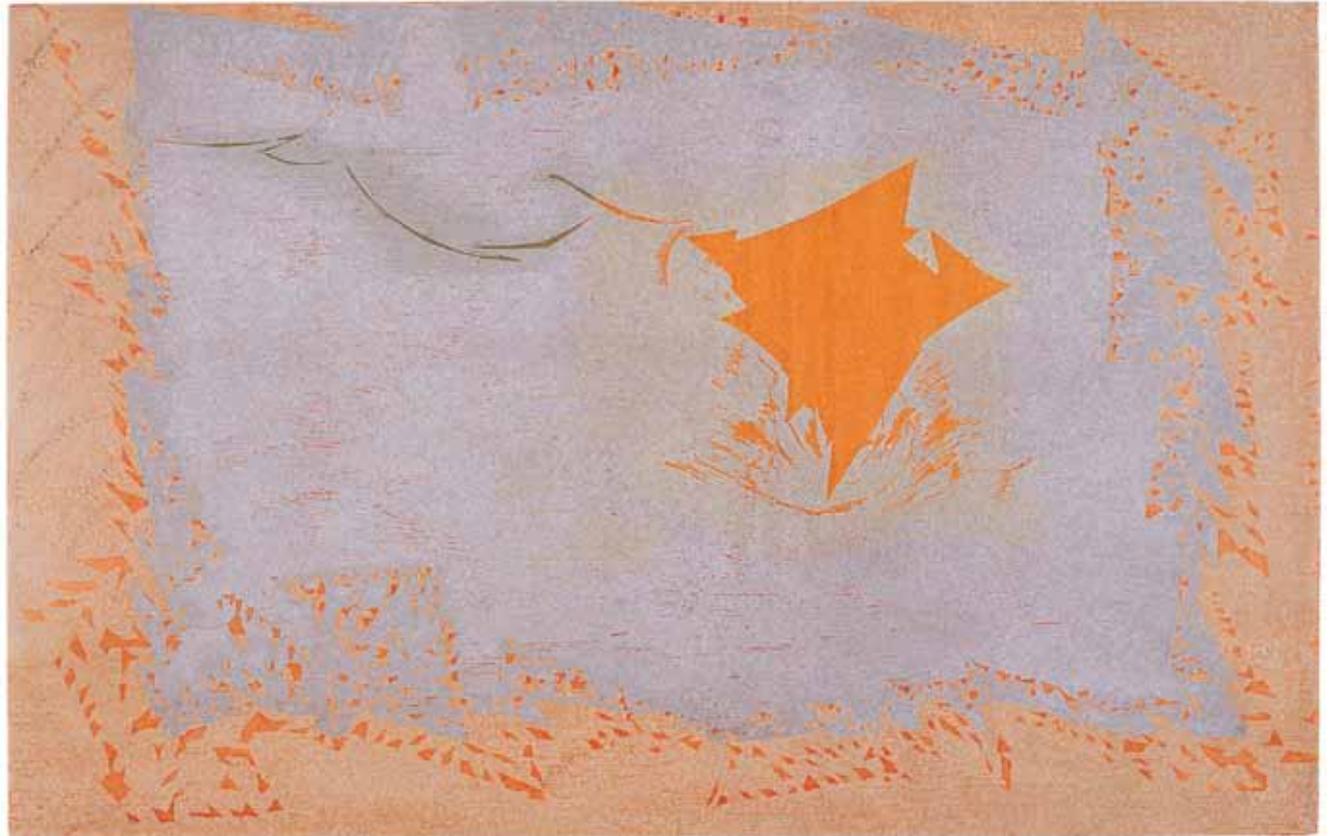
Neste ano de 2010, em que se comemora os 90 anos de seu nascimento, longe dos embates que exigiram de Fayga a permanente defesa da natureza distinta da abstração informal, destacamos a relevância de sua contribuição para a arte brasileira: ao se situar na abstração, deu início a um projeto estético – revelação de uma experiência de vida – com o qual concretizou a renovação da gravura brasileira. ▣



14

14 - Palestra de FAYGA durante a retrospectiva no MAM-RS. Porto Alegre, 1985.

15 - 7014. Xilogravura sobre papel, 1970.



15

NOTAS

¹ Nasceu no dia 14 de setembro de 1920, na cidade de Lodz/Polônia, tendo lhe sido dado o nome Faiga Perla Krakowsky. Era a mais velha dos 4 filhos de Frimeta e Froim Krakowsky. A família judia fugiu da perseguição nazista para a Bélgica e, posteriormente, para o Brasil.

² *Criatividade e processos de criação* (1977); *Universos da arte* (1983, hoje em sua 30ª edição); *Acasos e criação artística* (1990); *Goya, artista revolucionário e humanista* (1997); *A sensibilidade do intelecto* (1999).

³ Curso de Desenho de Propaganda e de Artes Gráficas, em horário integral (das 9h às 17h), durante 6 meses. Este curso foi um marco decisivo na opção de Fayga por uma carreira artística. Para frequentá-lo, abriu mão de um bem-sucedido posto de secretária do presidente da General Electric, pensando em retomar suas atividades após o curso. Não mais voltou ao escritório.

⁴ OSTROWER, Fayga. In: FERREIRA, Heloisa & TÁVORA, Maria Luísa (org.) *Gravura brasileira hoje: depoimentos*. Vol III, Rio de Janeiro: Oficina de Gravura SESC Tijuca, 1997, p. 37.

⁵ Fayga foi presenteadora por um amigo com o livro *Cézanne's Composition*, de autoria do fotógrafo Erle Loran, editado, em 1943, pela Livraria Kosmos. Nele, o autor, apaixonado pela obra de Cézanne, apresenta fotos das paisagens trabalhadas por Cézanne posicionando-se no mesmo ângulo tomado pelo pintor em seus quadros. Há um confronto dos resultados para a compreensão do processo de pintura do artista francês.

⁶ OSTROWER, Fayga. *Projeto Gravura no Brasil – anos 60. Depoimento gravado da artista*. Fundação Rio de Janeiro, 1986.

⁷ OSTROWER Fayga, em depoimento citado.

⁸ ARGAN, Giulio Carlo. *El arte moderno 1770-1970*. Valência: Fernando Torres, v. 1, 1983, p. 134.

⁹ GULLAR, Ferreira. *Etapas da arte contemporânea: do cubismo ao neoconcretismo*. São Paulo: Nobel, 1985, p. 78.

¹⁰ ARGAN, Giulio Carlo. *Arte e crítica da arte*. Lisboa: Estampa, 1988, p. 74.

¹¹ Essa linha da abstração sensível recebeu denominações as mais variadas, tais como: abstração lírica, expressionista, tachismo, expressionismo abstrato, abstracionismo expressivo, abstração expressiva, arte informal. Este último termo foi utilizado pioneiramente por Michel Tapié, a propósito da obra de Camille Bryen, aplicando-se à produção artística liberada dos procedimentos matemáticos e geométricos. Tornou-se o termo mais geral e de uso comum.

¹² ARGAN, Giulio Carlo. *Idem obra citada*, 1988.

¹³ Sobre o assunto ver: BRITO, Ronaldo. *Neoconcretismo: vértice e ruptura do projeto construtivo brasileiro*. São Paulo: Cosac & Naify Ed. 1999. (Série espaços da arte brasileira).

¹⁴ BACHELARD, Gaston. *Imaginação e matéria*. In: *A água e os sonhos*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

¹⁵ OSTROWER, Fayga. Em depoimento a Antonio Bento – *Fayga Ostrower – 20 gravuras – 1954/1966*. Álbum editado pela Biblioteca Nacional, 1966.

¹⁶ OSTROWER Fayga. *Catálogo Exposição Retrospectiva de Fayga Ostrower – 1944/1983* – Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro, outubro de 1983.

¹⁷ Em 1960, a artista ocupou-se durante dez meses com a realização de dois painéis em cerâmica esmaltada para as paredes internas do edifício do Banco Lar Brasileiro, situado na esquina das ruas João Câmara e Frei Gaspar, em Santos.

¹⁸ Composto por 7 xilografuras (80x35cm) em cores sobre papel de arroz. Área total gravada de 80x2,45cm. Área total do painel incluindo as margens de cada prancha: 1,04cm de altura por 2,80cm de largura. Tempo de realização: 9 meses e meio. Foi inédita a utilização da xilografia em grande escala.

¹⁹ PONTUAL, Roberto. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24/10/1979.

²⁰ CHENG, François. *Vide et Plein*. In: *Le langage pictural chinois*. Paris: Seuil, 11979, p. 7.

²¹ OSTROWER, Fayga. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 26/8/1980.

²² PONTY, Merleau. *O olho e o Espírito*. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Vitor Avita/ Abril Cultural, 1975, p. 280.

²³ TÁVORA, Maria Luísa Luz. *O lirismo na Gravura Abstrata de Fayga Ostrower*. Rio de Janeiro: Dissertação. Mestrado em História da Arte / EBA/ IFRJ, 1990, p. 225.

Sem querer, querendo,

Exibido em toda a América Latina há mais de 20 anos, o seriado mexicano *Chaves* dribla o preconceito e se consolida na memória afetiva de brasileiros e *hermanos*

Pablo Kaschner

“Fenômeno”, segundo uma das definições do *Novo Dicionário Aurélio*, é “tudo o que se observa de extraordinário no ar ou no céu”. Pois bem que as edições mais modernas da publicação poderiam vir com um adendo: “no ar, no céu ou na televisão”. É que talvez o filólogo Aurélio Buarque de Holanda, falecido em 1989, não tenha tido tempo suficiente para verificar o duradouro sucesso de *Chaves*, este seriado que – considerado tosco desde o início, em 1984 – chegou desacreditado e hoje já alcançou o *status* de clássico da televisão latino-americana.

Que força misteriosa faz com que um programa tão simples, que retrata o cotidiano de uma vizinhança mexicana, seja levado ao

ARTE MAURICIO MELO



ar, diariamente, durante décadas, praticamente sem interrupções?

“*Lá vem o Chaves, Chaves, Chaves. Todos atentos, olhando pra TV. Lá vem o Chaves, Chaves, Chaves. Com uma historinha bem gostosa de se ver*”. Talvez a versão brasileira da música de abertura do seriado seja uma parte da resposta. *Chaves* é, acima de tudo, um programa divertido. Fale-se da engenhosidade – para não dizer genialidade – do autor Roberto Gómez Bolaños (tratado pela alcunha de Chespirito, contração espanholizada de “pequeno Shakespeare”) e da competência dos atores, que tão bem souberam interpretar os personagens da vila, sobretudo quando, em plena meia-

idade, tinham que encarnar crianças de não mais que nove anos.

É praticamente impossível encontrar alguém que não conheça ou sequer tenha ouvido falar do seriado. Puro, ingênuo e humano, o programa parece remontar nos telespectadores passagens de suas infâncias. Quem nunca brincou com um menino mimado e egoísta como Quico; quem nunca conheceu uma garota esperta e travessa como Chiquinha? E assim, sem muita pretensão, no melhor estilo “sem querer, querendo”, *Chaves* tornou-se um verdadeiro clássico da televisão latino-americana,

um fenômeno



assistido por todas as pessoas: crianças, adultos e idosos de diversas classes sociais, credos, cores e religiões. Atemporal, *Chaves* vem encantando plateias e audiências desde o início da década de 1970. Um feito ainda mais impressionante se observarmos a natureza da linguagem televisiva, em que programas efêmeros e o *fast thinking* imperam, sobretudo na área do entretenimento.

Prova do sucesso incontestado do programa é a quantidade de modernos desenhos computadorizados que acabam caindo rapidamente no esquecimento, enquanto

Chaves, em sua simplicidade estética (o visual é dos anos 70), vem logrando êxito ao largo das últimas quatro décadas. Façanha ainda mais surpreendente se observarmos o ambiente *high-tech* em que crescem as crianças de hoje, com a tecnologia ditando o ritmo da indústria do mercado infantil. Mas o que, exatamente, faz com que este modesto seriado mexicano exerça um fascínio tão grande a ponto de, mesmo tendo deixado de ser produzido há quase 20 anos, continuar sendo assistido e perpetuado? Como diria o Professor Girafales: “por que causa, motivo, razão ou circunstância” *Chaves* faz tanto sucesso?

A simplicidade das tramas, bem como as piadas de trocadilhos verbais e gestuais, parece ser o que atrai os que ligam a TV, não para assistir a programas de conteúdo denso ou tramas mirabolantes, senão para se divertir e se entreter com um humor que não reforça preconceitos para fazer graça, mas que nem por isso deixa de ter picardia em alguns momentos.

Professor Girafales: Altruísta... é um homem... que ama os outros homens.

Seu Madruga: Ah, bom, é que aqui chamamos de outro nome.

Dona Clotilde: Se eu fosse a mãe dessa menina...

Seu Madruga: Eu não seria o pai.



SEU MADRUGA,
Chiquinha, Chaves,
Bruxa do 71,
Dona Florinda e
Quico: embora não
tenham vínculos
de sangue,
personagens
formam uma
Grande Família

Dona Clotilde: Pois tire da Bruna Lombardi o rosto, o corpo, a cinturinha e todo o resto e o que sobra?

Seu Madruga: Ora, a senhora.

A simplicidade de *Chaves* parece lembrar que o essencial da vida pode estar em pequenos detalhes, por mais lugar-comum que isso possa parecer. Numa brincadeira, por exemplo. Ao lançar mão de um humor singelo para falar de temas que poderiam facilmente cair no discurso panfletário – a fome, por exemplo –, Chespirito sublinha uma visão de mundo que se vale do espírito aberto e imaginativo para superar as dificuldades materiais da vida, assim como fez Chaplin com seu Carlitos. O desempregado crônico (Seu Madruga), a vizinha arrogante (Dona Florinda), o orgulhoso intelectual

(Professor Girafales), o capitalista (Senhor Barriga)... A realidade está ali, gritante, camuflada, no entanto, pelo alto e bom som que vem das gargalhadas, seja as da claqué ou a dos telespectadores. Neste sentido, pode-se arriscar a dizer que *Chaves* é o *reality show* de maior longevidade da televisão mundial.

Ao lançar mão de mensagens positivas e do tom de brincadeira para buscar abertura e alcançar um trato mais íntimo com o universo infantil, o programa, de maneira informal, acaba educando. Em nada parecido com o tom didático e enfadonho a que se propõem tantos programas infantis educativos e que malogram por soarem artificial às crianças.

O apelo ao telespectador juvenil e adulto parece residir na puerilidade das tramas e no tom lúdico do programa, por meio do qual é possível “voltar a ser criança” ou simplesmente entrar em contato com a criança existente dentro de todos nós. O público infantil, por sua vez, se reconhece na pele das crianças da Vila e retribui com audiência fiel o fato de não ser tratado como “infantiloide”.

Os críticos do programa taxam-no de mau gosto, piegas, entre tantos outros adjetivos tão ou mais pejorativos. Gosto, assim como o êxito de *Chaves*, não se discute. *Chaves* é, de fato, cheio de lugares-comuns. E não está nem um pouco preocupado em evitá-los, muito pelo contrário: assume-os de corpo e alma. Uma forma de dizer: “Se ser feliz



PABLO KASCHNER,
da equipe de VERSUS,
é autor dos livros
Chaves de um Sucesso
– Editora Senac Rio,
248 págs., – 2007, e
*Seu Madruga – Vila
e Obra* – Editora
Mirabolante, 128
págs., 2010



Um dia a dia ordinário

Aluizio Ramos Trinta*

"Seriado destinado ao público infantil são respostas afirmativas a um desejo manifesto de toda criança: ouvir a mesma história, incansavelmente. A telespectadores adultos, por outro lado, seriado acenam com a possibilidade, sempre renovada, de obter segurança psicológica pela fruição do eterno retorno de algo sempre idêntico a si mesmo. Saber que uma história irá repetir-se é uma forma de se assegurar algum domínio sobre a narrativa que então se segue.

Hecho en México — teleficção produzida na pátria do melodrama — *Chaves* é série de televisão (aberta ou generalista) acompanhada, sobretudo, pelo público infantil; não obstante, jovens (e mesmo adultos) também gostam de assisti-la. Nela e com ela se provava que a familiaridade do telespectador com o que lhe é mostrado conta mais do que a qualidade da representação e de sua eventual excelência artística. A vida de vila, em que morava o 'guri da casa 8', compunha relato dramático do cotidiano levado a termo pelos diálogos mantidos por seus moradores, reproduzindo um lugar autêntico em algum país do Terceiro Mundo. Suas histórias estavam imersas em uma ambiência ficcional marcada pela inocência de seus personagens, sempre envolventes em sua caracterização estereotipada, evoluindo em cenários toscamente confeccionados. Toda identificação teria sido (como foi) instantânea e imediata, pois nada lá haveria que uma criança não reconhecesse, sentisse e apreciasse, assimilando conteúdos. Aí, precisamente, residiu o encanto maior do seriado *Chaves*, que, pelo humor de tipos introduzido, oferecia rápido acesso a um mundo realmente imaginário porque facilmente imaginável. Em tempos de alta tecnologia, propunha, sem o dizer, a volta a uma existência simples, um dia a dia ordinário, sem altos nem baixos. E que, dia após dia — e a cada episódio do seriado — recomeçava e se repetia. Tudo meio parado, tudo sempre igual. Previsível, sem novidades; mas por isto mesmo estimável. Em sua circularidade, o repetitivo como que inebria e, aparentemente, rouba aos indivíduos sua criatividade. Imagem de um disco girando em vão, que cria um campo magnético e decerto atrai quem, advertidamente ou não, ingressa em seus domínios."

* Professor da Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

é brega, somos apaixonadamente cafonas". Chiquinha, Chaves, Nhonho, Quico, Dona Florinda, Professor Girafales, Seu Madruga e Senhor Barriga compõem uma vizinhança atrapalhada, é verdade, mas acima de tudo fraterna.

Valendo-se de diversos níveis de humor – do pastelão à sofisticação de jogos de palavras –, *Chaves* conquistou crianças de todas as idades, das mais variadas classes sociais, e foi incorporado ao imaginário coletivo de todas as nações da América Latina. Um sucesso estrondoso que ultrapassa fronteiras e que sem querer, querendo, conseguiu o que para seu quase homônimo (e por vezes tão cômico quanto) Chávez continua como meta quase utópica: a união do povo latino-americano. 

O Brasil entre o passado e o futuro

Felipe Teixeira Gonçalves*

**Emir Sader
e Marco
Aurélio
Garcia
(orgs.).
Editora
Perseu
Abramo;
Boitempo,
2010**



À primeira vista, uma apreciação dos temas e dos autores presentes no livro *Brasil entre o passado e o futuro* parece indicar que este é apenas mais um livro de propaganda do governo Lula. De fato, os artigos são escritos por autores que, ou participaram do governo, ou ainda participam, ou o apoiam abertamente.

Contudo, a característica central que marca o livro é a tentativa de se realizar um balanço dos dois mandatos de governo Lula, levantando questões acerca do significado histórico desse governo e das possibilidades futuras. Essa iniciativa é feita a partir de um ponto de vista abertamente favorável aos avanços conseguidos nesses últimos sete anos e meio. Essa característica não pode ser considerada um defeito em si, pois a explicitação desse ponto de

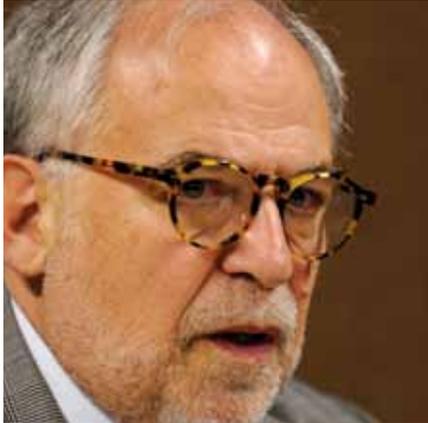
vista apenas indica que os autores são intelectuais que não se furtam de assumir uma posição política e de deixá-la clara para os leitores. Não há nenhuma pretensão de neutralidade política por parte dos autores.

O livro começa com um artigo de Emir Sader fazendo uma análise histórica da evolução das forças populares no Brasil desde a Revolução de 1930 até o governo Lula. Talvez pela extensão e complexidade do objeto, a análise parece por vezes um pouco simplista. Mas sua contribuição mais interessante é a explicitação da transição ocorrida nos movimentos populares brasileiros. Estes passaram de uma ênfase nas relações de classe para a incorporação central da questão do nacionalismo, após a

Revolução de 1930, provocando um distanciamento em relação aos partidos de esquerda, que continuavam com sua visão acentuadamente classista. Porém, ao discutir a ditadura, ele se restringe a uma análise dos movimentos contrários a ela e nem menciona o fato de a ditadura no Brasil ter sido nacionalista e desenvolvimentista. Ele identifica o governo Lula, apesar

*Doutorando em Economia Política Internacional – UFRJ.

ROOSEVELT PINEIRO/ABr



FÁBIO RODRIGUES POZZEBOM/ABr



EMIR E GARCIA. Ponto de vista favorável ao governo

de suas contradições, como a retomada de um projeto popular iniciado por Vargas e interrompido apenas durante a ditadura e a era neoliberal. Esta é uma proposição interessante para a reflexão, especialmente se considerarmos que o PT também nasceu com uma visão extremamente voltada para as classes, antiestatista e sem dar muita importância ao nacionalismo e que o PT também só conseguiu atingir as massas populares depois que chegou ao governo, com o chamado fenômeno do lulismo.¹

Por sua vez, Jorge Mattoso se concentra em explicitar o caráter neoliberal das principais políticas adotadas pelo governo na década de 1990. Seu artigo demonstra de forma clara como o Consenso de Washington foi implementado no Brasil, tendo início no governo Collor e terminando no governo Lula. Por se focar em um aspecto amplamente consensual entre os setores progressistas – a crítica ao neoliberalismo dos anos 90 –, o artigo não afirma nada muito polêmico, a não ser, possivelmente, a ideia de que essa herança é rom-

pida no momento em que Lula é eleito.

O artigo de Marcio Pochmann e Guilherme Dias propõe uma discussão mais ampla a respeito de um modelo de sociedade que poderia ser almejado no Brasil no século XXI. Eles aderem à interpretação clássica de que o grande desenvolvimento e a modernização do país se realizou sem que houvesse uma ruptura com o patrimonialismo e com os setores atrasados agrários do país. Para eles, o atual governo rompeu com a lógica de país para apenas um terço de sua população e iniciou um projeto de país para todos os seus habitantes, apesar de reconhecerem que esse projeto está ainda em construção. O interessante do artigo é a ênfase colocada por eles nas duas questões centrais para a construção dessa nova sociedade. Em primeiro lugar, temos os processos de democratização da sociedade e do Estado. Em segundo lugar está a disputa pelo fundo público, ou seja, pela sua redistribuição de forma mais igualitária entre as classes sociais. Essas duas questões teriam sido iniciadas pelo governo Lula,

mas ainda estão abertas à disputa na sociedade. Ou seja, houve avanços, mas é preciso que haja mobilização para se avançar mais.

A participação dos movimentos sociais no governo Lula é o tema do artigo de Luiz Dulci. Ele retoma a história do PT como um partido que foi construído por movimentos sociais de base, e realiza um balanço de como o governo se relacionou com os movimentos sociais, defendendo o quanto o governo foi aberto ao diálogo com a sociedade e, portanto, aumentou a democracia participativa como modelo de gestão. A discussão mais interessante feita no artigo é a respeito da cooptação dos movimentos sociais pelo governo. Dulci defende que isso não acontece, pois a participação popular nas decisões do governo se dá de forma autônoma e sem a perda de sua liberdade de organização. Para demonstrar isso, mostra como as maiores manifestações populares e mobilizações de rua dos últimos vinte anos ocorreram no governo Lula. Segundo ele, os movimentos sociais saíram de uma posição defensiva para uma posição ofensiva,

lutando para ampliar e universalizar direitos, em vez de apenas lutar para não perdê-los. Essa é uma perspectiva que instiga a reflexão e seria necessária uma análise mais extensa e cuidadosa para ver se isso realmente aconteceu em todos os setores.

Marco Aurélio Garcia analisa a política externa do governo Lula. Ele faz a interessante proposição de que o que marca a singularidade da política externa do atual governo é a sua articulação com um projeto nacional de desenvolvimento, marcado pelo objetivo central de redução das desigualdades sociais brasileiras. Daí a opção sul-americana e a ênfase nas relações com outros países do Sul. Ele ressalta que a política externa do governo Lula é marcada pelos princípios do multilateralismo e da multipolaridade, e que, para isso, é necessária uma reforma nos mecanismos de governança global. Por fim, demonstra como a adoção desses princípios e a afirmação do Brasil como um país relevante no cenário internacional significam um fortalecimento do interesse nacional. Com isso, ele responde às críticas conservadoras feitas à política externa do atual governo. E a parte mais idealista presente na análise de que o mundo está multipolar pode ser entendida pelo fato dele representar uma posição oficial de um país que contesta a hierarquia do sistema internacional.

O livro é encerrado com uma entrevista com a candidata Dilma Rousseff, o que deixa mais uma vez explícita a posição política dos autores do livro.

Porém o artigo mais interessante do livro é o que trata da política econômica do governo Lula, escrito por Nelson Barbosa e José Antonio Pereira de Souza. É com base nele que se pode avançar no entendimento do significado dos



O mérito do livro consiste em oferecer um conjunto de argumentos e dados que incentivam uma reflexão e um debate mais qualificado a respeito do significado do governo Lula

dois mandatos de Lula, ou seja, se eles realmente representam uma ruptura com o modelo neoliberal anterior ou são mera continuidade do mesmo projeto. Os autores fazem uma descrição detalhada das opções tomadas pelo governo em matéria de política econômica. De maneira geral, demonstram que, no início do primeiro mandato, a política econômica foi marcada por uma orientação neoliberal e por uma continuação das políticas da década de 1990. Contudo, no final de 2005 teria havido uma disputa dentro do governo entre os neoliberais e os desenvolvimentistas a respeito de que caminho seguir. Eles defendem que, a partir de 2006, o governo começou a adotar políticas desenvolvimentistas que conseguiram recuperar o cres-

cimento econômico e impulsionar a distribuição de renda. No segundo mandato, com prioridade dada ao PAC, entre outras iniciativas, essa opção desenvolvimentista foi reforçada e ampliada, gerando grandes resultados. Essa mudança de orientação da política econômica é essencial para se entender as contradições do governo Lula, de como ele representou inicialmente uma continuidade, para depois iniciar um processo de ruptura com o modelo neoliberal. Se essa ruptura ainda não foi completa, é porque o governo também está em disputa e as classes sociais que se beneficiam dessas políticas ainda têm muito poder. Daí a importância da mobilização social. E fica claro no artigo que os autores procuram preservar, por motivos políticos, a figura do Palocci. Isso fica claro quando eles defendem que o ajuste inicial era necessário e quando não mencionam que a mudança de orientação se deu justamente depois que ele saiu do Ministério da Fazenda.

Podemos dizer, portanto, que o diagnóstico comum de todos os autores é que o governo Lula representou de fato uma mudança, ao realizar políticas mais progressistas, com maior participação popular e se constituir como um governo para o conjunto da população brasileira, e não apenas para uma minoria. Concordando ou não com esse diagnóstico, o mérito do livro consiste em oferecer um conjunto de argumentos e dados que incentivam uma reflexão e um debate mais qualificado a respeito do significado do governo Lula. E é esse debate público qualificado que é tão necessário no Brasil neste ano de eleição. ▽

¹ SINGER, André. "Raízes Sociais e Ideológicas do Lulaismo". *Revista Novos Estudos*, ed. 85, dezembro 2009.

ESTANTE



AGENCIAMENTO PESSOAL

Suzana Vargas

Poeta

Dois livros

Dom Quixote O livro mais importante que li na juventude foi *Dom Quixote*. Até então lia histórias de suspense e de amor ou poemas. *Dom Quixote* revelou para mim que literatura pode ser divertida, criativa e profunda. Lembro-me de inicialmente ter me empolgado com o Cavaleiro da Triste Figura, com seu idealismo, suas trapalhadas. Mas somente quando reli o livro na Faculdade é que atentei para a seriedade destas andanças, para as analogias contidas nas aventuras e para o simbolismo dos episódios. E descobri a História da Espanha através destes episódios. De uma Espanha ainda relutante em ingressar na Era Renascentista/Moderna, com a Inquisição ainda vigente. Tudo muito sério, como diria Cabrera Infante – um autor cubano moderno – sério dentro da brincadeira.

Três tristes tigres,

de Guillermo Cabrera Infante

Mesmo muito ligada em poesia, foi na prosa ficcional que sempre descobri caminhos de transformação. Este romance de Cabrera Infante – em que a linguagem em toda a sua pujança é a protagonista, onde os fatos nascem dela, onde ela comanda e revoluciona a vida mesma de seus personagens – me fez despertar para as possibilidades sempre antevistas na leitura da poesia. Daí pensar nessa história em que o pano de fundo é a Cuba pré-revolucionária, mais como um longo poema em prosa em que a oralidade é exercitada constantemente. Somos a nossa fala, nossa fala nos constrói. ▣

Suzana Vargas é gaúcha de Alegrete e reside no Rio de Janeiro há mais de 30 anos. Poeta, autora de literatura infantil e ensaísta, possui 16 livros publicados. É também Mestre em Teoria Literária pela UFRJ, especialista em leitura. Há 14 anos criou o projeto Rodas de Leitura, pioneiro no Brasil, e a Estação das Letras, oficinas de leitura e escrita, que coordena e dirige. Entre seus livros de poemas, destacamos: *Sombras chinesas* (1990), *Caderno de outono* (1998/indicado ao Prêmio Jabuti) e *O amor é vermelho* (2005).

SALA ESCURA

Anita Leandro

Doutora em cinema

Um filme

No quarto de Vanda,
do cineasta português Pedro Costa.
(Portugal, 2000)

Um filme não muda a vida de ninguém. Mas ele pode mudar as abordagens que se tem do cinema, o que já é enorme. De certa forma, é o que acontece em *No quarto de Vanda*, produzido em 2000 pelo cineasta português Pedro Costa. Em 1997, ele havia filmado Vanda Duarte em *Ossos*, filme que reunia atores profissionais e não profissionais em torno de um roteiro relativamente clássico, de fundo social. Ao término das filmagens, decepcionada com os limites do cinema, Vanda propõe ao cineasta filmar a vida dela e a de seus amigos de Fontainhas, bairro pobre de Lisboa. Assim nasceu *No quarto de Vanda*, filme de quase três horas, rodado em vídeo com uma equipe mínima (Costa, na câmera, e um técnico de som), praticamente sem iluminação e com atores não profissionais improvisando diálogos sobre suas próprias vidas. De Portugal, um dos países europeus que mais sofriam, então, com o neoliberalismo e a preparação da unificação da moeda, partia, assim, um projeto de cinema econômico e humanista, capaz de compartilhar a pobreza com as pessoas filmadas. O quarto Vanda é uma encruzilhada intercontinental, onde se reúne uma juventude portuguesa e africana sem dinheiro e sem emprego, tendo a heroína como companheira. Aqui a riqueza, o luxo, consiste em filmar longamente, até que um momento de graça possa, enfim, surgir, num lampejo. Talvez, apenas Rembrandt tenha conseguido captar com tamanha acuidade o efeito que produz a luminosidade de um rosto nas trevas do presente. Uma mostra integral dos filmes de Pedro Costa, na presença do cineasta, está prevista para o próximo mês outubro, no CCBB do Rio de Janeiro. ▣

Anita Leandro é doutora em cinema pela Paris 3 e professora da Escola de Comunicação da UFRJ. Foi coordenadora de pesquisa do Nutes-UFRJ.

A amiga brasileira de José Saramago



MARCO FERNANDES/SCORRUM/LFRJ

A professora e imortal da Academia Brasileira de Letras, Cleonice Berardinelli, é especialista em literatura portuguesa. Seus estudos a aproximaram do escritor José Saramago, morto em junho deste ano.

Da Redação

Saramago a considerava uma amiga. A senhora poderia fazer um comentário sobre essa proximidade intelectual e pessoal com o escritor?

José Saramago e eu éramos realmente bons amigos. E é preciso que nessa amizade se incluía Pilar, a encantadora mulher que foi sua companheira de todos os momentos e a quem ele dedicou todos os livros que escreveu desde que se casaram, em dedicatórias que vão crescendo em expressividade, até à que pôs em seu último livro, *Caim*: “A Pilar, como se dissesse água”. E a sua habitual delicadeza para com os amigos faz que também estes mereçam participar desse dom. Em todos os seus livros, por ele oferecidos, releio o que traduzo como provas de carinho e generosa amizade. Em *O homem duplicado*, leio: “Para Cleonice Berardinelli, com toda a admiração e a indefectível amizade do José Saramago”; em *A viagem do elefante*, esta demonstração de afeto explícito: “Para Cleonice Berardinelli, com um afecto como já não se usa. Abraços. José Saramago”.

Que livro a senhora destacaria na obra de José Saramago?

Em primeiro lugar, o livro que deu início ao seu sucesso absoluto, abrindo-lhe um espaço, que não mais se fechou,

de um dos maiores prosadores do século XX – *Memorial do Convento*. É um livro fascinante, narrando uma história/estória escrita no limite entre fato e ficção, em que Saramago põe em cena personagens históricos – tais como Bartolomeu Lourenço de Gusmão, padre e inventor da *Passarola*, vivendo situações por ele criadas, numa sábia mistura de verdade e invenção. Cria também personagens inventados, como Blimunda, a mulher admirável, dotada de poderes mágicos, que lhe dão a possibilidade de carregar num saco as vontades dos homens. Sou muito sensível a essa mistura do real com o imaginário, que Saramago sabe manipular como poucos: daí, talvez, a minha fascinação pelo livro.

Por outros motivos, destacaria, por exemplo, *Todos os nomes*, no qual o autor consegue desenvolver uma estória bastante longa e, sobretudo, cativante, em torno de um personagem medíocre, num ambiente de trabalho medíocre, entre companheiros medíocres, sendo o seu enredo bastante monótono – um funcionário da Conservatória de Lisboa, à procura de uma mulher cujo nome encontrou num documento arquivado na sua repartição, com aventuras banais, mas que se vão tornando mais e mais interessantes à medida que o enredo prossegue. Achei o livro aliciante, a tal

ponto que, quando o terminei, chegada à sua última página, retornei à primeira e recomecei a leitura *agarrante*, da qual não conseguia descolar-me, embora, a essa altura, o mistério já estivesse decifrado. Foi a única vez que tal me aconteceu.

Prêmio Nobel, qual a importância de Saramago na literatura mundial?

Creio que a importância de Saramago, o valor da sua obra, das suas contribuições para a arte literária seriam os mesmos, com ou sem Nobel. O que ao prêmio se deverá será a divulgação que este propiciou ao autor, o acréscimo de traduções em muitíssimas línguas, o interesse por sua obra de críticos que até então o desconheciam. Harold Bloom, por exemplo, o incluiu no seu famoso *O cânone ocidental*.

O engajamento do político José Saramago contribuiu para o vigor de sua obra?

Creio que sim, em parte. Talvez o melhor exemplo de uma obra de sucesso, que tenha o engajamento político como a sua mola propulsora e mantenedora, seja *Levantado do chão*, livro quase de estreia, mas já dotado das qualidades que se aprimorariam ao longo dos anos de produção quase ininterrupta do autor. ▽



Não sou um ateu total,
todos os dias tento
encontrar um sinal de
Deus, mas infelizmente
não o encontro

José Saramago
(1922 - 2010)

VERSUS

www.versus.ufrj.br



UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas



CCJE